

CENTRO REGIONAL DE ENSINO SUPERIOR (CRESU)
MANTENEDORA: Nº. 1912

FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA (FAP)
MANTIDA: Nº. 2949

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
QUINQUÊNIO 2024 a 2028

RESOLUÇÃO FAP/CONSENS Nº 381/2023 DE 02 DE OUTUBRO DE 2023

Chapadinha (MA)
2023

RESOLUÇÃO FAP/CONSENS Nº 381/2023 DE 02 DE OUTUBRO DE 2023

Aprova a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) tendo em vista o disposto na Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, na Portaria Ministerial nº 874/2016 de 12 de agosto de 2016 e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO SUPERIOR (CONSENS), no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto do Centro de Ensino Superior, Ltda, (CRESU), tendo em vista o disposto na Portaria Normativa Nº 23, de 21 de dezembro de 2017, na Portaria Ministerial Nº 874/2016 de 12 de agosto de 2016, na Resolução FAP/CONSENS Nº 015/2021 de 27 de janeiro de 2021 e no Regimento Interno da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

RESOLVE

Art. 1º Aprovar a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), na forma do Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, Publique-se. Cumpra-se.
Chapadinha, 02 de outubro de 2023.



Prof.ª Ma. RAIMUNDA NONATA FORTES BRAGA
Presidente do Conselho



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), atualizado pela Resolução FAP/CONSENS Nº 381/2023 de 02 de outubro de 2023, nos termos da Portaria Ministerial nº 874/2016 de 12 de agosto de 2016 e do Regimento Interno da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

Chapadinha (MA)
2023



DADOS DA MANTENEDORA

Nome da Mantenedora: CENTRO REGIONAL DE ENSINO SUPERIOR (CRESU)

Código da Mantenedora: 1912

CNPJ: 03.985.642/0001-85

Endereço: Av. Ataliba Vieira de Almeida, nº1.452

Bairro: Centro,

CEP.: 65500-000.

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado – Com fins lucrativos

Natureza Jurídica: Sociedade Empresarial Limitada

DADOS DA MANTIDA

Código da IES: 2949

Nome da IES/Sigla: Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP)

Endereço: Av. Ataliba Vieira de Almeida, nº1.452

Bairro: Centro,

CEP.: 65500-000.

Endereço eletrônico: www.fapeduca.com

Organização Acadêmica: Faculdade

Categoria administrativa: Privada com fins Lucrativos

ATO REGULATÓRIO

Credenciamento: Portaria Nº 196 de 19 de janeiro de 2005, publicada D.O.U em 21 de janeiro de 2005

Recredenciamento: Portaria Nº 874 de 12 de agosto de 2016, publicada D.O.U em 15 de agosto de 2016

INDICADORES E CONCEITOS DE QUALIDADE

IGC: 3/2021

IGC Contínuo: 2,4781/2021

CI: 4/2023

COLEGIADOS SUPERIORES

Membros do Conselho Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX)

Raimunda Nonata Fortes Braga

Presidente do Conselho

Andrea Mendonça da Silva Bastos

Representante do corpo de professores do Curso de Ciências Contábeis

Josinete Rodrigues de Sousa

Coordenadora do Curso de Enfermagem

Enir Ferreira Lima

Representante do corpo de professores do Curso de Pedagogia

Erica Amaral Liberato

Representante do corpo de professores do Curso de Administração

Fabiana Campos Silva

Representante da Direção Acadêmica

Letícia Maísa da Costa Machado Matos de Carvalho

Coordenadora do Curso de Letras

Grazieli Brito da Silva

Coordenadora do Curso de Pedagogia

Isabella Furtado Bacellar Fortes Braga

Coordenadora do Curso de Direito

Jefferson Mesquita Brito

Representante do corpo de professores do Curso de Enfermagem

Joanderson Marques Silva

Coordenador do Curso de Administração

Luiz Eduardo Elias Braga

Representante do Corpo de Alunos

Márcio André Magalhaes Soares

Representante do corpo de professores do Curso de Letras

Maria do Rosário de Fátima Fortes Braga

Coordenadora do Curso de Serviço Social



Wesley Aguiar Chaves

Representante do corpo de professores do Curso de Direito

Rayssa Cristhália Viana da Silva

Representante da Biblioteca

Rodolfo Francisco Soares Nunes

Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

Vandelma Lopes de Castro

Coordenadora do Curso de Fisioterapia

Vilândia Soares da Silva

Representante do corpo de professores do Curso de Serviço Social.

Samuel Ricardo de Paulo

Coordenador do Núcleo de Educação a Distância;

Membros do Conselho Ensino Superior (CONSENS)

Raimunda Nonata Fortes Braga

Presidente do Conselho

Josinete Rodrigues de Sousa

Coordenadora do Curso de Enfermagem

Enir Ferreira Lima

Representante do corpo de professores

Letícia Máisa da Costa Machado Matos de Carvalho

Coordenadora do Curso de Letras

Francisco Onório Silveira e Silva

Representante do Corpo de Alunos

Grazieli Brito da Silva

Coordenadora do Curso de Pedagogia

Isabella Furtado Bacellar Fortes Braga

Coordenadora do Curso de Direito

Joanderson Marques Silva

Coordenador do Curso de Administração

Lucas Marques Silva

Representante do Corpo Técnico-Administrativo



Maria de Jesus Lima da Silva

Representante da Comunidade Externa

Maria do Rosário de Fátima Fortes Braga

Coordenadora do Curso de Serviço Social

Nilzete Vieira dos Santos

Representante da Mantenedora

Rodolfo Francisco Soares Nunes

Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

Vandelma Lopes de Castro

Coordenadora do Curso de Fisioterapia

MEMBROS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Francinalda Araújo e Silva

Representante docente e Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Grazieli Brito da Silva

Representante docente

Jefferson Mesquita Brito

Representante docente

Geysa Pereira Rêgo

Representante discente

Francisco Rafael Oliveira Costa

Representante discente

José Witallo Lobo de Andrade

Representante discente

Jânio Rocha Ayres Teles

Representante da Comunidade Externa

José de Ribamar da Silva

Representante da Comunidade Externa

Raimunda Cássia Sales dos Reis

Representante da Comunidade Externa



Direção Executiva

Prof.^a Ma. Raimunda Nonata Fortes Braga

Diretora de Ensino

Mateus Fortes Braga Fernandes

Diretor Administrativo

Prof.^a Nilzete Vieira dos Santos

Diretora de Patrimônio

Prof.^a Ma. Fabiana Campos Silva

Diretora Acadêmica

Adm. Jorge Luís Almeida da Silva

Coordenador de Planejamento e Gestão

Prof.^a Francinalda Araújo e Silva

Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Rayssa Cristhália Viana da Silva

Bibliotecária

Prof.^a Janaína Mascarenhas de Oliveira

Secretária Geral

Prof.^a Jéssica dos Santos

Secretária Acadêmica

Lista de Figuras

Figura 1 - Ranking dos Países no PISA 2018	36
Figura 2 - Desempenho dos estudantes brasileiros em Ciências, Matemática e Leitura na prova da OCDE	36
Figura 3 - Matrículas da educação básica dos anos de 2018 a 2022	37
Figura 4 - Matrículas em escolas da educação básica nas redes pública e privada	38
Figura 5 - Número de matrículas no ensino médio no Brasil de 2018 a 2022	38
Figura 6 - Proporção de matrículas de alunos em tempo integral no ensino médio por rede de ensino.....	39
Figura 7 - Mapa da Região do Baixo Parnaíba Maranhense	43
Figura 8 - Indicadores do município de Chapadinha	49
Figura 9 - Distribuição de alunos por nível de proficiência	50
Figura 10 - Evolução do IDEB dos anos iniciais de Chapadinha de 2005 a 2021	51
Figura 11 - Evolução do IDEB dos Anos Finais de Chapadinha de 2005 a 2021	51
Figura 12 - Número de matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino	54
Figura 13 - Participação percentual do número de matrículas em cursos de graduação a distância, por categoria administrativa	55
Figura 14 - Gráfico com a evolução do número de alunos do ensino superior, por grau acadêmico	56
Figura 15 - Gráfico da evolução do total de matrículas contabilizadas pelo Censo ..	56
Figura 16 - Percentual de instituições formadoras respondentes por região	57
Figura 17 - Participação dos docentes, por modalidade de ensino, conforme o grau de formação	57
Figura 18 - Gráfico com a evolução do número de cursos oferecidos em EaD no Brasil	58
Figura 19 - Mapa destacando a localização dos polos de EaD da FAP	59
Figura 20 - Mapa com a localização das Regiões do Estado do Maranhão.....	61
Figura 21 - Mapa com a localização do Município de Parnaíba e Região, Estado do Piauí	62
Figura 22 - Organograma da mantenedora	158
Figura 23 - Estrutura organizacional	169

Lista de Quadros

Quadro 1 - Matrículas dos Alunos do Ensino Médio – Unidade Regional de Chapadinha (MA)	42
Quadro 2 - Posição do município de Chapadinha no ranking do IFDM - Educação..	49
Quadro 3 - Resultado IDEB dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio	52
Quadro 4 - Número de matrículas no município.....	52
Quadro 5 - Número de matrículas por ano – Ensino Fundamental	52
Quadro 6 - Número de matrículas por série – Ensino Médio	53
Quadro 7 - Abrangência dos Polos de EaD de apoio presencial, localização dos municípios nas Regiões dos Estados do Maranhão e Piauí.	63
Quadro 8 - Cursos de Graduação ofertados pela FAP.....	121
Quadro 9 - Ações institucionais para a saúde	129
Quadro 10 - Cursos de graduação a serem implantados.....	130
Quadro 11 - Cursos de pós-graduação a serem implantados.....	131
Quadro 12 - Docentes no Ensino Superior por formação acadêmica	134
Quadro 13 - Professor por Classes atuando no ensino superior.....	136
Quadro 14 - Professores por regime de trabalho	136
Quadro 15 - Expansão do quadro de técnico-administrativos.....	137
Quadro 16 - Recursos tecnológicos e áudio visuais.....	175
Quadro 17 - Acervo bibliográfico físico por tipo de material	194
Quadro 18 - Distribuição das comunidades, subcomunidade e coleções	195
Quadro 19 - Resumo do quadro de alunos (2019 – 2023)	209
Quadro 20 - Resumo do quadro de professores e técnicos-administrativos (2019 – 2023)	210
Quadro 21 - Resumo conceitos obtidos nas avaliações externas de curso da instituição	213
Quadro 22 - Previsão orçamentária	215
Quadro 23 - Projeção de Despesas	217
Quadro 24 - Ações a serem implantadas no período de 2024 a 2028	217

Lista de Abreviaturas e Siglas

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)
Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED)
Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)
Atividades Acadêmicas Complementares (AAC)
Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)
Avaliação Nacional da Aprendizagem (ANA)
Biblioteca Virtual (BV)
Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)
Câmara de Educação Superior (CES)
Central de Comunicação Institucional (CCI)
Centro de Detenção Provisória (CDP)
Centro de Processamento de Dados (CPD)
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)
Centro Regional de Ensino Superior, Ltda (CRESU)
Circuito Fechado de TV (CFTV)
Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN)
Classificação Decimal Universal (CDU)
Colegiado de Curso (CC)
Colégio Nossa Senhora de Fátima (CONSEF)
Comissão Própria de Avaliação (CPA)
Comissão Própria de Avaliação (CPA)
Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA)
Comutação Bibliográfica (COMUT)
Conceito de Curso (CC)
Conceito preliminar de Curso (CPC)
CONSELHO DE ENSINO SUPERIOR (CONSENS)
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX)
Conselho Nacional de Educação (CNE)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Departamento Municipal de Trânsito (DMT)



Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)
Diário Oficial da União (D.O.U.)
Digital Vídeo Recorder (DVR)
Direção Acadêmica (DIRAC)
Direção Administrativa (DIRAD)
Direção de Ensino (DIREN)
Direção de Patrimônio (DIRPA)
Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)
Doutorado Interinstitucional em Educação (DINTER)
Educação a Distância (EaD)
Educação de Jovens e Adultos (EJA)
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)
Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)
Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP)
Financiamento Estudantil (FIES)
Financiamento Estudantil da Faculdade do Baixo Parnaíba (FESFAP)
Imposto de Renda (IR)
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
Índice Geral de Cursos (IGC)
Índices de Desenvolvimento Municipal (IFDM)
Instituições de Ensino Superior (IES)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
Instituto Superior das Ciências da Educação do Baixo Parnaíba (ISCDE)
Instituto Superior de Educação (ISE)
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
Maranhão (MA)
Mestrado Interinstitucional em Educação (MINTER)
Microempreendedor Individual (MEI)
Ministério da Educação e Cultura (MEC)
Núcleo de Acessibilidade e de Atendimento as pessoas com deficiência (NAAPE)
Núcleo de Apoio Pedagógico (NAPE)



Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPPS)
Núcleo de Atividades Acadêmicas Culturais (NAAC)
Núcleo de Educação a Distância (NEAD)
Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão (NUPEX)
Núcleo de Práticas de Leitura Professora Eliane Rêgo (NUPLER)
Núcleo de Práticas Educativas e Sociais (NUPES)
Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPJ)
Núcleo de Práticas Sociais, Econômicas e Políticas (NUPSEP)
Núcleo de Tecnologias de Informação e da Comunicação (NUTIC)
Núcleo Docente Estruturante (NDE)
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
Piauí (PI)
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
Plano Estadual de Educação (PEE)
Plano Municipal de Educação (PME)
Plano Nacional de Educação (PNE)
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
Programa de Bolsas da Faculdade do Baixo Parnaíba (PROFAP)
Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (PISA)
Programa Universidade Para Todos (PROUNI)
Projeto Pedagógico Institucional (PPI)
Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs)
Regimento Interno (RI)
Secretaria Municipal de Educação (SEMED)
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)
Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)
Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SICA)
Sistema Municipal de Ensino (SME)
Sistema Nacional da Educação Básica (SAEB)
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)
Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICS)
Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)
Tribunal Regional do Trabalho (TRT)
Unidade Básica de Saúde (UBS)



Unidade de Pronto Atendimento (UPA)

Unidade Regional de Educação (URE)

Unidades de Aprendizagens (UA)

Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
1 PERFIL INSTITUCIONAL	21
1.1 Contextualização social e histórica do desenvolvimento da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP)	21
1.1.1 Um breve histórico das realizações do PDI vigência 2019-2023.....	24
1.2 Missão, visão e valores	28
1.2.1 Missão da FAP	28
1.2.2 A Visão da FAP	29
1.2.3 Princípios e Valores da FAP	29
1.3 Finalidades	30
1.4 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028	31
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)	32
2.1 Concepção do Projeto Pedagógico Institucional (PPI)	33
2.2 Inserção regional	35
2.2.1 O contexto geográfico, sócio-histórico, político, econômico, e educacional do município de Chapadinha	42
2.3 Os polos de educação à distância	60
2.3.1 Polo Chapadinha/Unidade-sede.....	64
2.3.2 Polo Açailândia (MA)	64
2.3.3 Polo Anapurus (MA)	65
2.3.4 Polo Balsas (MA).....	66
2.3.5 Polo Barreirinhas (MA)	66
2.3.6 Polo Buriti (MA)	67
2.3.7 Polo Carolina (MA)	67
2.3.8 Polo Codó (MA)	68
2.3.9 Polo Grajaú (MA).....	69
2.3.10 Polo Parnaíba (PI)	70
2.3.11 Polo Pinheiro (MA)	71
2.3.12 Polo Rosário (MA)	72
2.3.13 Polo Santa Inês (MA)	73
2.3.14 Polo São Luís (MA)	74
2.3.15 Polo São Mateus (MA)	75

2.3.16 Polo Tutóia (MA).....	75
2.3.17 Polo Urbano Santos (MA).....	76
2.4 Parâmetros que norteiam a ação pedagógica da FAP	77
2.5 Organização Didático Pedagógica da Instituição	80
2.5.1 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas	87
2.6 Políticas institucionais.....	96
2.6.1 Políticas de ensino na graduação e pós-graduação.....	98
2.6.1.1 O ensino na graduação	99
2.6.1.2 Programa Especial de Formação Pedagógica de Docente e Segunda Licenciatura	101
2.6.1.3 O ensino na pós-graduação	103
2.6.1.4 O ensino na Educação a Distância.....	105
2.6.2 Políticas de iniciação à pesquisa.....	110
2.6.3 Políticas de extensão	111
2.6.4 Políticas de gestão acadêmica	115
2.7 Identidade e desenvolvimento acadêmico-administrativo da Instituição	119
3 RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE	122
4 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	125
4.1 Ouvidoria.....	126
4.2 Sistemas de Informação e Comunicação e a Intercomunicação	127
5 PLANEJAMENTO DA IMPLANTAÇÃO E DA EXPANSÃO DOS CURSOS ...	128
6 POLÍTICA DE PESSOAL	132
6.1 O perfil do corpo de professores	134
6.1.1 Normas de contratação do professor	134
6.1.2 Titulação e composição do corpo de professores	135
6.1.3 Plano de carreira do professor	135
6.1.4 Regime de trabalho	136
6.2 O perfil do corpo técnico-administrativo.....	137
6.2.1 Normas de contratação dos técnicos-administrativos	137
6.2.2 Titulação e composição do corpo técnico-administrativo	138
6.2.3 Plano de carreira do técnico-administrativo.....	138
6.2.4 Regime de trabalho	139

7	POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ALUNO	139
7.1	Formas de acesso	140
7.2	Atividades Procedimentais de Nivelamento	141
7.3	Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPPS).....	142
7.4	Apoio pedagógico através de projetos sociais, bolsas de estudos e financiamento estudantil ao aluno.....	145
7.5	Monitoria	147
7.6	Iniciação à pesquisa e extensão	148
7.7	A Organização estudantil.....	150
7.8	O acompanhamento dos egressos	151
7.9	Políticas de Permanência do aluno	152
7.10	Programas de ambientação e adaptação profissional	155
8	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DE GESTÃO	155
8.1	Relação da Mantenedora com a Mantida.....	155
8.1.1	O Centro Regional de Ensino Superior Ltda (CRESU), Instituição Mantenedora	156
8.1.2	Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), Instituição Mantida	158
8.2	Gestão Colegiada	161
9	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA DA FAP.....	162
9.1	Órgãos de apoio às atividades acadêmico-administrativas	163
9.1.1	Coordenação de Cursos de Graduação	163
9.1.2	Assessoria Técnico-Pedagógica	164
9.1.3	Secretaria de Curso.....	164
9.1.4	Secretaria do Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SERCA)	164
9.1.5	Núcleo de Educação a Distância (NEAD).....	165
9.1.6	Instituto Superior de Educação (ISE)	165
9.1.7	Órgãos Complementares e Apoio as Atividades Acadêmico-Científicas..	165
9.1.8	Órgãos Suplementares de Apoio as Atividades Práticas	167
9.2	Estrutura Organizacional da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP)	168
10	INFRAESTRUTURA	169
10.1	Infraestrutura tecnológica e recursos de apoio.....	170
10.1.1	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação	170
10.1.1.1	Núcleo de Tecnologia da informação e comunicação (NUTIC)	171

10.1.2 Governança Corporativa	172
10.1.3 Infraestrutura e Serviços de TI	173
10.1.4 Sistemas e Soluções	176
10.1.5 Site Institucional	178
10.1.6 Políticas de Tecnologia da Educação.....	178
10.1.7 Plano de expansão e atualização de equipamentos	180
10.1.7.1 Metas e objetivos mensuradas	180
10.1.7.2 Indicadores de Desempenho	181
10.1.8 Plano de contingência para as TDICS.....	181
10.2 Infraestrutura e espaços físicos da Faculdade.....	182
10.2.1 Infraestrutura física de apoio administrativo e acadêmico	183
10.2.1.1 Instalações físicas e de gestão administrativa e acadêmica	184
10.3 Biblioteca Central.....	189
10.3.1 Instalações e estrutura física da biblioteca	190
10.3.2 Horário de atendimento e pessoal técnico-administrativo	191
10.3.3 Serviços e produtos oferecidos.	192
10.3.4 Acessibilidade na biblioteca.....	193
10.3.4.1 Biblioteca Virtual.....	193
10.3.5 Acervo físico	194
10.3.6 Repositório Institucional	194
10.4 Laboratórios.....	195
10.4.1 Laboratórios didáticos de formação básica	196
10.4.2 Laboratório Multidisciplinares e Multifuncionais de Formação Especializada	197
10.5 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado as pessoas com deficiências	200
10.6 Cronograma de expansão da infraestrutura	201
11 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	203
11.1 Autoavaliação Institucional na FAP.....	203
11.1.1 Desempenho da FAP em avaliações externas.....	207
11.1.2 Sistemas de informação e análise de dados institucionais.....	208
11.1.3 Elaboração e acompanhamento de indicadores de gestão acadêmica....	208
11.1.4 Análises dos conceitos obtidos nas avaliações externas e de curso.....	209
11.1.5 Conceitos obtidos nas avaliações externas e de curso da instituição	212



11.2	Projetos e processos de autoavaliação	213
12	GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO	214
12.1	Sustentabilidade financeira e a relação com o desenvolvimento institucional	214
12.2	Sustentabilidade financeira e a participação da comunidade interna	215
12.3	Plano de Investimento.....	216
12.3.1	Previsão orçamentária e cronograma de execução	217
12.3.2	Cronograma de Execução das ações previstas para os próximos cinco anos	217
	REFERÊNCIAS	223

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) foi concebido para vigorar durante o período de 2024-2028. Constituído pelos sujeitos integrantes das comunidades interna e externa que compõe a **Comissão Interinstitucional** e fundamentado na transversalidade dos eixos: contemporaneidade e Desenvolvimento Institucional e nos documentos oriundos dos diálogos e escutas de alunos, professores e técnico-administrativos em 2022. Reflete em seu conteúdo inovações implementadas nos últimos anos, levando em consideração as transformações na educação superior brasileira, regional e local.

O PDI apresentado demonstra que a FAP, como Instituição credenciada há 18 anos, está em diálogo com as novas tecnologias que surgiram e foram incorporadas à sociedade contemporânea, representando avanços e desafios na construção de uma educação inovadora, sem, contudo, perder de vista sua missão e seus valores institucionais, amparados no desenvolvimento humano, cultural, científico e na responsabilidade social.

O PDI tem como propósito fundamental ser um instrumento de gestão que contribua para o alcance dos resultados institucionais com eficiência, eficácia e efetividade, estabelecendo ações que contribuam com o desenvolvimento da FAP de uma maneira objetiva, projetando e aperfeiçoando as ações desenvolvidas pela faculdade de maneira a alinhá-las aos interesses sociais e organizacionais de todos aqueles que integram a comunidade acadêmica.

A construção do PDI possui como pressupostos dois documentos fundamentais que juntos compõem os principais referenciais normativos da FAP: o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Regimento Interno, ambos descritos em resoluções específicas e de conhecimento de todo o corpo de professores, gestores e pessoal técnico-administrativo.

Este documento consiste, portanto, em um documento de caráter obrigatório, conforme determinado às Instituições de Ensino Superior (IES) do país, sejam públicas ou privadas, pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e manifesta de forma clara a missão, os valores, as diretrizes didático-pedagógicas, os princípios metodológicos e as políticas institucionais, assim como todos os elementos que tangenciam à estrutura organizacional e atividades acadêmico-administrativas que a



FAP já desenvolve ou pretende desenvolver no período de cinco anos de vigência deste plano.

Assim, por meio deste documento, procura-se expor com concisão e coerência os passos a serem dados nesta nova etapa do caminho da Instituição rumo ao pleno cumprimento de sua missão, para o engrandecimento de sua cidade-sede, Chapadinha, e de todo o Estado do Maranhão.

1 PERFIL INSTITUCIONAL

O perfil institucional se constitui a primeira dimensão estrutural e estruturante deste documento, traduz os contextos sócio-históricos, missão, as finalidades, objetivos, princípios e valores, compromissos firmados e declarados nos marcos oficiais da Faculdade do Baixo Parnaíba. Explicita as diretrizes de formação ofertada, autonomia acadêmico-científica, a responsabilidade social e a participação dos alunos nas políticas de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, assim como a produção do conhecimento.

1.1 Contextualização social e histórica do desenvolvimento da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP)

A Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), credenciada pela Portaria Ministerial nº 366/2007, em seu primeiro credenciamento teve a denominação de Instituto Superior das Ciências da Educação do Baixo Parnaíba (ISCDE), Portaria Ministerial nº 196, de 19/01/2005, D.O.U de 21/01/2005, com foro e sede na cidade de Chapadinha (MA), na Avenida Ataliba Vieira de Almeida, 1.452, Centro, é uma Instituição de Ensino Superior (IES) mantida pelo Centro Regional de Ensino Superior, Ltda (CRESU), pessoa jurídica, de direito privado, CNPJ sob o nº 03.985.642/0001-85, tendo o seu estatuto registrado no Tabelionato do 1º Ofício de São Luís.

Inicialmente, o ISCDE foi credenciado para oferecer os cursos de Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Português e Inglês, com 200 vagas anuais, e o Curso Normal Superior, habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental com 400 vagas anuais, ambos, nos turnos diurno e noturno. Suas atividades tiveram início no dia 28 de fevereiro de 2005, com a matrícula de 300 alunos no 1º semestre letivo, sendo 200 alunos no Curso Normal Superior e 100 no Curso de Letras.

A FAP obteve o seu credenciamento nos termos da Portaria de nº 874/2016, D.O.U. nº 156/2016, estando legalmente habilitada para oferecer os seguintes Cursos de Graduação: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia de Produção, Gestão Desportiva e de Lazer, Fisioterapia, Letras Português/Inglês, Letras Português/Espanhol, Pedagogia e Serviço Social nos turnos vespertino e noturno.

Além dos Cursos de Graduação, a FAP também oferece Cursos de Pós-Graduação em “Lato Sensu” em diversas áreas: Acupuntura, Massoterapia, Alfabetização e Letramento, Ciências Políticas e Jurídicas, Direito Educacional, Docência de Ensino Superior, Gestão e Supervisão Educacional, Psicolinguística, Psicopedagogia Clínica e Institucional, Saúde Pública, bem como Programas de Extensão.

Em 2019, em parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), a FAP implantou uma turma de Mestrado Interinstitucional em Educação (MINTER) com 17 alunos e duração de dois anos, com a perspectiva de implantar, uma turma de Doutorado Interinstitucional em Educação (DINTER) e uma nova turma de MINTER em 2020.

A gestão administrativo-acadêmica e financeira da FAP se realiza no plano de deliberação e execução, tanto no nível dos cursos de graduação e pós-graduação. Conforme os documentos oficiais regulatórios, os órgãos da administração têm autoridade, no âmbito de sua competência, sobre toda a Instituição, sendo descentralizada a execução das atividades acadêmico-científicas, que está integrada à orientação, coordenação, supervisão e controle exercidos pelos órgãos da administração superior, articulados com os demais órgãos e setores.

A FAP adota decisões colegiadas, exercendo os princípios da democracia e justiça social. A sua administração central é composta pela Direção de Ensino, Direção Administrativa, Direção de Patrimônio, Direção Acadêmica, Coordenações de Cursos e os órgãos de Apoio Suplementar: Núcleos de Práticas e de Assuntos Estudantis e Comunitários.

Atualmente os cursos de graduação, pós-graduação e os programas e projetos de natureza didático-acadêmico, vinculados à Direção Acadêmica, são ministrados no campus-sede, em Chapadinha (MA), estando em processo de implantação o Projeto de Credenciamento da Educação a Distância (EaD). Integra a estrutura da FAP, o Colégio de Aplicação Nossa Senhora de Fátima (CONSEF) que oferece cursos ligados à educação básica, sendo localizado no mesmo endereço do campus-sede.

A FAP é fruto de uma geração de estudantes da Região do Baixo Parnaíba, Alto Munim e em especial, de Chapadinha, que tinha como ideário oportunizar aos filhos da terra, principalmente àqueles que não dispunham de condições financeiras para chegar aos grandes centros, uma formação profissional digna e sustentável. Tem

a sua integridade e credibilidade confirmada fundamentalmente pelos sujeitos participantes dessa experiência, verificado no âmbito dos trabalhos desenvolvidos nos espaços onde os egressos se apresentam como profissionais, assim como pela legitimidade de sua documentação e pelo alcance positivo dos resultados nos processos de avaliação interno e externo.

A força do trabalho desenvolvida na Instituição é percebida na mudança de atitude e de comportamento da comunidade acadêmica interna e externa diante das situações reais que exigem esforços conjugados entre os parceiros que buscam melhorar a realidade social da região, sobretudo, no percurso da construção de suas identidades profissionais. Acredita-se que, atualmente, um número expressivo de profissionais formados por esta Instituição trabalha arduamente para melhorar as situações de desigualdades a que a comunidade está historicamente submetida. Tal compromisso vem se constituindo em fatores preponderantes para o crescimento social de Chapadinha e das regiões circunvizinhas.

Constata-se, por meio de pesquisas desenvolvidas nos cursos de graduação da FAP, que as mudanças educacionais, econômicas e históricas ocorridas no âmbito da região e em especial, no Município de Chapadinha, têm a presença relevante desses egressos, observada, pela intervenção e atuação da força de trabalho destes profissionais em empresas, nos sistemas municipais e estaduais de ensino, nas universidades públicas e privadas, nas lideranças do setor econômico e financeiro, no empreendedorismo e até mesmo nos intercâmbios internacionais.

Ressalta-se, portanto, o pioneirismo da FAP que, aliando tradição com inovação, ciente das profundas transformações sociais e econômicas pelas quais o Brasil e o mundo têm passado nos últimos anos, teve a sensibilidade de intervir na ausência de incentivos na formação profissional para a ocupação de postos de trabalho pelos cidadãos da cidade e da região. Esse pioneirismo tem renovado a esperança e o papel de coautores no desenvolvimento sustentável dos sujeitos envolvidos.

Nesta perspectiva, a FAP vem ampliando o seu campo de atuação, buscando, por meio dos cursos de graduação, novos espaços para contribuir na formação das pessoas. Além disso, a instituição oferece programas de pós-graduação que atendem a demanda contínua por qualificação e aprofundamento em conhecimento que geram impactos positivos e significativos em suas áreas de atuação. A identidade profissional

do egresso da FAP configura-se em um sujeito atuante que, em sua trajetória, apresenta as marcas históricas do desenvolvimento da sociedade na qual está inserido.

1.1.1 Um breve histórico das realizações do PDI vigência 2019-2023

No cronograma de implantação e implementação de ações, objetivos e metas previstas no PDI, vigência 2019-2023, observaram-se avanços significativos, mesmo diante das ameaças e adversidades impostas pelo cenário da pandemia e pós-pandemia de COVID-19, impondo a reestruturação de orçamento, finanças e planejamento estratégico, para que a curto prazo a Instituição pudesse viabilizar a sua capacidade de atendimento a comunidade acadêmica.

As incertezas decorrentes deste marco situacional impuseram novos parâmetros de governança, incluindo a definição de um planejamento de gestão estratégica e uma agenda de trabalho para atender às particularidades do momento, tais como:

- Implantação do Comitê de Biossegurança;
- Formação em serviço dos funcionários da administração e professores para uso das tecnologias e do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Disponibilização de equipamentos para os funcionários da Instituição, como computadores para uso em teletrabalho;
- Adoção de novas estratégias, asseguradas pelas legislações e Decretos Municipais, Estaduais e Federais, possibilitando a continuidade das políticas de ensino para os alunos.

Dessa forma, a obrigatoriedade do isolamento social determinou o fechamento de todas as instituições educacionais do país para atendimento presencial, indicando o uso de tecnologias digitais da informação e comunicação para dar continuidade às atividades letivas didático-acadêmicas por meio da modalidade remota síncrona ou assíncrona.

As linhas gerais de atuação da FAP foram redimensionadas, tanto as financeiras quanto acadêmicas, resultando na elaboração de um novo calendário acadêmico e planos de ensino adaptados. A Instituição investiu em redes, plataformas, mídias e programas para garantir o acesso e a permanência dos alunos, além de disponibilizar percentuais de desconto de 30% a 50% nas parcelas das mensalidades para todos os alunos.

Destaca-se, ainda, o investimento na expansão da infraestrutura e logística da Instituição, para atender a implementação e implantação dos cursos já existentes e dos novos cursos de Enfermagem e Fisioterapia, conforme previsto no PDI com vigência para o período de 2019-2023. Desse modo, os investimentos destinados a atividades-meio e atividades-fim constantes no plano de investimento e as ações executadas no exercício anterior podem ser observados a seguir:

➤ **Quanto as políticas de inclusão: ingresso, acesso e permanência dos alunos a FAP potencializou:**

- Promoção de apoio pedagógico aos alunos da terceira série do ensino médio das escolas públicas, com atividades na área de língua portuguesa (leitura e produção textual), plantões tira-dúvidas, sessões de relaxamento e acompanhamento psicossocial realizados no auditório da FAP;
- Assinatura de convênios com o município de Chapadinha e municípios circunvizinhos para viabilizar o acesso ao ensino superior, dispondo de bolsas de estudo parciais, ofertando descontos de até 50% sobre o valor da parcela mensal e/ou auxílio-transporte para o deslocamento de alunos;
- Disponibilidade de vagas em processo seletivo através do PROFAP e PROFAP/CIDADES para os concluintes do ensino médio oriundos da rede pública de ensino e demais candidatos em situação de vulnerabilidade social;
- Realização de campanhas de divulgação de processos seletivos/vestibulares da Instituição e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas escolas e redes sociais, com informações e esclarecimentos sobre os programas de bolsas de estudos em regime parcial e integral do PROUNI e PROFAP, bem como sobre o financiamento estudantil FESFAP e FIES;
- Atendimento psicossocial aos alunos com déficits de conteúdos e dificuldades de aprendizagem, sob responsabilidade de um profissional especializado por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPPS);
- Ambientação dos ingressantes na instituição por meio do programa de nivelamento com a oferta de cursos nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Sociais, Noções Básicas de Informática, Formação e Organização de Atitudes Acadêmico-Científicas-Culturais, Oficinas de leitura e Produção Textual; Trabalhos Acadêmicos; Filosofia e Oficina de Biodança;
- Publicação de processos seletivos, disciplinados em editais, para os alunos dos cursos de graduação;
- Oferta de bolsa de estudo em regime parcial de 50%, sobre o valor da parcela mensal para os alunos egressos da FAP nos cursos de pós-graduação.

➤ **Quanto as políticas de incentivo a Instituição propiciou:**

- Apoio e incentivo acadêmico e financeiro à participação de alunos e professores em eventos acadêmico-científicos, intermunicipais, interestaduais e internacionais;
- Ampliação e atualização do acervo físico e virtual da biblioteca;
- Visitas técnicas e orientadas aos alunos dos cursos de saúde aos laboratórios de morfologia e anatomia da Universidade Federal do Maranhão localizados na capital do Estado, bem como a ambientes de contextos de práticas interdisciplinares na área de saúde, em espaços públicos e privados conveniados (clínicas, hospitais, laboratórios, UBS, UPA e postos de saúde);

➤ **Quanto a melhoria e expansão da infraestrutura e logística a FAP realizou:**

- Construção de novas salas de aulas;
- Aquisição de equipamentos para os laboratórios de prática dos cursos de graduação na área da saúde;
- Reforma do auditório da Instituição, incluindo a ampliação de equipamentos de multimídia e ar-condicionado, construção de camarins e sala de controle de som e mídias, proporcionando mais comodidade a toda comunidade acadêmica e aos eventos realizados pela Instituição;
- Adaptação e reforma da estrutura acadêmico-administrativa (Coordenações, Direção Administrativa e Patrimonial, Recursos Humanos, Brinquedoteca, Secretaria Acadêmica, NUTIC, NUPJ, NAPPS, NEAD) visando a melhoria na fluidez do espaço e nas condições ambientais de trabalho;
- Ampliação e melhoria das áreas de convivência, com adaptações para acessibilidade arquitetônica e acessibilidade na comunicação e digital, com sinalização visual e tátil, proporcionando mais segurança e autonomia às pessoas com deficiência;
- Investimentos na ampliação dos recursos de tecnologia assistiva, como softwares para leitura e leitor de tela, além de materiais didáticos digitais com reprodução em áudio;
- Aquisição de equipamentos de multimídias e mobiliários;
- Reestruturação do telhado de toda a Instituição.

➤ **Quanto as políticas de ensino, iniciação à pesquisa e extensão a FAP viabilizou:**

- Atualização dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação por meio do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso (CC), para atender as atualizações emergentes de novas legislações;
- Ressignificação dos currículos no processo de redimensionamento dos componentes curriculares e integralização de carga horária conforme legislações vigente e normas específicas e própria da Instituição;

- Elaboração, implementação e implantação de novos projetos pedagógicos de cursos de graduação e pós-graduação;
- A melhoria dos indicadores de qualidade dos cursos de graduação, quanto a reconhecimento e renovação de cursos, Conceito de Curso (CC) quatro. Além disso, a Instituição também alcançou Conceito Institucional (CI) quatro, no Recredenciamento;
- Junto aos cursos de graduação, encontros, roda de conversas, pesquisas, seminários, visitas técnicas aos campos de atuação com os alunos egressos da Instituição;
- Formação continuada com certificação para egressos dos cursos de graduação da FAP, em suas áreas de atuação;
- O fortalecimento da produção acadêmico-científica por meio de estudos em espaços formais e não formais e diferentes contextos de prática de formação profissional no âmbito campos de estágio e dos Núcleos de Apoio Complementar e Suplementar;
- A publicação de artigos, resumos, e da revista FAP Academic Research;
- O credenciamento da Instituição com autorização de cursos na modalidade EAD;
- A manutenção e atualização periódica do ambiente virtual de aprendizagem;
- A formação permanente dos professores para utilização de recursos tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem;
- Implementação de metodologias problematizadoras no âmbito dos cursos de graduação, potencializando a ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem;
- A formação acadêmico-científica com vivências nas áreas de cultura, saúde e educação do campo, por meio de relatos de experiências, mesas redondas, oficinas e grupos de estudos, incluindo uma programação com conteúdo relacionado à leitura e produção de textos, sensibilização e performances acadêmico-científicas;
- A realização de duas edições do Fórum de Educação do Baixo Parnaíba envolvendo a comunidade acadêmica e externa;
- Realização de Consultoria Administrativa por meio do Projeto Soluciona MEI do Curso de Administração;
- Realização de mais uma edição do IR Social, o projeto oportuniza a produção da declaração de imposto de renda aos candidatos previamente inscritos pelos alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis;
- Promoção do Curso Prático de Injetáveis aos alunos do curso de enfermagem.

➤ **Quanto as políticas de responsabilidade social a FAP realizou:**

- Campanhas de proteção ao meio-ambiente, conscientizando a comunidade acadêmica a adotar práticas mais sustentáveis, como a substituição do uso de copos descartáveis nos bebedouros por garrafinhas próprias;

- Ações sociais em parceria com Instituições não-governamentais e governamentais (Associação Real Brasil, Comunidade Kolping, CREAS, CRAS, e Comunidades carentes) realizadas por alunos e professores dos cursos de graduação em atendimento a sujeitos de direito em situação de vulnerabilidade social;
- Participação dos alunos, professores e técnicos administrativos como representantes da Instituição em fóruns, audiências e conferências públicas no âmbito da educação, saúde, meio ambiente e assistência social;
- Campanhas Ipê Amarelo, Outubro Rosa, Novembro azul, Setembro Amarelo, Vacinação, Doação de sangue, Alimentação Saudável e Aleitamento Materno e prevenção ao uso indevido do álcool e drogas, também foram promovidas ações de conscientização sobre o racismo, prevenção e cuidados com a saúde e bem-estar.

O desenvolvimento das políticas institucionais dos cursos de graduação da Faculdade do Baixo Parnaíba, conforme objetivos, ações e metas constantes nos projetos pedagógicos e documentos regulatórios da faculdade, são potencializados pelos processos de avaliação interna e externa que compõem os ciclos avaliativos e apontam os desafios e enfrentamentos que perpassam o cotidiano da Instituição.

1.2 Missão, visão e valores

A missão de uma Instituição é a declaração do seu alcance e de sua finalidade; refere-se à função social da Faculdade, corresponde aos propósitos e a razão de ser da Instituição. A definição da missão orienta as tomadas de decisões, define os objetivos e subsidia as escolhas e decisões estratégicas. A visão descreve o futuro almejado, reflete sobre o alvo que deseja alcançar, por meio do conjunto de esforços individuais e coletivos resultantes da utilização dos recursos materiais, tecnológicos e financeiros. Os valores correspondem ao conjunto de princípios que definem e facilitam a participação das pessoas no desenvolvimento da missão, visão e dos próprios valores. Definem as regras básicas que norteiam comportamentos e atitudes a serem adotadas e estimuladas no fazer diário. O conjunto formado pela missão, visão e valores compõe a identidade da Instituição, explicitando os seus propósitos e a razão da sua existência.

1.2.1 Missão da FAP

Consoante o seu Regimento Interno, a Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) tem como missão “a Formação de Professores de Educação Básica, Profissionais

Bacharéis e Tecnólogos comprometidos com o desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico sustentável, considerando as exigências do mundo contemporâneo e a necessidade de um trabalho de pesquisa e extensão, articulado com a realidade social em que a IES está inserida”.

A Faculdade é uma Instituição de Ensino Superior (IES) aglutinadora e aberta ao saber e à reflexão crítica, criativa e competente, visando contribuir com o desenvolvimento sustentável do Baixo Parnaíba Maranhense e Alto Muni, tendo como função precípua desenvolver o ensino, a iniciação à pesquisa e a extensão, de forma articulada, visando o cumprimento de sua finalidade criadora, social e educadora.

Assim, o propósito da FAP é possibilitar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, cultural e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local e regional sustentável.

Nessa medida, a IES se propõe a ampliar o seu campo de atuação por meio da oferta de Educação Superior na Modalidade a Distância (EaD), oportunizando a democratização do ensino mediante o princípio da flexibilidade.

1.2.2 A Visão da FAP

Ser uma Instituição reconhecida como referência na construção e difusão do Ensino Superior em toda a região do Baixo Parnaíba e do estado do Maranhão por meio do conhecimento científico, cultural e tecnológico, comprometida com o desenvolvimento social, econômico, inovador e sustentável. A Faculdade opta pela orientação e postura socialmente democrática, coerente, comprometida com a viabilidade das políticas acadêmicas em todas as áreas e dimensões, fundamentais para elaboração e execução do planejamento institucional. Considerando os parâmetros da governança ambiental, social e corporativa.

1.2.3 Princípios e Valores da FAP

Os princípios que norteiam o PDI, PPI e PPC da Faculdade para o quinquênio de 2024 a 2028, os quais representam os valores, estão explicitados a seguir:

- Compromisso com a justiça social, liberdade, equidade, cidadania, ética e transparência nas relações fundamentais do desenvolvimento humano, preservação do meio ambiente e gestão democrática;
- Integração do ensino com a iniciação científica e a extensão;
- Difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização;
- Inclusão dos cidadãos que foram colocados historicamente à margem das políticas de formação para o trabalho, entre estes, as pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado;
- Respeito à diversidade e a pluralidade de pensamento e natureza do ensino superior, sob a responsabilidade social da Instituição.

Associados a Missão, a Visão e os Valores estão as finalidades essenciais da FAP, apresentada a seguir.

1.3 Finalidades

De acordo com o Regimento Interno institucional são finalidades da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP):

- Exercício da função crítico-científica, que expresse o compromisso social e político do profissional;
- Sistematização e divulgação de seu trabalho e produção acadêmico-científica;
- Formação integral e permanente, qualificando para o mundo do trabalho;
- Compromisso com a democracia e o desenvolvimento social, cultural, político e educacional, por meio de ações coletivas em vários níveis;
- Geração de novos conhecimentos e aperfeiçoamento dos recursos e fortalecimento do ensino;
- Preservação da cultura e dos valores éticos, estéticos e políticos;
- Vinculação teoria/prática com ênfase na iniciação à pesquisa, como meio de produção de conhecimento e intervenção na prática social;
- Articulação das instituições governamentais e não governamentais para o desenvolvimento de ações educativas de informação e preservação acerca das matas ciliares e da biodiversidade da Região do Baixo Parnaíba e Alto Munim, como forma de convivência harmônica com o meio ambiente.

A Faculdade tem a materialidade de sua natureza, objetivos e metas vinculadas a um conjunto de diretrizes, políticas e proposições, pensadas, elaboradas e sistematizadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional.

1.4 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade do Baixo Parnaíba se constitui em um documento estruturante norteador de ações, metas e estratégias a serem desenvolvidas no período de cinco anos de vigência. Está articulado com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), instrumento de natureza política, filosófica, alinhado aos princípios e valores institucionais que fundamentam as políticas e as práticas acadêmicas da Instituição.

O PDI para o exercício de 2024 a 2028, apresenta-se como um instrumento guia para o fomento e execução de objetivos, metas e ações institucionais, que são acompanhadas e monitoradas pelos ciclos de processos avaliativos institucionais validado pelos resultados acadêmicos e avaliações internas e externas, como Comissão Própria de Avaliação (CPA), o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). A FAP assume o compromisso com o desenvolvimento local com a implementação dos cursos já existentes e a implantação de novos cursos de graduação.

O referido plano caracteriza-se pelos processos participativos no que confere a diversidade das atividades-meio e atividades-fim, potencializadas pelas condições históricas e socialmente determinadas no enfrentamento de adversidades e de incertezas, mas também nos desafios e ousadias que venham assegurar os valores e compromissos na manutenção e desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, e de suas responsabilidades sociais.

Aliados aos princípios inovadores de gestão participativa já mencionados, para o quinquênio 2024-2028, a Faculdade do Baixo Parnaíba criou, ainda em fase de implantação, o setor de governança ambiental, social e corporativa, pautada na abordagem ESG, com o propósito de implementar medidas objetivas para corporificar a gestão acadêmica por meio de políticas institucionais de governança e compliance, ancoradas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Tais medidas garantem o alinhamento do modelo de gestão no âmbito dos setores acadêmico-administrativo, utilizando-se da metodologia OKR (Objectives Keys-Results), ferramenta de gestão de desempenho que proporciona o aumento e a melhoria da performance, com engajamento e desenvolvimento dos coparticipantes. A referida metodologia traduz com clareza e precisão os objetivos propostos, metas e

resultados do processo. Utiliza-se ainda a metodologia KPI (Key Performance Indicators), ferramenta de gestão utilizada para mensurar desempenho das etapas do processo OKR, conforme o planejamento estratégico da instituição.

Neste sentido, a análise situacional do cenário sociopolítico, econômico e educacional pressupõe que a missão, visão, valores, diretrizes didático-pedagógicas, princípios metodológicos e as políticas institucionais, bem como os elementos que fundamentam à estrutura organizacional acadêmico-administrativas da FAP, corresponda os objetivos e finalidades de sua função social, seus propósitos e a razão de sua existência.

O PDI, 2024-2028, alinhado com o planejamento estratégico de sua mantenedora, foi elaborado pela Comissão de Planejamento Estratégico (COPLAE) de forma coletiva, ouvindo demandas de alunos, professores, funcionários e comunidade externa por meio de reuniões sistemáticas, encontros estabelecidos em Calendário Acadêmico, dos órgãos colegiados, assembleias estudantis, representantes da Mantenedora e dos integrantes da Comissão Própria de Avaliação (CPA), envolvendo, portanto, toda a comunidade acadêmica da FAP.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

Nesta dimensão o PDI da Instituição define suas políticas, normas e propósitos para o ensino de graduação e pós-graduação, assim como a iniciação à pesquisa e extensão. Fixa a relação das atividades de ensino com as demandas locais, regionais e com o projeto pedagógico dos cursos de graduação e suas propostas curriculares, organizadas dentro dos parâmetros de qualidade científica e pedagógica.

Desse modo, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional são documentos que orientam ações e atividades da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). Eles se constituem em referências norteadoras das normas e diretrizes próprias e específicas da Instituição.

O PPI é um instrumento de natureza política, filosófica e de articulação teórico-metodológica, alinhado aos princípios e valores institucionais que orienta as práticas acadêmicas da Faculdade do Baixo Parnaíba, tendo em vista, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), inciso I, Art. 12, prevê que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica" e a sua

trajetória social, histórica, de inserção regional, vocação, missão, visão, valores e os objetivos gerais e específicos.

O PPI apresenta as diretrizes pedagógicas que orientam as políticas da Instituição e redimensiona as atividades acadêmicas já existentes, bem como aquelas que pretende desenvolver, alinhadas à ideia de que nos ambientes de formação profissional, seja em salas de aula, biblioteca, espaços físicos e/ou virtuais de ensino, a estrutura curricular, a indissociabilidade entre teoria e prática, iniciação a pesquisa e extensão e a pós-graduação contemplará as relações de interdependência com a comunidade interna e externa em observância aos objetivos e finalidades da Instituição.

2.1 Concepção do Projeto Pedagógico Institucional (PPI)

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um documento construído coletivamente que norteia as práticas acadêmicas da Instituição, em observação a sua trajetória histórica, inserção regional, missão, objetivos e metas, que traduz as discussões sobre a participação em atividades promovidas por instituições parceiras, governamentais e não governamentais, bem como os debates ocorridos no seio da comunidade acadêmica, constituindo-se como uma referência para as reflexões e práticas presentes no cotidiano institucional.

A FAP é uma Instituição aglutinadora, plural e aberta à construção de saberes e fazeres sistematizados, multidisciplinares e interdisciplinares, promove à reflexão crítica, criativa e competente, e se propôs a contribuir com o desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense e demais regiões em que atua. Para tanto, elaborou, em parceria com o seu corpo de profissionais, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Na perspectiva do desenvolvimento regional, a Instituição busca manter-se atualizada para atender as necessidades do mundo, do mercado de trabalho e do desenvolvimento tecnológico, sem, contudo, perder de vista o perfil do egresso que se pretende formar: um profissional com autonomia intelectual e competência polivalente para manejar de forma crítica e criativa a ação pedagógica. Esse profissional é pautado nos princípios e valores estéticos, políticos e éticos, comprometido com a prática investigativa, capaz de fazer uso de novas tecnologias e de gerir, de forma autônoma e permanente, seu processo de formação profissional.

A elaboração do PPI superou os desafios próprios do exercício da participação e do compartilhamento, num trabalho efetivamente cooperativo. Isso porque o PPI é resultado da negociação e diálogo provenientes do pluralismo de ideias dos diferentes atores institucionais envolvidos. A diversidade de saberes e práticas, própria da formação profissional na Instituição, reflete os diferentes propósitos em torno do fenômeno educativo, contribuindo decisivamente para o debate e ratificação dos princípios acadêmicos.

Tais princípios permitiram a construção do quadro de referência conceitual e metodológica que norteia a missão da Faculdade do Baixo Parnaíba, considerando os parâmetros de condução das atividades pedagógicas e das políticas institucionais identificadas na linha filosófico-pedagógica e humanista que fundamenta os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, ofertados na modalidade presencial ou a distância, de forma articulada e indissociável dos processos e ações sociais e culturais que o compõem. Entre as características básicas estão:

- Identificação do processo acadêmico conforme as necessidades do aluno expressas na proposta pedagógica;
- O aluno como sujeito social do processo de ensino e aprendizagem;
- O entendimento da ação pedagógica com excelência acadêmico-institucional;
- A intencionalidade educativa compreendida como um parâmetro de qualidade que orienta a ação e o desempenho acadêmico do aluno;
- Qualificação do corpo social e técnico-administrativo;
- Diversidade, equidade, articulação teoria e prática, sustentabilidade como princípios que norteiam e subsidiam os valores, missão e finalidade da Instituição;
- Consolidação da extensão como parte da curricularização viabilizada pela ação do currículo e do compromisso social da Instituição com a socialização do saber produzido;
- Compreensão do contexto social, econômico e cultural nos quais se desenvolvem o processo educacional como fortalecimento da cultura organizacional;
- A viabilidade de convênios, contratos e acordos com agência de fomento à iniciação à pesquisa e à extensão com organizações públicas e privadas alinhadas as inovações tecnológicas no âmbito nacional e internacional;
- Inserção da Faculdade no campo da educação, das tecnologias digitais da informação e comunicação, da saúde, ação social e dos direitos humanos.

O PDI elaborado coletivamente reflete a identidade da Instituição consubstanciada pelo compromisso de um saber acadêmico-científico social e

historicamente construído a partir da visão do homem, sociedade, e de uma educação que contribui para a construção da sustentabilidade dos propósitos sócio-políticos e econômicos que orientam as múltiplas ações pedagógicas da FAP. A Faculdade se propõe a contribuir na formação de profissionais para o mundo do trabalho a partir da construção do conhecimento com responsabilidade social em defesa da vida e da cidadania.

2.2 Inserção regional

A complexidade da sociedade contemporânea impõe desafios que exigem esforços consideráveis para a transformação da realidade adversa, uma vez que a melhoria das condições de vida da população em geral deve estar apoiada na desconcentração da produção da riqueza e da renda.

Pesquisas apontam que os países que melhoraram seus indicadores socioeconômicos investiram estrategicamente, em educação e, dessa forma, adequaram a formação humana às exigências do capital e às necessidades do mundo do trabalho. Assim, os investimentos nas políticas de crescimento econômico exigem uma formação profissional com qualificação e requalificação para promover a empregabilidade. Isso necessariamente envolve a melhoria contínua da escolarização, influenciando de forma qualitativa as condições de vida da população.

O Brasil tem buscado, de forma consistente, construir mudanças em atendimento às demandas por educação com qualidade social. O fato ocorreu, sobretudo, porque a universalização da Educação Básica proporcionou um crescimento nas taxas de escolarização. No entanto, não possibilitou a necessária permanência dos alunos, nem a qualidade das aprendizagens na escola, como revelam os indicadores internos e externos das avaliações. Esses indicadores atestam, portanto, a fragilidade do sistema educacional.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na última avaliação do Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (PISA) edição de 2018, analisaram 79 países, incluindo o Brasil. A ocupação do Brasil no ranking foi: entre 58º e 60º lugar em leitura; entre 66º e 68º em ciências; e entre 72º e 74º em matemática. A variação ocorre devido à margem de erro adotada pela pesquisa. Em 2018, participaram do PISA 10.691 alunos brasileiros de 597 escolas. Dentre esses alunos, 74,3% estavam no

ensino médio; dos quais 95,1% moravam em área urbana; 77,3% viviam em municípios do interior; e 68,3% são alunos matriculados na rede estadual.

Figura 1 - Ranking dos Países no PISA 2018

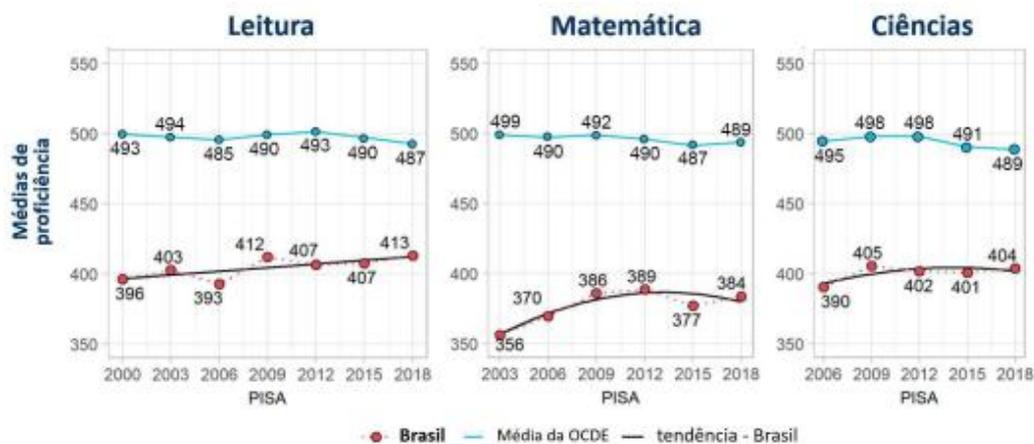


Fonte: OCDE.

Conforme o MEC/PISA/2018, nesta última avaliação, a média brasileira em leitura foi de 413 pontos, enquanto o primeiro colocado obteve, como resultado, 555 pontos. O desempenho do Brasil foi abaixo da média em Ciências, Leitura e Matemática, embora tenha ampliado o número de alunos escolarizados. Na área de Ciências e Leitura, o Brasil ficou abaixo de países como Portugal, Uruguai, Espanha, Costa Rica e Chile no ranking. Na área de Matemática, todos os países superaram o Brasil e a diferença entre a média brasileira e a do Chile foi de 33 pontos.

Os gráficos a seguir apresentam os dados do desempenho dos alunos brasileiros na prova da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na faixa etária de 15 anos:

Figura 2 - Desempenho dos estudantes brasileiros em Ciências, Matemática e Leitura na prova da OCDE

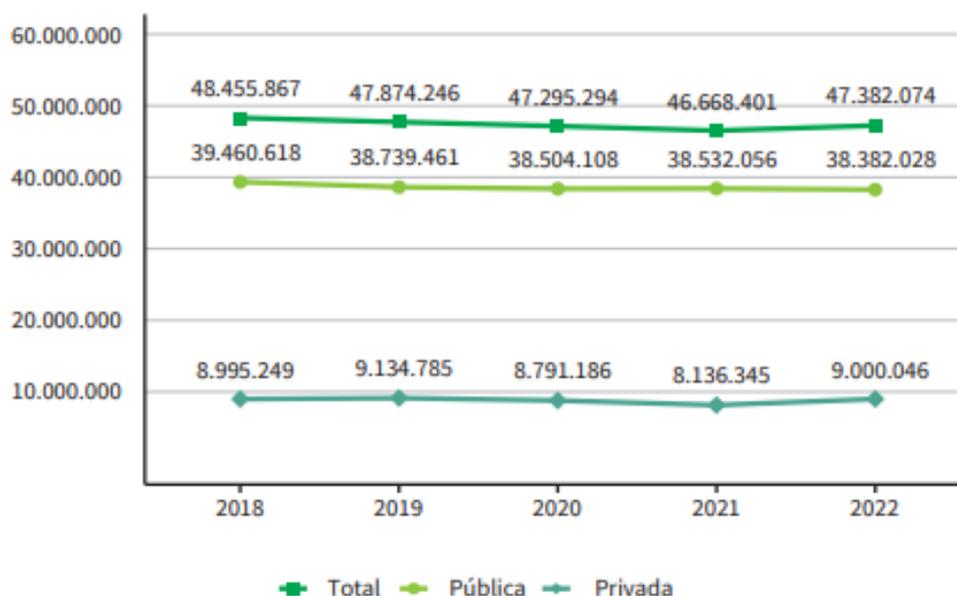


Fonte: OCDE.

Os dados revelados nas figuras 1 e 2 demonstram que os índices de desempenho educacional ainda são insatisfatórios, inconsistentes e frágeis. Além disso, apesar das intensas discussões nos fóruns de debate sobre a oferta e a qualidade do ensino básico, da implantação e dos investimentos em políticas públicas educacionais nos últimos dez anos, os resultados ainda não têm traduzido ganhos significativos.

Segundo o Censo (2022) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), contabilizou-se o aumento de 714 mil nas matrículas da Educação Básica entre os anos de 2021 e 2022, conforme mostra a figura 3.

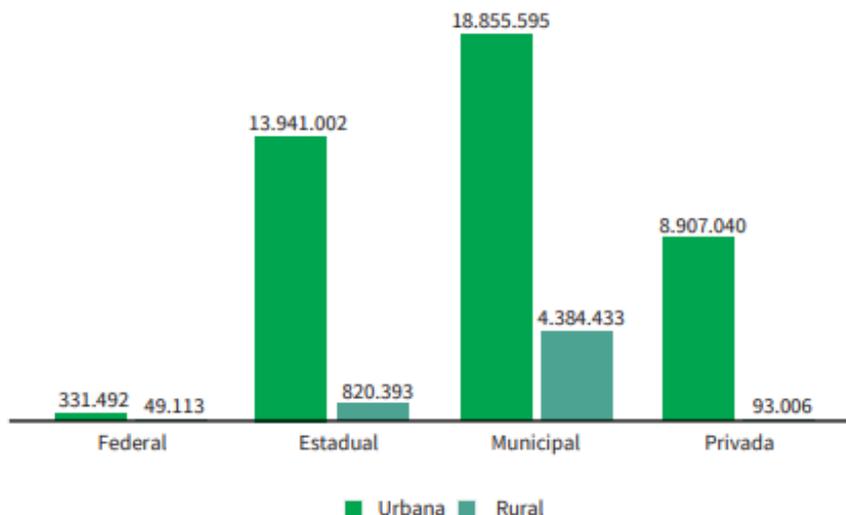
Figura 3 - Matrículas da educação básica dos anos de 2018 a 2022



Fonte: INEP (2023).

Considerando a figura 4, observa-se que as matrículas da educação básica estão predominantemente na área urbana, correspondendo a um total de 88,7%. A rede privada apresentou um número ainda maior de matrículas em escolas urbanas, totalizando 99,0%. No que diz respeito à rede pública municipal, esta apresenta a maior proporção de matrículas em escolas rurais, com percentual de 18,9%, seguida pela rede federal, com 12,9%.

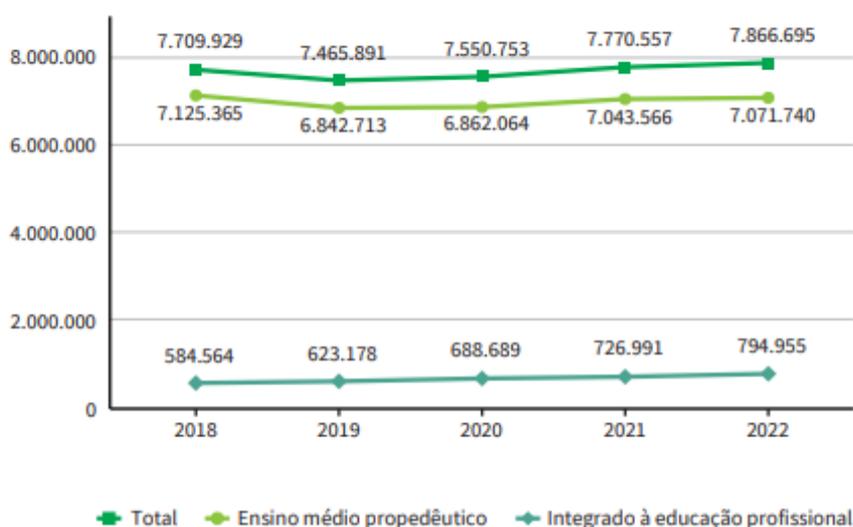
Figura 4 - Matrículas em escolas da educação básica nas redes pública e privada



Fonte: INEP (2022).

O Censo da Educação Básica registrou, em 2022, 7,9 milhões de matrículas no ensino médio, correspondendo um aumento de 1,2% no número de alunos matriculados no último ano. Com relação à matrícula integrada à educação profissional, nota-se o crescimento na ordem de 36% nos últimos cinco anos, que, de 584.564 em 2018 passou para 794.955 em 2022.

Figura 5 - Número de matrículas no ensino médio no Brasil de 2018 a 2022

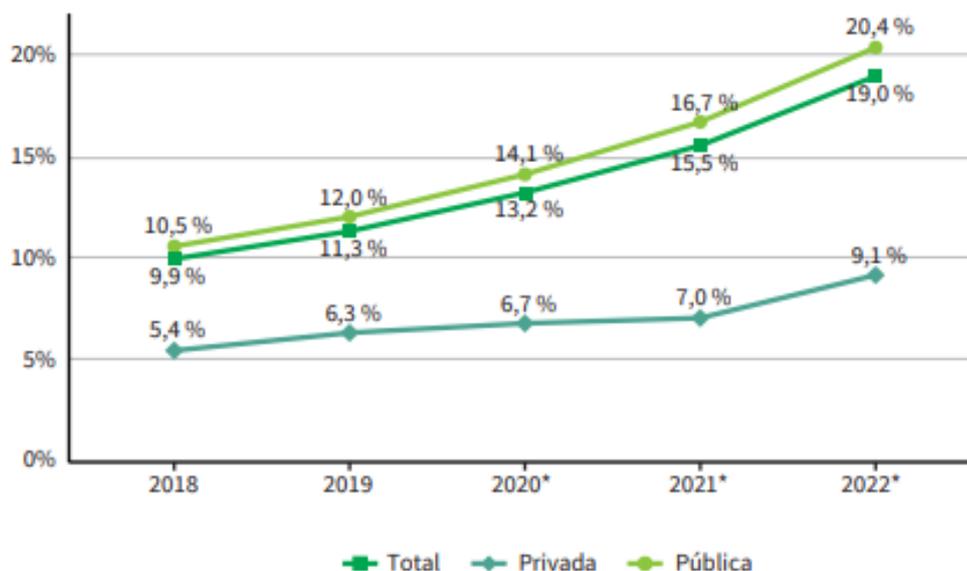


Fonte: INEP (2022).

No que diz respeito ao tempo de permanência do aluno na escola e/ou em atividades escolares em 2022, observou-se que dos alunos matriculados no ensino

médio, 19% mantiveram-se em tempo igual ou superior a 35 horas semanais, equivalendo a uma média de 7 horas diárias, o que os denominou como alunos de tempo integral. Observou-se ainda que as matrículas de tempo integral apresentam predominância na rede pública, correspondendo a 20,4%, em relação à rede privada, que totaliza apenas 9,1%, destacando-se um aumento de 9,9 pontos percentuais.

Figura 6 - Proporção de matrículas de alunos em tempo integral no ensino médio por rede de ensino



Fonte: INEP (2023).

Tais iniciativas em curso, por meio de reformas da educação, ainda não corresponderam às reais demandas oriundas da sociedade e do mercado do trabalho. Essas constatações são respaldadas pelas últimas estatísticas que, em 2021, apontam que o Brasil atingiu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2021) de 5.8 pontos nos anos iniciais do ensino fundamental, 5.1 nos anos finais do ensino fundamental e 4.2 no ensino médio, não alcançando a meta projetada em nenhum dos níveis de ensino.

No estado do Maranhão, os dados do IDEB apresentam um decréscimo de 3.7 para 3.5 no ensino médio, ratificando as informações acima descritas. Embora seja evidente que as condições socioeconômicas da educação no Maranhão sejam desfavoráveis, ratificando a necessidade de investimento com responsabilidade social e técnica, e formação crítica, quando comparada a rede pública estadual de ensino, fica à frente dos estados do Pará que apresenta 3.0, Rio Grande do Norte, 2.8 e Amapá 3.1.

Quanto ao Ensino Médio, o Brasil, em 2022, registrou 7,9 milhões de matrículas no ensino médio. O total apresentou uma elevação de 1,2% em relação ao último ano. Neste mesmo ano, o estado do Maranhão apresentou uma matrícula de 245.195 estudantes no ensino médio, apresentando um razoável crescimento, mesmo com um considerável número de alunos concluintes no final da educação básica. Nesse sentido, cabe ressaltar a Meta 12 do Plano Nacional de Educação:

[...] elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014, NÃO PAGINADO).

Nesse contexto, para corresponder às metas de matrículas no Ensino Superior, exigidas na Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), e Meta 13 do Plano Estadual de Educação (PEE), considerando a demanda reprimida da oferta de vagas para a Educação Superior em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, percebe-se que a oferta, qualidade e variedade de cursos de Educação Superior ainda são insuficientes, uma vez que não conseguem atender tais necessidades.

Diante das demandas sociais e das exigências para melhor qualificar os recursos humanos na região, a Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), cônica da sua responsabilidade social, considera de extrema importância a implantação de novos cursos de graduação com projetos pedagógicos pensados e elaborados com um corpo social de profissionais da educação qualificados, enfrentando os desafios, respeitando as particularidades e peculiaridades das regiões em que se encontra inserida, nestes 19 anos ofertando cursos de graduação e pós-graduação presenciais, mesmo com todas as adversidades oriundas do município de Chapadinha, interior do Maranhão.

A oferta de Educação Superior potencializa o desenvolvimento social, cultural, econômico e educacional, e conseqüentemente a qualidade de vida dos cidadãos que vivem geograficamente no entorno da Instituição. A Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) é consciente de sua colaboração para a formação profissional e humana em Chapadinha, municípios circunvizinhos e regiões do Maranhão e do Município de Parnaíba(PI) em que esteja listada como espaço de oferta destes serviços, seja a distância ou presencial.

Tem-se a compressão que a FAP se constitui uma instituição importantíssima, considerando que ao longo dos seus dezenove anos de criação, contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento humano e social nas regiões do Estado do Maranhão e na região Litorânea do Estado do Piauí. A Instituição oferece serviços relevantes na formação de profissionais qualificados nas áreas de educação, saúde, empreendedorismo, gestão de negócios direito e justiça social.

A FAP assume sua responsabilidade social como pioneira na geração de empregabilidade e renda, promovendo a inclusão social e oportunizando a oferta de bolsas de estudos para os filhos dos trabalhadores das comunidades do campo e urbana. Tal compromisso social reverbera no cotidiano da vida social, nos diferentes âmbitos das relações humanas, étnico-raciais, meio-ambiente, direitos humanos e patrimônio cultural. Nesse sentido, a Instituição se destaca pela formação profissional consciente, ética e consistente de mais de dois mil graduados e pós-graduados, nas mais diversas áreas profissionais, em especial com relevante serviços prestados na formação de professores.

Nesse cenário, a FAP objetiva corresponder as demandas a que se propõe por meio da integração do ensino, iniciação à pesquisa e extensão, assumindo o compromisso face às necessidades apresentadas, em cumprimento a sua missão e objetivos. A Instituição não mede esforços para promover o acesso, a permanência e o sucesso dos sujeitos ingressantes no Ensino Superior, por meio de programas, projetos e ações tanto no âmbito acadêmico quanto social.

Destaca-se que a área geográfica e política do Estado do Maranhão e do Piauí em que será implantado o EaD da FAP caracteriza-se em abrangência territorial e de difícil acesso, especialmente no que se refere às políticas sociais e de educação quanto ao atendimento de qualidade. Tal afirmação pode ser comprovada por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos municípios, que historicamente mostram fragilidades.

No município de Chapadinha, por exemplo, havia cerca de 3.022 alunos matriculados no ano de 2022. No mesmo ano, foram 16.003 concluintes do Ensino Médio nos 14 municípios mencionados. Portanto, considerando a taxa de concluintes, destaca-se que há uma expressiva demanda por Educação Superior na região do Baixo Parnaíba. O quadro a seguir mostra a matrícula nos municípios pertencentes à Unidade Regional de Educação (URE) de Chapadinha e indica um fluxo decrescente

no número de alunos que cursam o Ensino Médio.

Quadro 1 - Matrículas dos Alunos do Ensino Médio – Unidade Regional de Chapadinha (MA)

CIDADE	2018	2019	2020	2021	2022
Chapadinha	3.087	3.184	2.980	3.182	3.022
Brejo	1.411	1.402	1.606	1.572	1.590
Água Doce do Maranhão	827	872	852	698	799
Santa Quitéria do Maranhão	1.654	1.807	1.531	1.388	1.216
Anapurus	735	750	847	771	667
Tutóia	2.810	2.821	2.668	2.647	2.302
São Bernardo	1.258	1.392	1.389	1.317	1.155
Milagres do Maranhão	185	222	155	250	277
Araioses	1.786	1.843	1.266	1.450	1.157
Magalhães de Almeida	870	865	829	719	639
Santana do Maranhão	454	537	394	312	305
Paulino Neves	1.368	1.188	1.130	1.167	1.084
Buriti	1.102	1.152	1.210	1.178	959
Mata Roma	947	944	858	853	831
TOTAL	18.494	18.979	17.715	17.504	16.003

Fonte: Secretaria Estadual da Educação do Estado do Maranhão/ URE (2022).

Os dados demonstrados no quadro acima revelam um crescimento razoável nas matrículas do ensino médio, nos anos de 2018 e 2019. No entanto, em relação aos anos de 2020, 2021 e 2022 há um decréscimo na demanda. Observou-se, entretanto, observou-se que o quantitativo de concluintes na educação básica permanece considerável. Portanto, as matrículas no Ensino Superior, considerando as demandas historicamente reprimidas, ainda não correspondem às metas exigidas no Plano Nacional de Educação, seja quanto ao número de vagas ofertadas ou aos cursos de graduação.

Os dados da educação básica e do ensino superior demonstrados acima ratificam a demanda pelos serviços educacionais disponibilizados pela Faculdade do Baixo Parnaíba ao longo destes dezenove anos de existência. Ao mesmo tempo, subsidiam a análise do contexto histórico, geográfico e socioeconômico do município e da região onde a IES está inserida.

2.2.1 O contexto geográfico, sócio-histórico, político, econômico, e educacional do município de Chapadinha

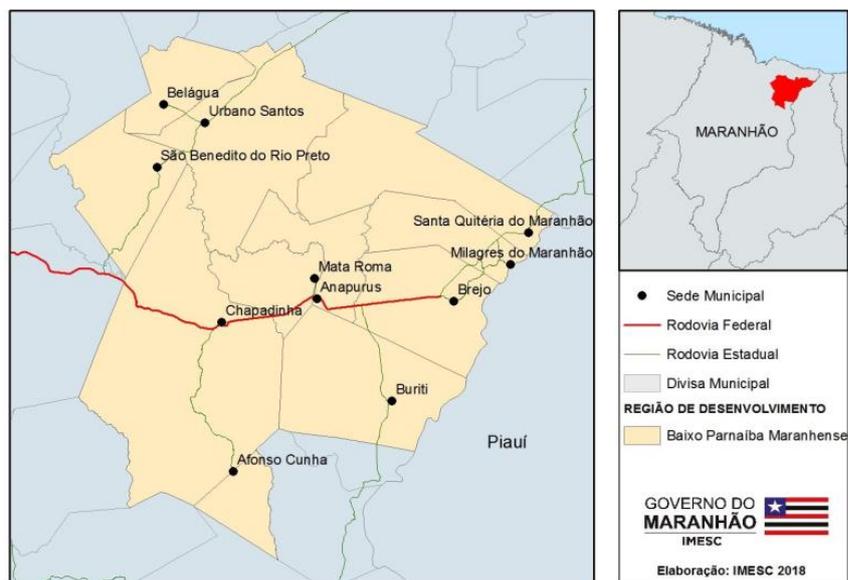
A região do Baixo Parnaíba, situada na mesorregião do Leste Maranhense, é composta pelas microrregiões e municípios apresentados respectivamente, a seguir:

Microrregião do Baixo Parnaíba: Água Doce do Maranhão, Araioses, Magalhães de

Almeida, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão e São Bernardo; **Microrregião de Chapadinha:** Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos e a **Microrregião de Coelho Neto:** Afonso Cunha, Aldeias Altas, Coelho Neto e Duque Bacelar. Incluindo os municípios Paulino Neves e Tutóia, que fazem parte da **Microrregião dos Lençóis Maranhenses.**

Segundo dados do IBGE/2016, tais microrregiões compreendem 21 (vinte e um) municípios, organizados conforme a Lei Complementar Nº 108/2007, que estruturou as Bases Administrativas em Sedes Regionais, que dispõem de autonomia político-administrativa para a gestão dos processos de pessoas, de patrimônios e de políticas públicas nas áreas de educação e saúde, específicas dos órgãos públicos a que pertencem. Neste sentido, a Região do Baixo Parnaíba funciona como sede da Região de Planejamento da "[...] nova fronteira agrícola" do Maranhão e do Matopiba: o Baixo Parnaíba Maranhense [...]" (CHAPADINHA, 2016, NÃO PAGINADO).

Figura 7 - Mapa da Região do Baixo Parnaíba Maranhense



Fonte: IMESC (2018).

O município de Chapadinha limita-se ao norte com os municípios de São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos, ao sul com Afonso Cunha, Coelho Neto e Codó, a leste com Buriti e Mata Roma, e a oeste com os municípios de Timbira, Nina Rodrigues e Vargem Grande. Possui uma área territorial de 3.247,385 Km² e uma população estimada, em 2022, de 81.386 habitantes e está situado a 250 km da capital

do Estado do Maranhão.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2010, o município de Chapadinha tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,604 e, de acordo com IBGE de 2020, um PIB de R\$ 9.880,06 mil. Na esfera educacional, segundo dados do INEP (2021), apresenta nos anos iniciais um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 4.1 e nos anos finais de 3.9, abaixo de suas metas (5.2).

Historicamente, o município de Chapadinha é oriundo de um pequeno vilarejo formado por descendentes de índios Anapurus. Geograficamente, nos anos de 1783, século XVIII, pertenceu aos municípios de Brejo e Vargem Grande. A terra produtiva do lugarejo Aldeia tornou-se atrativa para o fomento do comércio, impulsionando a economia local e, ao mesmo tempo, o crescimento da população. Logo, o povoado passou ter o nome de Chapada das Mulatas. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016). No século XX, Chapadinha foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 45 de 29 de março de 1938.

Neste contexto, vale ressaltar que o município de Chapadinha foi um dos maiores exploradores de babaçu do estado do Maranhão. Hoje, por omissão e falta de uma política de investimentos no potencial e vocação agrícola da região, vigora apenas a de subsistência. Moradores e pequenos proprietários dessas terras se viram obrigados a sair dos lugares onde viveram as gerações de suas famílias e a “cederem” seus espaços à atividade econômica do agronegócio, por meio, primeiramente, da monocultura da soja. Atualmente, destacam-se as plantações de eucaliptos, que crescem desmedidamente, carecendo de um olhar mais cuidadoso, seja por parte das populações destes lugares, seja pelos mecanismos institucionais de controle social. Sendo de fácil identificação, apenas a olho nu, a soberba crescente e modificada das paisagens destas regiões.

Chapadinha, pela sua configuração geográfica e político-administrativa, se constitui polo de negócios, atraindo o desenvolvimento do comércio e do setor de serviços. Apresenta ofertas variadas de produtos que convergem, seja no campo do varejo ou atacado, na instalação de empresas de pequeno, médio e grande porte de setores diversos (eletrodomésticos, supermercados, revenda de automóveis e motocicletas, lojas de vestuário, cama, mesa e banho e comércio de variedades). Além destes, possui instituições financeiras públicas e privadas (Banco do Brasil,

Banco do Nordeste, Caixa Econômica e Bradesco), Correios, Casas Lotéricas, SEBRAE, Empresas de Transportes, hotéis, pousadas e restaurantes.

O acesso ao município foi, consideravelmente, melhorado pela complementação das rodovias BR-222 e a MA 230, que ligam o Maranhão, o Piauí e o Ceará. A cidade possui várias linhas interurbanas que atendem às necessidades da população, ligando variadas localidades à Chapadinha, que se constitui uma cidade polo, onde as populações circunvizinhas utilizam dos serviços, relacionados a seguir:

➤ Órgãos Públicos Federais – Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Receita Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ICMBio (RESEX Chapada Limpa) e outros órgãos.

➤ Radiodifusão: no setor de radiodifusão, existem as rádios Mirante (1520KHz), Mirante FM (95,1MHz), FM (98,1MHz), Câmara FM de Chapadinha (106,01MHz) e Cultura FM (87,9MHz).

➤ Telecomunicações - Na cidade de Chapadinha atualmente encontra-se a cobertura de 4 operadoras de telefonia móvel celular: Oi, TIM, Vivo e Claro. Além disso, ainda existem serviços de Telefonia Fixa e Banda Larga da operadora Oi assim como de várias outras operadoras locais de internet via rádio e por fibra óptica.

➤ Em 2005, a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) registrou 11.997 residências com energia elétrica. A média de consumo geral de energia é de 1.358.526 w/h. Em 2018, a Equatorial Energia adquiriu o controle das distribuidoras de energia do Piauí e, no início de 2019, a de Alagoas. O Grupo Equatorial Energia é uma holding com forte atuação no setor elétrico, nos segmentos de geração, transmissão, distribuição, comercialização, além da área de telecomunicações e serviços. Com sede em Brasília, vem se consolidando no cenário brasileiro pelo desempenho, e tem sua história marcada por dois processos bem-sucedidos de turnaround nas distribuidoras de energia do Maranhão (Equatorial Maranhão) e da Centrais Elétricas do Pará (Celpa), o que comprova a eficiência do seu modelo de gestão.

➤ Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), registrou, em Chapadinha, 8.228 residências atendidas pela rede de água encanada. A média de fornecimento de água é de 9.744 m³/dia. Atualmente, estão sendo executadas obras de modernização e ampliação do sistema de abastecimento de água em Chapadinha, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) II do Governo Federal,

que é de responsabilidade da CAEMA, que tem uma concessão de 20 anos na cidade e que só depois de 18 anos começou o serviço de ampliação do fornecimento de água para a cidade.

➤ A 6ª Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) de Chapadinha atende a toda a região do Baixo Parnaíba, com a emissão de carteira de habilitação e fiscalização do trânsito. A frota de veículos de Chapadinha, de acordo com dados do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), de 2022, é de 25.152 veículos, sendo 14.376 motocicletas, 3.859 motonetas e o restante, 6.917, entre automóveis, caminhonetes, caminhões e ônibus.

➤ Secretaria Municipal de Saúde - Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, é responsável pelo Hospital Municipal Benú Mendes, pelo Complexo Hospitalar Antônio Pontes de Aguiar e pela Unidade de Pronto Atendimento, administrados pela Prefeitura. O município conta com 1 (um) Hospital Regional de Chapadinha, administrado pelo governo do estado, e 6 (seis) Hospitais particulares: Clínica São Francisco, Clínica São Pedro, Clínica São Raimundo, Ultra-Clínica, Centro de Medicina Avançada de Chapadinha e Hospital das Clínicas. Ainda sob a gestão municipal funcionam 26 (vinte e seis) Unidades de Saúde Básica da Família e 7 (sete) postos de saúde, distribuídas entre a zona urbana e rural.

➤ Secretaria Municipal de Assistência Social – mantém um Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que é administrado pelo município.

➤ Organizações não governamentais – Pastoral da Criança, Conselho Tutelar, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Comunidade Kolping, Sindicatos, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Associações, Entidades Estudantis.

➤ Segurança Pública: Chapadinha, possui um complexo policial que atende como Delegacia Regional de Polícia e o Centro de Detenção Provisória (CDP), com capacidade para 60 detentos, possuindo uma cela especial.

➤ Polícia Militar: Chapadinha é sede do 16º Batalhão de Polícia Militar, que atende a 17 municípios.

➤ Guarda Municipal e Agentes de Trânsito: Chapadinha conta também com a Guarda Civil Municipal, que possui um contingente de 62 Guardas Municipais e com o Departamento Municipal de Trânsito (DMT) - que conta com 21 agentes de trânsito.

➤ Secretaria Municipal de Educação (SEMED) - é o órgão executivo responsável pela organização, coordenação, articulação e manutenção do Sistema Municipal de Ensino (SME). Cabe-lhe elaborar e executar as políticas educacionais fixadas no Plano Municipal de Educação (PME), em parceria com o Conselho Municipal de Educação (CME), que tem função normativa e de assessoria, assim como de elaboração de diretrizes, regras e as normas para o município de acordo com as determinações das leis federais e/ou estaduais e específicas da organização municipal. Sob sua responsabilidade incide o funcionamento do SME, responsável pelo encaminhamento e monitoramento da funcionalidade da rede de escolas públicas oficiais, composta de 182 (cento e oitenta e dois) unidades de ensino, sendo 106 (cento e seis) delas localizada no perímetro urbano e 76 (setenta e seis) no campo. Dentre estas, 5 (cinco) atendem creches, 118 (cento e dezoito) pré-escolas, 129 (cento e vinte e nove) anos iniciais do Ensino Fundamental, 50 (cinquenta) anos finais, e 9 (nove) Educação de Jovens e Adultos (EJA). O SME tem trabalhado na organização e atualização de seus Currículos, bem como de suas metas estabelecidas pelo PME.

➤ Ensino Superior – Chapadinho, por ser uma cidade-polo da microrregião em referência às demais cidades circunvizinhas, detém todos os polos de Universidades Públicas e particulares. Assim como as Universidades Públicas, Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), destacam-se outras Instituições de Ensino Superior particulares, com oferta de curso de graduação na modalidade a distância e como a única credenciada para a oferta de cursos de Graduação e Pós-Graduação presencial na cidade, a Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

➤ A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) oferece os cursos: Biologia, Zootecnia, Agronomia e Engenharia Agrícola. A construção de uma Universidade Pública/Federal na cidade facilitou a vida de muitos jovens que terminam o ensino médio, pois a Universidade mais próxima fica na capital São Luís, a cerca de 250 km de distância. Apesar da distância, conseguir uma vaga em uma Universidade Federal da capital requer muito esforço e uma grande pontuação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que é sua principal forma de ingresso.

A rede de escolas do município de Chapadinho encontra-se estruturada pelo Sistema Municipal de Ensino (SME), criado pela Lei nº 899 de 2 de fevereiro de 2001,

quando da implantação do Conselho Municipal de Educação (CME), criado pela Lei nº 915, de 27 de setembro de 2001, legitimando o funcionamento de suas escolas e a regularidade de vida escolar dos alunos. Em plenas condições de funcionamento, cumpre o que preceitua as exigências legais no que refere à adequação curricular; atualização salarial com as garantias individuais e coletivas respeitadas de acordo com o Plano de Carreira; formação inicial e continuada permanente para os profissionais da rede, com acesso ao Sistema Educacional mediante concurso público; infraestrutura adequada às necessidades dos alunos, bem como atividades, meios e metas adaptadas aos recursos orçados no Plano Plurianual do Município e as complementações oriundas das transferências financeiras internas, Estadual e Federal.

A segunda edição do Plano Municipal de Educação de Chapadinha, aprovada pela Lei nº 1.215 de 22 de junho de 2015, também organizado pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a sociedade e alinhada com o Plano Nacional de Educação (PNE) para os anos de 2014 a 2024, tem como objetivo atender as demandas expressas no diagnóstico educacional do município e garantir a melhoria da qualidade de ensino na rede pública através das linhas de Ação: fortalecimento da Ação Pedagógica; valorização e aperfeiçoamento da Ação Pedagógica; expansão e melhoria da Infraestrutura das escolas da rede e gestão educacional.

O referido plano expressa os cuidados com a sistematização dos marcos regulatórios do sistema, considerando a realidade política, geográfica, administrativa e educacional, planejando ações e metas efetivas para garantir a redução dos índices negativos, excepcionalmente no que se refere a leitura, escrita e ao desenvolvimento do raciocínio lógico de crianças, adolescentes e adultos, bem como redução da repetência precoce e, conseqüentemente, da evasão.

Neste sentido, o perfil socioeconômico do município de Chapadinha, quanto a empregabilidade, renda, educação e saúde, pode ser observado através das bases de dados constantes do Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que acompanha anualmente os índices de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o desempenho dos mais de cinco mil municípios do Brasil.

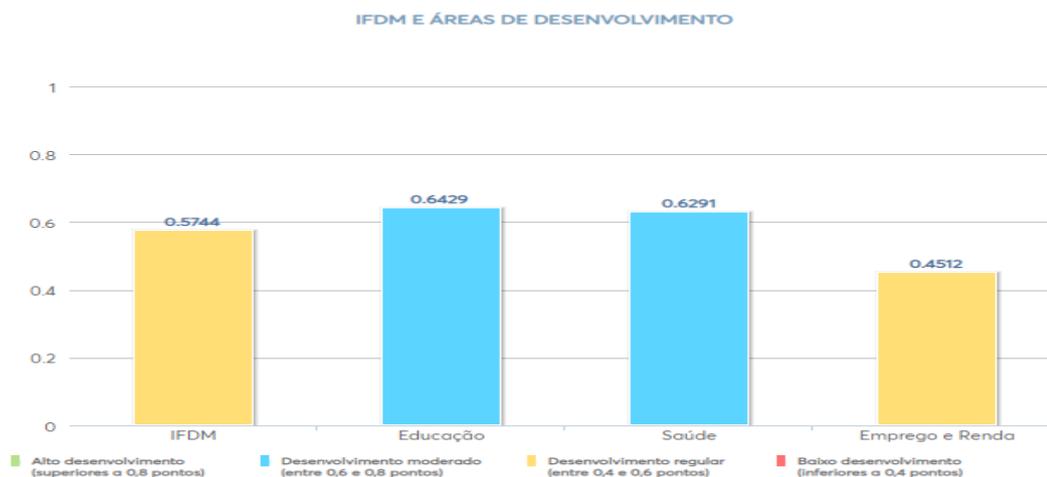
A FIRJAN é uma instituição de fomento a debates, estudos, pesquisas e projetos para promover e estimular o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico, industrial e social, bem como a prestação de serviços às empresas e

filiadas no âmbito municipal, estadual e nacional, do Estado do Rio de Janeiro e em todo o país.

Segundo o IFDM, o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de desenvolvimento de cada localidade em quatro categorias, podendo ser baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1), ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

Desse modo, o município de Chapadinha apresenta um desenvolvimento moderado na Educação e na Saúde, com índices de 0.6429 e 0.6291, respectivamente, enquanto em relação a Emprego e Renda, seu desenvolvimento é considerado regular, com um índice de 0.4512. Consolidando os três indicadores, o IFDM totaliza 0,5744, classificando o desenvolvimento no município como regular, como ilustrado na figura a seguir:

Figura 8 - Indicadores do município de Chapadinha



Fonte: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (2016, NÃO PAGINADO).

Considerando a posição no ranking do IFDM, na área de Educação, Chapadinha encontra-se na 78ª posição no estado do Maranhão e na 4669ª posição no ranking nacional, como visto a seguir:

Quadro 2 - Posição do município de Chapadinha no ranking do IFDM - Educação

NACIONAL	ESTADUAL	EDUCAÇÃO	UF	MUNICÍPIO
4669º	78º	0.6429	MA	Chapadinha
4680º	79º	0.6423	MA	Lado da Pedra
4683º	80º	0.6422	MA	Capinzal do Norte
4686º	81º	0.6421	MA	Senador La Roque
4688º	82º	0.6419	MA	Davinópolis
4689º	83º	0.6417	MA	Cândido Mendes
4692º	84º	0.6413	MA	Cidelândia

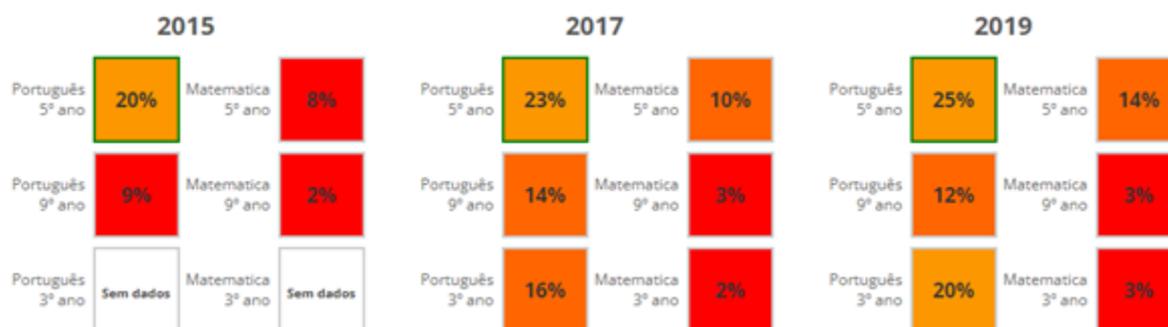
4714 ^o	85 ^o	0.6391	MA	Presidente Médici
4717 ^o	86 ^o	0.6389	MA	Presidente Vargas
4721 ^o	87 ^o	0.6386	MA	Milagres do Maranhão

Fonte: Autores (2023).

O Sistema Nacional da Educação Básica (SAEB) utiliza diversos instrumentos de avaliação para qualificar o desempenho educacional em nível nacional. Dentre esses instrumentos, destacam-se a Avaliação Nacional da Aprendizagem (ANA), Provinha Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em relação ao IDEB nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, com base nos resultados da Provinha Brasil, pode-se observar diferenças no desempenho dos estudantes nos anos de 2015, 2017 e 2019.

Conforme a Figura 9, no 5^o (quinto) e 9^o (nono) ano do Ensino Fundamental, o percentual de aproveitamento nas disciplinas avaliadas, como língua portuguesa e matemática, demonstra insuficiência. Ao comparar os dados de língua portuguesa e matemática, nota-se que os resultados em matemática são inferiores.

Figura 9 - Distribuição de alunos por nível de proficiência



Fonte: Fundação Lemann (2018).

O cenário de baixo desempenho dos estudantes nas disciplinas avaliadas exige um cuidadoso processo de formação continuada para os profissionais da educação, visando melhorar suas habilidades e competências para potencializar ações e reunir esforços dos diversos agentes sociais não apenas para minimizar os prejuízos evidenciados nos resultados, mas também para apontar alternativas viáveis e efetivas. Nos últimos cinco anos, o desenvolvimento da proficiência dos alunos na rede municipal não tem sido satisfatório, como revelam os dados apresentados nas Figuras 10 e 11.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), revelou nos últimos dez anos o desempenho positivo do sistema educacional de Chapadinha, nos anos

de 2007 e 2009, conseguindo superar as médias estabelecidas. Já no ano de 2011 apenas cumpriu a meta. Nos anos de 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021 não conseguiu atingir a média estabelecida.

Figura 10 - Evolução do IDEB dos anos iniciais de Chapadinho de 2005 a 2021

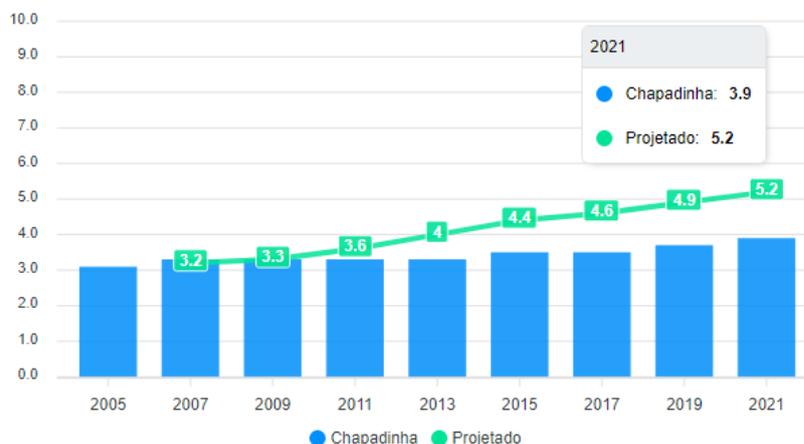
Evolução do IDEB



Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep (2021).

Figura 11 - Evolução do IDEB dos Anos Finais de Chapadinho de 2005 a 2021

Evolução do IDEB



Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep (2021).

Conforme as metas projetadas e observadas acerca do desempenho do alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio, conforme o Quadro 3, de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021 pode-se observar:

Quadro 3 - Resultado IDEB dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

IDEB OBSERVADO																	
SÉRIE/ ANO	IDEB OBSERVADO										METAS						
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4ª série/ 5º ano	2.9	3.3	3.6	3.7	3.5	4.2	4.2	4.3	4.1	3.0	3.3	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2
	3.1	3.3	3.3	3.3	3.3	3.5	3.5	3.7	3.9	3.2	3.3	3.6	4.0	4.4	4.6	4.9	5.2
8ª série/ 9º ano							3.5	3.8	3.6							3.7	3.9
3ª série Ensino Médio																	

Fonte: Autores (2023).

No Quadro 5, pode-se observar o número de estudantes matriculados no ano 2022, de acordo com os níveis e modalidades de ensino nas redes de escolas pública e privada do Município de Chapadina.

Quadro 4 - Número de matrículas no município

NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO	QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS
Creche	1.560
Pré-Escola	1.968
Anos Iniciais	5.732
Anos Finais	5.843
Ensino Médio	3.105
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	2.783
Educação Especial (EE)	792

Fonte: Autores (2023).

O Quadro 5 demonstra o número de matrículas nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental nas redes de escolas pública e privada do Município de Chapadina.

Quadro 5 - Número de matrículas por ano – Ensino Fundamental

ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS
1º ano	1.153
2º ano	1.135
3º ano	1.115
4º ano	1.193

5º ano	1.376
6º ano	1.553
7º ano	1.524
8º ano	1.612
9º ano	1.539

Fonte: Autores (2023).

No Quadro 6, consta o número de alunos matriculados no Ensino Médio nas redes de escolas pública e privada do Município de Chapadinha.

Quadro 6 - Número de matrículas por série – Ensino Médio

ENSINO MÉDIO	QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS
1ª série	1.278
2ª série	1.059
3ª série	829

Fonte: Autores (2023).

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é responsável pelo conjunto de avaliações externas em larga escala, permitindo ao INEP realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado. O FIRJAN e a Fundação Lemann são agências também utilizadas nesta pesquisa, constituindo a base de dados que expressaram a situação educacional do Município de Chapadinha, apontando índices negativos e necessidades prementes para a implantação de políticas educacionais efetivas que alterem de forma significativa tal realidade.

Nestes 19 (dezenove) anos, a FAP tem trabalhado de forma crítica, ética e parceira no desenvolvimento das atividades acadêmico-científicas, dotando os seus alunos de informações, conhecimentos técnicos e humanísticos, garantindo a problematização e contextualização de metodologias em uma prática indissociável de ensino, iniciação científica e extensão para promover uma formação sólida, ampla e sustentável.

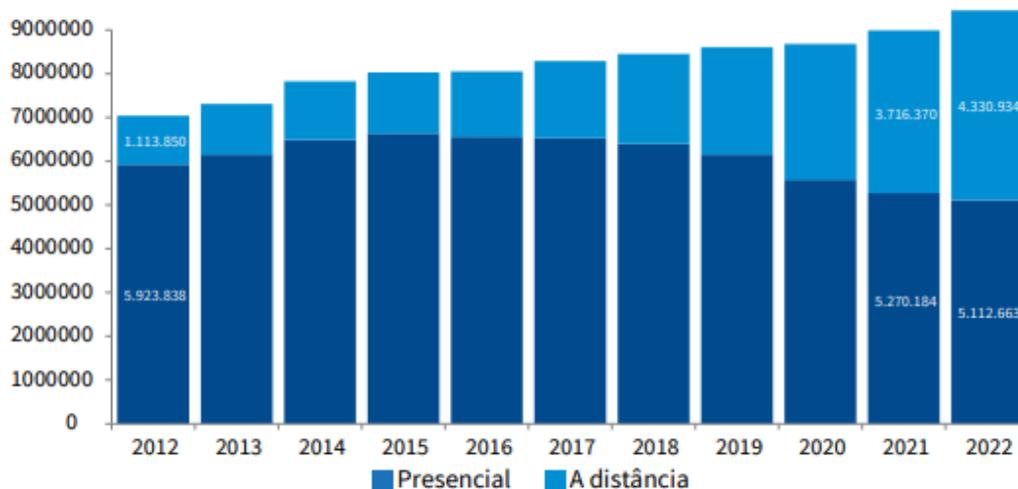
Nessa perspectiva, a Faculdade corresponde às exigências e necessidades da região do Baixo Parnaíba, em especial da Microrregião de Chapadinha e seu entorno, promovendo a ampliação da oferta de vagas e novos cursos de graduação para atender as demandas da população, tornando-se relevante para o exercício e fortalecimento da cidadania como fundamento do Estado Democrático de Direito do sujeito.

A criação de cursos de graduação nas modalidades licenciatura, bacharelado e tecnólogo contribui significativamente para a conscientização da cidadania e oportuniza a formação profissional, sobretudo quanto ao reconhecimento e proteção dos direitos fundamentais de homens e mulheres dessa região, seja na modalidade presencial e/ou a distância. Nesta perspectiva, a educação como mediação de um projeto social potencializa ações a partir dos determinantes sócio-políticos, culturais e educacionais.

Nesse contexto, a Faculdade do Baixo Parnaíba, consciente de sua responsabilidade social, implementa suas ações trabalhando a expansão dos cursos presenciais e a implantação de cursos na modalidade a distância (EaD), entendendo que esta ação redimensiona o processo de democratização do acesso ao ensino superior mediante a sua flexibilidade em atendimento ao mundo globalizado, e as múltiplas exigências da sociedade contemporânea.

Registra-se o notório crescimento da EaD no país, impulsionado por programas do governo para facilitar o acesso ao ensino superior. Ratificando os dados do censo do ensino superior, que apontam um índice elevado de matrículas, cerca de 16,5% em 2022, representando 45,9% do total de matrículas dos cursos de graduação, esse quantitativo é ainda maior quando se analisa o crescimento das matrículas entre 2012 e 2022, que ficou em torno de 288,8%.

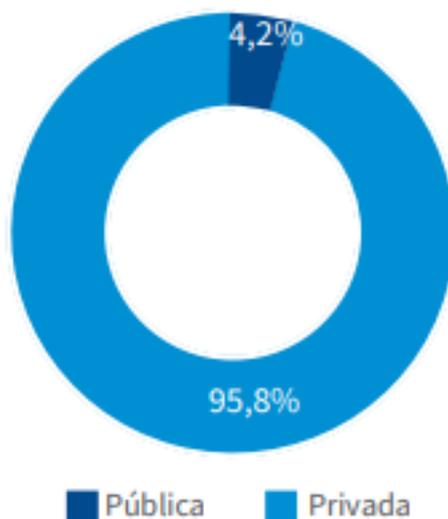
Figura 12 - Número de matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino



Fonte: Inep (2022).

É importante ressaltar que a maioria dos alunos da modalidade EAD está matriculada em instituições de ensino privadas, correspondendo a 95,8%, enquanto apenas 4,2% deste contingente, estão matriculados em instituições públicas.

Figura 13 - Participação percentual do número de matrículas em cursos de graduação a distância, por categoria administrativa

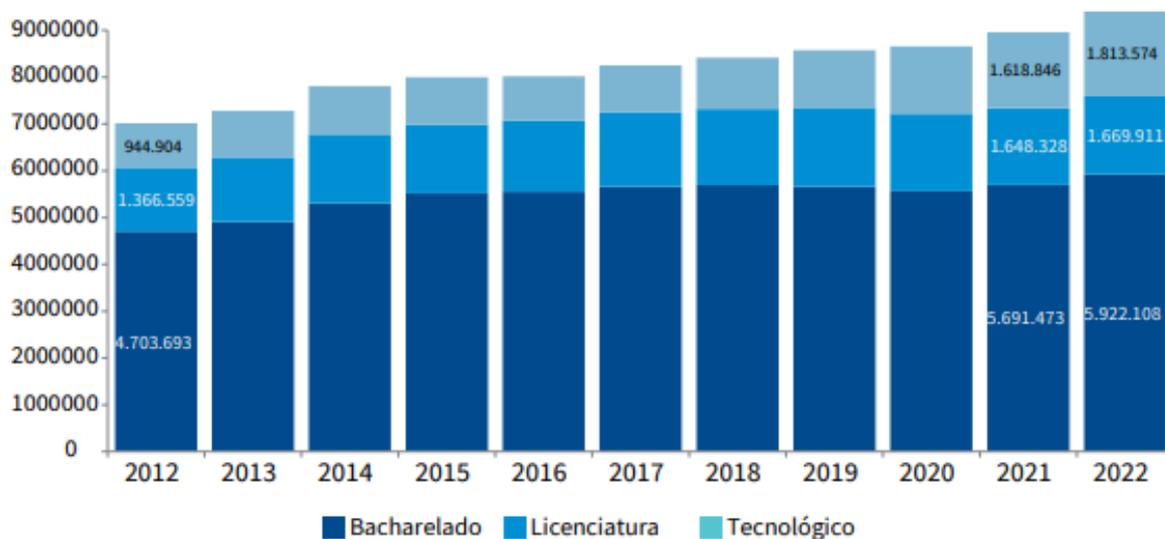


Fonte: Inep (2022).

Quanto ao número de cursos de graduação na modalidade EaD, houve um aumento de 4.105 para 4.870 em 2022, representando um crescimento de 18,6%. O ensino superior tem cerca de 9,4 milhões de estudantes matriculados em cursos de graduação, dentre esses, 5,1 milhões estão matriculados em cursos presenciais. Com o aumento da demanda nos cursos de graduação de EaD, o número de estudantes nos cursos presenciais registrou uma queda de 3% em relação ao ano de 2021.

O Censo de 2022, quanto à modalidade de atendimento, mostra a evolução no período de 2012 a 2022 nos cursos de graduação em licenciatura, bacharelado e tecnólogo. No bacharelado, o crescimento das matrículas foi de 25,9% no mesmo período, enquanto os cursos de licenciatura aumentaram 22,2%, como pode ser observado na figura, a seguir.

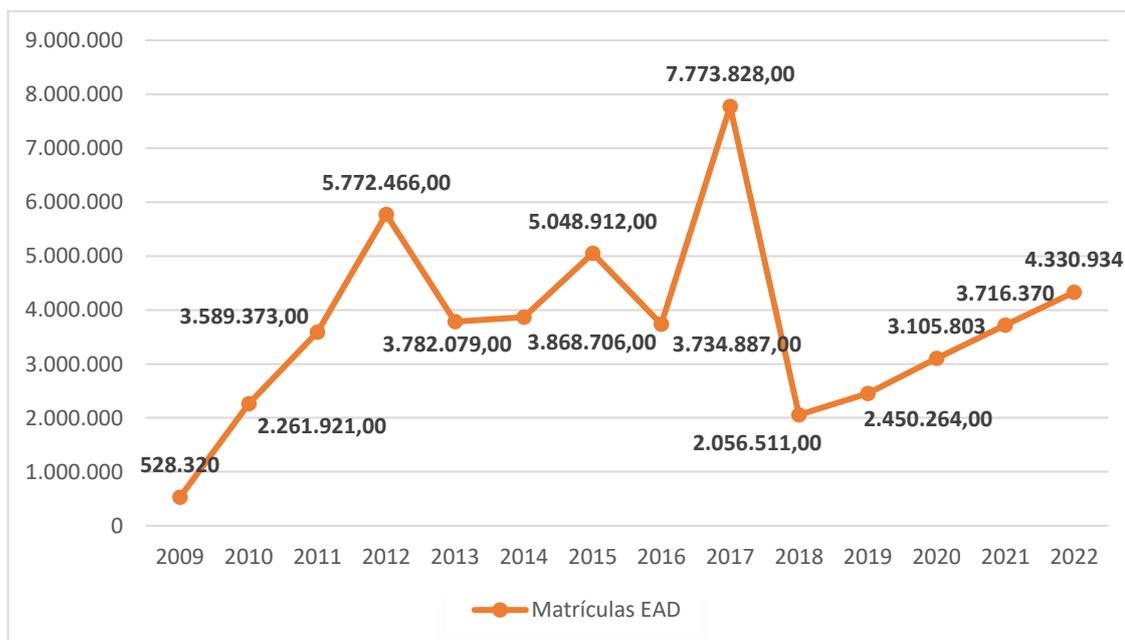
Figura 14 - Gráfico com a evolução do número de alunos do ensino superior, por grau acadêmico



Fonte: Inep (2022).

Os dados do censo de 2022 confirmam o diagnóstico da crescente demanda por cursos de graduação na modalidade a distância. Houve cerca de 614,564 mil novos alunos registrados no ensino superior em 2022, enquanto no ensino presencial, foi registrado um decréscimo de 3% em relação a 2021. A figura ilustra o crescimento significativo, do volume total de matrículas contabilizadas na educação a distância desde 2009.

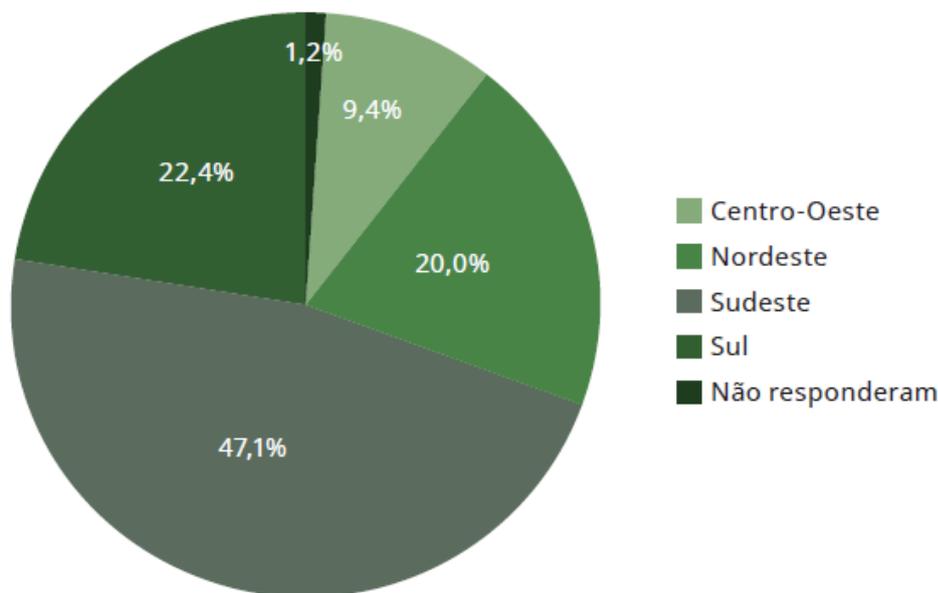
Figura 15 - Gráfico da evolução do total de matrículas contabilizadas pelo Censo



Fonte: Inep (2022).

Os respondentes do Censo EaD BR 2020 estão localizados em todos os estados e regiões da federação, entretanto, a maior concentração de instituições está sediada no Sudeste, representando 47,1% como pode ser observado na figura abaixo.

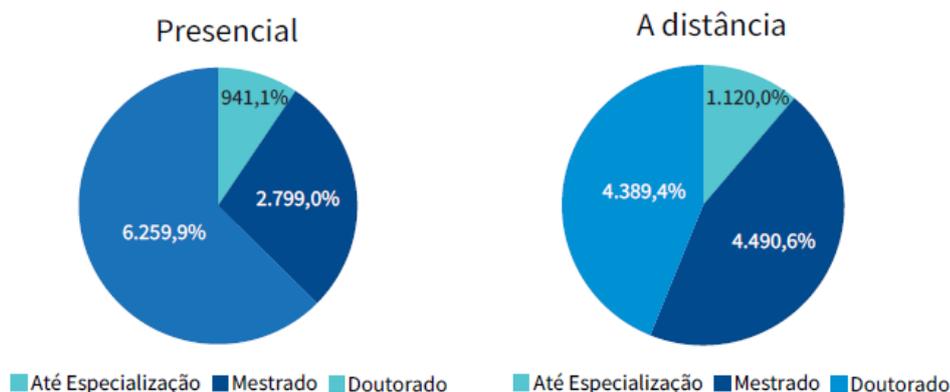
Figura 16 - Percentual de instituições formadoras respondentes por região



Fonte: ABED (2020).

No que diz respeito à qualificação dos professores que lecionam no ensino superior, é possível observar, na figura abaixo, que a predominância de docentes em cursos presenciais é representada por doutores (62,6%). Já na modalidade de Educação a Distância (EaD), a maioria é composta por mestres (44,9%). Em cursos presenciais, 90,6% dos professores possuem titulação de mestrado ou doutorado, enquanto na EaD, esse índice é de 88,8%.

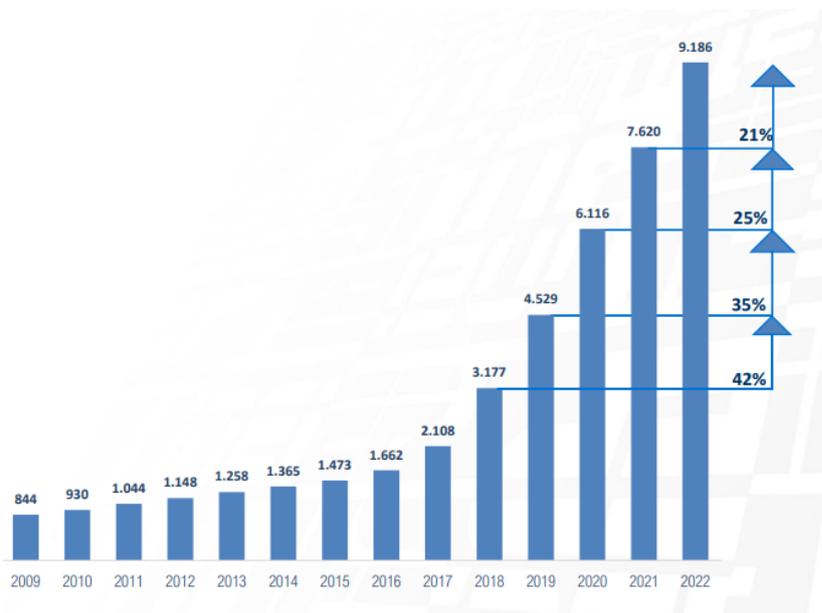
Figura 17 - Participação dos docentes, por modalidade de ensino, conforme o grau de formação



Fonte: Inep (2022).

Ao considerar a realidade e a forma de acesso à educação, a EaD tornou-se grande aliada quando trabalhada em uma perspectiva de qualidade, sobretudo porque garante a “[...] Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]” (BRASIL, 2016, p. 123), previsto no art. 206 da Constituição Federal (1988) traduzindo-se em uma ferramenta importante que ultrapassa limites espaço-tempo, rompe preconceitos e propicia formação profissional àqueles que não tiveram oportunidade de avançar em seus estudos. Na figura a seguir, pode-se observar o número de cursos EaD oferecidos no Brasil, que teve, em média, um crescimento em torno de 30% considerando os últimos quatro anos.

Figura 18 - Gráfico com a evolução do número de cursos oferecidos em EaD no Brasil



Fonte: INEP (2022)

Desse modo, frente às demandas e exigências na sociedade contemporânea por melhor formação e qualificação profissional, a FAP, ciente de sua responsabilidade social, considera relevante a implementação e implantação de novos cursos de graduação e de pós-graduação, também na modalidade à distância, em especial, nas regiões do Baixo Parnaíba, Alto Munim, Carajás, Gerais de Balsas, Lençóis Maranhenses, Chapada das Mesas, Cocais, Serras, Pericumã, Baixo Munim, Pindaré, Ilha do Maranhão, Eixos Rodoferroviários e o município de Parnaíba, pertencente a região da Planície Litorânea localizada no Estado do Piauí.

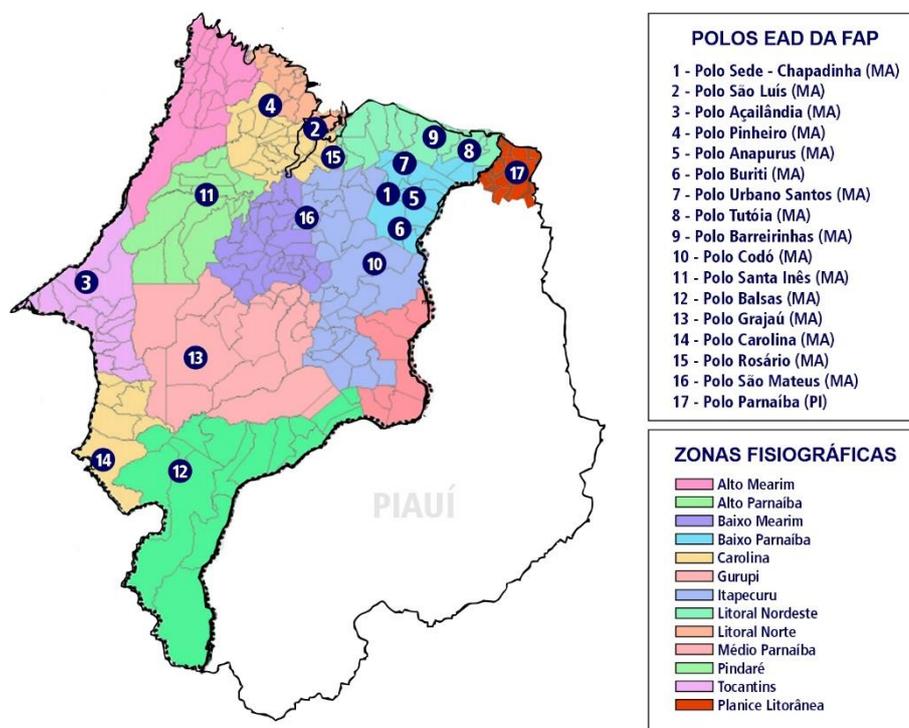
A Instituição se dispõe, portanto, a desenvolver estudos de natureza socioeconômica em observância à vocação do mercado e suas reais demandas,

objetivando possibilitar oportunidades concretas de profissionalização aos sujeitos, excluindo as iniciativas que massificam o atendimento, com funcionamento em prédios improvisados com infraestruturas precárias e inadequadas, descumprindo o que prevê a legislação vigente. Um exemplo disso são os 5 (cinco) polos de EAD localizados na cidade de Chapadinho (Sistema e-MEC) que oferecem cursos de graduação em diferentes áreas.

Tais estudos apontam a necessidades de investimentos na formação profissional em cursos de graduação e pós-graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, para a superação das desigualdades sociais, em municípios das regiões do Estado do Maranhão e do município de Parnaíba, localizado na região Litorânea do Estado do Piauí, onde a Instituição se faz presente.

Diante desse cenário e visando atender às demandas por expansão da educação superior, a FAP se propõe a ofertar cursos de graduação e pós-graduação, na modalidade a distância, em 17 polos que funcionarão como Polo de EaD de Apoio Presencial, localizados em regiões no estado do Maranhão e no estado do Piauí.

Figura 19 - Mapa destacando a localização dos polos de EaD da FAP



Fonte: IMESC (2018, NÃO PAGINADO).

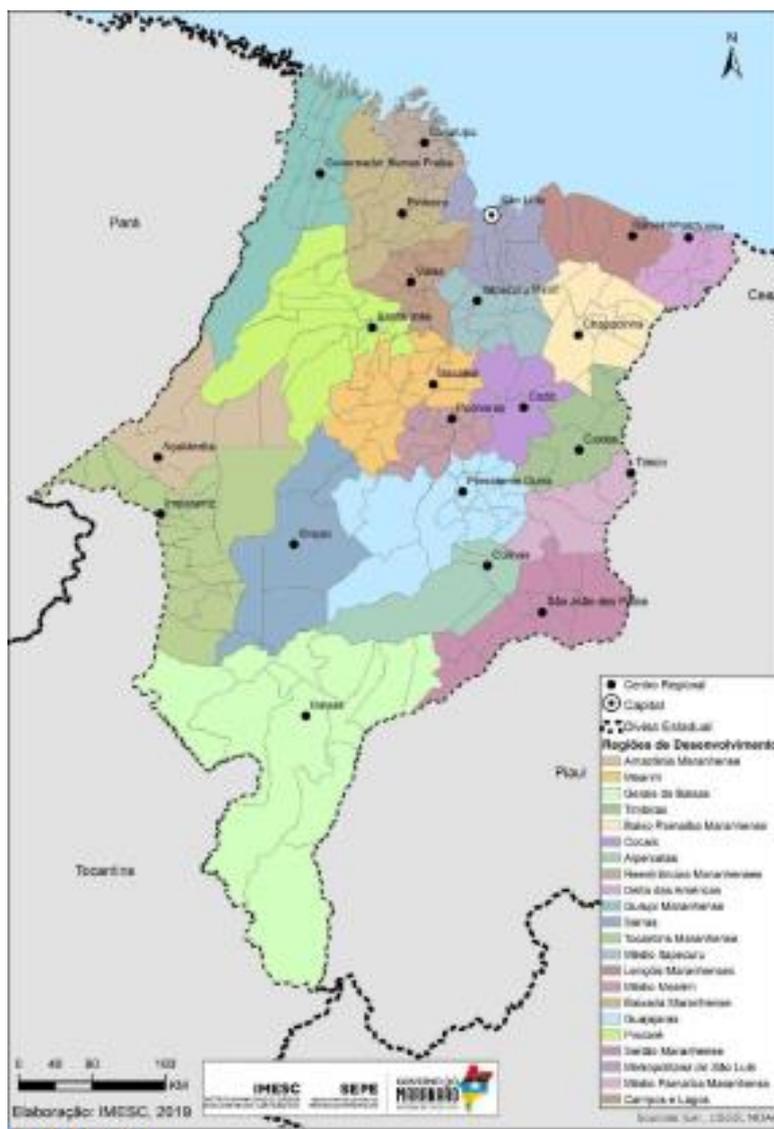
Neste sentido, a Faculdade, pautada nas informações disponibilizadas pelo IBGE, FIRJAN e no próprio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), escolheu os 17 (dezessete) municípios considerando suas demandas e necessidades educacionais e o mercado de trabalho. Os cursos de graduação que serão ofertados estão estrategicamente organizados em localidades que possuem, poucas iniciativas para a formação de profissionais nas áreas oferecidas, e aquelas que possuem funcionam precariamente.

2.3 Os polos de educação à distância

Considerando a localização da FAP e observadas as carências de ordem material e econômica, bem como as condições de vida da população, a Instituição tem assumido o compromisso diante dessas necessidades, intervindo na realidade social por meio da oferta de novos cursos de graduação em diferentes modalidades, desafiando a lógica do contexto e contribuindo sobremaneira para transformá-la.

Destaca-se, neste contexto, as regiões em que o Instituição se propõe implantar os cursos de graduação e os Polos de EaD, localizados nas regiões e municípios pertencentes aos Estados do Maranhão e Piauí, conforme representa as figuras 20 e 21, a seguir:

Figura 20 - Mapa com a localização das Regiões do Estado do Maranhão



Fonte: IMESC (2018).

Cabe ressaltar que o atual Governo do Estado do Maranhão, com o intuito de potencializar ações para o desenvolvimento regional e facilitar a implantação de políticas sociais públicas, adotou o modelo de organização das regiões por aproximação, resultando na redução de 32 para 22 regiões administrativas. No que se refere ao Estado do Piauí, a Faculdade implantará no município de Parnaíba um Polo de EaD de apoio presencial, localizado na Região Planície Litorânea, que faz parte das 9 regiões do Estado.

Figura 21 - Mapa com a localização do Município de Parnaíba e Região, Estado do Piauí



Fonte: SEPLAN do Estado do Piauí (20--).

Considerando a abrangência geográfica e política do Estado do Maranhão, a FAP objetiva assegurar à Região do Baixo Parnaíba e Alto Munim a implantação de cursos de graduação na modalidade de educação a distância por meio Polos de EaD de apoio presencial localizados nos municípios: Açailândia, Anapurus, Balsas, Barreirinhas, Buriti, Carolina, Chapadinha, Codó, Grajaú, Parnaíba (PI), Pinheiro, Rosário, Santa Inês, São Luís, São Mateus, Tutóia e Urbano Santos.

Os Polos EaD de apoio presencial são considerados unidades administrativas acadêmico-pedagógicas, onde a FAP poderá desenvolver atividades presenciais relacionadas aos cursos que serão oferecidos à distância. Esses locais funcionarão como extensões da Sede (localizada em Chapadinha - MA), proporcionando aos alunos encontrarão infraestrutura pessoal, física e tecnológica necessária para atender às suas necessidades durante o curso. Os polos contarão com diversos espaços e equipamentos para as atividades presenciais, incluindo salas de aula interativas, bibliotecas, laboratórios de informática, entre outros.

A escolha destes municípios foi feita com base em estudo de número de vagas que considerou os seguintes fatores: a) população; b) número de matriculados no ensino médio; c) números de instituições de ensino superior que ofertam o curso, d) número de vagas já disponíveis; e) índice de vagas por ingressantes em potencial.

A partir desse estudo, foram identificados municípios com expansiva e precária oferta de vagas para os cursos que serão ofertados. A escolha dos polos considerou, portanto, localidades com pouco acesso à educação universitária, onde a inserção da FAP pode contribuir efetivamente para a transformação por meio da educação. Além disso, foram consideradas cidades que já possuem alguma infraestrutura educacional, mas nas quais a FAP pretende inserir-se a fim de melhorar a qualidade do ensino prestado, tendo como compromisso o desenvolvimento sustentável regional e os conhecimentos prévios do contexto estadual, sendo a FAP uma instituição criada e formada por maranhenses, filhos da terra. O Quadro 8 apresenta a abrangência dos polos e a quais regiões os municípios pertencem.

Quadro 7 - Abrangência dos Polos de EaD de apoio presencial, localização dos municípios nas Regiões dos Estados do Maranhão e Piauí.

ABRANGÊNCIA DAS REGIÕES DO ESTADO DO MARANHÃO E DO ESTADO DO PIAUÍ	
MARANHÃO	
Região	Municípios
Alto Munim	Chapadinha, Anapurus, Buriti, Urbano Santos
Carajás	Açailândia
Gerais de Balsas	Balsas
Lençóis Maranhenses	Barreirinhas, Tutóia
Chapada das Mesas	Carolina
Cocais	Codó
Serras	Grajaú
Pericumã	Pinheiro
Baixo Munim	Rosário
Pindaré	Santa Inês
Ilha do Maranhão	São Luís
Eixos Rodoferroviários	São Mateus do Maranhão
PIAUI	
Região	Municípios
Planície Litorânea	Parnaíba

Fonte: Autores (2023).

Os cursos de graduação na modalidade de EaD, serão administrados pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), na Unidade Sede, localizada no Campus de Chapadinha. Essa administração será conduzida pelo Núcleo de Educação a Distância (NEAD), responsável pelo acompanhamento e avaliação dos 17 (dezesete) Polos de EaD de apoio presencial, mencionado anteriormente.

2.3.1 Polo Chapadinho/Unidade-sede

O município de Chapadinho abrange três microrregiões compostas, respectivamente, pelos seguintes municípios: Microrregião do Baixo Parnaíba - Água Doce do Maranhão, Araíoses, Magalhães de Almeida, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão e São Bernardo; Microrregião de Chapadinho - Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinho, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos e a Microrregião de Coelho Neto – Afonso Cunha, Aldeias Altas, Coelho Neto e Duque Bacelar.

A cidade de Chapadinho é um polo de negócios, atraindo o desenvolvimento do comércio e do setor de serviços. Apresenta uma oferta variada de produtos, tanto no varejo quanto no atacado, com a presença de empresas de pequeno, médio e grande porte de setores diversos, como eletrodomésticos, supermercados, revenda de automóveis e motocicletas, lojas de vestuário, cama, mesa, banho e comércio de variedades. Além disso, conta com instituições financeiras públicas e privadas tais como: Banco do Brasil, Caixa Econômica, Bradesco e Banco do Nordeste, Correios e Casas Lotéricas, empresas de transportes, hotéis, pousadas e restaurantes.

Nesse cenário, percebe-se uma demanda crescente da comunidade que reconhece a necessidade de novos cursos de graduação. Essa reivindicação se renova anualmente, tendo em vista a necessidade real da presença dos profissionais das mais diversas áreas, devidamente qualificados, que assegurem a formalização dos serviços para a viabilidade da implantação e implementação das políticas sociais e linguagens. (Os dados correspondentes à geopolítica, saúde e educação encontram-se na pág.37)

2.3.2 Polo Açailândia (MA)

Açailândia, situada no sudoeste maranhense, tornou-se independente de Imperatriz em 1981. A atividade madeireira cresceu na década de 1980. De acordo com o censo de 2022, a população é de 106.550 pessoas. Devido à construção da Estrada de Ferro Carajás e da Ferrovia Norte Sul, o município recebeu as primeiras siderúrgicas, transformando a cidade em um importante polo agroindustrial, onde a exportação de ferro gusa, gerada por cinco indústrias siderúrgicas instaladas no município, se tornou sua principal fonte de renda. A cidade também abriga diversos

estabelecimentos comerciais de vários ramos do comércio e serviços, e possui o maior rebanho bovino do estado. Segundo o IBGE, em 2022, a cidade ocupava a 14ª posição em renda per capita do Maranhão, com R\$ 23.683,22 por pessoa.

Dados da educação revelam uma taxa de escolarização na faixa etária de 6 a 14 anos de idade (em 2010) de 97,7%. Destaca-se o considerável número de matrículas no ensino médio, com 4.008 destas, sendo 3.237 no ensino regular, 398 em tempo integral e 373 na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Considerando as principais cidades com fluxo de negócios que convergem para Açailândia, temos: São Francisco do Brejão (365 alunos matriculados no ensino médio, sendo 18 na EJA do ensino médio), Cidelândia (541 alunos matriculados no ensino médio), Bom Jesus das Selvas (1.286 alunos matriculados no ensino médio), Buriticupu (2.836 alunos matriculados no ensino médio, com 145 em tempo integral e 145 na EJA do ensino médio) e Itinga do Maranhão (855 alunos matriculados no ensino médio, sendo 102 em tempo integral e 102 na EJA do ensino médio). Considerando as demais cidades, a demanda regional anual por ensino universitário, contando apenas os egressos do ensino médio, é de aproximadamente 9.891 candidatos por ano letivo (INEP/2022).

2.3.3 Polo Anapurus (MA)

Anapurus é uma cidade cuja emancipação política ocorreu em 1964 desmembrando-se do município de Brejo, na região do Baixo Parnaíba. Com população estimada de 13.793 pessoas (2022) e densidade demográfica de 22,65 hab/km², apresentando uma taxa de escolarização de 98% na faixa etária populacional de 6 a 14 anos. Segundo os dados do censo de 2022, na cidade de Anapurus, contam-se 727 matrículas no ensino médio, das quais 41 em tempo integral e 60 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio. Considerando algumas cidades no entorno, temos Mata Roma (910 alunos matriculados no ensino médio, sendo 79 na EJA do ensino médio) e Brejo (1.628 alunos matriculados no ensino médio, com 310 em tempo integral e 38 na EJA do ensino médio). Considerando as demais cidades, a demanda regional anual por ensino superior, contando apenas os egressos do ensino médio, é superior a 3.200 candidatos por ano letivo, de acordo com os dados do INEP/2022.

2.3.4 Polo Balsas (MA)

Balsas é um município do estado do Maranhão localizado na região sul maranhense, pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba. O município se destaca pela agricultura mecanizada e automatizada, sendo o maior produtor de soja do maranhão e um dos maiores produtores de grãos da região MATOPIBA, assim denominada por abranger os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A cidade é atravessada pela Rodovia Transamazônica, que liga as regiões Nordeste e Norte do país. Além de polo agrícola, destaca-se pelo crescente desenvolvimento tecnológico e industrial, utilizando em suas lavouras o que há de mais avançado em tecnologia agrícola, automação e conceitos de indústria 4.0.

Possui população de 101.616 habitantes, com densidade demográfica de 7,73 hab/km², apresentando uma taxa de escolarização de 94,4% na faixa etária populacional de 6 a 14 anos. Conta atualmente com 3.121 alunos matriculados no ensino médio, sendo 582 em tempo integral e 160 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio. Considerando as cidades no seu entorno, verifica-se em São Raimundo das Mangabeiras (567 alunos matriculados no ensino médio, sendo 23 na EJA do ensino médio), São Félix de Balsas (117 alunos matriculados no ensino médio), Alto Parnaíba (331 alunos matriculados no ensino médio), Fortaleza dos Nogueiras (626 alunos matriculados no ensino médio, sendo 17 na EJA do ensino médio) e Loreto (390 alunos matriculados no ensino médio, sendo 36 na EJA do ensino médio). Considerando as demais cidades, a demanda regional anual por ensino universitário, contando apenas os egressos do ensino médio, é de aproximadamente 5.152 candidatos por ano letivo (INEP/2022)

2.3.5 Polo Barreirinhas (MA)

Barreirinhas é um município do estado do Maranhão conhecido por ser a porta de entrada da região turística conhecida como Lençóis Maranhenses, que consiste em uma vasta área de altas dunas de areias brancas e de lagos e lagoas, também conhecido como "Deserto Brasileiro". Possui uma população 65.583 habitantes, com densidade demográfica de 21,53 hab/km² (2022). Apresentando uma taxa de escolarização de 96,0% na faixa etária populacional de 6 a 14 anos (IBGE/2010), conta atualmente com 2.971 alunos matriculados no ensino médio, sendo 1.850 no

ensino regular e 1.121 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio. Considerando as cidades no entorno, verifica-se em Santo Amaro (719 alunos matriculados no ensino médio, sendo 272 na EJA do ensino médio), Primeira Cruz (460 alunos matriculados no ensino médio, sendo 224 na EJA do ensino médio) e Humberto de Campos (1.684 alunos matriculados no ensino médio, sendo 415 na EJA do ensino médio). Considerando as demais cidades, a demanda regional anual por ensino superior, contando apenas os egressos do ensino médio, é superior a 5.800 candidatos por ano letivo (INEP/2022).

2.3.6 Polo Buriti (MA)

Buriti é uma cidade cuja emancipação política ocorreu em 1938, desmembrando-se do município de Brejo, na região do Baixo Parnaíba, com população de 34.120 pessoas e densidade demográfica de 31,79 hab/km² (IBGE/2022). Segundo dados do censo em 2010, a taxa de escolarização é de 96% na faixa etária populacional de 6 a 14 anos. Somente na cidade de Buriti contam-se 1.078 matrículas no ensino médio, destes 119 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio. Considerando algumas cidades do entorno, temos: Coelho Neto (2.189 alunos matriculados no ensino médio, sendo 1.391 no ensino regular, 391 em tempo integral e 407 na EJA do ensino médio), Duque Bacelar (600 alunos matriculados no ensino médio, sendo 29 na EJA do ensino médio) e Aldeias Altas (1.072 alunos matriculados no ensino médio, sendo 290 na EJA do ensino médio). Considerando a proximidade com cidades vizinhas, a demanda regional anual por ensino universitário, contando apenas os egressos do ensino médio, é de aproximadamente 4.939 candidatos por ano letivo (INEP/2022).

2.3.7 Polo Carolina (MA)

Carolina é um município brasileiro do estado do Maranhão, localizado no Sul, próximo à divisa com o estado do Tocantins, à margem direita do rio Tocantins. É conhecido pelas suas diversas cachoeiras. Carolina é o ponto de apoio para a visita ao Parque Nacional da Chapada das Mesas, onde se localizam diversas cachoeiras e cânions. Consolidou-se como destino para o turismo de negócios, de eventos, de lazer e ecoturismo da região sul maranhense. O município é o principal e mais próximo ponto de apoio da região turística estadual classificada como "Polo das Águas e o

Parque Nacional da Chapada das Mesas". A base da economia de Carolina está no comércio, agricultura, pecuária, extrativismo e turismo.

Possui uma população de 24.062 habitantes, com densidade demográfica de 3,84 hab/km² (IBGE/2022). Apresenta uma taxa de escolarização de 95,1% na faixa etária populacional de 6 a 14 anos (IBGE/2010), contando atualmente com 866 alunos matriculados no ensino médio, sendo 529 no ensino regular, 222 em tempo integral e 115 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio. Levando em conta as cidades no entorno, verifica-se em Campestre do Maranhão (535 alunos matriculados no ensino médio, sendo 58 na EJA do ensino médio), Estreito (1.287 alunos matriculados no ensino médio, sendo 151 na EJA do ensino médio), Porto Franco (861 alunos matriculados no ensino médio, sendo 103 na EJA do ensino médio), São João do Paraíso (489 alunos matriculados no ensino médio, sendo 45 na EJA do ensino médio) e São Pedro dos Crentes (224 alunos matriculados no ensino médio). Considerando as demais cidades, a demanda regional anual por ensino universitário, contando apenas os egressos do ensino médio, é na ordem de aproximadamente 4.262 candidatos por ano letivo (INEP/2022).

2.3.8 Polo Codó (MA)

Codó é um município do estado do Maranhão, localizado no leste maranhense, e devido à sua localização, a cidade é cortada pela BR-316 e pela ferrovia São Luís-Teresina, servindo como um dos principais mecanismos de escoamento de mercadorias, como combustíveis, cimento e gusa.

A cidade situa-se na região dos Cocais maranhenses, no vale do Itapecuru, onde é banhada por este importante rio do estado, que é o maior rio do Maranhão em extensão. Codó possui uma população de 114.269 habitantes, com densidade demográfica de 26,20 hab/km², segundo dados do IBGE de 2022. Apresenta uma taxa de escolarização de 97,1% na faixa etária populacional de 6 a 14 anos (IBGE/2010), contando atualmente com 4.745 alunos matriculados no ensino médio, sendo 3.803 no ensino regular, 344 em tempo integral e 598 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio. Levando em consideração as cidades no entorno, verifica-se em Coroatá (2.965 alunos matriculados no ensino médio, sendo 1.958 no ensino regular, 755 em tempo integral e 252 na EJA do ensino médio), Timbiras (1.105 alunos matriculados no ensino médio, sendo 87 na EJA do ensino médio), Santo Antônio dos

Lopes (629 alunos matriculados no ensino médio, sendo 77 na EJA do ensino médio), Timon (7.107 alunos matriculados no ensino médio, sendo 4.614 no ensino regular, 1.441 em tempo integral e 1.052 na EJA do ensino médio) e Caxias (6.681 alunos matriculados no ensino médio, sendo 5.930 no ensino regular, 331 em tempo integral e 420 na EJA do ensino médio). Considerando as demais cidades, a demanda regional anual por ensino universitário, contando apenas os egressos do ensino médio, é superior a 23.200 candidatos por ano letivo (INEP/2022).

2.3.9 Polo Grajaú (MA)

Grajaú é uma cidade do centro-sul do estado do Maranhão, está localizada na mesorregião Centro Maranhense, integrando com os municípios de Arame, Barra do Corda, Joselândia, Sítio Novo e Tuntum, a microrregião do Alto Mearim e Grajaú. Por muito tempo, tanto a navegação do Rio Grajaú como a criação do gado foram os principais fatores econômicos da região, fazendo com que a cidade figurasse como uma das mais promissoras da região. Entretanto, em meados de 1930, este rio, que tanto beneficiou a cidade, começava a dar indícios do desfalecimento da sua navegação. Todavia, a população de Grajaú mantinha a esperança de um futuro promissor, agora embalada no sonho do progresso econômico pela exploração de suas riquezas minerais e pesqueiras, além da agricultura.

Na Agricultura destaca-se o cultivo de arroz, soja e milho com produção anual de 14.440 toneladas de arroz, 70.000 toneladas de soja e 27.220 toneladas de milho (IBGE/2022). Cabe também destacar a pecuária bovina, pois o município conta atualmente com 218.642 cabeças de gado, e todo ano, acontece uma exposição agropecuária.

O principal minério encontrado no rio Grajaú é a gipsita, havendo vários polos e firmas gesseiras, como cinco mineradoras e quarenta e cinco fábricas de placa de gesso, que produzem mais de 1.450.000 toneladas de gesso por ano. O polo gesseiro de Grajaú é o segundo maior do Brasil, atrás apenas do polo gesseiro da Região do Araripe, no Oeste Pernambucano. Em Grajaú são extraídas em torno de 120.000 toneladas de gesso mensalmente, empregando 5.000 pessoas direta e indiretamente, gerando uma renda mensal em torno de R\$ 12.000.000,00 na economia local.

Possui população de 73.872 habitantes, com densidade demográfica de 8,34 hab/km² (IBGE/2022). Apresenta uma taxa de escolarização de 96,3% na faixa etária

populacional de 6 a 14 anos (IBGE/2010), contando atualmente com 2.929 alunos matriculados no ensino médio, sendo 1.981 no ensino regular, 188 em tempo integral e 760 na EJA ensino médio.

Levando em consideração as cidades no entorno, verifica-se em Arame (1.017 alunos matriculados no ensino médio, sendo 917 no ensino regular e 100 na EJA do ensino médio), Barra do Corda (3.470 alunos matriculados no ensino médio, sendo 2.513 no ensino regular, 298 em tempo integral e 659 na EJA do ensino médio), Joselândia (485 alunos matriculados no ensino médio, sendo 13 na EJA do ensino médio), Sítio Novo (691 alunos matriculados no ensino médio, sendo 98 na EJA do ensino médio) e Tuntum (1.203 alunos matriculados no ensino médio, sendo 886 no ensino regular, 252 em tempo integral e 65 na EJA do ensino médio). Considerando as demais cidades, a demanda regional anual por ensino universitário, contando apenas os egressos do ensino médio, é da ordem de aproximadamente 9.795 candidatos por ano letivo (INEP/2022).

2.3.10 Polo Parnaíba (PI)

Parnaíba é um município brasileiro do estado do Piauí, sendo o segundo mais populoso do estado, perdendo apenas para a capital Teresina. É um dos quatro municípios litorâneos do Piauí, juntamente com Barra Grande, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia. Além das belezas naturais, Parnaíba apresenta um grande valor histórico para o Piauí, principalmente nas proximidades do Porto das Barcas, onde inúmeros imóveis históricos testemunham a importância de Parnaíba, que naquela época chegou a ser mais importante do que a ex-capital Oeiras e serviu como uma referência para a Europa. Desde 2012, Parnaíba tem crescido em ritmo acelerado, tendo inaugurado o seu primeiro shopping center, o Parnaíba Shopping, no início de 2014, e retomado os voos em seu aeroporto internacional.

A principal atividade econômica de Parnaíba é a exportação de cera de carnaúba, óleo de babaçu, gordura de coco, folha de jaborandi, castanha de caju, algodão e couro. O município também abriga indústrias de produtos alimentícios e perfumaria, como Vegeflora, Cooperativa Delta, Leite Longá, Cobrasil, Q-Odor reciclagem, Curtume Romão e PVP SA. Parnaíba foi agraciada com uma zona de processamento de exportação (ZPE), resgatando sua imagem de grande indústria, como no início do século XX.

O agronegócio tem ganhado destaque devido ao perímetro irrigado dos tabuleiros litorâneos, onde são cultivados diversos tipos de culturas. Em 2009, Parnaíba foi considerada a cidade mais dinâmica do estado, a quinta da região Nordeste e a trigésima segunda do Brasil. Em 2011, a cidade teve o maior crescimento do Brasil, registrando um índice de 229%. Foram investidos R\$ 34 milhões em 2011, em comparação aos R\$ 10,3 milhões aplicados em 2010. O turismo também tem contribuído significativamente para o crescimento do município, com a profissionalização contínua do setor, atraindo visitantes de todas as partes do Brasil e do mundo. Novos hotéis, resorts e outros grandes empreendimentos estão sendo construídos.

Parnaíba possui uma população de 162.519 habitantes de acordo com o censo de 2022, com uma densidade demográfica de 371,15 hab/km². Apresenta uma taxa de escolarização de 97,5% na faixa etária populacional de 6 a 14 anos (IBGE/2010), e conta atualmente com 5.383 alunos matriculados no ensino médio, sendo 3.641 no ensino regular, 610 em tempo integral e 1.132 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio. Considerando as cidades no entorno, verifica-se que em Luís Correia há 1.223 alunos matriculados no ensino médio, sendo 919 no ensino regular, 104 em tempo integral e 200 na EJA do ensino médio. Cajueiro da Praia tem 282 alunos matriculados no ensino médio, e Ilha Grande conta com 572 alunos matriculados no ensino médio, sendo 165 na EJA do ensino médio. Considerando essas cidades litorâneas, a demanda regional anual por ensino universitário, contando apenas os egressos do ensino médio, é de aproximadamente 7.460 candidatos por ano letivo, conforme dados do Censo Escolar de 2022."

2.3.11 Polo Pinheiro (MA)

Pinheiro é a principal cidade de um vasto território conhecido como Baixada Maranhense. Possui uma população de 84.614 habitantes (IBGE/2022) e apresenta uma taxa de escolarização de 96,6% na faixa etária populacional de 6 a 14 anos (IBGE/2010). Atualmente, a cidade conta com 3.040 alunos matriculados no ensino médio, sendo 2.376 no ensino regular, 443 em tempo integral e 221 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio. Ao considerar as cidades vizinhas, podemos observar o seguinte: São Bento (1.733 alunos matriculados no ensino médio, sendo 1.225 no ensino regular, 298 em tempo integral e 210 na EJA ensino médio), Santa

Helena (1.569 alunos matriculados no ensino médio, sendo 983 no ensino regular, 348 em tempo integral e 238 na EJA ensino médio), Bequimão (798 alunos matriculados no ensino médio, sendo 764 no ensino regular, 16 em tempo integral e 18 na EJA ensino médio), Viana (2.181 alunos matriculados no ensino médio, sendo 1.660 no ensino regular, 404 em tempo integral e 117 na EJA ensino médio), Cururupu (1.515 alunos matriculados no ensino médio, sendo 888 no ensino regular, 504 em tempo integral e 123 na EJA ensino médio) e Matinha (1.086 alunos matriculados no ensino médio, destes 39 na EJA ensino médio). Considerando as demais cidades, a demanda regional anual por ensino universitário, contando apenas os egressos do ensino médio é superior a 11.900 candidatos por ano letivo. (INEP /2022.)

2.3.12 Polo Rosário (MA)

O município de Rosário está localizado na Mesorregião Norte Maranhense, na Microrregião de Rosário, e faz parte da Área de Proteção Ambiental Upaon Açú - Miritiba - Alto Preguiças. A cidade de Bacabeira é um importante ponto de interseção, com um entroncamento e um viaduto, ligando a BR-135 (já duplicada no trecho do Campo de Perizes) à BR-402, que proporciona acesso aos municípios de Rosário e Barreirinhas, bem como aos Lençóis Maranhenses. Além disso, a ferrovia São Luís-Teresina atravessa o município.

Rosário possui uma população de 38.475 habitantes, com uma densidade demográfica de 59,38 hab/km², de acordo com dados do IBGE de 2022. A cidade apresenta uma taxa de escolarização de 96,3% na faixa etária populacional de 6 a 14 anos, conforme informações do IBGE de 2010. Atualmente, há 1.684 alunos matriculados no ensino médio, dos quais 1.128 frequentam o ensino regular, 323 estão matriculados em tempo integral e 233 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio.

Ao considerar as cidades vizinhas, observamos o seguinte: Axixá (881 alunos matriculados no ensino médio, destes 492 em tempo integral), Bacabeira (995 alunos matriculados no ensino médio, sendo 418 no ensino regular, 465 em tempo integral e 112 na EJA ensino médio), Morros (705 alunos matriculados no ensino médio, destes 149 na EJA ensino médio), Icatú (1.280 alunos matriculados no ensino médio, destes 292 na EJA ensino médio) e Santa Rita (1.719 alunos matriculados no ensino médio, sendo 1.562 no ensino regular, 17 em tempo integral e 140 na EJA ensino médio).

Considerando as demais cidades, a demanda regional anual por ensino universitário contando apenas os egressos do ensino médio é da ordem de aproximadamente 7.264 candidatos por ano letivo, conforme informações do Censo Escolar de 2022.

2.3.13 Polo Santa Inês (MA)

Santa Inês é a principal cidade da microrregião Vale do Pindaré e tem a vantagem de contar com vários acessos rodoviários, como a BR-316 e a BR-222, bem como acesso ferroviário por meio da Ferrovia Carajás (CVRD) e um aeroporto regional, o Aeroporto Regional João Silva. Além disso, o município está em um processo de conturbação gradual com Pindaré-Mirim, e juntos contam com uma população de cerca de 116.428 mil habitantes, de acordo com dados do IBGE de 2022.

A economia de Santa Inês se destaca nos setores do comércio, construção civil e agricultura. Na agricultura, a produção de grãos e mandioca é relevante, com cultivos de arroz, milho, feijão, mandioca, abacaxi e amendoim. Em 2022, a produção agrícola incluiu 80 toneladas de arroz, 45 toneladas de milho, 850 toneladas de mandioca, 28 toneladas de feijão, 320 mil frutos de abacaxi e 30 toneladas de amendoim, totalizando 702 toneladas de grãos. Além disso, na lavoura permanente, o município produz banana, coco-da-baía e castanha de caju, com respectivamente 115 toneladas, 12 toneladas e 7 toneladas.

Na pecuária, destaca-se a criação de gado bovino, com 70.153 cabeças efetivas do rebanho. Os suínos, caprinos e ovinos também são criados em menor proporção.

Santa Inês possui uma população de 85.014 habitantes, com uma densidade demográfica de 108,07 hab/km², de acordo com dados do IBGE de 2022. A cidade apresenta uma taxa de escolarização de 97,1% na faixa etária populacional de 6 a 14 anos, conforme informações do IBGE de 2010. No ensino médio, há 3.998 alunos matriculados, dos quais 2.885 frequentam o ensino regular, 802 estão matriculados em tempo integral e 311 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio.

Considerando as cidades vizinhas, temos o seguinte cenário: verifica-se em Bela Vista do Maranhão (396 alunos matriculados no ensino médio, destes 74 na EJA ensino médio), Pindaré-Mirim (1.640 alunos matriculados no ensino médio, sendo 1.030 no ensino regular, 454 em tempo integral e 156 na EJA ensino médio), Tufilândia

(255 alunos matriculados no ensino médio, destes 12 na EJA ensino médio) e Bacabal (4.257 alunos matriculados no ensino médio, sendo 3.716 no ensino regular, 292 em tempo integral e 249 na EJA ensino médio). Considerando as demais cidades, a demanda regional anual por ensino universitário, contando apenas os egressos do ensino médio, é superior a 10.500 candidatos por ano letivo (INEP /2022.)

2.3.14 Polo São Luís (MA)

São Luís, a capital do estado do Maranhão, é uma ilha em constante desenvolvimento socioeconômico. Segundo dados do IBGE de 2022, a cidade possui uma população de 1.037.755 habitantes, com uma densidade demográfica de 1.779,87 hab/km². A taxa de escolarização na faixa etária de 6 a 14 anos é de 96,8%, conforme informações do IBGE de 2010. O Produto Interno Bruto (PIB) de São Luís, de acordo com o censo de 2020, totalizou R\$ 33.074 milhões. O setor de serviços é o maior contribuinte para o PIB da cidade, respondendo por 46,7%, seguido pela indústria, com 21,7%. A arrecadação de impostos corresponde a aproximadamente 15,9% do PIB da capital. Vale destacar que os setores públicos relacionados à administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social correspondem a 11,4% do PIB da cidade.

Quanto ao ensino médio em São Luís, dados do censo escolar de 2022 mostram que a cidade tinha um total de 39.385 estudantes matriculados nas redes estadual, federal e particular. Desses, 25.687 estavam no ensino regular, 9.206 frequentavam o ensino em tempo integral e 4.492 estavam matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio.

Além de São Luís, a ilha inclui os municípios de São José de Ribamar, com 4.163 alunos matriculados no ensino médio (1.838 no ensino regular, 1.389 em tempo integral e 936 na EJA do ensino médio), Paço do Lumiar, com 3.915 alunos matriculados no ensino médio (2.731 no ensino regular, 786 em tempo integral e 398 na EJA do ensino médio), e Raposa, com 1.165 alunos matriculados no ensino médio (977 em tempo integral e 188 na EJA do ensino médio). Considerando os dados da ilha de São Luís, a demanda anual por ensino universitário, contando apenas os egressos do ensino médio, seria de aproximadamente 48.628 candidatos por ano letivo, de acordo com o Censo Escolar de 2022.

2.3.15 Polo São Mateus (MA)

São Mateus é um município localizado no estado do Maranhão, na região sul, na microrregião do Médio Mearim. O município obteve autonomia política em 23 de setembro de 1963. Sua economia tradicionalmente baseia-se na exploração da pecuária, caça e pesca, que eram atividades significativas, dadas às vastas áreas de campos e pastagens disponíveis na região. Com a construção da BR-135, houve um aumento no crescimento populacional e no desenvolvimento econômico, com a expansão do comércio e a criação das primeiras indústrias, acompanhando a urbanização ao longo da rodovia.

De acordo com dados do IBGE de 2022, São Mateus tem uma população de 38.829 habitantes e uma densidade demográfica de 48,53 hab/km². A taxa de escolarização na faixa etária de 6 a 14 anos é de 95,3%, conforme informações do IBGE de 2010. Atualmente, o município conta com 1.735 alunos matriculados no ensino médio, dos quais 1.560 frequentam o ensino regular, 1 está em tempo integral e 174 estão na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio. Considerando as cidades no entorno, temos: Alto Alegre do Maranhão: 1.122 alunos matriculados no ensino médio, dos quais 74 estão na EJA do ensino médio. Peritoró: 1.071 alunos matriculados no ensino médio, sendo 938 em tempo integral e 133 na EJA do ensino médio. Lima Campos: 494 alunos matriculados no ensino médio, dos quais 57 estão na EJA do ensino médio. Pedreiras: 1.461 alunos matriculados no ensino médio, com 862 no ensino regular, 531 em tempo integral e 68 na EJA do ensino médio. Poção de Pedras: 824 alunos matriculados no ensino médio, com 23 na EJA do ensino médio. Considerando as demais cidades da região, a demanda regional anual pelo ensino universitário, contando apenas os egressos do ensino médio, é de aproximadamente 6.707 candidatos por ano letivo, conforme dados do INEP de 2022.

2.3.16 Polo Tutóia (MA)

Tutóia é uma cidade estrategicamente localizada entre os Lençóis Maranhenses e o Delta do Parnaíba, na divisa com o Estado do Piauí. De acordo com dados do IBGE de 2022, sua população é de 53.356 habitantes, e a densidade demográfica é de 34,07 hab/km². A taxa de escolarização na faixa etária de 6 a 14 anos, com base em informações do IBGE de 2010, é de 96,6%.

A cidade de Tutóia atualmente conta com 2.466 alunos matriculados no ensino médio, distribuídos da seguinte forma: 2.147 alunos no ensino médio regular, 155 alunos em tempo integral, 164 alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio. Além disso, levando em consideração as cidades no entorno de Tutóia, temos as seguintes informações sobre a demanda regional por ensino universitário, considerando apenas os egressos do ensino médio: Paulino Neves: 1.084 alunos matriculados no ensino médio. Água Doce do Maranhão: 829 alunos matriculados no ensino médio, sendo 799 no ensino regular e 30 na EJA do ensino médio. Santana do Maranhão: 338 alunos matriculados no ensino médio, sendo 305 no ensino regular e 33 na EJA do ensino médio. Milagres do Maranhão: 277 alunos matriculados no ensino médio. Magalhães de Almeida: 685 alunos matriculados no ensino médio, dos quais 46 na EJA do ensino médio. Araioses: 1.210 alunos matriculados no ensino médio, sendo 53 na EJA do ensino médio. Considerando as demais cidades da região, a demanda regional anual por ensino universitário, contando apenas os egressos do ensino médio, é superior a 6.800 candidatos por ano letivo, com base em informações do INEP de 2022. Isso demonstra a importância do acesso ao ensino superior na região.

2.3.17 Polo Urbano Santos (MA)

Urbano Santos é um município que obteve sua emancipação política em 1935, desmembrando-se do município de Brejo, localizado na região do Baixo Parnaíba. De acordo com os dados do IBGE de 2022, a população de Urbano Santos é de 32.812 habitantes, com uma densidade demográfica de 19,22 hab/km². A taxa de escolarização na faixa etária de 6 a 14 anos, com base nas informações de 2010, é de 95,7%. No município de Urbano Santos, há um total de 2.110 matrículas no ensino médio, sendo 1.864 no ensino regular e 246 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio.

Além disso, considerando algumas cidades no entorno de Urbano Santos, temos as seguintes informações sobre a demanda regional por ensino universitário, considerando apenas os egressos do ensino médio: Vargem Grande: 2.400 alunos matriculados no ensino médio, sendo 1.557 no ensino regular, 242 em tempo integral e 601 na EJA do ensino médio. Nina Rodrigues: 692 alunos matriculados no ensino médio, dos quais 104 na EJA do ensino médio. Itapecuru Mirim: 3.071 alunos

matriculados no ensino médio, sendo 2.614 no ensino regular, 260 em tempo integral e 197 na EJA do ensino médio. São Benedito do Rio Preto: 1.092 alunos matriculados no ensino médio, dos quais 97 na EJA do ensino médio. Considerando as demais cidades da região, a demanda regional anual por ensino universitário, contando apenas os egressos do ensino médio, é superior a 9.300 candidatos por ano letivo, de acordo com dados do INEP de 2022. Isso destaca a importância do acesso ao ensino superior na região e a necessidade de atender essa demanda educacional.

2.4 Parâmetros que norteiam a ação pedagógica da FAP

Este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) define diretrizes, parâmetros e finalidades básicas da Instituição: ampliar oportunidades de educação, instituir novas orientações profissionais demandadas pela política do mundo e mercado de trabalho, atuar como parceira das organizações públicas e privadas em todas as áreas do conhecimento e contribuir para o desenvolvimento técnico-científico do país. Pretende-se destacar a importante função social e da Faculdade do Baixo Parnaíba e contribuição para o desenvolvimento de regiões do Estado do Maranhão e na Região Litorânea do Estado do Piauí.

Neste sentido, as práticas acadêmicas da FAP estão atualmente orientadas pela indissociabilidade entre o ensino, a iniciação à pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade e dinâmica curricular integrada; flexibilidade; compromisso com a missão institucional; universidade inovadora; busca da excelência; ética e respeito à dignidade, à liberdade intelectual e às diferenças. Tais valores estão legitimados pelos processos históricos e culturais, traduzindo-se em princípios norteadores dos fazeres acadêmicos, considerados como parâmetros norteadores das ações pedagógicas da FAP:

- Corroborar os princípios de igualdade e liberdade para promover sua difusão e articulação com os valores sociais;
- Garantir a efetividade do princípio da universalização a saúde como um direito de cidadania, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais, por meio da formação profissional e da oportunidade de trabalho, emprego e renda, visando atender às necessidades do município de Chapadinha e da região do Baixo Parnaíba;
- Promover a harmonia das pessoas e da sociedade com o meio ambiente;
- Atender à sociedade, respeitando a sua natureza, e socializando os conhecimentos acadêmicos-científicos produzidos;

- Desenvolver os processos de ensino e da aprendizagem por meio da iniciação à pesquisa, possibilitando a divulgação do conhecimento, atuação profissional, potencializando o diálogo com a sociedade;
- Promover a indissociabilidade do ensino, iniciação à pesquisa, extensão e a gestão do conhecimento e das aprendizagens de seus alunos;
- Atuar em defesa do direito subjetivo à educação inclusiva, comprometida com o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico, cultural, econômico e socioambiental;
- Promover a educação inclusiva, colaborativa, diversificada, comprometida com a dignidade das condições de trabalho, estudo e convivência;
- Corroborar os valores e práticas que atendam à sustentabilidade como princípio educativo que integre âmbitos ambientais, sociais e econômicos;
- Reconhecer a equidade e a integralidade como direitos da pessoa humana em atendimentos a necessidades individuais básicas;
- Promover as condições de acessibilidade e a construção de um ambiente de trabalho e estudo inclusivo, respeitoso, solidário e colaborativo;
- Exercer a democracia e autonomia acadêmico-científica.

A FAP, fundamentada nestes princípios, definiu a sua finalidade como Instituição de Ensino Superior, elaborando o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), integrado ao PDI para o quinquênio de 2024 a 2028, assumindo o papel que lhe cabe no desenvolvimento sustentável com uma visão de mundo e de educação superior que expressa, em sua função, a sua contribuição social nos espaços local, regional e nacional, por meio do ensino, da iniciação à pesquisa e a extensão, articuladas aos valores éticos e de cidadania.

Esses aspectos fundamentam os processos acadêmico-pedagógicos da instituição e reúnem um conjunto de princípios e valores estéticos, políticos e éticos, necessários ao desenvolvimento de ações cotidianas da vida acadêmica na faculdade, conforme observados na prática acadêmica comprometida com a investigação, produção e socialização do saber sistematizado, e na formação profissional do aluno. Considerando-se:

- O pensar global para agir localmente;
- A construção de conhecimentos básicos e tecnológicos, articulados a valores humanísticos e às relações interpessoais;
- A indissociabilidade entre ensino, iniciação a pesquisa e extensão, relacionada aos processos teórico-práticos do ensinar e aprender.
- A contextualização social e histórica do conhecimento;

- O princípio da interdisciplinaridade e flexibilidade nos processos de construção do conhecimento;
- A acessibilidade como proposta de atuação e inclusão;
- A atualização dos sistemas de gestão acadêmica;
- O diagnóstico resultado da avaliação institucional interna e externa, aplicáveis na promoção de boas práticas e da qualidade efetiva do ensino;
- A valorização das atividades acadêmico-administrativas para a progressão funcional;
- O acompanhamento e orientação contínuo dos alunos em sua trajetória acadêmica;
- O apoio institucional para o enfrentamento das dificuldades do processo de ensino-aprendizagem e da vivência acadêmica e social;
- O fortalecimento e transversalidade das ações da FAP;
- A valorização das diferenças de toda ordem - sejam elas acadêmicas, sociais, étnicas, raciais e culturais e promoção do ingresso e permanência desse segmento da população;
- O desenvolvimento do empreendedorismo, visando o crescimento individual e coletivo;
- A atualização de critérios políticos sociais para atender as demandas prementes da sociedade, tendo em vista as necessidades profissionais emergentes.

Nesta perspectiva, tais princípios didáticos pedagógicos se traduzem no compromisso da Faculdade do Baixo Parnaíba em proporcionar uma formação humanista, crítica e reflexiva, em convivência com diferentes formas de pensar, produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a compreensão das transformações sociais com ética e estética alinhadas aos novos parâmetros globais. A formação proposta valoriza a liberdade de pensamento e alteridade, favorecendo o discernimento, a criatividade e a imaginação. Essas dimensões são igualmente importantes na produção e na apropriação de conhecimentos e saberes relevantes, tanto do ponto de vista científico quanto social.

O desenvolvimento das atividades acadêmico-científicas e culturais está pautado nos princípios da contextualização, articulação teoria e prática, interdisciplinaridade e flexibilização. Tais princípios são indissociáveis do ensino, iniciação a pesquisa e extensão, devendo estar interligados à regionalidade; a comunicação dialógica; e a qualidade da organização do currículo, a fim de que possa

potencializar o fazer educativo, a liberdade de aprender e ensinar, a pesquisa, a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

2.5 Organização Didático Pedagógica da Instituição

A Organização Didático Pedagógica da Faculdade do Baixo Parnaíba está estruturada conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei nº. 9.394/1996), e os marcos legais do Ensino Superior. Dessa forma, os cursos de graduação oferecidos pela instituição objetivam a formação humana e ética para o exercício da profissão e da cidadania, em consonância com os desafios socioambientais, pessoais e profissionais da sociedade contemporânea.

Neste sentido, a política de gestão de currículos devem estar alinhada às ações e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) em vigência, às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação ofertados, ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), ao Regimento Interno (RI) e aos documentos regulatórios vigentes, externos e internos, específicos e próprios da Faculdade.

Destaca-se que a Instituição adota como linhas de ação para o exercício de 2024 a 2028:

- Consolidação e ampliação das ações de incentivo à mobilidade de aluno e professor em âmbito nacional e internacional;
- Fomento à criação de componentes curriculares em ações de extensão integradas aos currículos;
- Inclusão de conteúdos curriculares que abordem a educação de pessoas com deficiência nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs);
- Monitoramento constante para a revisão/adequação dos projetos e práticas pedagógicas dos cursos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso;
- Atualização dos currículos dos cursos de graduação à luz das teorias contemporâneas e dos marcos legais;
- Cumprimento da política de acervo bibliográfico físico e virtual, atualizando-o mediante as novas demandas;
- Aproveitamento das experiências das atividades de estágio e de boas práticas desenvolvidas como produção acadêmica de iniciação à pesquisa e à extensão
- Expansão da oferta de vagas por meio de novos cursos de graduação em atendimento às demandas da região e consoante às potencialidades da Instituição (capacidade física instalada e a gestão de pessoas e de processos disponíveis);

- Oferta do Programa Especial de Formação Pedagógica de Professores, para complementação pedagógica ou segunda graduação, regulamentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de Professores para a Educação Básica, conforme Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica;
- Promoção de boas práticas investigativas e de atividades de extensão nos cursos de graduação;
- Desenvolvimento da educação a distância conforme previsto no cronograma;
- Elevação do número de alunos matriculados até 2028 em cursos de graduação presencial, ampliando a oferta de vagas através da implantação de novos cursos na modalidade de educação à distância;
- Redução da taxa de evasão e aumento da taxa de sucesso na mesma proporção;
- Elevação da qualidade dos cursos de graduação e do desempenho do alunado no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), para atingir o Índice Geral de Cursos (IGC) 4;
- Prioridade de ações acadêmicas de extensão relacionadas direta ou indiretamente aos problemas sociais básicos;
- Desenvolvimento de estudos transdisciplinares, que favoreçam a criação e a inovação no ambiente acadêmico.

Considerando as linhas de ação propostas para a vigência deste PDI, exercício 2024 a 2028, acredita-se ser necessário um compromisso efetivo no desenvolvimento das políticas institucionais, observando concepções e práticas inovadoras compatíveis com as exigências da sociedade contemporânea. Neste sentido, a estrutura acadêmica didático-pedagógica está fundamentada nos princípios e valores de humanidades, nos marcos legais vigentes e nos documentos regulatórios da Instituição, como o Regimento Interno, e ainda de acordo com os seguintes princípios:

- Liberdade de pensamento e de expressão, sem discriminação de qualquer natureza;
- Indissociabilidade entre o ensino, a iniciação à pesquisa e a extensão;
- Universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade;
- Avaliação e aprimoramento constante da qualidade;
- Orientação humanística da formação do aluno;
- Compromisso com o desenvolvimento do país e a busca de soluções democráticas para os problemas regionais e nacionais;

- Compromisso com a paz, em defesa dos Direitos Humanos e preservação do meio ambiente.

Os pressupostos acima mencionados potencializam a integração das modalidades de ensino presencial e a distância, conforme demonstrado neste documento. A FAP tem o entendimento de que, para corresponder às dimensões propostas, é preciso viabilizar as condições necessárias por meio da atualização dos recursos tecnológicos, de um corpo social atualizado e qualificado, de uma política de acolhimento do aluno efetiva, da produção de materiais didáticos inovadores, da implantação de carga horária a distância nos cursos presenciais conforme regimentado, e do fortalecimento de ações e atividades acadêmicas tendo em vista à produção didático-científica.

A Faculdade tem investido no desenvolvimento e aperfeiçoamento das práticas de ensino e aprendizagem, adotando diferentes procedimentos de organização que orientam e potencializam o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), considerando:

- A observação e a reflexão como fundamentais para a compreensão da realidade social, indissociabilidade teórico-prática, integralização de conteúdos e atividades acadêmicas, objetivando a produção do conhecimento nas distintas áreas;
- Os conhecimentos teórico-práticos, necessários para à formação profissional do egresso, requer a organização do trabalho acadêmico-científico, reflexivo, crítico, criativo, colaborativo, participativo, interdependente face aos contextos multidisciplinares e interculturais;
- A problematização, investigação e incerteza são premissas essenciais no processo de formação profissional e devem fazer parte na organização das atividades que envolvem o ensino, iniciação à pesquisa e extensão;
- O comprometimento ético e estético é condição *sine quom* na produção do conhecimento acadêmico-científico, considerando a realidade social, as bases teóricas, os fenômenos naturais e sociais para o desenvolvimento do homem e da sociedade,
- As inovações tecnológicas e metodológicas como suportes estratégicos para a aprendizagem do aluno e a produção científica;
- Os conteúdos factuais, atitudinais e procedimentais, as metodologias problematizadoras, os processos de avaliação da aprendizagem e os instrumentos de ensino e de aprendizagem são ferramentas didático-pedagógicas indispensáveis na formação profissional dos egressos, assim como na identidade pedagógica institucional;

- A promoção do intercâmbio científico e acadêmico entre professores e alunos, graduação e pós-graduação, entre a iniciação à pesquisa e a extensão são considerados indicadores de excelência;
- A mobilidade do professor e aluno entre cursos e o Campus Chapadinha deve ser fomentada para permitir a construção de trajetórias acadêmicas flexíveis, sem prejuízo de uma sólida formação;
- A excelência acadêmica é estrutural e estruturante, constituindo-se na relação experiencial, no processo de formação profissional e nas práticas sociais;
- A obrigatoriedade da realização de trabalhos de conclusão de curso (TCC), previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, deve refletir a formação profissional do egresso;
- A transversalidade como dimensão pedagógica da ação educativa possibilita a inclusão da pluralidade de conhecimentos interdisciplinares articulando os conteúdos curriculares da educação em direitos humanos, questões étnico-raciais, gênero, pessoas com deficiência, com transtorno do espectro autista e educação ambiental, permeando os projetos pedagógicos dos cursos de graduação;
- A valorização da docência na graduação deve ser garantida por meio do apoio à formação continuada de professores, da criação de políticas de incentivo à inovação e à produção científica, e da implementação de políticas institucionais que garantam o acesso e a permanência dos alunos nos cursos de graduação.

Tais orientações complementam os princípios fundamentais da organização didática do currículo dos cursos de graduação da Faculdade do Baixo Parnaíba, os quais devem estar alinhados à legislação vigente, às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), atinentes as diferentes modalidades de atendimento, seja presencial e/ou a distância, considerando os princípios didático-pedagógicos a seguir.

a) Contextualização

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Programa de Avaliação Institucional e Regimento Interno, a FAP mantém atualizados os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPCs), de Pós-graduação lato sensu e o stricto sensu, quando houver, para assegurar a contextualização dos currículos e conteúdos relevantes.

Sendo assim, a contextualização com um dos princípios didático-pedagógicos que norteiam o currículo dos cursos de graduação da FAP reforça a sua função social e o seu papel como instituição de educação formadora, adotando políticas de ensino alinhada a:

✓ **Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana**, considerando os princípios éticos, humanistas e as dimensões sociopolítica, cultural, científica e profissional;

✓ **Compreensão ética e respeito à dignidade da pessoa humana, ao meio ambiente e às diferenças**, por meio da construção de projetos coletivos em respeito à ética, dignidade, às diferenças, à complexidade das relações sociais, e às desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em mudanças.

✓ **Articulação entre ensino, iniciação a pesquisa e extensão**, pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição disciplinar do currículo oculto. A prática inerente à problematização da realidade social em que a Instituição está inserida. Considerando que a competência técnica e acadêmico-científica dos cursos de graduação possibilitará a materialização de conhecimentos significativos que darão sustentação aos processos de ensino e aprendizagem dos alunos, condição essencial para o exercício profissional.

A FAP ainda congrega as atividades de extensão às práticas de ensino como forma de participação direta dos alunos na sua concepção, realização e avaliação. Entendendo que a extensão, como uma forma de articulação entre os saberes construídos na academia e as demandas da comunidade, oportuniza aprendizagens fundamentais aos egressos e reforça o compromisso ético, político e social.

b) Interdisciplinaridade e multirreferencialidade,

A complexidade do processo educativo requer a observação cuidadosa sobre os parâmetros que norteiam as áreas do conhecimento e a concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. A interdisciplinaridade se constitui um princípio didático-pedagógico que transversaliza e integra as áreas do conhecimento, convergindo, conectando, complementando e colaborando para solucionar problemas e responder aos desafios e à complexidade da sociedade contemporânea. Neste sentido, a transversalidade aproxima a realidade e a ciência, integrando na estrutura curricular temas da vida cotidiana, incluindo-os como conteúdos complementares e flexíveis.

A diversidade de componentes curriculares compõe não apenas o conjunto de saberes técnicos-específicos do projeto pedagógico do curso, mas também a dimensão, filosófica, ética e estética, valores fundamentais na construção da autonomia do aluno, que deve ser capaz de aprender a pensar de modo crítico,

sistemático e flexível. Portanto, a construção de cada PPC da FAP, considera a multirreferencialidade do currículo, compreendida como um dos fenômenos epistemológicos da educação, caracterizado pela pluralidade de ideias materializadas pelas práticas sociais no âmbito dos fazeres pedagógicos.

Neste sentido, a diversidade como temática na educação, em nível conceitual e prático, traduz as políticas educacionais estruturantes, uma vez que o conceito de diversidade se aproxima da concepção de emancipação humana e social. O conceito de diferença e, por consequência, os de igualdade e desigualdade, são fundamentais para a compreensão da diversidade.

Assim sendo, é necessário que as políticas de ensino, iniciação à pesquisa e extensão se fundamentem na igualdade como ponto de intervenção afirmativa em favor dos sujeitos da diversidade, sendo essencial a implementação de políticas de inclusão social, de ações afirmativas e políticas de diferenças. As políticas de diversidade, de cunho universal, voltadas para pessoas de situação econômica desfavorecida e ações afirmativas em decorrência de uma discriminação étnica, racial, sexual e de gênero.

c) Tecnologias digitais da informação e comunicação,

Importante aliada da escola formal e não formal, considerando que a construção do conhecimento requer a apropriação de linguagens e estratégias diversas, as TDICS tornam-se ferramentas imprescindíveis no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Tais ferramentas constituem tecnologias inteligentes na comunicação e representam um suporte na mediação das proposições didático-pedagógicas no percurso formativo dos alunos. Essas mediações ocorrem de forma dinâmica no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), possibilitando o acompanhamento, sistematização e avaliação das aprendizagens significativas.

d) Avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

Está pautada nos princípios teórico-metodológicos, considerando os diferentes procedimentos e instrumentos didático-pedagógicos utilizados nos processos de ensino e aprendizagem, assegurando aos alunos a oportunidade de apresentar as suas experiências e desempenho. Neste sentido, a avaliação é processual, sistemática, reflexiva, diagnóstica, formativa e somativa, assegurando aos atores

envolvidos no processo educativo o fortalecimento para a tomada de decisão planejada e alinhada à organização do trabalho pedagógico.

e) Articulação teoria e prática

A articulação teoria e prática é compreendida como um princípio de aprendizagem que possibilita o envolvimento dos alunos com os problemas reais em seus diferentes aspectos e situações. Os componentes curriculares deverão observar a relação teórico-prática na abordagem dos conteúdos curriculares, devendo considerar as questões relacionadas ao campo de atuação do profissional, a realidade social, cultural e econômica do local e global.

Neste entendimento, a formação profissional teórico-prática implica em uma ação articulada, consciente e reflexiva, compreendida de atividades que se norteiam pela organização do trabalho pedagógico e o currículo dos cursos de graduação e pós-graduação.

f) Flexibilidade

A flexibilidade é um princípio presente na organização dos currículos dos cursos de graduação em diferentes perspectivas, seja na eliminação da rigidez estrutural do curso, na organização dos tempos e espaços e no tratamento dos conteúdos.

A organização do currículo deve contemplar uma formação flexível, voltada também para o aprofundamento de conhecimentos específicos, identificados como significativos na realidade social e educacional e que atendam aos interesses dos alunos e às exigências da sociedade. Além disso, deve valer-se das diversas tecnologias digitais da informação e da comunicação como possibilidades de desenvolver no cotidiano do curso os conteúdos das diferentes disciplinas e, ainda, diversificar os espaços educacionais, extrapolando os limites da escola e da sala de aula.

g) Acessibilidade

A política de acessibilidade na educação superior se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, instrumental, informacional, comunicacional, atitudinal

e metodológica nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a iniciação à pesquisa e a extensão.

h) Sustentabilidade socioambiental

A dimensão socioambiental se institui como princípio para o desenvolvimento institucional nas atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão e gestão, destinando-se à conservação, recuperação e melhoria das condições ambientais, sociais e existenciais, promovendo a participação de toda a comunidade no delineamento, planejamento, implantação e avaliação das atividades previstas neste documento.

O fortalecimento das ações de sustentabilidade implica a necessidade de intensificar ações com boas práticas sociais que garantam o direito ao acesso à informação e a atividades ecossociais pautadas na premissa de acesso à transparência da gestão dos processos e dos problemas ambientais urbanos e do campo para a possível reorganização do poder e da autoridade.

2.5.1 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas

No âmbito da organização didático-pedagógica da FAP, destacam-se também as ações que serão desenvolvidas durante a vigência deste PDI, 2024 a 2028, com a finalidade de atender às diretrizes pedagógicas promovidas pelos cursos de graduação, presencial e a distância, com o objetivo de proporcionar resultados efetivos nas áreas a seguir.

a) Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares:

Revisar os projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação visando a flexibilização curricular; a adequação da carga horária dos cursos; a articulação com a iniciação à pesquisa e extensão; a oferta dos **componentes curriculares/disciplinas/módulos** integrando o uso de tecnologias digitais da informação e comunicação como dimensão constitutiva do processo de ensino considerando os objetivos pedagógicos; a incorporação de metodologias inovadoras,

problematizadoras e ativas, seja na oferta dos cursos de graduação presencial e a distância.

A indissociabilidade entre ensino, iniciação à pesquisa e extensão é compreendida pela Instituição como norteadora no processo educativo, possibilitando o desenvolvimento integral, a formação cidadã e a qualificação para o trabalho que dimensiona a relação de investigação e a intervenção nos processos sociais. Sendo assim, as competências e habilidades dos alunos são construídas pela convivência com os saberes e parâmetros da área de sua escolha; pela compreensão da ciência e sua evolução, metodologias e diálogos com a realidade, inerentes à prática educativa e indispensáveis à formação para o exercício profissional.

A Faculdade do Baixo Parnaíba oportuniza a formação de sujeitos pesquisadores, críticos, reflexivos, capazes de confrontar situações-problemas e problematizar a realidade social com autonomia intelectual, no enfrentamento das questões sociais relacionadas à gestão dos ambientes de aprendizagem e de práticas interdisciplinares.

Neste sentido, os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação e os eixos curriculares de formação profissional atendem às novas configurações dimensionadas pelo mundo e mercado de trabalho, as exigências das DCNs, a realidade social e as políticas institucionais, potencializando as mediações necessárias para atuação do profissional.

Nesta perspectiva, a estrutura didático-curricular dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da FAP, face às novas configurações no campo de atuação profissional, contribuem para superação da fragmentação do currículo e dos processos de ensino e aprendizagem, considerando os componentes integrantes da proposta curricular que seguem:

- Objetivos alinhados com perfil do egresso, estrutura curricular e a natureza das demandas econômicas, culturais, políticas, e ecossociais;
- Perfil do egresso expressa os objetivos, competências e habilidades gerais e específicas necessárias para atuação profissional, atinentes às respostas, desafios e a realidade;
- Estrutura didático-curricular integra os princípios flexibilidade, interdisciplinaridade, articulação teórico-prática, acessibilidade metodológica, pedagógica, atitudinal, digital, arquitetônica e de comunicação interpessoal e virtual;

- Conteúdos curriculares estão estruturados em eixos/núcleos garantindo o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, com atualização e adequação da bibliografia básica e complementar, abordando temas e conteúdos atinentes as políticas de educação em direitos humanos, relações étnico-raciais, educação ambiental, o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, educação especial e LIBRAS;
- Os componentes curriculares/disciplinas/módulos de formação geral são também considerados de formação básica, conforme as DCNs, a matriz curricular e a carga horária de cada curso, desenvolve o raciocínio complexo, à interdisciplinaridade, à reflexão crítica, às transformações sociais e às teorias gerais;
- Os componentes curriculares/disciplinas/módulos de formação profissional forma o aluno criticamente para o exercício da profissão, para o enfrentamento das transformações sociais do mundo contemporâneo;
- Os componentes curriculares/disciplinas/módulos de formação prática estão associados as metodologias e aos ambientes/contextos de práticas adotadas pelos professores e aprovadas pelo colegiado de curso;
- Os componentes curriculares/disciplinas/módulos ofertados como disciplinas optativas e/ou eletivas, são de escolha do aluno, considerando a transversalidade curricular;
- A metodologia contempla a perspectiva dialética e dialógica, sendo o aluno como sujeito ativo no processo ensino-aprendizagem;
- Tecnologias digitais da informação e comunicação utilizados no processo de ensino e aprendizagem mediante acesso a diferentes ambientes virtuais;
- A relação teoria-prática se constitui dimensões indissociáveis no processo de construção do conhecimento, fundamenta-se nos saberes e fazeres didático-científicos e na compreensão articulada desses saberes e domínios de métodos e linguagens investigativas no campo profissional;
- Atividades Complementares são atividades acadêmicas complementares oferecidas como componentes curriculares obrigatórios caracterizam-se como estudos interdisciplinares e transversais de flexibilidade curricular, atualização e integração de conhecimentos acerca da realidade local e regional nas dimensões socioculturais e educacionais, compreendem as experiências de aprendizagem para além da sala de aula e da Instituição. São disciplinadas por normas específicas e próprias da FAP;
- O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular obrigatório do processo de formação acadêmica, parte integrante das dimensões de ensino, iniciação a pesquisa e extensão. É um espaço político-pedagógico privilegiado de práxis, insere o aluno no campo de atuação profissional e no mundo do trabalho observando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as possíveis necessidade;
- Trabalho de Conclusão de Curso é um componente curricular obrigatório constituído em um processo de investigação desenvolvido sob orientação de

um professor, com a temática de interesse do aluno e linha de pesquisa definida pelo curso, disciplinado por normas específicas e próprias da FAP;

- Os estudos disciplinares são atividades de caráter obrigatório nos cursos de graduação da FAP, funcionam como um eixo estruturante de formação inter e multidisciplinar que perpassa todos os períodos dos cursos. Integram atividades de práticas pedagógicas de outros espaços para além da sala de aula, como laboratórios, biblioteca, ambientes digitais, eventos científicos, ambientes de instituições/empresas, contribuem significativamente para o desenvolvimento de competências e habilidades, compreensão e resolução de situações-problemas nas áreas de formação;
- Avaliação de desempenho acadêmico do aluno é processual, compreendida a partir das funções diagnóstica, formativa e somativa, resultando no aprendizado como competências técnica e profissional, mediada pelo comportamento ético e pelos aspectos teórico-práticos, tendo em vista a formação profissional de qualidade, disciplinada por normas específicas e próprias da FAP.

A instituição, com base na estrutura didática do currículo dos cursos de graduação, adota as linhas de iniciação à pesquisa e à extensão como elementos de transversalidade dos eixos temáticos e interdisciplinares, assim como as atividades complementares, os estágios curriculares supervisionados e os componentes curriculares de natureza optativa e/ou eletiva, que integram à pluralidade das áreas do conhecimento e incorporam diferentes experiências culturais e étnico-raciais, possibilitam ainda o acesso a diferentes mídias e tecnologias, fortalecendo as decisões coletivas e às diferentes demandas no convívio social.

Conforme a Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, e o disciplinamento da Curricularização de Extensão nas Instituições de Ensino Superior, a FAP implementou, por meio da Resolução FAP/CEPEX Nº 049/2021, novas políticas de orientações e encaminhamentos para a extensão curricular nos cursos de graduação, garantindo percentual mínimo de 10% da carga horária de todos os cursos, por meio de programas ou projetos de extensão.

b) Flexibilização dos componentes curriculares

A concepção de flexibilização curricular presente no PDI, PPI e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da FAP possibilita ao aluno um tempo e carga horária mínima de integralização, de acordo com a legislação vigente, abrangendo as disciplinas obrigatórias, complementares e optativas. Nesse sentido, a FAP prevê melhorias de expansão, atualização e reestruturação do currículo de cada curso, por meio das discussões e proposições do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente

Estruturante (NDE), considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, a formação generalista, dinâmica e humana, a diversidade regional, o processo de avaliação interna e externa, os conhecimentos e saberes necessários à formação profissional.

A flexibilização curricular presente nas disciplinas optativas oportuniza a atualização e aprofundamento das áreas de formação profissional relacionadas ao perfil do egresso, são de livre escolha do aluno, têm como objetivos:

- A promoção de competências e habilidades exigidas para a formação profissional e humana em cada campo de formação;
- A dinamicidade do currículo, flexibilização e atualização em relação às necessidades e desafios impostos pelas realidades educacionais e sociais;
- Atenção à inclusão da pessoa com deficiência;
- Articulação com as políticas de educação ambiental, políticas para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, e de direitos humanos, buscando a interdisciplinaridade entre os campos do saber e as áreas de formação.

Dentre os componentes curriculares/disciplinas/módulos optativos para os cursos de bacharelado e obrigatórios para os cursos de licenciatura, destaca-se a disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), de acordo com o Decreto nº 5.626/05, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso de graduação. Compreendendo que as competências e habilidades requeridas no processo de formação do aluno exigem o entendimento da realidade social, considerando as atividades complementares, a redução do número de pré-requisitos no currículo, a integralização da matriz curricular, possibilitando aos alunos estudos de sua escolha e os incentivos à iniciação à pesquisa e extensão.

Neste sentido, a compreensão de interdisciplinaridade se faz necessária nos PPCs, considerando a materialização dos objetivos, análise e interpretação dos conteúdos curriculares das disciplinas interligados de maneira a propiciar uma aprendizagem significativa, contextualizada e dinâmica.

Desse modo, a diversidade de componentes curriculares agrega um conjunto de conhecimentos didáticos-científicos interdisciplinares que transversalizam e dimensionam as particularidades e peculiaridades das áreas a que pertencem, constituindo substrato e matéria prima para a viabilidade dos processos de ensino-aprendizagem com autonomia de pensamento, atitudes e comportamentos éticos e

críticos, capazes de ressignificar saberes e fazeres conforme o perfil profissional do egresso e o propósito do curso.

O Projeto Pedagógico Institucional da FAP contempla, ainda, atividades interdisciplinares como parte da organização curricular dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, compreendidas como inovações pedagógicas norteadoras da ação pedagógica e desenvolvidas a partir dos seguintes procedimentos:

- Seminários Temáticos que propiciam aos alunos a prática da observação diagnóstica, o diálogo e a escuta em visitas técnicas, assim como a transversalidade dos conhecimentos das áreas de cada curso;
- Encontros de alunos e professores no ambiente acadêmico e externo, visando à organização e viabilidade da iniciação à pesquisa e extensão, realizados por meio de grupo de estudos e de trabalhos, objetivando a prática da coleta de informações e investigação científica no âmbito do desenvolvimento dos componentes curriculares;
- Seminário Interdisciplinar de Multirreferências Acadêmicas, uma atividade didático-científica que objetiva a socialização e a (re)significação do ensino e das aprendizagens desenvolvidas ao longo do período letivo. Organizado e apresentado pelos alunos, no terceiro crédito de cada semestre letivo sob orientação dos professores, o seminário reúne os conteúdos curriculares constantes nos planos de disciplinas e planos de ensino.

A Instituição compreende que o conhecimento da vida cotidiana traduz a realidade social e histórica na relação espaço-tempo, global e multidimensional. Portanto, faz-se necessário a articulação entre a prática e a teoria apreendida no processo de ensino e aprendizagem, com a inclusão destes saberes e fazeres na organização do currículo. Considerando que o desenvolvimento do conjunto de competências no campo de atuação profissional exigirá que as especificidades dos conteúdos de cada componente curricular esteja acompanhado de atitudes investigativas em sala de aula.

c) Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

Os cursos de graduação e pós-graduação, da Faculdade do Baixo Parnaíba contam com tempo mínimo e máximo para sua integralização, considerando o aproveitamento, frequência mínima exigida nas atividades curriculares cursadas, cumprimento das atividades acadêmicas complementares e o TCC, conforme os projetos pedagógicos dos cursos e a legislação vigente. O aproveitamento de estudos, quando do ingresso do aluno por meio de transferência ou retorno após trancamento, está regulamentado em normas próprias e específicas da Instituição.

Com base nos artigos 47 e 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Instituição possibilita o aproveitamento de estudos, quando solicitado, por meio de avaliações específicas, comprovação de formação e experiências em serviço, e outros instrumentos de avaliação aplicados por banca examinadora especial, que poderão abreviar a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino, na forma da legislação específica vigente.

d) Atividades Práticas, Estágio Curricular Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso

Acredita-se que o reconhecimento das atividades práticas, estágios curriculares supervisionados e trabalhos de conclusão de curso no âmbito dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação está regimentado por atos regulatórios, tais como convênios e contratos de estágios com órgãos públicos e privados, devidamente acordados e assinados pelas partes envolvidas.

Quanto às atividades práticas, TCCs e estágio obrigatórios e não-obrigatórios, a Instituição, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais, é orientada conforme resolução específica e própria, tendo como objetivos os descritos a seguir:

- Propiciar aos alunos a interação entre teoria e prática, constituindo-se em espaço de iniciação científica;
- Reconhecer as diferentes instituições de ensino e suas configurações estruturais;
- Possibilitar a participação em processos de inovações pedagógicas;
- Desenvolver um trabalho de conclusão de curso com base em um tema de escolha do aluno, conforme linha de pesquisa definida pelo curso;
- Desenvolver habilidades necessárias à formação do profissional.

A ação pedagógica desenvolvida no âmbito dos cursos de graduação incorpora atividades de conteúdos interdisciplinares que extrapolam a sala de aula, devendo integrar os planos de ensino das disciplinas como eixo curricular estruturante que articula a formação básica, profissional e prática como pode ser observado a seguir:

➤ As atividades de prática profissional

As atividades de prática profissional são compreendidas como eixo integrador das atividades de investigação, produção e implementação de novos conhecimentos,

entendidas como ações inovadoras de significado social, político e cultural da profissão, em face das novas configurações da realidade e demandas emergentes do campo de atuação da profissão, são desenvolvidas ao longo dos cursos por meio de: seminários, projetos de pesquisa em âmbito de iniciação científica, feiras pedagógicas, visitas técnicas, entre outras.

As tecnologias digitais da informação e comunicação, se constituem matrizes teórico-metodológicas no cotidiano da prática profissional, potencializadas pelas ferramentas como computadores, vídeos, redes sociais, ambientes virtuais, chats, teleconferências, com registros de situações simuladoras, estudos de caso, e-books. Tais práticas desenvolvidas possibilitarão a inserção do aluno no contexto do mundo do trabalho, por meio da vivência de situações práticas de natureza técnico-administrativa e pedagógica.

➤ **As Atividades Acadêmicas Complementares (AAC)**

As Atividades Acadêmicas Complementares são práticas acadêmicas obrigatórias e configuram-se como componente curricular ofertado como estudos interdisciplinares e transversais, contribuindo para a flexibilização da estrutura curricular e constituindo-se em conhecimentos de práticas interdependentes integrados à realidade local e regional nas dimensões socioculturais.

São integrantes dos currículos pedagógicos vigentes e articulam a ação pedagógica do ensino, iniciação à pesquisa e extensão, utilizando-se de diferentes metodologias de ensino problematizadoras e ativas. Permitem a comunicação, produção e socialização do conhecimento a partir do desenvolvimento de ideias e observação de situações-problemas, potencializando o desempenho acadêmico-científico e profissional do aluno.

Registra-se que as atividades de iniciação científica, como a participação em eventos científicos, monitoria, seminários temáticos e interdisciplinares, estágio não-obrigatório e publicação de trabalhos científicos, podem ser computadas para Atividades Complementares. Além disso, até 20% (vinte por cento) da carga horária destinada ao envolvimento em órgãos colegiados da Instituição (colegiado de curso, CPA, assembleias estudantis) e avaliação dos eventos por meio do Questionário do Estudante aplicado pela Comissão Própria de Avaliação da FAP.

A FAP oferece de forma contínua e permanente apoio aos alunos para realização das Atividades Acadêmicas Complementares, assim como proporciona, por meio das atividades previstas em seu Calendário Acadêmico, um espaço propício para a promoção e realização de atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão e de responsabilidade social, sobretudo com o objetivo de provocar nos alunos, uma reflexão jurídica sobre as questões de sustentabilidade e responsabilidade ambiental e social, de acordo com a Resolução FAP/CEPEX n.º 050/2021.

➤ **Estágio Curricular Supervisionado**

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular obrigatório do processo de formação acadêmica, constituído e constituinte das dimensões de ensino, iniciação à pesquisa e extensão. Articula teoria e prática, sendo desenvolvido no campo de ação profissional, visando à socialização do conhecimento enquanto processo social, coletivo e histórico. As atividades de estágio são desenvolvidas em espaços político-pedagógicos de construção da práxis, potencializando aos alunos a inserção no mundo e mercado de trabalho, e na prática social como um processo de participação e intervenção.

O estágio obrigatório desenvolve-se em Instituições conveniadas, conforme normas específicas nos termos dos projetos pedagógicos de cada curso ou a partir de projetos de extensão executados pelo aluno, sob a supervisão do professor-supervisor e a supervisão-técnica do responsável pelo campo, possibilitando o diálogo e a escuta entre os atores e segmentos sociais envolvidos. São atribuições do Coordenador do Estágio:

- Garantir a execução coletiva das atividades do Estágio Supervisionado, estabelecidas nas Resoluções e no Manual de Estágio, em conformidade com os Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- Elaborar e cumprir calendário de atividades;
- Entrar em contato com as instituições, estabelecer relações e averiguar o interesse e a possibilidade de oferecimento de vagas para estágio;
- Supervisionar as atividades desenvolvidas pelo professor-supervisor na Instituição concedente de Campo de Estágio, por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade.

➤ **O Estágio Curricular Não-Obrigatório**

O Estágio Curricular Não-Obrigatório é uma atividade opcional e complementar à formação do aluno, podendo ser desenvolvido nas instituições conveniadas a partir do 2º período.

O acompanhamento sistemático e a avaliação do estágio serão realizados pelo professor-supervisor de estágio e pelo supervisor-técnico. Ambos buscarão, de forma articulada, desenvolver esse núcleo como um facilitador da formação teórica e prática, com vistas a proporcionar aos alunos condições de exercitar as competências exigidas na prática profissional.

➤ **O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório e será elaborado de acordo com as normas estabelecidas pelo Colegiado de Curso, tendo sua estrutura formal articulada com as linhas de iniciação à pesquisa propostas pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX). Constitui-se em processo de investigação e síntese de estudos realizados durante o curso, seguindo os critérios técnicos definidos pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), cursadas nas disciplinas Metodologia do Trabalho Científico, Pesquisa Aplicada e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O Projeto do TCC deve ser elaborado e analisado pelo professor-orientador da disciplina, conforme o plano de ensino, devendo ser apresentado para uma comissão de avaliação técnica, que emitirá um parecer com aprovação ou reprovação. Quando da aprovação do projeto, a coordenação do curso indicará o professor-orientador para o desenvolvimento do TCC, na modalidade monografia, artigo ou relatório de estágio obrigatório em conformidade com resolução específica e própria da Instituição.

2.6 Políticas institucionais

As políticas institucionais da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) são fundamentadas nos principais pilares da educação integral e inclusiva, entendida como direito subjetivo, na qual o processo educativo deve ser considerado social e

extensivo a todos os sujeitos, com deficiência ou não, livre de preconceitos, reconhecendo as diferenças e o valor da pessoa na sociedade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FAP abrange a realidade política e educacional em regiões do Estado do Maranhão e na região Litorânea do Estado do Piauí. Consiste em um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica e a dinâmica acadêmico-administrativa da Instituição, está organizado a partir das ações já realizadas e avaliadas, e, em proposições, metas e cronogramas definidos pela Instituição com vigência de até 05 (cinco) anos.

Sendo assim, como um planejamento estratégico, as propostas elaboradas e apresentadas pela comunidade acadêmica, são frutos:

- Dos resultados dos processos de avaliação da instituição e de seus cursos, realizados nos últimos 4 anos pelo MEC, por meio do INEP;
- Dos resultados dos processos de avaliações internas e análise da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que reúne a instituição por meio de seus representantes: professores, alunos, técnico- administrativos e comunidade externa, que através de reflexões críticas, analisam o desenvolvimento da Instituição;
- Da gestão participativa, apoiada pelos Colegiados de Curso (CC) e NDE, que são representados pela comunidade acadêmica, abre espaço para o diálogo coletivo, análise de documentos, diretrizes e normas regulamentadoras, que descrevem caminhos e objetivos a serem alcançados para a significação e ressignificação do ensino e da formação dos alunos da instituição;
- Da implantação e implementação de ações na gestão, ensino, pesquisa e extensão que contribuam para o consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Nesta perspectiva, a formação humana, profissional e continuada utiliza inovações pedagógicas e tecnológicas digitais da informação e comunicação, a partir de estudos acadêmicos-científicos qualitativos e quantitativos, integrando os quatro pilares do conhecimento: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser, a partir do diálogo, iniciação à pesquisa, extensão, gestão com responsabilidade social, os cursos de graduação da FAP articulam e mobilizam as exigências do mundo contemporâneo à realidade social, potencializando a sua função social na implantação e implementação das políticas da Instituição para o ensino de graduação e pós-graduação.

2.6.1 Políticas de ensino na graduação e pós-graduação

O ensino de graduação constitui a base da formação superior, visando a construção de uma sociedade inclusiva e de conhecimento investigativo e diversificado, considerando o pensamento crítico, cidadania, a valorização dos direitos humanos e o respeito à democracia. Na graduação, os cursos de bacharelados e as licenciaturas cuidam da formação profissional do aluno nas diversas áreas do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar de educação social e científica, com o ensino intimamente ligado a iniciação à pesquisa e à extensão, respondendo às demandas da sociedade.

Dessa forma, as políticas de ensino dos cursos de graduação e pós-graduação objetivam incentivar a produção de conhecimentos didático-científico de qualidade. Além disso, buscam promover o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico, relacionado ao contexto regional e à formação ética inclusiva. O intuito é possibilitar a produção de conhecimentos e instrumentos para o exercício da autonomia intelectual, profissional e política, ampliando a prática social e a cidadania do aluno, sustentadas pelos seguintes princípios básicos:

- Formação generalista e pluralista, respeitando a especificidade do conhecimento;
- Incentivo à sólida formação do egresso para a superação dos desafios e a ressignificação do conhecimento e das condições do exercício profissional;
- Avaliação periódica das atividades desenvolvidas, analisando competências, habilidades cognitivas, comportamentais e o desempenho acadêmico do aluno, conforme o perfil profissional do curso.

Essas políticas de ensino estão pautadas nas particularidades e peculiaridades regionais dos Estados do Maranhão, do Piauí, da instituição, e na legislação vigente. Para tanto, faz-se necessário a promoção de ações acadêmico-administrativas inovadoras que promovam a atualização sistemática e a flexibilidade do currículo, assim como a oferta de componentes curriculares/disciplinas/módulos na modalidade presencial e a distância.

Considerando a relevância da integralização da extensão nos currículos como parte dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, que fundamentam e norteiam a formação profissional, entende-se ser importante o alinhamento das políticas institucionais às políticas públicas sociais e de educação básica, no âmbito

das esferas municipal, estadual e federal, como elemento imprescindível para que aconteça a transversalidade no processo formativo, seja nas licenciaturas, bacharelados ou tecnólogos.

A FAP se propôs, desde o início de 2019, à revisão e atualização de seus documentos regulatórios, incluindo os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, considerando às exigências e os parâmetros atuais, conforme as regulamentações e normatizações oriundas dos órgãos e colegiados superiores. Ressaltam-se como princípios orientadores do diálogo e escuta, a organização curricular, as expectativas quanto ao redimensionamento dos componentes curriculares das matrizes, carga horária, e definição da articulação dos conceitos, princípios e conteúdo da extensão, como processo interdisciplinar político, educacional, cultural, científico e tecnológico, visando o fortalecimento do compromisso social da Instituição.

Sendo assim, a materialidade das atividades de extensão no período de 2024 a 2028 será desenvolvida considerando as diretrizes que seguem: a interdisciplinaridade e interação profissional, dialogicidade, mudanças sociais, o impacto na formação acadêmica, a indissociabilidade entre ensino, iniciação à pesquisa e extensão. Tais atividades estarão ancoradas nos programas e projetos de extensão acadêmicos, disciplinados em portarias, resoluções e editais internos de fomento acadêmico-científico, o que possibilitará a viabilidade das políticas de ensino da graduação e pós-graduação e produção de conhecimento articulado em âmbito local, regional e nacional.

2.6.1.1 O ensino na graduação

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, presencial e a distância, alinhados as DCNs, adotam como princípio a contextualização, a articulação teórico-prática, a interdisciplinaridade e a flexibilidade dos currículos. Parâmetros significativos no desenvolvimento de competências e habilidades individuais e coletivas dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, considerando uma formação sustentável em respeito às diferenças e a convivência social, inerentes às políticas de ensino que fundamentam e orientam o PDI e PPI.

Desse modo, a FAP elabora sua política de ensino nos cursos de graduação sob a gestão da Direção de Ensino (DIREN) e da coordenação do Núcleo de Ensino,

Pesquisa e Extensão (NUPEX), que de forma colegiada articulam na ação pedagógica o ensino, a iniciação à pesquisa e extensão, propostas como ações a serem desenvolvidas na vigência do PDI, 2024 a 2028, explicitadas a seguir:

- Ampliar a inserção da FAP em regiões do Estado do Maranhão e na região Litorânea do Estado do Piauí;
- Atualizar periodicamente a estrutura organizacional e o Regimento Interno da Instituição;
- Elevar os indicadores de qualidade nos cursos de graduação existentes.
- Implementar regularmente a formação continuada de professores e técnicos-administrativos;
- Implementar a política para egressos continuamente;
- Incentivar semestralmente a mobilidade intra e interinstitucional;
- Implantar novos cursos de graduação conforme as demandas locais e regionais;
- Implantar o curso de graduação em Medicina;
- Implantar e Implementar a Educação a Distância;
- Aplicar regularmente instrumentos avaliativos para mensurar, analisar e refletir a qualidade do ensino na graduação;
- Desenvolver periodicamente programas e projetos interdisciplinares de boas práticas;
- Promover aos alunos dos cursos de graduação experiências de vida científica, política e cultural, através dos Núcleos de Práticas;
- Compreender o significado da ciência e da tecnologia para a qualidade de vida dos cidadãos.

Nesta perspectiva, o ensino na graduação exige a construção do pensamento crítico e compreensão dos processos conceituais, procedimentais e atitudinais como prática de iniciação científica e de extensão, vivenciadas nos espaços de aprendizagem e de socialização do saber, configuram-se como dimensões criativas indissociáveis no ato de conhecer, potencializado pelas inovações metodológicas, avaliação continuada, relação teoria e prática e o incentivo a percursos curriculares flexíveis e dinâmicos.

As políticas de ensino na graduação visam à produção e à difusão da ciência e da cultura, o fomento da investigação dos problemas sociais, do diálogo e da escuta nos espaços acadêmicos, pauta-se:

- Na indissociabilidade teórico-prática dos processos de ensino e aprendizagem;
- Nas bases epistemológicas dos currículos de graduação, visando o fortalecimento do perfil profissional;
- Na práxis de um currículo autossustentável, guiado por boas práticas, possibilitando a reflexão e problematização da realidade histórico-social de interesse individual e coletivo;
- Na gestão acadêmica do ensino nos cursos de graduação, com autonomia didático-científica acadêmica;
- Na participação colegiada, sustentada na pluralidade de ideias, inovações pedagógicas e no compromisso social;
- Na articulação do ensino com a iniciação à pesquisa e extensão, mediante práticas de investigação em ambientes e contextos sócio-históricos, políticos e ecossociais;
- Na viabilidade de estudos utilizando metodologias ativas e problematizadoras, visando a ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem em face aos aspectos cognitivos, psicológicos e emocionais;
- Na revisão periódica dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e dos planos de ensino dos componentes curriculares, tendo em vista as necessidades socioculturais, a exigências do mundo do trabalho e legais.

2.6.1.2 Programa Especial de Formação Pedagógica de Docente e Segunda Licenciatura

A FAP desenvolve o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docente, como complementação pedagógica, para graduados em cursos de bacharelado, que visam a atuação como professor em sua área de conhecimento, e o Programa de Segunda Licenciatura, que confere ao licenciado mais uma graduação.

Considerando a Resolução CNE/CP Nº2/2019, e o que regula a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), a complementação pedagógica do aluno pressupõe o desenvolvimento das competências gerais e aprendizagens essenciais, em seus aspectos intelectual, físico, cultural e emocional conforme propõe o artigo quarto da referida resolução:

Art.4º As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas:

I - conhecimento profissional;

II - prática profissional; e

III - engajamento profissional.

§1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes:

I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;

- II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e
- IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:

- I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
- III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e
- IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:

- I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e
- IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

Neste sentido, a política de formação docente da Instituição está alinhada à organização didático-curricular definida nos PPC de graduação em bacharelado e licenciatura e nos eixos de formação de conteúdos profissionais, em observância ao Art. 5º da Resolução CNE/CP Nº2/2019, que trata do atendimento às especificidades do exercício das atividades do docente, assim como dos fundamentos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, em observâncias aos incisos I, II e III do artigo acima mencionado:

- I.a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II.a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; e
- III.o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação.

A formação docente proposta no Programa Especial de Formação Pedagógica compreende a educação como inclusiva, flexível, interdisciplinar com transversalidade de conhecimentos produzidos pela ciência para os processos de ensino e aprendizagem, materializada pelos procedimentos e instrumentos didáticos-pedagógicos, visando o desenvolvimento dos saberes e o acesso ao conhecimento.

O Art. 6º da Resolução CNE/CP Nº2/2019, dispõe sobre os marcos regulatórios e os princípios que norteiam a formação de professores da educação básica, observados a seguir:

- I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos a uma educação de qualidade, mediante a equiparação de oportunidades que considere a necessidade de todos e de cada um dos estudantes;
- II - a valorização da profissão docente, que inclui o reconhecimento e o fortalecimento dos saberes e práticas específicas de tal profissão;
- III - a colaboração constante entre os entes federados para a consecução dos objetivos previstos na política nacional de formação de professores para a Educação Básica;
- IV - a garantia de padrões de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e a distância;
- V - a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes;
- VI - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;
- VII - a articulação entre a formação inicial e a formação continuada;
- VIII - a formação continuada que deve ser entendida como componente essencial para a profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da instituição educativa e considerar os diferentes saberes e a experiência docente, bem como o projeto pedagógico da instituição de Educação Básica na qual atua o docente;
- IX - a compreensão dos docentes como agentes formadores de conhecimento e cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a conhecimentos, informações, vivência e atualização cultural; e
- X - a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Nesta perspectiva, a formação inicial e a formação continuada de professores e profissionais da educação em segunda licenciatura, está organizada mediante os artigos 19 e 20 da Resolução CNE/CP Nº2/2019.

2.6.1.3 O ensino na pós-graduação

O ensino na pós-graduação é compreendido nas mesmas dimensões e categorias que constituem o ensino na graduação, pela sua natureza, características, diretrizes, metas e ações, fundamentado nos princípios e parâmetros da gestão participativa e colegiada, articulada a iniciação à pesquisa e extensão e integrada aos diferentes níveis de ensino, áreas de atuação profissional e às políticas da Instituição, tendo em vista as linhas de pesquisa adotadas no programa dos cursos de especialização, a Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018 e o aporte administrativo-financeiro.

A estrutura didático-pedagógica e curricular dos cursos de especialização, configura-se como formação continuada de egressos, está ancorada em referenciais

teórico-metodológicos inerentes a pluralidade de conhecimento das áreas e suas especificidades, compreendidas dos espaços sociais e econômicos e expressam os objetivos dos cursos a que pertencem, a visão, os valores e a missão da FAP.

Neste sentido, as diretrizes que orientam o ensino na Pós-Graduação são as que seguem:

- O desenvolvimento de uma política de qualidade que contemple o compromisso e o fortalecimento com a produção do conhecimento científico, conforme os critérios de avaliação exigidos pela legislação vigente;
- Uma organização didático-pedagógica que expressa a perspectiva interdisciplinar, transdisciplinar e a articulação teórico-prática requerida pelos processos de construção de conhecimento;
- Ampliação e atualização da oferta de cursos de especialização presenciais e a distância, considerando as áreas de relevância para o fortalecimento dos fazeres e saberes acadêmico-científico e tecnológico, visando atender às necessidades do mundo contemporâneo e à qualidade de vidas das pessoas;
- Promoção de ações que estimulem parcerias com programas de pós-graduação consolidados, visando à formação acadêmica continuada e inovadora, a atualização e incorporação de competências técnicas e desenvolvimento de novos perfis profissionais;
- A implantação e implementação dos programas de pós-graduação da Faculdade em atendimento às demandas de profissionais tecnicamente qualificados para o setor governamental e não-governamental, visando o aprimoramento do exercício profissional no mundo do trabalho;
- A materialidade da estrutura didático-curricular, possibilite vivências de novas formas de aprendizagem e produção de conhecimento, considerando a iniciação científica, a extensão, o fomento e divulgação dos processos de produção intelectual em veículos de referência acadêmica nacional e internacional.

Os cursos de especialização abrangem as áreas diversas do conhecimento, já desenvolvidos e consolidados no âmbito da Instituição. Quanto à oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, a FAP dispõe de uma política institucional com a oferta de Mestrado Interinstitucional em Educação (MINTER) em parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) 2019 e 2024. Além disso, há a perspectiva de implantar, em 2024, uma turma de Doutorado Interinstitucional em Educação (DINTER) e uma nova turma de MINTER.

2.6.1.4 O ensino na Educação a Distância

As tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICS) evidenciaram a celeridade do tempo-espaço, as diferentes demandas da sociedade contemporânea e novas exigências no âmbito da formação profissional. Nesta perspectiva, o aporte tecnológicos na construção do conhecimento se torna imprescindível para viabilidade dos processos de ensino e aprendizagem.

Neste contexto, a FAP busca investir no ensino a distância, com a solicitação do Credenciamento Institucional e Autorização de cursos de graduação na modalidade EaD, a serem ofertados inicialmente em 17 (dezesete) polos de apoio presencial, distribuídos em regiões do Estado do Maranhão e Piauí, sob a coordenação de um Núcleo de Educação à Distância (NEAD). O Campus Chapadinha e os Polos de EaD de apoio presencial da Faculdade têm como atribuições: coordenar e avaliar as atividades de ensino, iniciação à pesquisa e extensão em suas respectivas áreas; decidir sobre a organização interna, respeitando o Regimento Interno.

Sendo assim, as políticas institucionais de ensino na modalidade de educação a distância (EaD), serão implantadas e implementadas de acordo com a legislação vigente e o entendimento da pesquisa como princípio educativo, fundamento indispensável no ato educativo a ser desenvolvido a partir das dimensões que seguem:

➤ **Implantação e fortalecimento da cultura de EaD nos níveis de atuação da FAP**

O processo de efetivação da cultura da EaD na FAP será viabilizado pela implantação, implementação e promoção dos espaços acadêmico-administrativos, com a definição do número de vagas, processos seletivos/vestibular de alunos, com prazos, cronogramas de trabalhos, organização de atividades acadêmicas e de encontros presenciais, dentre outras atividades planejadas que promovam o acesso aos cursos de graduação, tendo em vista as parcerias interinstitucionais, regionais, locais, nacionais e internacionais em atendimento a política de expansão da Instituição.

➤ **Compromisso com a qualidade dos projetos pedagógicos da modalidade EaD**

O compromisso da FAP na implantação e implementação das políticas de ensino na modalidade EaD com qualidade estão definidos em seus objetivos, ambientes virtuais e propósitos teórico-metodológicos, metodologias problematizadoras, produção de material didático com suporte tecnológico, bem como, acompanhamento pedagógico para os alunos, formação continuada de professores, assim como pelos indicadores de qualidade das avaliações, conforme os documentos regulatórios.

A organização acadêmica está estruturada conforme as Diretrizes e Normas Nacionais para a execução e gestão dos projetos pedagógicos dos cursos, com definição da matriz curricular, do corpo social de professores e administrativos, do sistema de avaliação e acompanhamento do desempenho acadêmico do aluno, dos profissionais da educação: gestor, professor, técnicos-administrativos (equipe multidisciplinar e de apoio administrativo e pedagógico).

➤ **Organização e produção de instrumentos, procedimentos e materiais didático pedagógicos**

A Faculdade do Baixo Parnaíba, através dos cursos de graduação a serem ofertados na modalidade EaD, se propõe a organizar e produzir o material didático-pedagógico pautados em princípios éticos, epistemológicos, educacionais, interdisciplinares, alinhados a diferentes dimensões teórico-metodológicas, procedimentais, instrumentais e tecnológicas, conforme disciplinado nos PPCs e Diretrizes Curriculares dos Cursos.

Os materiais didático-pedagógicos são recursos mediadores na relação professor-aluno e no desenvolvimento de competências e habilidades, gerais e específicas, no processo de formação profissional do egresso, são compostos de: cadernos de estudos interdisciplinares, livros, e-books ou apostilas; vídeos ou screencasts; áudios ou podcasts; animações; atividades simuladas e questionários.

Os cadernos de estudos interdisciplinares são recursos didáticos compreendidos de textos estruturados na forma de conteúdos curriculares, e de atividades pedagógicas integrantes dos componentes curriculares/disciplinas. São organizados por objetivos, Unidades de Aprendizagens (UA) e cargas horárias

definidas por créditos letivos. Cada Unidade de Aprendizagem, apresenta uma sequência didática, denominada Caminhos de Aprendizagens, compreendida dos itens: Objetivos de Aprendizagem, Apresentação Infográfico, Problematizando, Conteúdo Curricular Programático, Desafio Prática, Saiba Mais e Referência.

O material didático pedagógico se configura como um mediador dos processos de ensino e aprendizagens dos alunos, carregam em si, uma concepção pedagógica que norteiam a gestão do currículo e do trabalho docente, podendo ser acessado a qualquer tempo na versão PDF, disponibilizado no AVA, off-line e links, possibilitando que as aprendizagens sejam dinâmicas e significativas.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é uma plataforma de aprendizagem já existente na Instituição. Constitui-se como um recurso tecnológico que facilita a interlocução entre o trabalho acadêmico e as atividades de sala de aula. É um dos recursos necessários para a integração com o sistema acadêmico institucional, utilizado como ferramenta didático-metodológica no ensino virtual e nas diferentes demandas oriundas dos processos de ensino-aprendizagem.

Desse modo, o material didático contém os conteúdos específicos constantes nas ementas, bibliografias básicas e complementares de cada componente curricular, sendo de responsabilidade do professor formador e da equipe multidisciplinar a escolha, elaboração e produção, assim como avaliado previamente (pré-testagem) com o objetivo de identificar inadequações, fazer as correções e as atualizações que se fizerem necessárias. Tais materiais serão desenvolvidos através das metodologias problematizadoras e tecnologias ativas.

➤ **Formação continuada dos profissionais da EaD da FAP**

A formação dos profissionais do EaD, como professores, tutores, coordenadores de curso, gestores e equipe multidisciplinar de apoio administrativo e pedagógico, observará os princípios de qualidade descritos nas políticas de ensino da instituição e nos indicadores de qualidade da legislação vigente. Para tanto, o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAPE) da FAP desenvolve programas de formação continuada em parceria com as demais instâncias responsáveis pela formação continuada, possibilitando uma formação interdisciplinar e contínua em inovações pedagógicas e/ou na pós-graduação, seja em espaços de formação internos e/ou externos.

- **O Perfil da Tutoria**

Os cursos de graduação EaD conta com um corpo de tutores subordinado ao Núcleo de Educação a Distância (NEAD), com formação para desenvolver as atribuições inerentes ao cargo de tutoria a distância e presencial. O corpo de tutores possui formação específica em sua área de atuação. A formação dos tutores os habilita a promover o suporte necessário às atividades docentes dos diferentes procedimentos curriculares ofertados durante o curso, e ainda fomentar, presencialmente, atividades práticas a serem desenvolvidas pelos alunos, potencializando o processo de ensino e aprendizagem.

A Tutoria a distância e presencial, sob a responsabilidade de profissionais graduados, são contratados após aprovação em seletivo, disciplinados em Edital, conforme Regimento Interno, CLT e demais regulações internas. Aos tutores contratados, é disponibilizado mesmo para os com experiência ou formação comprovada, o curso de extensão em Docência e Tutoria na Educação a Distância, com carga horária totalizando 40h de formação plena.

O Tutor a distância é o profissional graduado na área do curso de graduação em que trabalha, devidamente capacitado para uso das TDICs, que atua na instituição, por meio do AVA, mediando processos didático-pedagógicos entre alunos geograficamente distantes e os polos de apoio presencial que frequentam. O Tutor a distância faz a mediação pedagógica entre o professor formador e o aluno.

Já o Tutor presencial é o profissional graduado que trabalha na área do curso de sua formação, devidamente capacitado para o uso das TDICs, para atender aos alunos nos polos em horários preestabelecidos, participando ativamente da prática pedagógica.

Neste sentido, os tutores conduzem as atividades didático-pedagógicas virtuais e presenciais, no AVA e nos polos de EaD de apoio presencial, conforme demandas e cronograma de atendimento, para a mediação entre os caminhos de aprendizagens, o aluno e as coordenações correlatas. Será exigido a experiência na docência superior e experiência com EaD de, no mínimo, dois anos.

Para formação continuada, a FAP disponibilizará formações síncronas e assíncronas, através do NEAD e do ambiente virtual de aprendizagem. Objetivando garantir a qualidade na formação e no atendimento ao aluno, a métrica utilizada será de um tutor formador para cada 150 alunos, e vale salientar que o tutor tem sua carga

horária atribuída no componente curricular/disciplina equivalente a sua área de formação.

- **Programa de formação continuada e atualização profissional**

O Programa de formação continuada e atualização profissional do tutor da FAP, em consonância com as proposições atinentes às políticas dos cursos de graduação na modalidade a distância, preconiza a construção de competências pessoais, interpessoais e técnicas do tutor, considerando os objetivos específicos descritos a seguir:

- Identificar as características e o uso de ferramentas básicas que favorecem à interação aluno-conteúdo-tecnologia-mediador;
- Promover a formação continuada dos tutores, utilizando as múltiplas linguagens das tecnologias ativas de forma síncrona e assíncrona, como possibilidade de estreitar relações entre professores, alunos e profissionais fora da região física dos usuários;
- Possibilitar a construção de autonomia em relação às práticas acadêmicas de relacionamento social e midiático na comunicação com as pessoas;
- Promover a valorização dos profissionais a partir do desempenho pessoal, da qualificação e das experiências vividas no âmbito do trabalho.

- **Gestão colaborativa da EaD da FAP**

A gestão da estrutura, organização e funcionamento do EaD será realizada pela Coordenação do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), pelas Coordenações dos Cursos de Graduação e Coordenação dos polos de apoio presencial, sob a condução da Direção de Ensino (DIREN), disciplinados por normas regulamentadoras específicas e próprias da Instituição.

- **Recursos tecnológicos e o apoio multidisciplinar**

A disponibilidade e suficiência dos recursos tecnológicos devem ser gestados em consonância com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, presenciais e a distância, que serão executadas em polos de apoio presencial. Os profissionais e equipes de suporte e apoio técnico atendem às demandas de professores e alunos que utilizam dos dispositivos e infraestrutura de EaD em suas atividades educativas.

Portanto a graduação e pós-graduação na modalidade EaD da Faculdade do Baixo Parnaíba serão implantadas conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional, exercício de 2024 a 2028, assim como, a oferta da carga horária a

distância até o limite permitido nos cursos presenciais, em conformidade com as Diretrizes e legislações específicas, expressa nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação na modalidade EaD, no Projeto Pedagógico Institucional e no Regimento Interno.

2.6.2 Políticas de iniciação à pesquisa

Na FAP, a iniciação à pesquisa é compreendida como um princípio educativo e se configura como um instrumento entre graduação, pós-graduação e extensão, tendo como objetivo principal a produção científica e tecnológica a serviço da vida. É entendida ainda como iniciação científica, desenvolvida a partir de linhas de pesquisa, especificidades do conhecimento científico que potencializa o diálogo, a escuta, e atitudes políticas emancipatórias.

Dessa forma, a iniciação científica, como parte das políticas de iniciação à pesquisa, é entendida como processo que implementa e fortalece práticas educativas, relações sociais entre o ensino e aprendizagem, e estudos científicos. Está articulada às linhas de investigação e interrelacionadas as matrizes curriculares dos cursos, contribuindo para o desenvolvimento de competências relacionadas aos saberes e fazeres acadêmicos de professores-pesquisadores, atendendo as demandas de orientação e produção intelectual. Considerando os seguintes princípios que permeiam as ações acadêmico-científicas e culturais:

- Interdisciplinaridade e integração teórico-prática como elementos estruturantes para o desenvolvimento do trabalho intelectual e profissional;
- Articulação entre a comunidade acadêmica e externa;
- A democratização e produção do conhecimento acadêmico-científico, resultante da integração com os movimentos sociais e a participação efetiva da comunidade acadêmica face a realidade social emergente;
- Contextualização das condições da realidade social a partir da análise das condições de desigualdade e exclusão, impostas pela má distribuição de renda e administração de recursos públicos;
- Ética e estética como parâmetro no processo de avaliação contínua.

Tais princípios deverão fundamentar a formação de novos profissionais e pesquisadores, na medida em que promovem a autonomia intelectual, técnica e política. Os estudos dos processos de observação, investigação, questionamento, formulação de respostas e explicações sobre a realidade socialmente constituída

possibilitam a problematização do campo de ação do profissional, e o entendimento das determinações complexas que dele advêm, produzindo uma auto reflexividade e transformação em concepções e atitudes frente as situações de enfrentamento a serem vivenciadas.

Entende-se que as políticas de ensino, a iniciação à pesquisa e a extensão são elementos didático-científicos interdisciplinares que mobilizam procedimentos teórico-metodológicos nos contextos de prática e na produção de saberes das diferentes áreas científicas, como respostas aos questionamentos de um determinado tempo e espaço sociocultural. Sendo assim, a transposição didática do conhecimento acadêmico-científico perpassa pelas vivências desses contextos de práticas institucionais, potencializados pelas Atividades Acadêmicas Complementares, Estágio Curricular Supervisionado e construção do Trabalho de Conclusão de Curso.

Nesta perspectiva, a indissociabilidade entre ensino, iniciação à pesquisa e extensão que orienta as políticas, diretrizes e metas apontadas no PPI da FAP é de responsabilidade da Direção Acadêmica, sob a coordenação do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão (NUPEX).

Registra-se que a organização de eventos, programas e projetos integram às linhas de pesquisas, considerando a organização curricular pedagógica dos cursos de graduação e as proposições para a construção de saberes e fazeres ressignificados, em observância às parcerias e instrumentos adotados para observação e produção de registros diagnósticos vivenciados nos processos de investigação científica nos componentes curriculares, estágios curriculares supervisionados e trabalho de conclusão de curso.

2.6.3 Políticas de extensão

A Direção Acadêmica, através do NUPEX, articula, desenvolve, coordena e apoia as atividades de extensão junto à comunidade acadêmica e à sociedade. A extensão é um componente que integra de maneira indissociável o ensino e a iniciação à pesquisa, interagindo com as instituições públicas e privadas, movimentos sociais, culturais e artísticos, contribuindo para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em resposta aos desafios locais, regionais e nacionais. Suas ações estão alicerçadas no conceito de extensão estabelecido no Plano Nacional de Extensão e nas diretrizes das Políticas de Extensão da FAP.

As políticas de extensão dos cursos de graduação estão associadas às políticas de ensino, buscam integrar as atividades de incentivo à iniciação científica e nas atividades de monitoria, propiciando aos alunos desde o início da sua formação acadêmica, o desenvolvimento de competências para o enfrentamento do mundo do trabalho. Isso ocorre tendo em vista a crescente demanda por profissionais e cidadãos com um perfil crítico e comprometido com as questões sociais e políticas.

Desse forma, as ações acadêmico-científicas e culturais desenvolvidas como extensão são diretrizes básicas, definidas na legislação vigente, no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Essas ações fazem parte das políticas de extensão, visando proporcionar a formação inovadora e empreendedora aos alunos, fundamentada na interdisciplinaridade e na flexibilidade curricular. Essa abordagem mobiliza e articula inovações pedagógicas e os recursos das tecnologias ativas, alinhadas aos princípios que seguem:

- Autonomia do aluno, sujeito crítico e participativo no processo de ensino e aprendizagem;
- Visão inovadora e empreendedora em relação ao desenvolvimento e aos problemas sociais e globais;
- Participação na formulação de estratégias que o permita conviver com a realidade atual, marcada pela incerteza, tornando-o capaz de lidar com o imprevisto e o inesperado;
- Fortalecimento da participação nos órgãos e colegiados superiores da Instituição e do Curso.

Tais princípios são fundamentais no desenvolvimento das atividades de extensão no âmbito da Faculdade, estimulam o fomento de ações extensionistas de boas práticas, a participação de professores, alunos e técnicos-administrativos (tutores e equipe multidisciplinar), e a inclusão social em suas variadas dimensões. Tais ações são efetivadas pelos Núcleos de Práticas: Núcleo de Práticas de Leitura Professora Eliane Rêgo (NUPLER); Núcleo de Práticas Educativas e Sociais (NUPES); Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPJ); Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPPS), dos órgãos complementares e de apoio didático-acadêmico, vinculados às coordenações dos cursos de graduação, respondendo às diretrizes curriculares nacionais do curso a que pertencem. Considerando o processo de formação profissional, a extensão objetiva:

- Promover a formação para o exercício da profissão, compreendendo o homem e o meio em que vive, suas condições sociais, culturais e a realidade

na qual poderá intervir;

- Representar a FAP junto aos Fóruns de Extensão, possibilitando a troca de conhecimento e experiências entre as Instituições de Ensino Superior;
- Fortalecer a instituição, através de ações sociais, colaborando e participando de ações junto à comunidade local e regional;
- Planejar a extensão em consonância com o Projeto de Desenvolvimento Institucional, na concepção de políticas e estratégias que mobilizem a comunidade acadêmica e externa;
- Promover ações de extensão articulada com o ensino e a iniciação científica, conforme a legislação vigente, promovendo encontros presenciais ou a distância e reuniões entre representantes de diferentes órgãos da comunidade acadêmica.

A FAP, junto aos cursos de graduação desenvolve o Programa de Extensão em parceria com instituições governamentais e não governamentais (igrejas, Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Executivo local e estadual, escolas, sindicatos e outras) e empresas privadas. Promove discussões sobre as reformas e inovações educacionais, políticas públicas, direitos subjetivos e sociais pertinentes às organizações dos sistemas de ensino, visando à inserção do estudante nos projetos sociais e culturais da comunidade local e regional. As atividades de Extensão têm resolução específica e própria da instituição.

A FAP reconhece as atividades de extensão na organização curricular dos cursos de graduação, atendendo o princípio da transversalidade e flexibilidade curricular, considerando:

- Implementação de Projetos de ação extensionista e assistenciais;
- Promoção de encontros acadêmicos, seminários, ciclos de palestras, exposições, mostras científicas;
- Implantação de cursos de formação continuada para professores dos sistemas de ensino por meio de programas de graduação e pós-graduação;
- Promover, junto à comunidade local e regional, ações sociais, culturais, de saúde e educação, por meio de editais de fomento ao desenvolvimento de projetos específicos de interesse dos parceiros;
- Instituir na extensão programas e projetos de assistência social e difusão da cultura e do saber nas comunidades circunvizinhas à FAP, em parceria com as prefeituras dos municípios da região.
- Atendimento à comunidade externa por meio de projetos de extensão, como: E-Social, do Escritório Modelo de Práticas de Administração e Contabilidade (EMPAC), o Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPJ), Escola de Negócios, projetos de extensão ligados aos cursos de Licenciaturas, Bacharelados e Superiores de Tecnologias, de intervenção no ambiente escolar;

- Implementação do Programa de Monitoria para alunos dos cursos de graduação presenciais e distância, objetivando promover as vivências e a participação do aluno no exercício da prática profissional;
- Implantação de políticas que fomentem a qualidade dos estudos acadêmicos nos cursos de graduação presencial e a distância, com vistas à melhoria do desempenho dos alunos na avaliação ENADE, em atendimento às Diretrizes do SINAES;
- Implantação e fortalecimento de ações em inovações tecnológicas e do ambiente de aprendizagem virtual (AVA);
- Potencialização da prática de extensão nos processos educativos articuladores entre a Faculdade e a sociedade, garantindo que estruturas curriculares incorporem programas e projetos de extensão;
- Elaboração e revisão das diretrizes de extensão em consonância com as normas regulamentadoras da Instituição, considerando os Colegiados de cursos;
- Estímulo e o apoio à participação dos alunos extensionistas em eventos científicos, na medida em que a extensão é concebida como espaço de produção e de divulgação de conhecimentos científicos.

Considerando a interdependência entre as áreas de atuação profissional e as áreas sociais, ambientais, culturais e direitos humanos, as políticas de extensão mobilizam e articulam as linhas de investigação científica em torno dos componentes curriculares/disciplinas, dos sujeitos e da assistência à comunidade interna e externa, viabilizando o compromisso social da Faculdade com o desenvolvimento sustentável da região, por meio de atividades de Extensão que seguem:

- Programa de Vivências Pedagógicas (PROVIP);
- Programa de Nivelamento;
- Programa Interdisciplinar da Mulher, caracteriza-se como espaço de produção de metodologias e reflexões teóricas nos estudos relativos à mulher, gênero e o feminismo;
- Programa e-Social, do Escritório Modelo de Práticas de Administração e Contabilidade (EMPAC);
- Programa socioambiental promove ações de diálogo sobre preservação do meio-ambiente, voltado para conscientização socioambiental da comunidade acadêmica;
- Projeto Enempar é uma ação de Reforço Escolar da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) em parceria com as escolas públicas estaduais para melhorar o desempenho dos alunos inscritos no ENEM;
- Programa de acolhimento psicossocial desenvolvido pelo NAPPS;
- Programa de formação profissional para inserção dos egressos;

- Projeto IR Social;
- Projeto Escola de Negócios,
- Projetos socioeducacionais, ambientais, culturais e acadêmicos;
- Projeto dia da leitura na FAP;
- Projeto Brinquedoteca, trabalha a leitura de forma lúdica, incentivando crianças e adolescentes a praticarem a leitura individual e coletiva;
- Programa de apoio jurídico ao cidadão, proporciona acesso das pessoas ao reconhecimento de seus direitos, é desenvolvido pelo NUPJ;
- PROFAP e o PROFAP/CIDADES, que tem como objetivo a concessão de bolsa parcial com desconto no percentual de 30% até 50% sobre o valor da parcela mensal ou auxílio transporte para o deslocamento para alunos da Instituição.
- Semana Acadêmica;
- Encontro de Iniciação Científica;
- Seminários Temáticos;
- Seminário Interdisciplinar de Multirreferências Acadêmicas;
- Programa de Monitoria da FAP visa proporcionar aos alunos a participação e ambiência de novos espaços dialógicos e de convivência entre saberes diversos e do aprofundamento da democracia, da luta contra a exclusão social, degradação ambiental e defesa da diversidade, por meio de processo seletivo, disciplinado em Edital.

A Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, disciplina o processo de Curricularização de Extensão nas Instituições de Ensino Superior. Na FAP, é regida pela Resolução FAP/CEPEX Nº 049/2021, que tem como objetivo adotar e implementar novas políticas de orientações e encaminhamentos para a extensão curricular em seus cursos de graduação, garantindo um percentual mínimo de 10% da carga horária de todos os cursos, por meio de programas ou projetos de extensão.

2.6.4 Políticas de gestão acadêmica

A gestão da Faculdade do Baixo Parnaíba é democrática e de natureza participativa, orientada por órgãos e colegiados superiores. É representada e legitimada por seus membros natos, consultivos e deliberativos, tendo como parâmetro o respeito às diversidades culturais e a autonomia didático-científica que fundamentam os processos de tomada de decisões.

Os parâmetros norteadores da gestão acadêmico-administrativa da instituição, ancorados nos direitos humanos incorporados na cultura da organização e mediação

de conflitos, no encaminhamento de processos de violações para a ouvidoria, comissões e comitês de ética, e na abordagem ESG (ENVIRONMENTAL - Ambiental, SOCIAL - Social e GOVERNANCE - Governança), com foco em boas práticas de governança, potencializam o fortalecimento da autonomia didático-científica nas tomadas de decisões, quanto à organização do trabalho pedagógico e os serviços técnicos-administrativos, junto à stakeholders.

Assim sendo, a FAP ratifica a sua identidade como dialógica e colegiada. Com a gestão didático-científica autônoma, fincada nos princípios éticos de transparência, impessoalidade, descentralização e legitimidade, materializados na estrutura organizacional composta de órgãos deliberativos e executivos, em obediência aos colegiados superiores CONSENS e CEPEX. Os órgãos deliberativos e os executivos compõem a Direção de Ensino, a Direção Administrativa e de Patrimônio, assim como a Direção Acadêmica, Coordenação do NEAD e Coordenações de Cursos.

E ainda, em convergência com as definições estratégicas da mantenedora e aquiescência dos colegiados superiores e ancorada no conceito de práticas ESG sólidas de sustentabilidade ambiental, social e de governança, a COPLAE, planeja e executa as ações acadêmico-administrativas da FAP com a implementação da política estratégica de conscientização de práticas confiáveis para o fortalecimento do meio ambiente, da sociedade e a ética corporativa. Considerando:

- Sanear e equilibrar em curto prazo as finanças da instituição;
- Avaliar e acordar os indicadores de ESG ao tomar decisões de investimento.
- Alinhar os portfólios de serviços com valores sustentáveis;
- Fortalecer a missão e a visão da faculdade visando garantir e manter a confiabilidade da comunidade acadêmica externa e interna, evitando as adversidades;
- Fortalecer o branding institucional;
- Garantir que os diálogos e escutas compartilhadas com a representação estudantil sejam compreendidas como necessidades estratégicas para formulação de políticas de atendimento ao aluno;
- Estudar a movimentação do mercado, observando as trocas de experiências inovadoras;
- Respeitar continuamente as diretrizes e normais aplicáveis às práticas de ESG.

Neste sentido, a COPLAE intervém continuamente redimensionando o PDI vigente, com novas perspectivas, reestruturação e novo direcionamento do PDI 2024-

2028, adequando-o às necessidades cotidianas e às exigências apontadas no indicadores de desempenho e Relatório de Autoavaliação Institucional, objetivando o aperfeiçoamento e a modernização do fluxo de gestão de tecnologias, serviços e dos processos acadêmicos de pessoas e de documentos.

Para tanto, a FAP reorganizou seu sistema de atendimento às demandas e investiu na formação dos funcionários e na implementação para o uso dos sistemas, acadêmico (SWA JACAD) e de gestão (Fortes):

- Sistema Integrado de Planejamento JACAD: utilizado pelo setor de Gestão de Pessoas da FAP para o cadastro e acompanhamento de projetos de professores;
- Sistema Integrado de Gestão de Pessoas SWA JACAD e FORTES: sob a responsabilidade do setor de Gestão de Pessoas, é utilizado para disponibilizar e gerar consultas sobre os dados cadastrais e financeiros dos funcionários, relatórios personalizados e realizar o cadastro de comunicações de ocorrências funcionais, para acompanhamento de presença dos funcionários;
- Plano Individual de Trabalho: possui o objetivo de gerenciar todas as atividades que o professor exerce durante o semestre letivo da instituição, para a computação da carga horária semanal do professor, ou seja, quais as atividades que o professor exerce no período semanal;
- Sistema de Inscrição de Bolsa Auxílio (SWA JACAD): sob a responsabilidade da Secretaria de Assistência Estudantil (SAE), é utilizado com a finalidade de promover a inscrição e seleção de candidatos às bolsas de permanência;
- Sistema de Inscrição do Vestibular (Processo Seletivo): utilizada pela coordenação da Comissão Permanente de Concursos (COPEC), a referida coordenação tem como finalidade promover o acompanhamento financeiro e o controle de inscrições do vestibular (Isenções, inscritos, campanhas, promoções, etc.);
- Sistema de Registro de Diplomas e Certificados: utilizado pela Secretaria do Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SERCA) o sistema tem como finalidade o controle, solicitação e emissão de documentos, certificados e diplomas de forma integrada aos registros acadêmicos do sistema interno de registro e controle acadêmico (SICA).
- Plataforma SWA JACAD E MOODLE: *Software* institucional que atende à demanda de gerenciamento e consolidação dos dados acadêmicos e da produção tecnológica e científica dos programas de graduação e pós-graduação *lato sensu*. Tais ferramentas integram os dados dos alunos e dos professores, em um banco de dados único, mantendo o registro da movimentação acadêmica dos cursos e o acompanhamento da trajetória dos alunos em curso e dos egressos, possibilitando o gerenciamento dessas informações e permitindo uma melhor tomada de decisão da Instituição, garantindo com isso a segurança dos dados inseridos nas plataformas.

As tomadas de decisões e a execução das ações planejadas no PDI são

desenvolvidas mediante os sistemas acadêmicos mencionados anteriormente, que possibilitam agilidade e atendimento eficiente do fluxo dos processos para alcançar os objetivos e metas estabelecidos:

- Formação contínua, em serviço, da equipe de trabalho;
- Implementação da infraestrutura das TDICS por meio de pesquisa e de soluções adequadas aos processos das unidades organizacionais;
- Treinamento da equipe de trabalho, em serviço, sobre o suporte técnico dos sistemas, site, e aplicativos móveis;
- Planejamento estratégico das ações para a realização de processos inovadores quanto às políticas de negociação, financiamento e avaliação das atividades acadêmico-administrativas da instituição;
- Implantação de um sistema de informação correspondendo às estratégias de apoio operacionais à tomada de decisão, a partir dos eixos de conteúdo, conectividade e comunicação.

A FAP oferece o suporte técnico-pedagógico e acadêmico, necessário às Direções, coordenações, secretarias, órgãos e colegiados superiores para o desenvolvimento de suas atividades, ações administrativas e pedagógicas atinentes ao seu planejamento estratégico. A instituição valoriza e reconhece os esforços de seus professores e técnicos-administrativos por meio de programas de formação continuada, destinando vagas e percentual financeiro para aqueles que aderem aos programas de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu (em parceria).

O processo de autoavaliação institucional da Faculdade do Baixo Parnaíba é realizado pela CPA, que tem como atribuição coordenar os processos internos de avaliação, sistematização e o inter-relacionamento da análise dos dados quantitativos e qualitativos destacados no relatório, após a constatação dos avanços significativos da autoavaliação da Instituição, assim como das necessidades de continuidade de investimentos, implantação, implementação e prestação das informações solicitadas pelo INEP, em cumprimento ao disposto no art. 11 da lei de criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Dessa forma, a avaliação interna e externa da FAP resulta na potencialização de sua organização, planejamento e metas no âmbito acadêmico-administrativo, correspondendo às dimensões acadêmico-administrativas e de infraestrutura. Essas avaliações são objetos de discussões, estudos, análises e ponderações sobre as potencialidades, fragilidades e sugestões de melhorias por parte de todos os sujeitos da comunidade acadêmica e se constituem em mecanismos de autoconhecimento em

favor do crescimento institucional e da comunidade acadêmica.

Nesse contexto, considerando que a autoavaliação requer organização, sistematização e operacionalização dos indicadores institucionais como relevantes para a avaliação do ensino, da iniciação à pesquisa, extensão e da gestão, comprometidos com a qualidade e a democratização do ensino, o processo avaliativo é necessário para o permanente aperfeiçoamento e atualização dos parâmetros institucionais, consubstanciando e consolidando as práticas de gestão, reunindo o compromisso e a função social nos processos de planejamento e execução do PDI, PPI e de seu Regimento Interno, agregando os objetivos das políticas, descritos a seguir:

- Assumir posição de destaque no processo de desenvolvimento da sociedade;
- Concentrar, na problemática social, o conhecimento, as inovações e as tecnologias produzidas nas atividades acadêmicas;
- Expandir relações e parcerias, em todos os níveis, para realização conjunta de projetos de ensino, iniciação científica e extensão;
- Promover continuamente a avaliação institucional, tendo em vista sua função social;
- Aperfeiçoar o modelo de gestão de processos de pessoas com base na avaliação e nos planejamentos institucionais;
- Qualificar a gestão institucional através do planejamento e avaliação;
- Aprimorar as metodologias adotadas nos processos de planejamento e avaliação institucional;
- Criar e/ou consolidar estratégias e meios adequados de comunicação, de modo a atingir a comunidade interna e a sociedade em geral;
- Promover descentralização de decisões e estimular a participação da comunidade acadêmica na gestão;
- Acompanhar a elaboração e execução dos planos de gestão institucional, conforme objetivos e metas estabelecidas no PDI;
- Fortalecer os órgãos e colegiados superiores;
- Orientar a ação dos serviços das atividades afins;
- Vincular a política orçamentária e financeira aos objetivos da área acadêmica.

2.7 Identidade e desenvolvimento acadêmico-administrativo da Instituição

A instituição foi inicialmente credenciada como Instituto Superior das Ciências da Educação do Baixo Parnaíba (ISCDE), para oferecer cursos de Licenciatura Plena

em Letras e o Curso Normal Superior. Após sucessivas mudanças institucionais, teve sua identidade redefinida como Faculdade do Baixo Parnaíba, conforme estabelecido no Decreto 5773/2006, que a renomeou e do pioneirismo da Instituição somado às transformações sociais, políticas, econômicas e educacionais pelas quais o país e o mundo têm passado nos últimos anos.

Neste sentido, a Faculdade interveio diretamente no cenário da região do Baixo Parnaíba, proporcionando a comunidade formação profissional, desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico sustentável, a partir da implantação dos cursos de graduação em cumprimento a sua finalidade social e educadora. Ao longo de dezoito anos, fortaleceu seus vínculos acadêmico-científicos, estabeleceu relações com outras instituições educacionais, expandindo suas dimensões institucionais em resposta aos processos de avaliação interna e externa.

No Brasil, o panorama recente delineado pelas políticas atuais de acesso e permanência no ensino superior exigiu da Instituição, a implantação e implementação da gestão acadêmico-administrativa com inovações tecnológicas relevantes e perceptíveis para a comunidade acadêmica e externa. Sendo assim, os resultados dos processos de autoavaliação, coordenado pela CPA, subsidiou a revisão do PDI e do PPI, o reordenamento da organização acadêmico-administrativa e dos projetos pedagógicos dos cursos, coadunando na melhoria dos indicadores de qualidade, condição essencial para o desenvolvimento da Instituição.

Nesta perspectiva, a identidade da FAP caracterizada pela sua autonomia didático-científica e de gestão participativa, tem em sua missão e nos seus objetivos o resgate de sua história consubstanciada pelas experiências de inovações acadêmicas e tecnológicas, e de sustentabilidade fundantes nos contextos sociais, políticos, econômicos e educacionais, assim como nos desafios de potencializar a construção de novas configurações curriculares em tempos atuais.

Considerando o cenário atual, a mobilização e articulação da produção acadêmica face a organização e o planejamento institucional, tornou-se necessário e urgente a atualização e o redimensionamento das estratégias integradas as políticas de ensino, iniciação à pesquisa extensão, reconhecendo a transversalidade do conhecimento na vida acadêmica no alcance dos propósitos institucionais, ratificando a implantação dos novos cursos de graduação com abrangência para a área da saúde e da educação à distância.

Neste sentido, a FAP legitima o seu pioneirismo na medida em que reúne esforços para atender um novo perfil institucional materializando com as modificações em sua organização acadêmica, infraestrutura física e tecnológica, e Projeto Pedagógico Institucional, consolidando uma nova estrutura acadêmico-administrativa, expansão da oferta de vagas por meio de novos cursos, com o propósito de atingir parâmetros de excelência e qualidade social, observado o quadro abaixo.

Quadro 8 - Cursos de Graduação ofertados pela FAP

CURSO	ATO DE AUTORIZAÇÃO	ATO DE RECONHECIMENTO	MODALIDADE DE OFERTA	QTD DE VAGAS	ÚLTIMO ATO DE RENOVÇÃO DE RECONHECIMENTO
Administração (Bacharelado)	Portaria nº 888 de 18/10/2007, DOU de 19/10/2007	Portaria nº 187 de 01/10/2012, DOU de 03/10/2012	Presencial	80	Portaria nº 207 de 25/06/2020, DOU de 07/07/2020
Administração (Bacharelado)	Em processo de autorização	-	A distância	600	-
Biblioteconomia (Bacharelado)	Em processo de autorização	-	A distância	600	-
Ciências Contábeis (Bacharelado)	Portaria nº 106 de 05/04/2016, DOU de 06/04/2016.	Portaria nº 181 de 23/06/2020, DOU de 24/06/2020	Presencial	80	
Direito (Bacharelado)	Portaria nº 561 de 16/08/2018, DOU de 17/08/2018.	Aguardando Publicação	Presencial	150	-
Enfermagem (Bacharelado)	Portaria nº 1.081 de 24/09/2021, DOU de 27/09/2021	-	Presencial	100	-
Engenharia de Produção (Bacharelado)	Portaria nº 242 de 30/03/2017, DOU de 31/03/2017.	-	Presencial	60	-
Fisioterapia (Bacharelado)	Portaria nº 1.117, de 23/12/2022, DOU de 27/12/2022	-	Presencial	75	-
Gestão Desportiva e de Lazer (Tecnológico)	Portaria nº 265 de 27/03/2015, DOU de 30/03/2015	-	Presencial	100	-
Letras – Português e Inglês (Licenciatura)	Portaria nº 198 de 19/01/2005, DOU de 21/01/2005	Portaria nº 606 de 19/11/2013, DOU de 20/11/2013	Presencial	100	Portaria nº 916 de 27/12/2018, DOU de 28/12/2018
Letras – Português e Espanhol (Licenciatura)	Portaria nº 565 de 27/09/2016, DOU de 28/09/2016.	-	Presencial	100	-
Pedagogia (Licenciatura)	Portaria nº 197 de 19/01/2005, DOU de 28/01/2005	Portaria nº 319 de 28/12/2012, DOU de 31/12/2012	Presencial	200	Portaria nº 916 de 27/12/2018, DOU de 28/12/2018

Serviço Social (Bacharelado)	Portaria nº 265 de 27/03/2015, DOU de 30/03/2015	Portaria nº 181 de 23/06/2020, DOU de 24/06/2020	Presencial	100	
Sistema de Informação (Bacharelado)	Em processo de autorização	-	A distância	600	-

Fonte: Autores (2023).

Registra-se que os cursos de graduação presenciais e a distância descritos no quadro acima, que estão em processo de autorização, protocolados no sistema e-MEC, aguardando somente a publicação das portarias.

A FAP busca a ampliar a qualidade dos cursos oferecidos, bem como de suas áreas de atuação, formulando pedidos de autorização de cursos de graduação, seja bacharelado, licenciatura e de tecnologia, que contribuam para o desenvolvimento da região em que a IES está inserida. Nessa perspectiva, a Instituição desenvolve suas atividades pautadas na articulação dos três eixos de atuação: ensino de graduação e pós-graduação, em ações integradas à extensão e à iniciação à pesquisa.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

A Responsabilidade Social e a Sustentabilidade da FAP estão direcionadas à promoção de ações que aproximem a instituição da sociedade; no respeito às diversidades, aos direitos humanos e à garantia da cidadania, em cumprimento e atenção aos princípios éticos e das relações de trabalho e de trocas de serviços educacionais, em consonância com os valores morais da sociedade brasileira.

Adota uma postura comprometida com o desenvolvimento sustentável das relações de trabalho, no engajamento e compromisso social da Instituição com as comunidades do Estado do Maranhão e da região Litorânea do Estado do Piauí, e com as organizações governamentais e não governamentais que têm agregado à educação básica ações socioeducativas e culturais.

A FAP é parte integrante da sociedade e, junto com ela, promove o debate, a construção de políticas institucionais, o desenvolvimento social e a mudança de comportamento. Também se insere aqui a sustentabilidade da própria faculdade, que se traduz no desenvolvimento de políticas de planejamento para o seu desenvolvimento sustentável, crescimento e sua própria existência como prestadora de serviço público de qualidade para a sociedade.

A Faculdade do Baixo Parnaíba, ao longo dos seus dezenove anos, vem buscando consolidar a sua função social de forma sustentável, autônoma, propositiva,

ética e responsável, considerando o desenvolvimento econômico e educacional para a inclusão social no âmbito do Município de Chapadinha e seu entorno, abrangendo os municípios que compõem Regiões do Estado do Maranhão e do Piauí.

Entre os principais elementos determinantes da responsabilidade social da FAP, destaca-se, nesse contexto, a promoção da educação, a inserção no mundo e mercado de trabalho, as políticas de acesso e ingresso, estímulo à permanência com sucesso e de assistência aos alunos, a inclusão social, o incentivo à cultura, o respeito à diversidade, a integração com a sociedade por meio da extensão, o compromisso com a cidadania e a sustentabilidade socioambiental. Como evidenciado no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da FAP, as ações de responsabilidade social desenvolvidas, pautam-se nos valores, princípios formalizados nas diretrizes institucionais, contantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Regimento Interno da Instituição.

Destaca-se, também, as diretrizes emanadas do Conselho Nacional da Educação (CNE) e suas respectivas atualizações, as quais fundamentam as políticas e ações que caracterizam a inserção social e o trabalho de formação dos alunos da Faculdade. Inicialmente, o pioneirismo e protagonismo da FAP, institucionalizado nas diretrizes e procedimentos que orientam à promoção da educação inclusiva e multicultural, conforme apontada na sua missão institucional e Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que disciplina as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Registra-se o comprometimento da instituição com a questão socioambiental, expressa na Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que define o conceito 'ambiental' nas diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental, integrado às políticas do programa nacional de educação ambiental, parâmetros integralizadores da diversidade e educação inclusiva. Assim como, a responsabilidade com a formação ética comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as diretrizes da educação em direitos humanos.

Neste sentido, a política de responsabilidade social estará presente nas atividades de ensino, iniciação à pesquisa e de extensão, através da realização de seminários e encontros versando sobre temáticas relevantes que respondem aos

anseios da sociedade, observadas as peculiaridades locais e à inclusão social, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente e a memória cultural, promovendo aos alunos uma formação profissional efetiva.

A estrutura organizacional da FAP, composta pelo Diretor de Ensino, Diretor Administrativo, Diretor de Patrimônio, Diretor Acadêmico, Coordenador do Instituto de Educação Superior (ISE); Coordenador do NEAD; Coordenadores de Cursos de Graduação, Secretária Geral e Bibliotecária Chefe, Ouvidoria e os colegiados compõem gestão da FAP, destaca-se como elemento fundamental da responsabilidade social da Faculdade as políticas de ingresso, de estímulo à permanência e de assistência estudantil.

Tal política objetiva ampliar as condições de acesso e permanência dos alunos na educação superior, considerando o desenvolvimento de estratégias de inclusão social, democratização do acesso, permanência e formação acadêmica de qualidade, impedindo a retenção e a evasão do aluno em situação de vulnerabilidade social e econômica. Destaca-se que a FAP dispõe de reserva de vagas para alunos de escolas públicas e para pessoas com deficiência.

A FAP dispõe de um Núcleo de Acessibilidade e de Atendimento às Pessoas com Deficiência (NAAPE). Juntamente com a Direção de Patrimônio e as Coordenações dos cursos de Graduação, viabiliza infraestrutura que possa eliminar as barreiras arquitetônicas e promover a acessibilidade física, auditiva, visual, intelectual, múltiplas na FAP, por meio do Plano de Acessibilidade e de Atendimento às Pessoas com Deficiência, que traduz as ações de atendimento e reformas projetadas e executadas entre os anos de 2010 a 2019, de forma a atender à legislação de acessibilidade (construção de rampas, sinalização implantada, sanitários adaptados, elevador).

Destaca-se, ainda, o plano de garantia de acessibilidade, disciplinado pela Resolução FAP/CONSENS nº 100 de 10 de março de 2021, construído em conformidade com a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 e Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015, sendo ainda previstas novas ações de melhoria da acessibilidade implementadas e acompanhadas pelo Corpo de Bombeiros. A totalidade dessas ações demonstra que a acessibilidade não se restringe apenas ao aspecto físico, mas inclui também as comunicações e atitudes.

4 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

As novas tecnologias digitais reconfiguraram a forma de pensar, produzir conhecimento e agir nas organizações da sociedade contemporânea, utilizando estratégias inovadoras de informação e comunicação, legitimam as ações institucionais face às demandas e exigências de interesse público e da Instituição. A comunicação passa a ser compreendida como um processo dinâmico, extremamente importante diante do contexto sócio-histórico, político e educacional, fortalecendo os vínculos entre a FAP e seu público diversificado, pautados em seus valores éticos, articuladas às políticas da gestão que buscam a excelência nas ações de ensino, iniciação à pesquisa e extensão.

A comunicação dá visibilidade à produção de saberes e fazeres, inerente e constitutiva desta Instituição, é construída no cotidiano da sala de aula, na interlocução entre gestores, professores, alunos, profissionais técnico-administrativos e sociedade, produzindo sentido nas relações humanas, materializadas nos mais variados espaços em que a FAP se faz presente.

Considerando as estratégias de comunicação e relacionamento, os programas abrangem a comunidade interna e externa, com diálogo direto e aberto entre as instâncias de gestão, as coordenações, unidades acadêmicas e administrativas, e os segmentos representativos da comunidade acadêmica, visando a potencialização dos serviços existentes, o aumento do engajamento e o fortalecimento dos valores e da missão da Faculdade.

A fim de atender as demandas sociais, culturais, locais, regionais e nacionais, a FAP conta com meios de comunicação diversos para a divulgação da sua identidade, visão, valores e missão, produção acadêmica, científica e cultural, e ações comunitárias e extensionistas, a partir de:

- a) Da Inserção nos canais de comunicação da região, com:
- Veiculação de conteúdo pertinente à instituição e sua identidade nas rádios de Chapadinha e dos municípios da região;
 - Publicações institucionais segmentadas em jornais impressos de circulação em massa;
 - Mídia espontânea nos noticiários das redes de televisões no Estado;
 - Publicações e intervenções em sítios de internet;
 - Assessoria de comunicação e imprensa.

b) Publicações periódicas da Instituição, em:

- Boletim informativo institucional, FAP INFORMA, com foco em alunos, professores, funcionários e administrativos;
- Inserções em publicações vinculadas à mantenedora;
- redes sociais;
- Boletim eletrônico diário interno e para a imprensa;
- Quadro de avisos em áreas de maior circulação;
- Mídia indoor e outdoor.

c) Divulgação do conhecimento e de sua produção:

- Periódicos científicos virtuais na FAP;
- Repositório institucional de trabalhos de conclusão de cursos - do Sistema de Bibliotecas;
- Participação com artigos e comunicações em livros, periódicos e congressos nacionais e internacionais;
- Semanas, fóruns e conferências na FAP;
- Publicação de Revista Academic Research, com acesso gratuito.
- Editoração e comunicação

4.1 Ouvidoria

A Ouvidoria da FAP é um órgão mediador que objetiva o atendimento às demandas institucionais, atuando para a solução de conflitos e buscando sempre a excelência. Tem como função estabelecer um elo de comunicação entre as comunidades interna e externa, com a gestão-acadêmica e os setores administrativos da instituição, como forma de garantir a democracia na relação entre as partes. Para isso, realiza os encaminhamentos cabíveis: ouve, analisa a natureza dos problemas, encaminha as solicitações e acompanha as demandas até a solução final. A Ouvidoria é disciplinada pela Resolução FAP/CONSENS nº 097/2021.

O atendimento é realizado pessoalmente e/ou eletronicamente através do site institucional. O atendimento direto e pessoal é uma característica excepcional encontrada na Ouvidoria da FAP. A Ouvidoria disponibiliza o atendimento pessoal às quartas-feiras, das 8h00min às 11h00min e das 14h:00min às 17h00min. O atendimento online por meio do formulário no site: www.fapeduca.com, pelo telefone: (98) 3471-0047 e e-mail: ouvidoria@fapeduca.com.br, direcionado para responder às demandas e apresentar possibilidades de soluções imediatas e conciliadoras. Por

outro lado, se constitui fonte de informações sobre a Instituição, cursos, programas e serviços ofertados.

4.2 Sistemas de Informação e Comunicação e a Intercomunicação

A Instituição disponibiliza um sistema de informação e comunicação compatível com as necessidades e demandas para a Coordenação do Curso, Assessoria Técnico-Pedagógica e Secretaria do curso. No âmbito institucional, o aluno pode contar com um serviço de atendimento individualizado, realizado inicialmente por meio de professores, técnicos-administrativos e do Sistema Acadêmico/ JACAD, e posteriormente pela coordenação de curso, integrado aos setores financeiro e de gestão acadêmica.

O Sistema Acadêmico/JACAD, conjuntamente com a CPA, são as principais ferramentas de comunicação, atuando na convergência de serviços prestados aos alunos, professores, técnicos-administrativos e à comunidade externa. Por meio do site, do Sistema Acadêmico e das redes sociais da instituição, é estabelecido a comunicação entre todos os envolvidos no processo educacional, seja na área do ensino, da iniciação à pesquisa ou da extensão. Professores e funcionários do curso dispõem de login pessoal para estabelecerem uma comunicação simples, direta e sem burocracias cotidianamente.

Dessa forma, a interconexão e a interatividade necessária ao funcionamento cotidiano da instituição permitem que serviços como lançamento de notas, frequência, conteúdo trabalhado e o diálogo permanente entre professores e alunos sejam acessados com segurança e agilidade.

Os alunos, no ato da matrícula acadêmica, são cadastrados pela Secretaria do Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SERCA) no Portal, obtendo um *login* e senha. Seus endereços eletrônicos são parte integrante desse cadastro, permitindo a comunicação bidirecional (aluno-professor) e multidirecional (incluindo a coordenação de curso, os colegas de turma e áreas de apoio ao aluno), incluindo a Ouvidoria eletrônica (Fale Conosco).

A comunidade acadêmica recebe periodicamente o FAP INFORMA. Trata-se de um informativo físico e virtual, disponível no site da instituição, que contém as principais notícias na forma de notas curtas e rápidas. O curso também mantém

quadros de avisos, murais presenciais e virtuais, para a divulgação de informações e notícias variadas de interesse específico de alunos, professores e técnico-administrativos.

5 PLANEJAMENTO DA IMPLANTAÇÃO E DA EXPANSÃO DOS CURSOS

A Faculdade do Baixo Parnaíba possui 10 (dez) cursos de graduação autorizados, sendo que atualmente estão em funcionamento oito cursos. Destes, seis já foram cursos reconhecidos: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Letras, Pedagogia e Serviço Social e dois autorizados: Enfermagem e Fisioterapia. Sendo que todos são ofertados presencialmente no turno noturno. No que diz respeito aos cursos de pós-graduação, a instituição oferta 10 (dez) cursos nas áreas de Educação, Saúde e bem-estar, Negócios, Administração e Direito.

No planejamento da expansão dos cursos de graduação para os próximos anos, está prevista a formalização da solicitação de autorização do curso de Graduação em Medicina, conforme o Edital Nº 01, de 4 de outubro de 2023. Este processo envolve preparar um projeto pedagógico detalhado, adequar a infraestrutura, contratar docentes qualificados e obter aprovações dos órgãos reguladores.

O edital estabelece os critérios e procedimentos necessários para garantir a qualidade do ensino, incluindo conformidade com as diretrizes curriculares nacionais, existência de laboratórios adequados e parcerias com unidades de saúde para estágios. A criação do curso de Medicina visa atender a alta demanda por profissionais na área da saúde, contribuindo para o desenvolvimento regional e oferecendo formação de alta qualidade.

Para obter a autorização para o curso de Medicina, é essencial que a instituição ofereça uma contrapartida ao município, conforme proposto em plano específico (Plano de Contrapartida à Estrutura de Serviços, Ações e Programas de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Chapadinha do Curso de Medicina da Faculdade do Baixo Parnaíba). Esses esforços visam beneficiar diretamente a comunidade local e fortalecer o sistema de saúde municipal.

O planejamento da estrutura de serviços, ações e programas de saúde exige um ordenamento e alinhamento da contrapartida firmada entre a mantenedora da FAP e a Prefeitura Municipal de Chapadinha, por meio da Secretaria Municipal de Saúde,

via Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde (COAPES). A FAP desenvolveu ações institucionais com o objetivo de contribuir de forma eficiente e eficaz para o desenvolvimento e sustentação do sistema de saúde na região. Essas ações serão implementadas de forma contínua e terão um impacto significativo na promoção da saúde, na prevenção de doenças e no tratamento de pacientes no município. As ações foram alicerçadas nas modalidades propostas elencadas no quadro a seguir:

Quadro 9 - Ações institucionais para a saúde

Modalidades (M)	Ações	Metas
M1 - Formação para os profissionais da rede de atenção à saúde	Capacitações	<ul style="list-style-type: none"> a. Melhorias na qualidade do atendimento na região. b. Atualização em tecnologias e práticas médicas; c. Atendimento mais eficaz. d. Redução de erros médicos. e. Aprimoramento da comunicação com os pacientes. f. Melhorias na promoção da saúde comunitária. g. Alinhamento com as políticas de saúde pública.
	Cursos	
	Seminários;	
	Palestras;	
	Congressos	
	Oficinas	
Cessão de espaços para eventos		
M2 - Construção e/ou reforma da estrutura dos serviços de saúde	Ampliar infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> a. Aumento da capacidade de atendimento. b. Melhorias nas condições de atendimento. c. Prolongamento na vida útil das instalações. d. Prevenção de problemas emergenciais. e. Garantia de ambiente seguro.
	Reformar infraestrutura	
	Fazer a manutenção preventiva de imóvel	
M3 - Aquisição de equipamentos para a rede de atenção à saúde	Compra de equipamentos e insumos para Atenção Básica	<ul style="list-style-type: none"> a. Melhoria na qualidade do atendimento de pacientes. b. Aumento na capacidade de diagnóstico. c. Tratamentos mais precisos e personalizados. d. Redução de tempo de espera e aumento de eficiência. e. Inovação e atualização tecnológica. f. Atendimento especializado nas áreas investidas. g. Redução de encaminhamento para outras instâncias. h. Sustentabilidade operacional.
	Compra de equipamentos e insumos para Neonatologia	
M4 - Pagamento de bolsas de Residência Médica em programas de Medicina	Implantar Plano de Implantação de Programas de Residência Médica	<ul style="list-style-type: none"> a. Dedicção integral e participação ativa nas atividades clínicas. b. Suprir necessidades específicas na área da saúde. c. Aumentar o número de profissionais a seguir programas de residência. d. Contribuir para a qualidade dos serviços de saúde.

Fonte: Autores (2023).

O Plano de Contrapartida da FAP prevê, de forma detalhada, investimentos significativos, com dotação de recursos financeiros necessários para a adequação estrutural em espaços já existentes e adequação de novos, considerando o percentual de 5% a 10% do faturamento anual bruto do curso de Medicina.

Outro requisito para a oferta do curso de Medicina na FAP é a implantação da Residência Médica. A Faculdade do Baixo Parnaíba entende que a Residência Médica é um passo crucial na formação de médicos especialistas. Esse programa proporcionará um treinamento intensivo que combina prática clínica avançada com um aprofundamento teórico na área de especialização escolhida. Durante essa fase, médicos recém-formados trabalharão em ambientes hospitalares sob a supervisão de profissionais experientes, permitindo-lhes aplicar e expandir os conhecimentos adquiridos durante a graduação em Medicina.

Apesar da alta demanda e dos desafios consideráveis, os benefícios associados são substanciais. Os residentes adquirirão experiência prática essencial, desenvolverão competências avançadas em diagnóstico e tratamento, e aprimorando a sua capacidade de manejar situações clínicas complexas com eficácia. Além disso, a conclusão bem-sucedida da residência médica será frequentemente um pré-requisito para a obtenção de títulos de especialista, resultando em melhores perspectivas profissionais e reconhecimento na área médica.

A implantação da Residência Médica representa um investimento indispensável para aqueles que almejam alcançar um nível elevado de excelência profissional e proporcionar um atendimento de qualidade superior aos seus pacientes. Registra-se ainda a solicitação de credenciamento da Instituição para oferta de cursos de graduação na modalidade a Distância, já avaliados in loco, aguardando publicação da portaria.

Durante a vigência do presente PDI, 2024 a 2028, a Faculdade do Baixo Parnaíba pretende ofertar os cursos de graduação e pós-graduação, conforme períodos, modalidade de oferta, vagas e tempo médio de integralização do curso, relacionados nos quadros a seguir.

Quadro 10 - Cursos de graduação a serem implantados

ANO PRETEN DIDO	CURSO	VAGA P/ANO	TURNO DE FUNCIONA MENTO	C.H.	SEMESTRE
2023	Medicina/Bacharelado	60	Diurno/ Noturno	DCNs	12
2024	Ciências Contábeis	600	EaD	DCNs	Modular - 4
2024	Letras/Inglês	600	EaD	DCNs	Modular - 4
2024	Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais	600	EaD	DCNs	Modular - 4
2024	Serviço Social	600	EaD	DCNs	Modular - 4
2024	Pedagogia	600	EaD	DCNs	Modular - 4

2024	Tecnologia em Estética e Cosmético	600	EaD	DCNs	Modular - 4
2024	Tecnologia em Gestão de Produção Industrial	80	Diurno/Noturno	DCNs	6
2024	Tecnologia em Gestão Hospitalar	600	EaD	DCNs	Modular - 4
2024	Educação Especial/Licenciatura	80	Diurno/Noturno	DCNs	8
2024	Educação Física/Licenciatura	600	EaD	DCNs	Modular - 4
2024	Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Sociais	600	EaD	DCNs	Modular - 4
2024	Segurança do Trabalho/Bacharelado	80	Diurno/Noturno	DCNs	8
2025	Educação do Campo: Ciências da Natureza, Matemática/ Licenciatura	80	Diurno/Noturno	DCNs	8
2025	Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais/Licenciatura	80	Diurno/Noturno	DCNs	8
2026	Tecnologia em Gestão Portuária	600	EaD	DCNs	Modular - 4
2025	Estética e Cosmética/Bacharelado	80	Diurno/Noturno	DCNs	8
2026	Letras/Espanhol	600	EaD	DCNs	Modular - 4

Fonte: Autores (2023).

Quadro 11 - Cursos de pós-graduação a serem implantados

ANO PRETENDIDO	CURSO	VAGAS P/ANO	TURNO DE FUNCIONAMENTO	C.H.	SEMESTRES
2024	Educação Inclusiva	40	Diurno/Noturno	420	3
2024	Língua Inglesa	40	Diurno/Noturno	480	3
2024	MBA Gestão Empresarial	40	Diurno/Noturno	780	4
2024	Direito Administrativo	50	Diurno/Noturno	500	3
2024	Direito Ambiental e Desenvolvimento Ecosocial e Sustentável	50	Diurno/Noturno	500	3
2024	Direito Educacional	50	Diurno/Noturno	500	3
2024	Direito Tributário	50	Diurno/Noturno	500	3
2024	Direito Digital, Compliance e Proteção de Dados	50	Diurno/Noturno	500	3
2024	Terapias Interativas	40	Diurno/Noturno	780	4
2024	Assistência Social e Saúde Pública	50	Diurno/Noturno	460	2
2024	Saúde da Família e Planejamento Familiar	50	Diurno/Noturno	500	3
2024	MBA de Finanças e Controladoria	40	Diurno/Noturno	780	4
2024	Mestrado Profissional em Educação	25	Diurno/Noturno	780	3

2024	Mestrado Profissional em Direito	25	Diurno/Noturno	780	4
2024	Mestrado Profissional em Saúde	25	Diurno/Noturno	780	4
2024	Mestrado em Educação - MINTER (em parceria com a UNISC)	17	Diurno	30 créditos	3
2025	Enfermagem e Obstetrícia	30	Diurno/Noturno	500	3
2025	Urgência e Emergência	40	Diurno/Noturno	500	3
2025	Serviço Social e Educação	50	Diurno/Noturno	400	2
2025	Saúde mental e Inclusão Social	40	Diurno/Noturno	500	3
2025	Gestão e Controladoria	50	Diurno/Noturno	460	2
2025	Doutorado em Educação - DINTER (em parceria com a UNISC)	20	Diurno	160 créditos	6
2025	Residência Médica	12	Integral		

Fonte: Autores (2023).

6 POLÍTICA DE PESSOAL

A política de gestão de pessoas visa a organização e a integração de ações que possibilitem a composição e o acompanhamento do corpo social de profissionais: professores e técnicos-administrativos da Instituição, do ingresso ao desligamento. Essa política objetiva organizar e/ou ampliar a criação de projetos e programas para promover a formação técnica e reflexiva sobre os saberes e fazeres na e da instituição, para seguridade da carreira profissional e implementação dos ambientes de trabalho adequados.

Nesse sentido, as diretrizes do corpo social devem ser estruturadas de forma sistêmica e sistemática, permitindo a inserção e o acompanhamento do quadro de pessoal de acordo com as necessidades dos cargos e categorias profissionais. A contratação de profissionais dar-se-á por meio de processo seletivo, alinhado às demandas de pessoal e à relação entre as necessidades da instituição e o perfil exigido para o exercício da função.

As ações estruturantes e constituintes da política de gestão de pessoas, tem como natureza a qualificação, considerando:

- O conhecimento da Instituição, sua missão, visão e valores;
- A compreensão e o posicionamento quanto as atividades de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, conforme os parâmetros da Instituição;

- A busca pela excelência da gestão de competências individuais e institucionais;
- A formação contínua dos gestores da instituição, em diferentes níveis de complexidade, desempenho, no cargo que exerce em seus limites de autoridade e responsabilidade;
- O desenvolvimento de experiências positivas com atividades promotoras de saúde do trabalho e prevenção de doenças ocupacionais;
- Valorização pessoal e profissional do corpo social: professores e técnicos-administrativos, garantindo a segurança, higiene, saúde e qualidade de vida no trabalho, de acordo com a identidade da Instituição e as exigências legais;
- Planejamento financeiro e de desembolso para manutenção do corpo social;
- O acesso a bolsas de estudo em cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu;
- A qualificação no e do atendimento de profissionais egressos e visitantes, visando a inclusão social;
- A avaliação de desempenho profissional buscando atualização e promoção funcional;
- Preparo para aposentadoria, respeitando a qualidade de vida e dignidade da pessoa no processo de envelhecimento.

Quanto à qualificação do corpo social, a Instituição prevê um aumento anual do número de mestres e doutores contratados, via processo seletivo, com exigências de titulação e firmando convênios com Instituições parceiras para a implantação de Programas de Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu. Essa iniciativa inclui a possibilidade de concessão de bolsas de estudos para os professores e técnicos-administrativos do quadro funcional da Faculdade que ainda não possuem essa qualificação. Tal apoio é viabilizado por meio do Programa de Apoio à Formação de Professores e de Técnicos-Administrativos, coordenado pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAPE), disciplinado em normas específicas e próprias da Instituição.

Sendo assim, a valorização profissional dar-se-á por meio da avaliação de desempenho do corpo social, utilizando estratégias organizacionais que buscam otimizar as competências técnicas, éticas, relacionais e comportamentais, promovendo uma comunicação aberta e direta, fornecendo informações atualizadas e orientações pertinentes e seguras, pautadas na gestão dialógica, na responsabilidade e na convivência harmônica, respeitando a diversidade.

6.1 O perfil do corpo de professores

O perfil do professor da Faculdade do Baixo Parnaíba está alinhado aos parâmetros dos cursos de graduação, constituído no exercício de suas funções. Sendo exigido desse profissional um conjunto de habilidades, competências intelectuais e experiência profissional de vivências acadêmicas nas atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão e gestão.

Registra-se que o atual quadro de professores da instituição, com mestrado e doutorado, tem evoluído correspondendo à meta estipulada no PDI. O quadro a seguir detalham em números e percentuais a evolução gradativa da formação dos professores na Instituição.

Quadro 12 - Docentes no Ensino Superior por formação acadêmica

ANO	Especialização		Mestrado		Doutorado		Total
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
2019	6	9	55	82	6	9	67
2020	6	13	36	76	5	11	47
2021	7	13	42	76	6	11	55
2022	6	11	43	80	5	9	54
2023	5	8	46	77	9	15	60

Fonte: Autores (2023).

O investimento na política de formação continuada do corpo de professores da FAP contribui para a qualidade e o usufruto dos serviços pela comunidade acadêmica e externa, considerando a valorização dos espaços internos, atitudes saudáveis no trabalho em equipe e as diretrizes relacionadas a seguir:

- Reestruturação do Plano de Carreira do Professor, valorizando qualificação e desempenho acadêmico;
- Conceder gradativamente regime de tempo integral aos professores, compatível com a dedicação ao ensino, à iniciação à pesquisa e extensão;
- Promover melhorias nas condições ambientais de trabalho.

6.1.1 Normas de contratação do professor

Os profissionais integrantes do corpo de professores da FAP são admitidos por processo seletivo, mediante o respeito a missão institucional, a titulação adequada, a avaliação de capacidade pedagógica e competência técnica, de acordo com as especificidades das diferentes áreas de conhecimento, e a preservação da sustentabilidade da Instituição. Neste sentido, a relação de trabalho do corpo de

professores é regida pela legislação trabalhista, Regimento Interno da Faculdade, Plano de Carreira do Professor em vigor, conforme normas específicas e próprias vigentes.

O professor visitante será contratado mediante carta-convite, preferencialmente, a qual exigirá comprovada experiência na área específica, qualificação comprovada e reconhecimento na comunidade científica, com a finalidade de atender a programa especial de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, pelo prazo de dois anos, podendo ser renovado por igual período.

6.1.2 Titulação e composição do corpo de professores

A FAP atende às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no que se refere à titulação do seu corpo de professores, composto por especialistas, mestres, doutores e pós-doutores, nas proporções exigidas para uma Faculdade. Nas contratações, exige-se titulação, prioritariamente, em programas de mestrado e doutorado.

6.1.3 Plano de carreira do professor

A carreira de professor é disciplinada pelo Regimento Interno e Plano de Carreira de Professor, que fixa as regras sobre admissão, promoção, substituição, funções de categoria, regime disciplinar e afastamento. O quadro permanente de professores constitui um único grupo ocupacional estruturado em carreira, compreendida da seguinte forma:

- **Professor auxiliar** – deve ser portador do título em nível de especialização com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas na área em que irá atuar; apresentar comprovação de atividades de produção científica e experiência de no mínimo 3 (três) anos de exercício da função;
- **Professor assistente** – deve ser portador do título de Mestre na área em que irá atuar; apresentar comprovação de atividades de produção científica e experiência de no mínimo 3 (três) anos de exercício da função;
- **Professor titular** – deve ser portador de título de Doutor e/ou Livre Docente na área em que irá atuar; apresentar comprovação de atividades de produção científica e experiência de no mínimo 5 (cinco) anos de exercício da função.

Quadro 13 - Professor por Classes atuando no ensino superior

CLASSE	Nº PROF	%
Auxiliar	5	8
Assistente	46	77
Titular	9	15
Total	60	100

Fonte: Autores (2023).

6.1.4 Regime de trabalho

O Regime de Trabalho dos professores obedece ao regulamento da carreira, às normas internas da Instituição, à legislação trabalhista e às disposições legais aplicáveis. O tempo de dedicação semanal do professor destina-se as atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão e/ou gestão, são contratados conforme os regimes apresentados a seguir:

- Regime de tempo integral (TI), destinado ao professor que assume atividades integradas de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, com dedicação obrigatória de 40h semanais de presença efetiva na Instituição, estando à disposição da Faculdade;
- Regime de tempo parcial (TP1), destinado ao professor que assume atividades integradas de ensino, iniciação à pesquisa, extensão, com dedicação obrigatória de 30h semanais de presença efetiva na Instituição, estando à disposição da Faculdade;
- Regime de tempo parcial (TP2), destinado ao professor que assume atividades integradas de ensino e extensão, com dedicação obrigatória de 20h semanais de presença efetiva na Instituição, estando à disposição da Faculdade;
- Regime Especial (RE), destinado ao professor que assume atividades integradas de ensino e orientação acadêmica, com dedicação de até 32h semanais, de acordo com a regulamentação aprovada pela Instituição.

Quadro 14 - Professores por regime de trabalho

REGIME DE TRABALHO	CH SEMANAL	Nº PROF	PERCENTUAL %
Tempo Integral	40 h	25	42
Tempo Parcial - 1	30 h	8	13
Tempo Parcial -2	20 h	27	45
Especial	Até 32 h	-	-
Total		60	100

Fonte: Autores (2023).

6.2 O perfil do corpo técnico-administrativo

A carreira do corpo técnico-administrativo da FAP constitui-se de três categorias funcionais, definidas a seguir: Auxiliar-Administrativo de Nível Básico (ANB); Auxiliar-Administrativo de Nível Médio (ANM); Técnico-Administrativo de Nível Superior (TNS). As categorias funcionais são estruturadas e identificadas com base na natureza do trabalho, nas funções e atribuições de apoio às atividades acadêmicas e administrativas, conforme nível de escolaridade, formação, experiência, habilidades, responsabilidade e demais requisitos exigidos para o desempenho de seu trabalho.

A remuneração, hierarquia e disciplinamento estão sujeitos à relação de trabalho regida pela legislação trabalhista e normas do Plano de Cargos e Carreira do Corpo Técnico-Administrativo e de Apoio Administrativo, considerando ainda, as políticas institucionais de aperfeiçoamento e formação continuada do técnico-administrativo, incentivando:

- A participação em programas de desenvolvimento, seminários, eventos, cursos de formação e palestras que contribuam para o aperfeiçoamento, promoção humana e a atualização profissional;
- A participação em cursos de extensão, graduação e pós-graduação relacionados prioritariamente à sua área de atuação.

Assim sendo, o programa de formação continuada de professores e de técnicos-administrativos da FAP é de grande valia, sobretudo porque preconiza o desenvolvimento das competências e habilidades dos profissionais, previsto como uma política institucional de formação continuada para os cursos de graduação e pós-graduação na modalidade presencial e distância.

Quadro 15 - Expansão do quadro de técnico-administrativos

QUANTITATIVO/CARGA HORÁRIA: 44h					
CLASSE/ANOS	2019	2020	2021	2022	2023
I	29	28	33	28	23
TOTAL	29	28	33	28	23

Fonte: Autores (2023).

6.2.1 Normas de contratação dos técnicos-administrativos

O ingresso do técnico administrativo na Faculdade ocorrerá por meio de processo seletivo, conforme disciplinado em edital, que inclui as seguintes etapas:

cadastro, análise de currículo e entrevista, avaliação psicológica, exames médicos e período de experiência de 90 (noventa) dias, e ainda, para egressos da instituição, dispomos de um processo seletivo específico, no intuito de oportunizar a inserção no mundo e mercado de trabalho.

Os profissionais que compõem o corpo de técnico-administrativo são admitidos com base no respeito à missão institucional, à formação e titulação adequadas, à avaliação de capacidade pedagógica e competência técnica, conforme as especificidades das diferentes áreas de conhecimento e a sustentabilidade administrativo-financeira da Instituição. Dessa forma, o funcionário contratado fica sujeito ao regime de contrato experimental nos termos da legislação vigente, de acordo com a natureza das funções da categoria de apoio à qual pertence.

6.2.2 Titulação e composição do corpo técnico-administrativo

Os cargos e funções do corpo técnico-administrativo são compostos por trabalhadores com níveis de escolarização e competências profissionais necessários para o exercício das atividades acadêmicas e institucionais. O provimento dos cargos é realizado por meio de admissão, promoção, transferência, remanejamento e readaptação.

6.2.3 Plano de carreira do técnico-administrativo

O quadro de carreira do técnico-administrativo constitui-se das categorias funcionais composta por cargos com atribuições inerentes às atividades de apoio nas áreas administrativas e acadêmicas, conforme descrito a seguir:

- I. Categoria Auxiliar-Administrativo de Nível Básico (ANB) compreende o **Cargo de Auxiliar de Serviços e Apoio Administrativo**, desdobrado nas funções de: Auxiliar de Serviços Gerais, Agente de Portaria, Ascensorista, Mensageiro, Copeira, Copeiro, Auxiliar de Manutenção, Eletricista, Encanador, Auxiliar de Pedreiro, Auxiliar de Almoxarifado;
- II. Categoria Auxiliar-Administrativo de Nível Médio (ANM) compreende o **Cargo de Auxiliar Técnico de Nível Médio**, desdobrado nas funções de: Auxiliar de Biblioteca, Auxiliar de Secretaria, Atendente, Recepcionista, Assistente Administrativo, Auxiliar de Tesouraria, Técnico Contábil, Digitador, Programador, Assistente de Marketing, Técnico de Laboratório de Informática,

Técnico de Enfermagem, Técnico de Segurança do Trabalho, Motorista, Vigilante, Intérprete das linguagens inclusivas;

- III. Categoria de Técnico-Administrativo de Nível Superior (TNS) compreende o **Cargo de Técnico de Nível Superior**, desdobrada nas funções de: Coordenador de Curso, Tutor, Bibliotecário, Secretária de Curso, Assessor técnico-pedagógico e Técnico em Tecnologias digitais da Informação e Comunicação, com formação específica em ensino superior, nas áreas acadêmico-administrativa, conforme o Plano de Carreira.

O Plano de Carreira do corpo técnico-administrativo constitui-se é um instrumento essencial para garantir a exequibilidade de um planejamento estratégico e, conseqüentemente, a execução da política de gestão de pessoas para os setores técnico e administrativo, em atendimento às necessidades peculiares da Instituição, assegurando viabilidade técnica e está condizente com as possibilidades financeiras da sua Mantenedora.

6.2.4 Regime de trabalho

O regime de trabalho dos técnicos-administrativos, incluindo os tutores presenciais e a distância, profissionais contratados para o quadro funcional da instituição, cumpre as disposições da legislação trabalhista e do Plano de Carreira.

7 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ALUNO

O apoio ao aluno da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) tem por finalidade estimular e acompanhar sua trajetória acadêmica na Instituição, mantendo o compromisso de viabilizar o ingresso, acesso e permanência dos alunos, oportunizando as condições necessárias ao desenvolvimento de atividades didático-acadêmicas constantes nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, em consonância com a orientação no processo de ensino e aprendizagem, na elaboração de trabalhos acadêmicos, nas atividades complementares e nos estágios curriculares e extracurriculares.

Através de projetos e programas de apoio aos alunos, a FAP pretende acompanhar o desenvolvimento dos estudos, incluindo as suas iniciativas próprias, atendendo às demandas expressas pelos alunos, a instituição apoiará e implantará estratégias de ação inclusiva, firmando compromisso de concessão de bolsas de

estudos próprias e em parcerias. Propõe-se, ainda, acompanhar a trajetória dos alunos desde a entrada na Instituição até sua inserção no mundo e mercado de trabalho.

7.1 Formas de acesso

O acesso aos cursos de graduação presenciais e a distância da FAP dar-se-á através do Processo Seletivo próprio, realizado semestralmente, regulamentado em Edital Público, constando a quantidade de vagas disponíveis para cada curso, os endereços de oferta, prazos, documentação exigida, critérios de classificação, e informações necessárias aos interessados. O referido processo deverá ser amplamente divulgado pelo site e nos quadros de aviso da Instituição ou por comunicação direta.

O Edital disponibilizará, ainda, informações referentes à inscrição e valores, às provas, data, local das provas, divulgação dos inscritos e aprovados, demais informações pertinentes ao processo, além dos requisitos necessários para efetivação da matrícula. A prova será constituída de questões objetivas de múltipla escolha, com disciplinas referentes ao Ensino Médio e texto dissertativo-argumentativo sobre temas atuais.

Serão utilizadas também as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e na existência de vagas remanescentes, são previstas as seguintes possibilidades de ingresso, segundo critérios descritos, a seguir:

- Convocação de candidatos da segunda chamada (suplência) do processo seletivo;
- Transferência de alunos regulares do Curso de Graduação em Ciências Contábeis provenientes de outras instituições de educação superior (públicas ou privadas);
- Transferência de alunos regulares de outros cursos superiores;
- Egresso diplomado para profissionais com ensino superior completo.

As matrículas são efetuadas nos meses que antecedem o início das aulas, podendo ser prolongadas, caso haja vagas até o início do período letivo. Os períodos de matrículas são divulgados com antecedência aos interessados, através de comunicados e calendário acadêmico. Em caso de haver vagas remanescentes ao processo seletivo, a Instituição pode emitir declaração de vagas para alunos oriundos

de outras instituições de ensino superior, desde que estes atendam aos requisitos necessários especificados na legislação vigente e/ou para pessoas portadoras de diplomas de curso superior.

As matrículas obedecem a dois procedimentos: primeiramente a matrícula administrativa, efetivada pela secretaria administrativo-financeira da instituição; após a comprovação da idoneidade da documentação e informações disponibilizadas, assinatura do contrato de prestação dos serviços pelo candidato classificado e/ou responsável e pagamento do primeiro boleto, será efetivada pelos funcionários da Secretaria do Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SERCA), a matrícula acadêmica, os quais verificarão se os requisitos e a documentação estão de acordo com as normas regimentais, e em seguida, fazem o registro do aluno no JACAD, sistema acadêmico, próprio da instituição e emitem a oferta dos componentes curriculares/disciplinas referentes ao período; módulo e eixo interdisciplinar ofertado no semestre letivo.

7.2 Atividades Procedimentais de Nivelamento

As atividades de nivelamento fazem parte de um conjunto de procedimentos teórico-metodológicos organizados para todos os alunos ingressantes dos cursos de graduação da FAP, independentemente do nível de conhecimento básico em que se encontram. Objetiva verificar o nível do aprendizado dos alunos e orientar, por meio de um plano de adequações de estudos e interconectividade, aqueles que estão distantes, já há algum tempo, fora de sala de aula e para aqueles que apresentarem dificuldades de compreensão e entendimento da linguagem acadêmica e de interação com os colegas e o ambiente estudantil.

As atividades de nivelamento constam no calendário acadêmico da instituição, a serem ofertadas sistematicamente no início de cada semestre, em horários alternativos e fora do horário normal das aulas regulares para atendimento em grandes e/ou pequenos grupos, proporcionando condições para que todos os alunos participem. Tais atividades serão disponibilizadas também para os alunos de outros períodos dos cursos de graduação, a fim de que possam alinhar os saberes adquiridos em anos acadêmicos anteriores, refletindo e atualizando esses conhecimentos básicos, considerados alicerce para o desenvolvimento de novas competências.

As atividades procedimentais de nivelamento visam revisitar conteúdos e conhecimentos adquiridos anteriormente, de forma que acelere a adaptação do aluno no ambiente acadêmico, através do Programa de Nivelamento com a oferta dos cursos nas áreas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Sociais, Noções Básicas de Informática, Formação e Organização de Atitudes Acadêmico-Científicas-Culturais, Oficinas de Leitura e Produção Textual; Trabalhos Acadêmicos; Filosofia e Oficina de Biodança.

A propósito, as atividades de nivelamento poderão ser associadas às atividades complementares, considerando a concretização do perfil profissional proposto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Embora não sendo obrigatórias, se confirmada a ausência e/ou o descompromisso do aluno no desenvolvimento e acompanhamento das atividades didático-acadêmicas, serão aplicadas medidas de advertência. Os coordenadores de curso, ouvindo os Colegiados dos Cursos e os Núcleos Docentes Estruturantes, a partir do diagnóstico inicial, fomentarão e apoiarão as ações de nivelamento, com vistas a atender aos alunos no enfrentamento de suas dificuldades e no desenvolvimento desse processo que é também de inclusão social.

7.3 Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPPS)

O Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPPS) da FAP destina-se ao atendimento dos alunos da Instituição numa perspectiva inter e multidisciplinar, com o objetivo de promover a integração acadêmica, considerando os relacionamentos intra e interpessoal, a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem, a formação global e a realização profissional e pessoal do aluno, facilitando a integração a vida acadêmica e social, é disciplinado por normas regulamentadoras específicas e próprias da Instituição.

O programa acompanha pedagogicamente aluno, professor e coordenador, facilitando e estimulando os estudos acadêmicos, intermediando e relacionando as necessidades do aluno e as possibilidades da Instituição, em proporcionar, por meio, de atividades e acompanhamento planejados a adaptação e a permanência do aluno no curso e na Instituição. Em relação à extensão, o Programa possibilita a integração da comunidade interna e externa, oferecendo ações especiais que promovam a saúde mental, o enriquecimento da qualidade de vida e o sucesso acadêmico de seus alunos.

O NAPPs tem o compromisso de apoiar o aluno em seus processos de aprendizagem, atendendo às demandas psicopedagógicas quando solicitadas para a coordenação do núcleo. Pressupõe-se que a verbalização das angústias e dificuldades proferidas pelo aluno sobre a sua vida acadêmica exige da gestão do curso uma atitude proativa, excepcionalmente, na identificação de possíveis problemas, sejam eles objetivos e/ou subjetivos, e suas interferências.

O atendimento das demandas identificadas só poderá ser realizado mediante o diagnóstico situacional produzido pelo profissional responsável e apresentado aos órgãos e colegiados superiores, indicando problemas comuns que envolvam grupos de alunos ou um número considerável de alunos, permitindo o uso eficaz de estratégias de atendimento individual e/ou em grupo. Considera-se que as relações psicopedagógicas e suas interferências devam ser saudáveis e comprometidas com o bem-estar da pessoa, para minimizar o sofrimento e promover experiência pessoal e autoconhecimento, culminando em atitudes e habilidades positivas, contribuindo para uma formação inclusiva.

Neste sentido, a orientação acadêmica e psicossocial será realizada através das seguintes ações:

- Atendimento a alunos com déficits de conteúdo e dificuldades de aprendizagem de expressão escrita e oral, falta de concentração, entre outros desta ordem;
- Esclarecimentos de dúvidas, promovendo a satisfação e a diminuição das dificuldades encontradas pelos alunos;
- Trabalho na prevenção da evasão, inadimplência, e repetência;
- Realização de pesquisas de satisfação para subsidiar o redimensionamento das atividades, periodicamente ou quando necessário;
- Orientação para a reopção de curso quando necessária

Neste sentido, o NAPPs dispõe para o aluno um assessoramento para que este tenha condições de analisar, entre outras questões, a sua condição acadêmica e emocional no processo de ensino e aprendizagem, em situações que se fizerem necessárias, podendo inclusive realizar atendimento mais especializado e sugerir encaminhamento para locais que disponibilizam atendimento a essas demandas.

Ademais, a finalidade do Núcleo é intervir, de maneira breve, em questões de natureza psicossocial e pedagógica, auxiliando o aluno no reconhecimento de suas dificuldades e ansiedades relativas aos estudos e sua formação profissional. Esse atendimento psicopedagógico é extensivo a professores e técnicos-administrativos da instituição, e tem como propósito:

- Orientar e realizar intervenções breves nas dimensões psicopedagógica e social para o corpo alunos, professores e técnico-administrativos da FAP;
- Promover, por meio do apoio psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e o pleno desenvolvimento dos colaboradores;
- Zelar pela aplicação da Política de Acessibilidade do FAP, fazendo com que estes cumpram seu objetivo principal de promover as condições adequadas para acesso e permanência ao Ensino Superior com integração e desenvolvimento pleno das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista, articulando-se com professores, coordenadores e setores de apoio, viabilizando as adequações arquitetônicas, comunicacionais, pedagógica e atitudinal, tendo como referência a Política de Acessibilidade do FAP.

Assim sendo, pretende-se com o NAPPS, considerado como um espaço facilitador do processo educação de formação dos sujeitos pertencentes à comunidade acadêmica, minimizar as situações de crises presentes no processo de ensino e aprendizagens e de convivência acadêmica; formar um profissional técnico, emocionalmente equilibrado, competente e ético; oferecer serviços comprometidos com a qualidade e com a sua sustentabilidade da pessoa e da instituição, e, conseqüentemente, promover o reconhecimento e a valoração da formação promovida pela FAP.

Ressalta-se que a FAP prevê a formação de técnicos-administrativos e professores para o atendimento a pessoas com deficiência, conforme suas necessidades e limitações, a fim de que consigam expressar suas potencialidades com dignidade e autoestima, sendo necessário que sejam aliadas tanto adaptações estruturais como pedagógicas a cada caso.

A Instituição compreende que as pessoas com deficiência, inclusive as inseridas no espectro autista, precisam ter um atendimento personalizado com propósitos definidos, consoante possibilidades da Instituição, os quais deverão adaptar todos os componentes curriculares conforme as necessidades dos alunos,

promovendo-lhes participação e integração possíveis para o máximo desenvolvimento acadêmico e social. Isso deve ser feito por meio de recursos didático-pedagógicos acessíveis e avaliações personalizadas, que possibilitem formas alternativas de comunicação e aprendizado, com a garantia de acompanhamento especializado para pessoas com transtorno do espectro autista, tendo em vista ao disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, regulamentada pelo Decreto Nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014.

7.4 Apoio pedagógico através de projetos sociais, bolsas de estudos e financiamento estudantil ao aluno

A Secretaria do Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SERCA), responsável pelo registro e o controle acadêmico, executa a matrícula inicial dos alunos, conforme prazos estabelecidos em Edital e no Calendário Acadêmico, atos regulatórios que institucionalizam formalmente o ingresso de aluno no curso e do vínculo na Instituição. A SERCA está vinculada à Direção de Ensino, diretamente ligada às coordenações de curso de graduação presencial e a distância, conta com profissionais com formação pedagógica, especializados nas áreas de gestão e administração educacional.

O apoio pedagógico ocorre através de projetos sociais, bolsas de estudos e financiamento estudantil, e foi criado com a finalidade de apoiar aos alunos em suas particularidades e dificuldades relacionadas ao ensino, aprendizagem, convivência, mobilidade social, adaptação e permanência na cidade, no curso superior escolhido e no Campus Chapadinha, dentre outras.

A efetividade do apoio pedagógico e atendimento dar-se-á pela disponibilização de quadro de professores, técnicos-administrativos (tutores) qualificados; acervo bibliográfico virtual e físico com títulos diversificados e atualizados; programas e projetos de atividades virtuais procedimentais de nivelamento; de iniciação científica; de iniciação à pesquisa e de extensão; monitoria; multimeios interligados à Internet; Sistema Acadêmico; Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); infraestrutura organizada com salas de aulas e outras dependências, em adequado estado de conservação, luminosidade e ventilação; equipamentos e insumos básicos e ambiência acolhedora que propicie a todos, sem distinção, condições favoráveis de estudos para a produção intelectual.

Estas ações são somadas a outras essenciais para o desenvolvimento e desempenho acadêmico do aluno, sobretudo às que dizem respeito às experiências pedagógicas e de vida dos discentes, consideradas no projeto pedagógico dos cursos e disciplinadas no Regimento Interno da IES, quando contempla a participação do aluno em órgãos colegiados e nas políticas de ensino, iniciação à pesquisa e extensão por meio dos Núcleo de Práticas de Leitura Professora Eliane Rêgo (NUPLER); Núcleo de Práticas Educativas e Sociais (NUPES); Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPJ); Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPPS); órgãos complementares e de apoio didático-acadêmico, ligados ao curso, e de responsabilidade do Coordenador e Professores do Curso.

A Instituição dispõe, em parceria com o Governo Federal, do Programa Universidade para Todos (PROUNI), para concessão de bolsas de estudos em regime parcial e integral. No mesmo formato, a IES implantou o Programa de Bolsas da Faculdade do Baixo Parnaíba (PROFAP) e o PROFAP/CIDADES, que tem como objetivo a concessão de bolsa parcial para alunos em diversas regiões do estado do Maranhão (onde houver polos de apoio presencial), diversos município, como também àqueles da cidade de Parnaíba (localizado na região da Planície Litorânea) do estado do Piauí, podendo ser utilizado como desconto no percentual de 30% até 50% sobre o valor da parcela mensal ou auxílio transporte para o deslocamento. A instituição instituiu, ainda, o Programa de Financiamento Estudantil próprio o (FESFAP).

A Direção Administrativa e Acadêmica da FAP tem responsabilidade no atendimento dos alunos, inscritos nestes programas e projetos, disponibilizando profissionais, técnico-administrativos para subsidiar os alunos de informações cabíveis, para aquisição de bolsas de estudos nos Programas e Projetos ofertados, considerando os critérios descritos a seguir:

- Ter estudado todo o Ensino Médio em escola pública;
- Ter renda inferior ao salário-mínimo com mais de 2 (duas) pessoas para sustentação;
- Ser professor da Rede Oficial Pública Municipal ou Estadual;
- No caso do PROUNI, ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e obtido a nota mínima divulgada pelo Ministério da Educação.

Os projetos, programas e atividades destacadas são desenvolvidos pela Coordenação do Núcleo de Ensino, Iniciação à Pesquisa e Extensão, sob a responsabilidade da Direção Acadêmica e da Coordenação do Curso, observada as

determinações dos órgãos e colegiados superiores da Instituição.

Com a implantação do curso de Medicina, a FAP estabeleceu o Programa de Bolsas para o curso de Medicina, oferecendo bolsas integrais aos alunos. Esta iniciativa visa ampliar a inclusão no ensino superior, utilizando critérios socioeconômicos e étnico-raciais inclusivos, regido pelo Plano de Oferta de Bolsas para Alunos da FAP, regulamentado pelo Edital nº 01, de 4 de outubro de 2023.

O Plano de Oferta de Bolsas para Alunos é uma iniciativa estratégica que busca ampliar o acesso à educação, proporcionando apoio financeiro a estudantes que necessitam de suporte econômico para continuar seus estudos. Este plano garante que estudantes de baixa renda possam ingressar e permanecer no ensino superior, promovendo a inclusão social e a diversidade no ambiente acadêmico ao considerar critérios socioeconômicos e étnico-raciais que beneficiam populações negras, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

Elaborado em conformidade com a Lei nº 11.096, de 2005, o plano exclui do cálculo das bolsas aquelas oferecidas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e as bolsas ofertadas devem representar até 10% do número de vagas anuais do curso de Medicina. A pontuação referente ao Plano de Oferta de Bolsas será atribuída com base na porcentagem de vagas anuais do curso de Medicina, atendendo aos critérios socioeconômicos e étnico-raciais mencionados.

O plano reflete o compromisso da FAP com a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Todos os detalhes e condições específicos estão descritos no “Plano de Oferta de Bolsas para Alunos da Faculdade do Baixo Parnaíba”. A implementação deste plano visa democratizar o acesso ao ensino superior e contribuir para a formação de cidadãos preparados para enfrentar os desafios do futuro.

7.5 Monitoria

A Monitoria visa proporcionar aos alunos dos cursos de graduação presencial e a distância a vivência das práticas acadêmicas, oportunizando ao aluno a inserção na prática profissional por meio da iniciação à docência, promovendo a cooperação acadêmica entre alunos e professores.

Os alunos monitores serão escolhidos por meio de processo seletivo composto de prova escrita e entrevista, disciplinados em Edital, conduzido pelas coordenações de curso e professores dos componentes curriculares/disciplinas.

A admissão dos monitores far-se-á sem vínculos empregatícios, durante o período letivo, mediante a assinatura de Termos de Compromisso. O horário de trabalho da monitoria não poderá, em hipótese alguma, prejudicar o horário das atividades do aluno em função dos componentes curriculares/disciplinas em que estiver matriculado.

Cabe às coordenações de curso elaborarem, anualmente, relatórios de avaliação das atividades do Programa de Monitoria, que serão encaminhados à Direção de Acadêmica para homologação. Após a homologação do relatório, deverá ser expedido o certificado de professor orientador e de aluno monitor. É vedado ao aluno acumular mais de uma monitoria, em conformidade com normas regulamentadoras específicas e próprias da Instituição, que disciplinará o Programa de Monitoria dos cursos de graduação a distância da FAP.

7.6 Iniciação à pesquisa e extensão

Na FAP, a pesquisa é compreendida como princípio educativo e configura-se na busca permanente de conhecimento, por meio de uma atitude política processual, instrumentalizadora e emancipatória. Está presente em sua intencionalidade educativa, o diálogo com a realidade vivenciada por meio da iniciação científica entendida como modalidade norteadora das práticas de iniciação à pesquisa desenvolvida na Instituição.

O tripé de sustentação identitária dos cursos de graduação presencial e a distância da FAP, ensino, a iniciação à pesquisa e a extensão é indissociável dos processos de ensino e aprendizagem; sendo que o fomento e a viabilidade dessas atividades são de responsabilidade das coordenações de curso e dos professores dos componentes curriculares/disciplinas.

Nesse sentido, o trabalho de iniciação à pesquisa com a inserção das linhas de estudos nos eixos interdisciplinares da matriz curricular do curso, visa a compreensão da ciência, tecnologia, criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive. As atividades complementares em relação ampliam e potencializam as atividades de ensino e extensão. Encontram-se coordenadas pela Direção Acadêmica, através do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX), com ações planejadas e desenvolvidas pelos grupos de estudos e núcleos de práticas investigativas dos cursos da instituição, envolvendo alunos e professores.

Os Núcleos de Práticas têm como finalidade acompanhar a integração dos alunos nos espaços acadêmicos internos e externos à FAP de forma inter e intrapessoal. O Núcleo de Práticas Educativas e Sociais (NUPES) desenvolve estudos sistemáticos sobre as práticas educativas e sociais; investiga os fenômenos e fatores dos processos de ensino aprendizagem e práticas educativas e sociais; o Núcleo de Práticas Sociais, Econômicas e Políticas (NUPSEP) investiga os fenômenos e fatores econômicos e sociais da região, objetiva também a promoção de atividades de intervenção na realidade social e econômica da região; o Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPJ) possibilita ao aluno a vivência de conteúdos e procedimentos de observação e reflexão de situações-problemas em contextos cotidiano do profissional.

A comunidade acadêmica da instituição tem à sua disposição os serviços: cursos de aperfeiçoamento e de extensão; biblioteca; eventos culturais e artísticos; atividades de estágios; assessorias e consultorias. À instituição caberá ainda criar, empreender e difundir outras atividades que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de Chapadinha e regiões. A realização de eventos culturais, artísticos, esportivos, de educação para o saber instrumental, educação ambiental, educação para a saúde, entre outros, deverá ser uma preocupação constante da instituição no atendimento da comunidade.

É nesse contexto que se fundamentam as práticas de estágio, incluindo a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), também abrangidos e articulados pela política de iniciação à pesquisa na FAP. Estágio e TCC encontram-se no espaço da ação, prática e teoria, à luz de procedimentos metodológicos que viabilizam a produção do saber de cada área científica com relevância para o exercício profissional e cidadão.

Nessa perspectiva, estágio e TCC constituem espaços privilegiados de avaliação do curso, na sua estrutura pedagógica - perfil, objetivo, estrutura curricular e ementário - e na sua disposição para um novo saber, suscitada precisamente pelos novos desafios a enfrentar e superar. Os eventos de iniciação científica e extensão serão organizados pela Direção Acadêmica, pelas Coordenações de Cursos, bem como pelos professores.

As temáticas são escolhidas a partir das sugestões dos professores e alunos, das necessidades de ampliação da discussão de assuntos relacionados aos componentes curriculares/disciplinas dos cursos de graduação, aos estudos

desenvolvidos e às demandas da comunidade. Alguns eventos são também organizados em parceria com outras Instituições, com o objetivo de integrar a instituição a programas por elas desenvolvidos.

7.7 A Organização estudantil

A FAP está organizada em um ambiente democrático, de participação, autonomia e responsabilidade social. Empenha-se em desenvolver ações voltadas para a valorização da pessoa humana, entendida como um ser em relação com o outro e com o mundo sociocultural, tendo como princípios o diálogo crítico, criativo e ético, possibilitando a formação de profissionais íntegros, capazes de interferir no mundo em constante transformação, visando a uma educação de excelência, que permite colaborar com a promoção de uma sociedade mais justa e solidária.

Entende-se que o cotidiano de uma instituição educacional vai além da participação na sala de aula e que as organizações estudantis devem ser estruturadas pelos próprios alunos, que assumem diferentes desafios para enriquecer a vivência e experiência ao longo de sua vida acadêmica. Devem engajar-se em projetos sociais, inscrevendo os seus anseios e desejos na faculdade, organizar debates, projetos de trabalhos, ações de integração com a sociedade, atividades de extensão, de iniciação científica, dentre outras. A participação voluntária permite que os alunos vivenciem problemas, riscos e situações não previstas, contribuindo para uma maior integração entre colegas de diferentes semestres, reforçando amizades e ainda se preparando para o mundo e a vida profissional.

Na FAP, a forma de organização e participação estudantil é de livre escolha dos alunos, é disponibilizado no calendário acadêmico da instituição espaço/tempo para que se organizem coletivamente, entretanto, a opção dos alunos tem sido pela representação estudantil, por turma de cada curso de graduação, sendo a escolha das Lideranças Estudantis por eleição e as Assembleias Abertas por Cursos. A FAP proporciona à sua comunidade acadêmica um ambiente de intercâmbio de conhecimentos no âmbito dos cursos de graduação, o que permite a pluralidade de ideias para o enriquecimento do pensamento crítico na instituição.

Compreende-se que a realidade objetiva dos alunos, de escolas particulares e de cursos de graduação ofertados em turno noturno, apresenta um perfil estudantil diferenciado. Em meio à sobrecarga de responsabilidades decorrentes da lida pela

sobrevivência nesta nossa sociedade, muitas vezes em condições tão desiguais, importa muito o tempo, o local e a forma de estudos e de participação na luta pela garantia do direito a uma formação inicial democrática e participativa. Trata-se de alunos jovens trabalhadores, mães e/ou pais que tem ocupações diariamente e que apresentam no cotidiano de vida outras prioridades. São condicionantes relevantes que inibem, minimizam, comprometem e até impedem os alunos a participarem de formações, reuniões e plenárias de seu e de outros grupos ligados a movimentos de participação democrática.

É importante ressaltar, que o não funcionamento atualmente dos Centros Acadêmicos (CA) implantados pelos cursos de Pedagogia e Letras desde 2006 e a ausência de interesse de fomentar e organizar a participação nos colegiados por parte dos alunos, não é uma particularidade da instituição. Acredita-se que esteja diretamente relacionada à crise de representatividade da sociedade brasileira nas organizações e movimentos sociais. Tem-se uma juventude que trabalha efetivamente e é mais experiente, entretanto, os desafios impostos pelo enfrentamento das condições de trabalho os sobrecarregam de tal sorte que optam em resolver suas questões no plano individual.

7.8 O acompanhamento dos egressos

A Política de Acompanhamento do Egresso da Faculdade do Baixo Parnaíba está fundamentada na possibilidade de diálogos das ações que são realizadas pela instituição voltadas para o desenvolvimento do aluno a partir de seu aprendizado, por meio do aperfeiçoamento de cursos e serviços prestados visa melhorar competências e habilidades dos alunos, bem como, a participação dos alunos egressos nas diferentes atividades que são oferecidas pela instituição. O acompanhamento do egresso está sobre a coordenação da Direção Acadêmica e das Coordenações de Cursos de Graduação, que conta com o Grupo Estruturante, formado por professores e alunos dos cursos de Graduação.

Considerando que a proposta do curso é formar profissionais com autonomia intelectual e competência para desenvolver de forma crítica e criativa a ação profissional, pautado nos princípios e valores estéticos, políticos e éticos, e comprometido com a prática investigativa, produção e a difusão do saber sistematizado, a instituição realiza sistematicamente um mapeamento sequencial

reunindo dados importantes. Tais informações identificadas são indicadores que permitem e potencializam o diálogo e análise da viabilidade, qualidade e a repercussão do curso no mercado de trabalho e na sociedade.

Registra-se que os estudos e trabalhos de sala de aula, os relatórios de observação da prática profissional, dos projetos de intervenção, do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e os Trabalhos de Conclusão de Curso vinculados à política de atividades complementares e à extensão possibilitam a coleta de dados sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho, permitindo assim que a FAP acompanhe de forma processual as mudanças e as atuais exigências do mundo e do mercado de trabalho, possibilitando a revisão e reorganização das propostas de formação profissional dos cursos de graduação.

Neste sentido, a FAP tem oferecido o Programa de Acompanhamento para os seus alunos egressos, convidando-os e motivando-os a participar de Programas e Projetos como os de: Nivelamento, Formação Continuada e Atualização Profissional, Organização de estudos acadêmicos, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Sociologia, Filosofia, Matemática, Libras, Organização Escolar, Tecnologia da Educação, Educação e Meio Ambiente, bem como a participação em Oficinas, Seminários e Fóruns de Educação.

A Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) compreende que, ao formar um profissional para atuação no mundo do trabalho, capaz de fazer uso de novas tecnologias e de gerir de forma autônoma e permanente, precisa acompanhar as atividades desenvolvidas pelos egressos, envolvendo-os, ainda, em Programa de Formação Continuada, por meio de Cursos de Especialização, oferecendo desconto de até 50% sobre o valor das parcelas mensais aos alunos egressos.

7.9 Políticas de Permanência do aluno

As políticas de permanência do aluno são realizadas por meio de ações e atividades desenvolvidas pela Direção Acadêmica e as coordenações do Curso, unidades responsáveis pela recepção, acolhimento e integração do aluno no universo acadêmico da FAP, bem como pela articulação com organismos de representação colegiada, visando à promoção e garantia das condições de acesso, permanência e desenvolvimento dos alunos no curso, monitoramento e combate à evasão, e, ainda, aumentar os indicadores de permanência do aluno na instituição.

O acompanhamento pormenorizado destas ações e atividades na FAP é realizado pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAPE) que desenvolve projetos, ações e atividades que direcionam saberes e fazeres próprios da docência no sentido de atualizar os professores com inovações pedagógicas, acessibilidade metodológica, constantes nos instrumentos procedimentais e descritos nos planos de ensino do professor. Tais saberes e fazeres contribuem sobremaneira para os estímulos, motivação e a permanência do aluno nos cursos com sucesso, em sua formação profissional, humana e cidadã. Por meio de programas como:

- Programa de bolsas de estudos e financiamentos estudantis.
- Programa de Nivelamento de Componentes Curriculares Iniciais.
- Cursos de Extensão: Produção textual, Informática Básica.
- Programa de Monitorias.
- Estágios não obrigatórios.
- Curso de Inglês para alunos integrantes de Programas de Iniciação Científica.
- Curso de Português para alunos integrantes de Programas de Iniciação Científica.
- Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPPS), atendimento a déficits de conteúdos e dificuldade de aprendizagem, sob a responsabilidade de um profissional especializado nas áreas de Psicopedagogia Clínica e Psicologia (Autoestima).
- Núcleo de Apoio Pedagógico (NAPE), desenvolve projetos, ações e atividades que direcionam saberes e fazeres no sentido de favorecer a permanência do aluno dos cursos com sucesso.
- Grupos de estudos articulados pelos Núcleos de Práticas, desenvolvem Programas de atendimento a alunos com atendimento as necessidades específicas e devidas adaptações curriculares.
- Atendimento individualizado na Biblioteca e nos Laboratórios.
- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).
- Programas de ambientação e adaptação profissional.

A FAP assegura ainda aos seus alunos dos cursos de graduação um atendimento pela **ouvidoria**, que permite à Instituição avaliar suas políticas e estratégias de ação, sobretudo no tocante às questões relativas ao relacionamento com a comunidade acadêmica. Fazem parte também, de um conjunto de estratégias

e ações que possibilitam o acesso e a permanência de alunos, os programas de bolsas de estudos e financiamentos estudantis, como:

- **FIES:** Programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes regularmente matriculados na FAP.
- **PROUNI:** programa do Ministério da Educação à concessão de bolsas integrais para estudantes de baixa renda. Instituído pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei n. 11.096, em 13 de janeiro de 2005, bem como, vagas por cotas (pessoa c/ deficiência, cidadãos autos declarados negros, pardos ou índios).
- **FESFAP:** Financiamento Estudantil Próprio da Faculdade do Baixo Parnaíba;
- **BOLSA A FAP É NOSSA:** modalidade de bolsa especial concedida a acadêmicos de uma mesma família (cônjuge, pais, filhos e irmão) que dependam da mesma renda familiar.
- **PROFAP:** Programa de Bolsas da Própria da Faculdade do Baixo Parnaíba, objetiva a concessão de bolsa parcial para alunos oriundo do Município de Chapadinha, podendo ser utilizado como desconto no percentual de 30% até 50% sobre o valor da parcela mensal e bolsa integral para os alunos de Medicina.
- **PROFAP/CIDADES:** Programa de Bolsas da Faculdade do Baixo Parnaíba, visa a concessão de bolsa parcial para alunos do curso de sua escolha, em diversas regiões do estado do Maranhão (onde houver polos de apoio presencial), diversos municípios, como também àqueles da cidade de Parnaíba (localizado na região da Planície Litorânea) do estado do Piauí, podendo ser utilizado como desconto no percentual de até 50% sobre o valor da parcela mensal e/ou auxílio transporte para o deslocamento.
- **MONITORIA:** o sistema de Monitoria na FAP, prevê a possibilidade da organização de um grupo de alunos monitores, podendo ser utilizado como desconto no percentual de até 50% sobre o valor da parcela mensal.

A política de ensino dos cursos de graduação da FAP adota a figura do monitor para apoiar o professor, com participação efetiva na elaboração de planos ação docente, de disciplina e de aula, estimulando colegas em grupos de estudo e fortalecendo a relação atitudinal e procedimental quanto aos conteúdos programáticos repassados em sala de aula. Além disso, organizam e aplicam avaliações processuais, atividades estas confirmadas por relatórios entregues ao final de cada semestre letivo.

Neste sentido, visando à promoção da qualidade e o desempenho acadêmico do aluno no processo de ensino e aprendizagem, a FAP tem em sua estrutura o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAPE). Esse núcleo tem a finalidade de contribuir para o desenvolvimento integral e pessoal do aluno, em parceria com os professores, para

compreender atitudes, comportamentos e seu agir de maneira adequada com o outro e com a Instituição, na organização e realização de propostas pedagógicas/educacionais.

7.10 Programas de ambientação e adaptação profissional

Os alunos são estimulados a buscar desde cedo a ambientação e adaptação às práticas profissionais. Nesse sentido, a FAP mantém convênios com instituições públicas e privadas, buscando alternativas para apresentar aos discentes a realidade na área profissional.

Dentro desse contexto, são oferecidas vivências e cursos que vão desde a inclusão digital, ambientação e prática até desenvolvimento de projetos que permitem experiências e rotinas em laboratórios e espaços de práticas, em conformidade com os componentes curriculares de eixo profissionalizante e prático, em especial com a articulação teoria e prática por meio de espaços específicos, como no caso de alguns cursos em espaços de prática específicos como os Núcleo de Práticas de Leitura Professora Eliane Rêgo (NUPLER); Núcleo de Práticas Educativas e Sociais (NUPES); Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPJ).

8 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA GESTÃO INSTITUCIONAL

A estrutura organizacional administrativo-financeira e acadêmica da Faculdade do Baixo Parnaíba é compreendida pela gestão autônoma e interdependente na relação com sua mantenedora Centro Regional de Ensino Superior Ltda (CRESU) e na representatividade nos órgãos normativos, deliberativos, executivos, suplementares e colegiados superiores.

8.1 Relação da Mantenedora com a Mantida

O Centro Regional de Ensino Superior Ltda (CRESU), é a mantenedora responsável legalmente diante das autoridades públicas e da sociedade pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), sua mantida, nos termos de seu Estatuto e legislação vigente. A mantenedora orienta-se pelos princípios: visão, valores e missão da FAP, enquanto instituição formadora, assim como, sua natureza, finalidade e administração orçamentária, financeira e execução, incluindo novos investimentos em ativos imobilizados, na sua totalidade e/ou em parte, é de responsabilidade do Diretor

Executivo e da Diretora de Ensino, com observância dos órgãos colegiados superiores.

Ao CRESU compete, estatutariamente, tomar as medidas necessárias e adequadas para o bom funcionamento da FAP, assegurando-lhe a autonomia institucional nas decisões administrativo-financeira, patrimonial e acadêmica; disponibilizando bens e recursos financeiros de custeio satisfatórios e promovendo as condições para o desenvolvimento de ações e metas acadêmico-científicas propostas no PDI. A autonomia da mantida em relação à mantenedora é observada no âmbito a atuação dos Colegiados Superiores (CONSENS e CEPEX) e colegiados de cursos (CC); Comissão Própria de Avaliação (CPA) e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que têm por finalidade a legitimidade e materialidade da autonomia.

A mantenedora acredita, que a participação da mantida na tomada de decisões quanto às políticas institucionais se efetiva, por intermédio dos representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica nos colegiados da Faculdade, que têm como função social: fortalecer a importância e a centralidade da autonomia, excepcionalmente, na identificação, mapeamento, acompanhamento e resolução de problemas relacionados às rotinas da organização e gestão pedagógica, acadêmico-administrativa dos processos, de pessoas, incluindo a escolha de critérios para contratações de cargos e funções na instituição, desde que condizentes com os marcos regulatórios vigentes.

8.1.1 O Centro Regional de Ensino Superior Ltda (CRESU), Instituição Mantenedora

O Centro Regional de Ensino Superior, com sede na cidade de Chapadinha (MA), tem personalidade jurídica de direito, nos termos de seu Contrato Social, Estatuto, normas e diretrizes pertinentes, sob o registro do CNPJ Nº 03.985.642/0001-85. Tem autonomia administrativo-acadêmica, regimental e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da legislação vigente.

O CRESU é a mantenedora da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), sua estrutura organizacional é constituída por órgãos deliberativos, de execução e normativos. Os órgãos deliberativos e normativos, compõem-se da Assembleia Geral e o Conselho de Administração e os órgãos executivos estão compreendidos pela

Direção Executiva, que é composta da Direção Administrativa, Direção de Ensino e Direção de Patrimônio. A organização institucional compreende três níveis de decisão administrativa e acadêmica:

- **Órgãos da Gestão de Patrimônio:** Direção de Patrimônio (DIRPA), Infraestrutura física, tecnológica e Logística; Biblioteca; Laboratórios; Núcleo de Tecnologias da Informação e Comunicação (NUTIC);
- **Órgãos da Gestão Administrativa:** Direção Administrativa (DIRAD); Gestão de Pessoas (Recursos Humanos, Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Psicossocial - NAPPS, Núcleo de Acessibilidade e de Atendimento às Pessoas com Deficiência - NAAPE); Gestão Orçamentária e Financeira (Contabilidade); Governança; Planejamento Estratégico (Comissão de Planejamento Estratégico - COPLAE); Secretaria Geral;
- **Órgãos da Gestão de Ensino:** Direção de Ensino (DIREN); Direção Acadêmica (DIRAC); Núcleo de Educação a Distância (NEAD); Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão (NUPEX); Coordenação de Cursos de Graduação e Pós-Graduação, Secretaria do Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SERCA); Conselho de Ensino Superior (CONSENS); Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPEX); Colegiados de Curso (CC); Núcleo Docente Estruturante (NDE); Assessoria Técnico-Pedagógica e Secretaria de Curso.

A Direção Administrativa é um órgão executivo de apoio às atividades administrativas da Direção Executiva para os assuntos de natureza administrativa, exercida pelo Diretor Administrativo designado pela Mantenedora, cabendo a ele presidir as reuniões da Direção Executiva, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral. O Diretor Administrativo é auxiliado, em suas funções, pela Gestão de Pessoas; Gestão Orçamentária e Financeira; Governança; Planejamento Estratégico; Secretaria Geral.

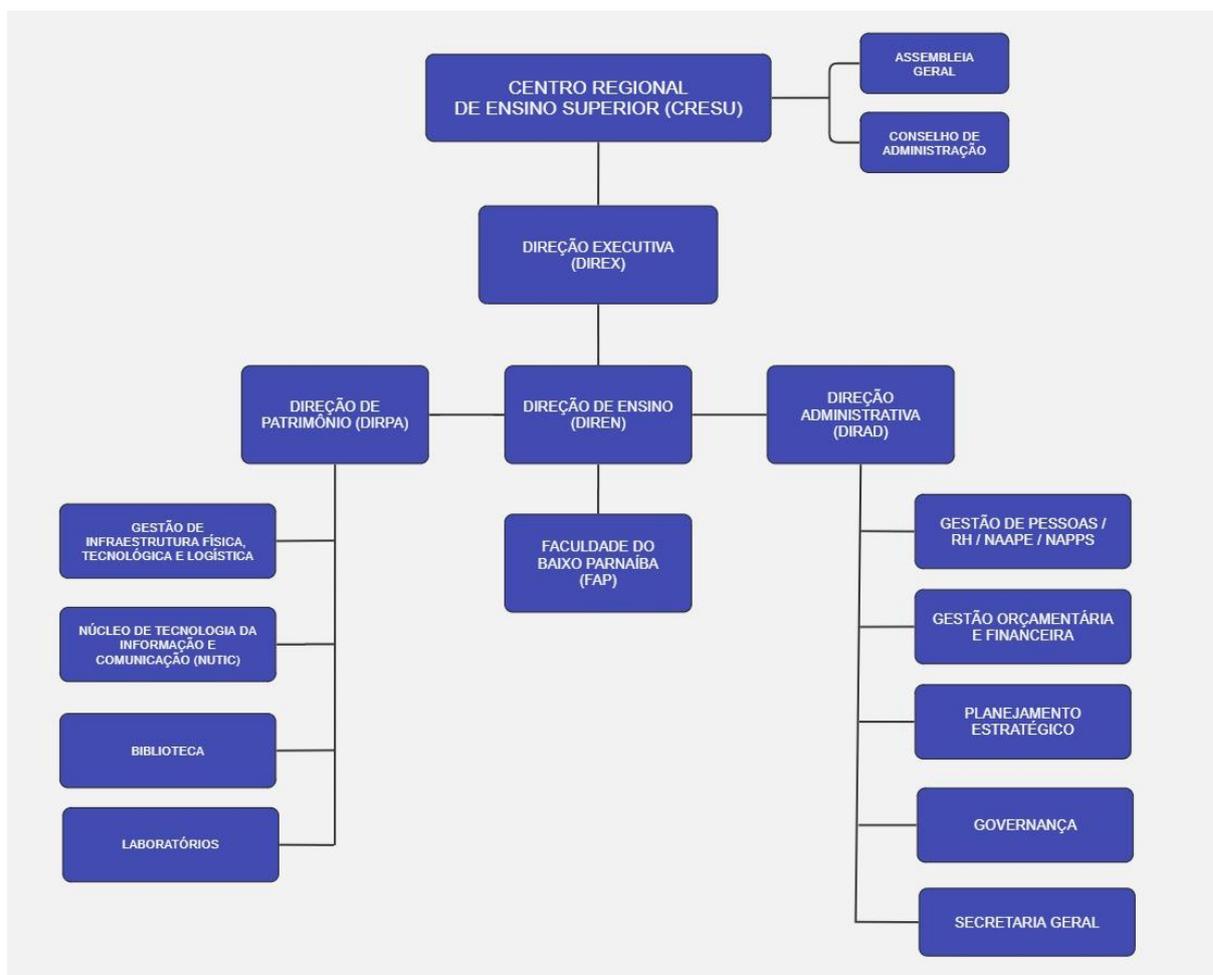
A Direção de Patrimônio, órgão executivo de natureza patrimonial, é exercida pela Diretora de Patrimônio, designada pela Mantenedora, sendo de sua responsabilidade a gestão da Infraestrutura física, tecnológica e Logística; Biblioteca; Laboratórios; Núcleo de Tecnologias da Informação e Comunicação (NUTIC), bem como, manutenção e conservação de bens móveis e imóveis existentes e adquiridos.

A Direção de Ensino, órgão executivo superior de direção, coordenação, supervisão e monitoramento da Faculdade do Baixo Parnaíba, é exercida pela Diretora de Ensino, escolhida e nomeada pela Mantenedora, dentre os sócios fundadores. A Diretora de Ensino é auxiliada em suas funções pelo Diretor Administrativo, Diretora de Patrimônio e pela Direção Acadêmica.

8.1.1.1 Organograma institucional da mantenedora

A estrutura organizacional administrativa do Centro Regional de Ensino Superior apresenta a sistemática dos órgãos normativos, deliberativos e executivos considerando o fluxo organizacional e níveis de decisão.

Figura 22 - Organograma da mantenedora



Fonte: Autores(2023)

8.1.2 Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), Instituição Mantida

A Faculdade do Baixo Parnaíba é uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada, particular com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Chapadinha (MA), mantida pelo Centro Regional de Ensino Superior, Ltda. Rege-se pela Constituição Federal, Decreto Nº 5.773/2006, Portaria Normativa Nº 40/2007, Decreto Nº 9.235/2017, Portaria Normativa Nº 21/2017, Portaria Normativa Nº 22, de 21 de dezembro 2017, Portaria Normativa Nº 23, de 21 de dezembro 2017, pelo seu

Regimento Interno e Normas Regulamentadoras específicas e próprias, emanadas dos órgãos e colegiados superiores CONSENS, CEPEX e CC de graduação e pós-graduação presencial e a distância e da Mantenedora.

Para a oferta dos cursos presenciais, o limite territorial de atuação da Faculdade é a cidade de Chapadinha (MA), localizada na região do Baixo Parnaíba, e para a oferta dos cursos na modalidade EaD, é o território brasileiro e os países com que o Brasil mantenha relações diplomáticas, sempre obedecendo às determinações e prerrogativas legais estipuladas pela legislação em vigor.

A Direção de Ensino da FAP, tem suas atribuições e competências disciplinadas no seu Regimento Interno, como as descritas a seguir:

- Administrar, coordenar e supervisionar a Faculdade e representá-la, ativa e passivamente, junto aos poderes públicos e judiciário e/ou instituições de direito privado;
- Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Ensino Superior e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Elaborar o plano de ação e de atividades acadêmico-científico da Instituição e submetendo-o à aprovação do CONSENS;
- Elaborar e submeter ao CONSENS a proposta orçamentária a ser encaminhada à Mantenedora;
- Elaborar o relatório anual das atividades da Instituição e encaminhá-lo para a apreciação da Mantenedora, depois de apreciado pelo CONSENS;
- Conferir grau, assinar diplomas, títulos e certificados acadêmicos;
- Zelar pela manutenção da ordem disciplinar da Faculdade, respondendo por abuso ou omissão;
- Propor à Mantenedora a contratação de pessoal docente e técnico-administrativo;
- Autorizar as publicações sempre que estas envolvam responsabilidade da Instituição;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições desse Estatuto e demais normas pertinentes;
- Resolver os casos omissos desse Estatuto e demais normas pertinentes;
- Convocar as eleições para a escolha dos representantes dos corpos de professores e técnico-administrativos;
- Baixar resoluções referentes às deliberações dos órgãos colegiados que preside;
- Baixar portarias e demais atos normativos e de sua competência;
- Criar órgãos vinculados à Diretoria de Ensino para assessorar, administrar, controlar, planejar e supervisionar as atividades específicas;

- Criar comissões temporárias ou permanentes para apoiar ou subsidiar o estudo de assuntos específicos, de acordo com a sua natureza;
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em Lei e no Regimento Interno da IES.

A Direção Acadêmica, é um órgão executivo para assunto de natureza acadêmica, subordinada a Direção de Ensino, é exercida pelo Diretor Acadêmico, designado pela Mantenedora em seus impedimentos e ausências legais, será substituído por um Coordenador de Curso, designado pela Direção de Ensino. Compete a ela, supervisionar as atividades relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, a iniciação científica, a pesquisa, a extensão e outras que vierem a ser criadas no âmbito acadêmico.

A organização, planejamento e avaliação das ações e atividades didático-acadêmicas-científicas, são de responsabilidade diretamente da direção acadêmica e do Núcleo de ensino, pesquisa e extensão (NUPEX), órgão responsável pela execução e acompanhamento das políticas de ensino, iniciação a pesquisa e extensão da FAP, coordenado pelo Diretor Acadêmico.

➤ **Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão (NUPEX)**

O NUPEX tem como objetivos identificar e definir as linhas de pesquisa conforme as áreas de conhecimento relevantes para a comunidade acadêmica; apoiar a formação e a consolidação de grupos de pesquisa; sistematizar o acompanhamento e a avaliação permanente dos projetos de pesquisa; promover a divulgação das pesquisas realizadas; identificar fontes de captação de recursos e desenvolver instrumentos de pesquisa e prestação de serviços.

No que se refere à extensão, o NUPEX busca desenvolver programas, projetos, cursos e eventos de modo a orientar a formulação do programa de extensão, visando à integração ensino e pesquisa, bem como estimular programas interdisciplinares e multidisciplinares junto à comunidade e desenvolver ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do cidadão de Chapadinha e da região.

Desse modo, os órgãos de apoio complementar e suplementar ao ensino, às atividades acadêmico-científicas e culturais são coordenados pelos cursos de graduação e pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX). Têm como finalidade potencializar o desenvolvimento de estudos relacionados à gestão das práticas

interdisciplinares, socioeconômicas dos espaços acadêmico formais e não formais; de atividades extensão e de intervenção na realidade social das comunidades onde a instituição está inserida.

Estão vinculados ao NUPEX, o Núcleo de Práticas de Leitura Professora Eliane Rego (NUPLER), Núcleo de Atividades Acadêmicas Culturais (NAAC), Núcleo de Apoio Pedagógico Psicossocial (NAPPS) e o Núcleo de Acessibilidade e de Atendimento as Pessoas com Deficiência (NAAPE).

8.2 Gestão Colegiada

A gestão da faculdade é compartilhada com órgãos e colegiados superiores, Conselho de Ensino Superior (CONSENS), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), Colegiados de Cursos (CC) e Núcleo Docente Estruturante (NDE), instâncias responsáveis pela assessoria e acompanhamento das políticas didático-acadêmica-administrativa e científica da Instituição, tendo como corresponsável direto a direção de ensino, acadêmica e as coordenações dos cursos de graduação presencial e a distância, em observância às normas específicas e próprias da Instituição.

A gestão é representada pelos segmentos da comunidade acadêmica interna e externa, que articulam e mobilizam a integração dos sujeitos às políticas e ações de ensino, iniciação à pesquisa, extensão e gestão, por meio dos órgãos colegiados descritos a seguir:

- O Conselho de Ensino Superior é o órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa, de planejamento educacional.
- O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) é um órgão deliberativo, normativo e consultivo, em matéria de natureza acadêmico-científica;
- Colegiado de Curso (CC) é um órgão de natureza deliberativa, normativa e consultiva, no âmbito do curso de graduação;
- O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo, propositivo responsável pela concepção, implantação, avaliação e atualização contínua dos Projetos Pedagógico dos Cursos, bem como sua consolidação.

9 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA DA FAP

A organização acadêmico-administrativa da Instituição é constituída de órgãos que compõem a administração superior, colegiados superiores de natureza deliberativa, normativa e executora, e **órgãos de apoio complementar e suplementar**, que têm como finalidade coordenar e executar as atividades articuladas e integradas de ensino, iniciação à pesquisa, extensão e a gestão de práticas interdisciplinares dos currículos, como relacionados a seguir:

São órgãos deliberativos e normativos:

- I. Conselho de Ensino Superior (CONSENS).
- II. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX).
- III. Comissão Própria de Avaliação (CPA).
- IV. Colegiados de Cursos (CC).
- V. Núcleos Docentes Estruturantes (NDE).

São órgãos executivos:

- I. Direção de Ensino, composta pela:
 - a) Direção Acadêmica;
 - b) Instituto Superior de Educação (ISE);
 - c) Núcleo de Educação a Distância (NEAD);
 - d) Coordenação de Cursos de Graduação;
 - d1) Assessoria Técnico-Pedagógica;
 - d2) Secretaria de Curso.
 - e) Secretaria do Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SERCA);
 - f) Secretária Geral.

As atividades de apoio ao ensino, iniciação à pesquisa e extensão são pensadas, elaboradas, acompanhadas e coordenadas pelo NDE e NUPEX, sendo que a execução destas políticas é de responsabilidade dos núcleos relacionados a seguir:

- a) Núcleo de Práticas de Leitura Professora Eliane Rego (NUPLER).
- b) Núcleo de Atividades Acadêmicas Culturais (NAAC).
- c) Núcleo de Apoio Pedagógico Psicossocial (NAPPS).
- d) Núcleo de Apoio Pedagógico (NAPE).

As Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais de apoio às atividades de práticas interdisciplinares são elaboradas e executadas pelo professor, conforme plano de disciplina e plano de ensino do componente do curso de graduação ao qual pertencem. O acompanhamento e avaliação destas atividades, cabe também a coordenação e o NUPEX, sendo que o planejamento, coordenação e execução destas atividades são de responsabilidades dos núcleos relacionados a seguir:

- a) Núcleo de Práticas Sociais, Econômicas e Políticas (NUPSEP).
- b) Núcleo de Práticas Educativas e Sociais (NUPES).
- c) Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPJ).

A organização administrativa e acadêmica da instituição é constituída pela Direção de Ensino, Direção Acadêmica, Coordenações de Cursos de Graduação, Coordenação do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), Assessoria Técnico-Pedagógica, Secretaria do Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SERCA) e Secretarias de Cursos, todos reúnem como finalidade, subsidiar o funcionamento e o desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação a pesquisa e extensão, conforme Regimento Interno da Instituição.

9.1 Órgãos de apoio às atividades acadêmico-administrativas

Os órgãos de apoio às atividades acadêmico-administrativas da Instituição são de assessoramento, acompanhamento e execução das políticas institucionais e de atividades acadêmico-administrativas correlatas. Compostos pela Coordenação de Curso, Assessoria Técnico-Pedagógica, Secretaria de Curso, Secretaria do Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SERCA), Núcleo de Educação a Distância (NEAD) Instituto Superior de Educação (ISE), os quais desenvolvem suas respectivas atribuições e competências definidas no Regimento Interno e normas específicas e próprias da Instituição.

9.1.1 Coordenação de Cursos de Graduação

A Coordenação dos Cursos de graduação é o órgão executivo responsável pelo desenvolvimento das políticas institucionais de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, bem como pela condução da gestão das atividades didático-pedagógicas, acadêmicas e administrativas. A gestão do curso será exercida em dois níveis: em

nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso, e em nível executivo, pelo Coordenador de Curso. Assim sendo, os processos de gestão são desenvolvidos de forma democrática, participativa e compartilhada, envolvendo tanto a Coordenação, quanto o Núcleo Docente Estruturante, o Núcleo de Apoio Pedagógico e o Núcleos de Práticas.

9.1.2 Assessoria Técnico-Pedagógica

A Assessoria Técnico-Pedagógica é um suporte didático-pedagógico e acadêmico da Coordenação do Curso, com a responsabilidade de acompanhar e monitorar o processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos pertencentes ao curso. É um profissional com qualificação e habilitação na área do curso, vinculado ao quadro de professores da Instituição.

9.1.3 Secretaria de Curso

A Secretaria do Curso é um órgão responsável pela gestão e organização de atividades acadêmicas de gerenciamento, controle, registro e guarda da documentação. Está sob a responsabilidade do Secretário do Curso, um profissional qualificado com formação adequada, vinculado ao quadro de técnicos-administrativos da Instituição. O Secretário do Curso deve ter contato e se comunicar com todos os funcionários da instituição de ensino na qual é contratado, para que possa desenvolver suas atividades com plenitude.

9.1.4 Secretaria do Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SERCA)

A Secretaria do Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SERCA), órgão executivo para assuntos de natureza acadêmica, subordinada a Direção de Ensino, será exercida pelo profissional graduado em Pedagogia, com habilidades e competências para exercício de suas funções.

A SERCA compreende os serviços de organização do atendimento, expedição e registro de diplomas e/ou certificados dos cursos de graduação e pós-graduação, presencial e a distância, por meio do Sistema de Interno de Controle Acadêmico (SICA), em conformidade com normas específicas, na forma deste Regimento Interno, disciplinados pelos órgãos e colegiados superiores.

9.1.5 Núcleo de Educação a Distância (NEAD)

O Núcleo de Educação a Distância (NEAD) é um órgão de natureza executiva, subordinado à Direção de Ensino, responsável pela gestão dos cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância. Tem como função implementar políticas e diretrizes para a Educação a Distância (EaD) estabelecidas no âmbito da Faculdade do Baixo Parnaíba, bem como garantir a implantação, implementação, desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo educativo na modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

9.1.6 Instituto Superior de Educação (ISE)

O Instituto Superior de Educação terá uma coordenação formalmente constituída, a qual será responsável por articular a formação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores.

9.1.7 Órgãos Complementares e Apoio as Atividades Acadêmico-Científicas

Os órgãos complementares e de apoio às atividades acadêmico-científicas são coordenados pela Direção Acadêmica, NUPEX, coordenadores de cursos de graduação e professores, cabendo a eles a coordenação e o desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação a pesquisa e extensão. Constituem órgãos de apoio às atividades acadêmicas dos cursos de graduação os Núcleos relacionados a seguir:

a) Núcleo de Práticas de Leitura Professora Eliane Rego (NUPLER)

Desenvolve ações que estimulem a leitura, a formação de leitores críticos e proficientes, por meio de dinâmicas de grupo, exposições orais e escritas, painéis integrados, fórum de debates e outras atividades sugeridas pelos alunos, tais como práticas de leitura e de escrita; participação em Campanhas de incentivo à leitura, em nível local, regional ou nacional; contato com textos formativos, informativos, técnicos, narrativos, dissertativos, publicitários, literatura e lazer para aprofundar os conhecimentos, bem como práticas da leitura visando à compreensão de ideias básicas e periféricas dos textos, interpretação de fatos, desvelamento de contradições subjacentes e atividades lúdicas e artísticas relacionadas aos bens culturais.

b) Núcleo de Atividades Acadêmicas Culturais (NAAC)

Núcleo voltado à elaboração, implantação e implementação de projetos culturais, oportunizando à comunidade acadêmica revelações, compreensões, críticas e transformações na realidade local, conforme legislação específica vigente. Objetiva a criação de espaços de convivência no interior da Instituição, democratizando o acesso da comunidade (crianças, adolescentes, jovens, adultos e terceira idade) às diversas atividades artístico-culturais.

c) Núcleo de Apoio Pedagógico Psicossocial (NAPPS)

Núcleo que tem como finalidade o atendimento dos alunos da Instituição, numa perspectiva inter e multidisciplinar, com o objetivo de promover a integração acadêmica, considerando os relacionamentos intra e interpessoais. Instituído por legislação específica, busca intervir, de maneira breve, em questões de natureza pedagógica e psicossocial para o quadro de alunos, professores e técnicos-administrativos da FAP.

d) Núcleo de Apoio Pedagógico (NAPE)

O Núcleo de Apoio Pedagógico (NAPE) tem como finalidade apoiar os professores na organização do trabalho pedagógico, abrangendo os processos teórico metodológicos de ensino e aprendizagem, incluindo as metodologias problematizadoras e ativas, bem como a avaliação do desempenho acadêmico do aluno e avaliação institucional. Cabe a ele o desenvolvimento de programas de formação continuada de professores, a promoção da qualidade nos processos educativos, o estímulo à produção científica e didático-pedagógica do corpo docente, e o fomento da interdisciplinaridade.

O acompanhamento e avaliação da curricularização da extensão serão realizados pela CPA, NDE, NAPE e Coordenação de Curso. Dessa forma, os programas/projetos de extensão desenvolvidos nos componentes curriculares devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão documentados, analisados, monitorados e devidamente registrados no Sistema Interno de Controle Acadêmico (SICA), com a aquiescência da Coordenação do Curso e anuência de seu Colegiado.

9.1.8 Órgãos Suplementares de Apoio as Atividades Práticas

Constituem-se órgãos suplementares de apoio as atividades práticas os núcleos de prática que têm por finalidade desenvolver ações de práticas investigativas e integradoras de atividades acadêmicas complementares relacionadas aos componentes curriculares/disciplina atinentes as matrizes curriculares desenvolvidas em salas de aulas com foco no desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e do saber sistematizado, considerando a dimensão do processo de ensino e extensão. São Eles:

a) Núcleo de Práticas Sociais, Econômicas e Políticas (NUPSEP)

É o órgão dedicado à iniciação científica e ao estudo relacionado às práticas socioeconômicas locais. Além disso, tem como objetivo promover atividades de intervenção na realidade social e econômica da comunidade de Chapadinha, contribuindo com oficinas, minicursos e a produção de conhecimento científico fundamentado na observação e na pesquisa de campo em Chapadinha e no Baixo Parnaíba. É instituído por legislação específica.

b) Núcleo de Práticas Educativas e Sociais (NUPES)

O Núcleo de Práticas Educativas e Sociais (NUPES) configura-se como um espaço de estudos sistemáticos acerca das práticas educativas e sociais, envolvendo a investigação sobre fatores dos processos que demarcam o campo educacional. Dedicar-se, portanto, à educação básica e à formação de professores. O NUPES visa ainda o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas voltadas para o quadro de professores e alunos, aprofundando assim seus conhecimentos pedagógicos com a realização de estudos de caráter quantitativo e qualitativo, articulados a projetos de iniciação à pesquisa e extensão. É instituído por legislação específica.

c) Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPJ)

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPJ) tem como finalidade organizar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades de Práticas jurídicas e de Estágio Curricular Supervisionado, práticas em Escritório de Assistência Jurídica e em Ambientes de Prática Simulada, entre outras atividades práticas, a serem desenvolvidas pelos alunos do Curso de Direito da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). O aluno-estagiário busca desenvolver habilidades próprias, com um

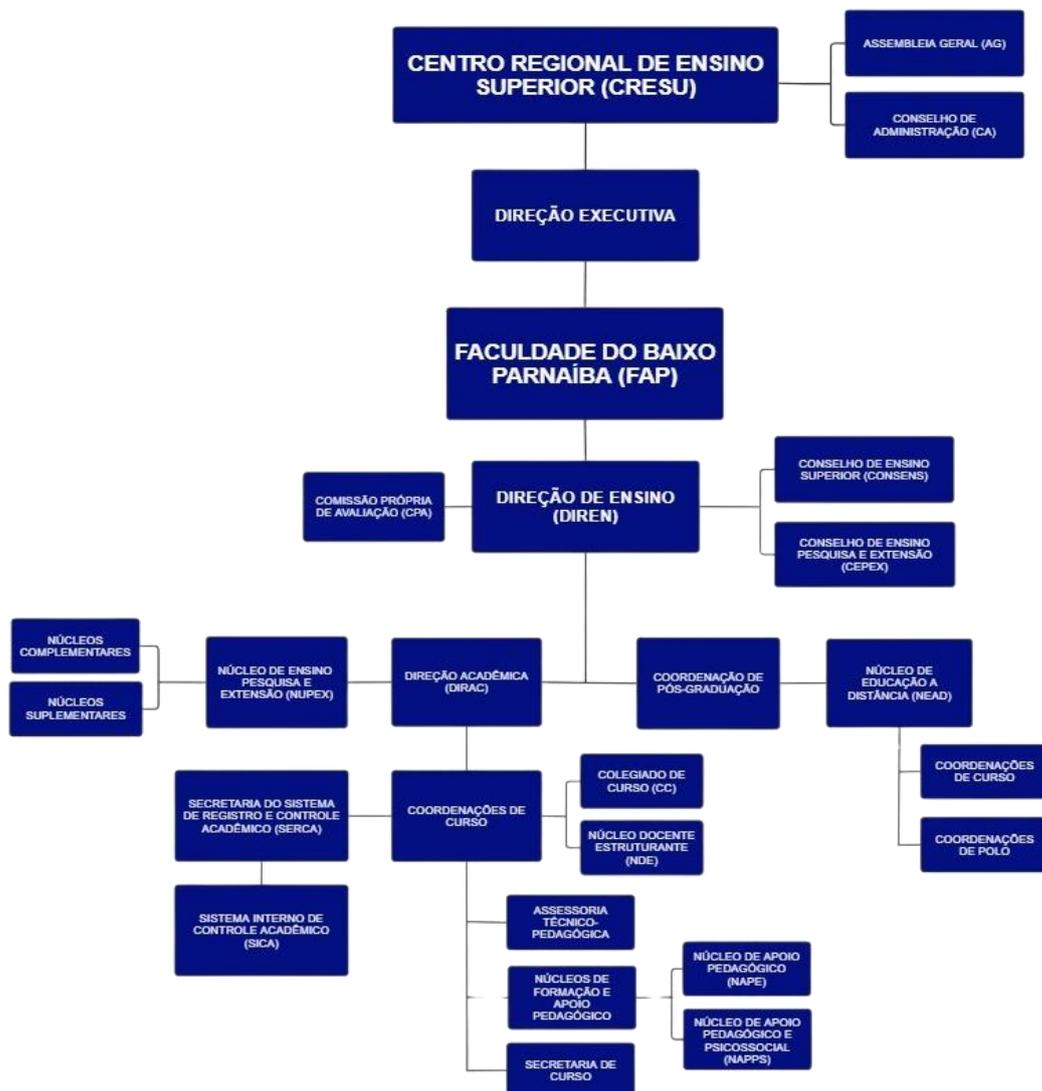
desempenho acadêmico-profissional pautado em valores de responsabilidade, solidariedade, ética e bem comum, em conformidade com Resolução FAP/CEPEX n.º 373/2021 e com a Lei nº 8.906/1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Para tanto, buscando a complementação das atividades a serem desenvolvidas durante as Práticas Jurídicas, a FAP através da Coordenação do Curso, firmou parcerias, convênios, contratos, acordos de cooperação e apoio com organismos públicos ou privados, sociedade civil organizada e organizações não governamentais, possibilitando a participação dos alunos-estagiários na prestação de serviços jurídicos e assistência jurídica integral, visando aprimorar as atividades práticas, oferecendo ainda visitas orientadas aos órgãos jurisdicionais do município de Chapadinha, municípios da região e do estado, visando a construção de uma compreensão interdisciplinar do campo jurídico e da dinâmica das instituições jurídicas.

9.2 Estrutura Organizacional da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP)

A organização administrativa da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) visa proficiência e fluidez na gestão de processos, materiais, patrimoniais e de pessoas, assim como na execução das ações, viabilizada pela estrutura organizacional apresentada no organograma, com descrição da mantenedora e da FAP, conforme organograma abaixo:

Figura 23 - Estrutura organizacional



Fonte: Autores (2023).

Conforme o desenho organizacional, a Faculdade do Baixo Parnaíba está estruturada em órgãos e colegiados superiores. A Direção de Ensino (DIREN) atua como órgão executivo e deliberativo de planejamento educacional, em matéria administrativo-acadêmica e o Conselho de Ensino Superior (CONSENS), é o órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa.

10 INFRAESTRUTURA

A política de expansão da FAP, em seus aspectos geoespaciais e de novas configurações de infraestrutura física, humana e tecnológica, tem interdependência com o seu desenvolvimento social, acadêmico-científico e tecnológico, tanto no âmbito de sua territorialidade quanto do local e da região. Sendo assim, a implantação

e implementação da infraestrutura arquitetônica e tecnológica requerem um planejamento articulado com a dimensão socioespacial, integrado ao projeto pedagógico institucional e aos cursos de graduação.

10.1 Infraestrutura tecnológica e recursos de apoio

A gestão, o planejamento estratégico, a (re) organização dos espaços/ambientes dos recursos tecnológicos de aprendizagens e a governança corporativa promovem a formação de profissionais competentes, com habilidades para transformação social, contribuindo potencialmente com as decisões e resolução das demandas institucionais, de acordo com o PPI, os objetivos, ações e metas expressas no PDI.

Neste sentido, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação têm importância fundamental para o desenvolvimento da FAP. Sua natureza interrelacional permite a transversalidade em todas as atividades acadêmico-científicas, de gestão, planejamento, organização, controle, auditoria e na avaliação. De forma integrada e interdisciplinar, aperfeiçoa e proporciona inovação tecnológica, comprometida com a produção intelectual e social; integração da comunidade acadêmica interna e externa; focada nos sujeitos/usuários, a transparência e confiabilidade são bases consistentes para a tomada de decisão.

10.1.1 Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

A FAP conta com o Núcleo de Tecnologias de Informação e da Comunicação (NUTIC), uma estrutura fundamental de gestão das tecnologias diretamente vinculada à Direção de Ensino e à Direção Administrativa. O NUTIC trabalha em conjunto com a Direção Acadêmica, SERCA, NEAD, Biblioteca e com a Central de Comunicação Institucional (CCI), é composto por uma equipe multiprofissional qualificada, que tem o compromisso e a responsabilidade de prover soluções eficientes e flexíveis de TDIC para o ensino, iniciação à pesquisa, extensão e a gestão do conhecimento, no contexto das mudanças e gerência digital com inovação tecnológica e sustentabilidade, potencializando a integração da comunidade acadêmica interna e externa.

10.1.1.1 Núcleo de Tecnologia da informação e comunicação (NUTIC)

O Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação (NUTIC) possui competência para planejar, assessorar e executar as atividades ligadas ao controle e supervisão de todo o Sistema de Tecnologia Digital da Informação e Comunicação da FAP, cabendo-lhe dinamizar e potencializar as ações, descritas a seguir:

- Planejar, gerenciar e apoiar os processos de implantação de Tecnologia Digital de Informação e Comunicação.
- Coordenar e executar o planejamento, desenvolvimento, implantação, operação e a manutenção dos serviços, sistemas de informação e infraestrutura de Tecnologia da Informação.
- Assessorar e contribuir para a construção e efetivação das políticas e do planejamento estratégico de Tecnologia da Informação.
- Gerenciar periodicamente os sistemas e plataformas utilizados pela FAP.
- Buscar novas Tecnologias da Informação, visando a sua aplicação para o desenvolvimento acadêmico, administrativo, técnico e científico.
- Assessorar a comunidade acadêmica da FAP na aplicação e utilização de novas soluções integradas de Tecnologia de Informação.
- Prestar serviços de atendimento e suporte à comunidade acadêmica para a plena utilização dos recursos computacionais e de sistemas de informação da FAP.
- Programar e controlar a utilização dos equipamentos audiovisuais para fins didáticos, orientando o corpo de professores e técnicos-administrativos quanto ao seu uso adequado.
- Administrar os laboratórios de informática da FAP.
- Gerenciar os dados e backups dos servidores, mantendo-os organizados e garantindo a integridade e salvaguarda de toda a documentação da FAP;
- Implantar, implementar e manter a infraestrutura das TDICs.
- Desenvolver e manter sistemas, sítios e aplicativos móveis.
- Formação continuada e suporte técnico em sistemas, sítios e aplicativos móveis.
- Provisionar aquisições ou locações de software, computadores, dispositivos e serviços associados às TDICs.
- Tornar perceptível e linear a localização de documentação/informação nos vários suportes.
- Divulgar as produções da comunidade acadêmica interna e externa.
- Receber e reorganizar informações para atualização do site da FAP.
- Fornecer manutenção técnica de equipamentos de informática.
- Aperfeiçoar a infraestrutura das TDICs por meio de pesquisa e inovação de soluções adequadas aos processos acadêmicos.
- Assessorar na divulgação de eventos dos quais seja responsável ou corresponsável.

- Desenvolver atividades ligadas às áreas de desenvolvimento de sistemas e páginas na web, análise de suporte de sistemas, administração de redes e sistemas, suporte ao usuário, multimídia e eletrônica, além de prestação de serviços a terceiros, caso necessário.

As projeções da FAP para o quinquênio 2024 a 2028, no que se refere à gestão estratégica das tecnologias digitais da informação e comunicação, alicerçados em valores éticos e humanistas. Estas projeções estão alinhadas às necessidades do mundo e mercado de trabalho, posicionando-se estruturalmente no modelo de governança corporativa, liderado pela direção de ensino e composto pelos gestores/colaboradores, conforme regimento interno e normas específicas e próprias da instituição.

Dessa forma, a implementação de infraestrutura tecnológica, dos sistemas integrados de gestão e acesso à informação, concentra-se na expansão da gestão de processos operacionais que envolvem as áreas acadêmico-administrativas e pedagógicas. Assim sendo, o aprimoramento dos processos administrativos promove e garante a qualidade de atendimento no processo de ensino e aprendizagem, bem como na gestão dos cursos, assegurando transparência e equidade .

10.1.2 Governança Corporativa

Em atendimento aos novos parâmetros de gestão empresarial sustentável e boas práticas, a Faculdade do Baixo Parnaíba opta pelo modelo de governança corporativa baseada em princípios éticos, transparentes e de confiabilidade, ratificando a segurança das informações e proteção de dados, gerenciando riscos com resiliência, em cumprimento ao desempenho consciente e relevante de sua função e responsabilidade social, em conformidade com os marcos regulatórios.

Nesta perspectiva, a direção executiva da mantenedora e a direção de ensino da mantida definiram que a governança digital é de responsabilidade do NUTIC. As políticas institucionais de inovações tecnológicas e a organização dos serviços de TDICS devem garantir o monitoramento e análise das demandas de segurança da rede, controle e supervisão de todo o sistema de tecnologia digital da informação e comunicação. Essas ações devem ser assessoradas pelos colegiados superiores e regulamentadas pelas normas próprias e específicas da Instituição.

10.1.3 Infraestrutura e Serviços de TI

A FAP dispõe de uma central de processamento de dados, com equipamentos de última geração, com a finalidade de armazenar todas as informações institucionais desde sua fundação aos dias atuais. A manutenção, operacionalização e controle dos sistemas corroboram com a efetivação da missão da faculdade, nas políticas de ensino, iniciação à pesquisa e extensão expressas nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCS) dos cursos de graduação e pós-graduação.

A FAP conta com uma estrutura de TI, dotada de equipamentos e suporte para armazenamento, e ainda:

- Backups em nuvem;
- Gerenciamento de usuários e de centralização de correio eletrônico;
- Monitoramento e gerenciamento da internet (fibra óptica), por link dedicado Full Duplex de 500 megabytes e um link secundário em redundância de 600 megabytes de conexão;
- Garantir o acesso à internet por professores, alunos e equipe técnico-administrativa, através de Servidor de Rede local de acessos internos e externos;
- Gerenciamento e monitoramento com controles de acesso por dispositivo a rede;
- Monitoramento de funcionamento e performance dos Unifi/Wi-fi e usuários;
- Gerenciamento e controle de licenças do Office 365;
- Monitoramento dos nobreaks;
- Firewall com diversas regras de segurança cadastradas assegurando a proteção dos dados transmitidos pela rede interna e externa;
- Verificação do funcionamento dos equipamentos que compõe a rede como: Switches, cabeamento, patch painel, patch cord;
- Controle de acesso dos usuários ao domínio e ao serviço de backup em rede;
- Servidor de Backup com rotinas diárias automatizadas para caso haja qualquer imprevisto com os arquivos;
- Tecknew/Sistema catraca, Sistema biométrico de identificação facial, integrado ao sistema JACAD, que permite o acesso da comunidade acadêmica interna e externa a Instituição. O referido sistema faz parte da política de segurança da faculdade, é monitorado pelo NUTIC, garantido a otimização do fluxo de entrada e saída dos transeuntes;

- Trello/Administração, uma ferramenta online visual que possibilita o gerenciamento de projetos, fluxo de trabalhos e monitoramento de tarefas realizadas pelos técnicos-administrativos, sendo o NUTIC o responsável pela criação de contas e garantia de acesso aos usuários da instituição;
- Pacote Office/Administração, um pacote de serviços desenvolvido pela Microsoft que visa otimizar a rotina administrativa. Através do NUTIC, é fornecido o suporte aos técnicos-administrativos e professores quando solicitado.

O NUTIC, através do Centro de Processamento de Dados (CPD), faz o gerenciamento de ramais de telefone e o monitoramento em tempo real de todo o funcionamento administrativo-acadêmico da Instituição por meio das câmeras dispostas nas salas de aulas, coordenações de curso, setores internos e externos e áreas de convivência da instituição. As imagens são gravadas no DVR (Digital Vídeo Recorder) e podem ser acessadas posteriormente.

Em toda a FAP, estão distribuídos, de forma estratégica, diversos pontos de acesso à rede cabeada, respeitando normas técnicas e padrões vigentes de mercado e sem fio, que proporcionam para toda a comunidade acadêmica o acesso aos diversos sistemas institucionais e à internet, permitindo que todos os usuários façam uso das tecnologias. A segurança da informação é uma atividade constante, sendo assim, a Instituição investe em treinamentos, antivírus, firewalls e outros componentes que ajudam a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, além de catracas digitais para controle de acesso/identificação e câmeras de monitoramento.

O NUTIC realiza manutenções preventivas regularmente com o intuito de manter o bom funcionamento dos equipamentos dentro da Instituição, estando também preparado para realizar manutenções corretivas, dispondo das ferramentas necessárias e materiais em redundância para que não haja interrupção nas atividades e setores afetados.

A Faculdade conta com recursos modernos para apoio as atividades acadêmico-científicas, e todas as salas possuem conexão à internet por rede wi-fi. Os equipamentos de informática e internet são atualizados e em número adequado para a quantidade de usuários.

Quadro 16 - Recursos tecnológicos e áudio visuais

DESCRIÇÃO	TOTAL
Câmera fotográfica	1
Caixas acústicas	9
Caixas amplificadas	20
Fones de ouvido	10
Impressora	19
Microfones sem fio	6
Projetores multimídia	30
Teclados adaptados em braile para cegos e baixa visão	3
Tela de projeção com tripé	1
Telas de projeção	26
Televisores	11

Fonte: Autores (2023).

Tais recursos são disponibilizados internamente para alunos, professores e técnicos-administrativos, tanto para as atividades de aula como para as extracurriculares, propiciando o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos. O parque computacional é constantemente atualizado e modernizado nas áreas: administrativa, acadêmica, financeira e laboratoriais, para acompanhar as tendências das novas tecnologias.

As manutenções corretivas são realizadas por meio das ocorrências identificadas na manutenção preventiva e também por meio de solicitações dos usuários quando percebem os funcionamentos comprometidos do seu equipamento de trabalho e encaminhados ao Setor de Tecnologia de Informação, e/ou conforme a demanda são incluídos na programação de trabalho observando emergência ou urgência.

O suporte e manutenção dos equipamentos obedecem ao seguinte Programa de Manutenção:

- Manutenção permanente: realizada pelo técnico responsável, consiste na verificação diária do funcionamento normal de todos os computadores, antes do início de utilização dos Laboratórios de Informática;
- Manutenção preventiva: realizada semanalmente nos Laboratórios de Informática pelo técnico responsável, para a verificação das conexões e estado geral dos equipamentos;
- Manutenção corretiva (interna): realizada pelo técnico responsável, consiste na solução dos problemas detectados, na manutenção permanente e preventiva;
- Manutenção corretiva (externa): realizada por empresa de suporte externo, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e

preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pela Direção Administrativa.

Quantos aos serviços de manutenção corretiva de software, internet e projetores de multimídia são realizados por profissionais técnicos especializados. Assim como o Sistema Acadêmico, as manutenções das bases de dados e suporte são realizadas por empresa contratada.

10.1.4 Sistemas e Soluções

A sociedade de informação tem utilizado as tecnologias como aliada no processo das transformações no mundo do trabalho e da educação, considerando os impactos que ela provoca na vida dos sujeitos/usuários e na funcionalidade dos processos de gestão de pessoas e serviços correspondente às atividades meio e fim. Integram essas atividades, os serviços e soluções por meio de software, sistemas e estratégias de automação de tarefas focados na autossuficiência, na participação da comunidade acadêmica interna e externa, potencializando a interação virtual, as tomadas de decisão e o fortalecimento da governança digital.

O processo de desenvolvimento da gestão tecnológica da informação na FAP propõe o fortalecimento de metodologias dinâmicas e problematizadoras, a experiência de usuário e usabilidade dos serviços, proporcionado a acessibilidade e uso dos softwares licenciados de forma responsável e com segurança, assim como a disponibilização de informação em repositórios de consulta pública e integração com plataformas digitais.

- Plataforma SWA JACAD E MOODLE: Software institucional atende à demanda de gerenciamento e consolidação dos dados acadêmicos e da produção tecnológica e científica dos programas de graduação e pós-graduação *lato sensu*. Tais ferramentas integram os dados dos alunos e dos professores, em um banco de dados único, mantendo o registro da movimentação acadêmica dos cursos e o acompanhamento da trajetória dos alunos em curso e dos egressos, possibilitando o gerenciamento dessas informações e permitindo uma melhor tomada de decisão da Instituição, garantindo com isso a segurança dos dados inseridos nas plataformas.
- Fortes AC é um software utilizado pelo setor de recursos humanos com a finalidade de automatizar as demandas trabalhistas de seus funcionários, visto que, o Fortes Pessoal atende a legislação e integra a gestão de pessoas dos seus clientes. Através da plataforma é possível gerenciar o cadastro de funcionários admitidos e desligados, gerar de forma automática as guias de recolhimento tributária e as obrigações acessórias, além de

possuir recursos que agilizem o fechamento da folha de pagamento de forma alinhada com o e-Social.

- Fortes Acadêmico/Laboratório Software contábil voltado para o campo educacional da contabilidade, permitindo que os estudantes de ciências contábeis consigam ter acesso a um sistema capaz de demonstrar de forma eficaz as rotinas contábeis, fiscais e pessoal.
- Microsoft Azure é uma Plataforma online da Microsoft que possui a finalidade de gerenciar as contas do pacote office, permitindo o acompanhamento das licenças devidamente ativadas nos computadores de cada colaborador.
- Ez Point Web, sistema online que gerencia o controle de pontos dos funcionários, o NUTIC garante a comunicação online entre o ponto eletrônico e o sistema web.
- BotConversa é uma plataforma online que permite o gerenciamento do fluxo de mensagens automatizadas, com a comunidade acadêmica interna e externa. Através da central de comunicação, o NUTIC cria e elabora novos canais de mensagens para fins de otimização, garantindo o acesso necessário aos setores acadêmico-administrativos e financeiros no recebimento e envio de comunicações;
- Photoshop é um software de design utilizado para a produção de material visual para as redes sociais da instituição e produção de peças publicitárias de divulgação virtuais e impressas.
- Illustrator é um software focado na produção de material gráfico para divulgação e posicionamento da marca, como outdoors, banners, garrafas, canecas, canetas, camisas e produtos gráficos em geral.
- Canvas, é uma aplicação web utilizada para artes simples, é um excelente repositório de vetores, que oferece diversos tipos de elementos que podem ser integrados ao Photoshop e Illustrator, sendo considerada uma aplicação complementar aos programas de design.
- Wix Web é uma plataforma online para criação e hospedagem de sites. O web designer da instituição é responsável pela criação de páginas web, publicação de documentos, e quaisquer ajustes solicitados para o site.
- Uol Mail/Administração é uma plataforma online para hospedagem e criação de e-mails corporativos, o NUTIC possui a responsabilidade de criar e gerenciar os e-mails, garantindo o acesso ao endereço eletrônico e o suporte para averiguar situações que necessitem de suporte especializado da equipe UOL.
- Kinghost é uma plataforma de hospedagem do AVA - (Ambiente Virtual de Aprendizagem), sendo o NUTIC responsável por realizar o monitoramento, garantido o pleno funcionamento do acesso dos alunos e professores.
- Windows/Administração/Acadêmico, sistema operacional responsável pelo funcionamento dos computadores e programas instalados no periférico. A equipe do Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação possui a atribuição de instalar o sistema operacional nas máquinas, realizar atualizações, quando necessário, e corrigir quaisquer erros no sistema que

impeça o funcionamento da máquina ou realização de alguma atividade específica.

- Discord/Plataforma de comunicação, o NUTIC realiza a criação de contas e gerenciamento de níveis de acesso de acordo com o cargo do funcionário, garantido que ele acesse as informações de acordo com suas atribuições;

As equipes multifuncionais trabalham nos sistemas e em soluções de software, definindo parâmetros em atendimento às novas demandas, ao uso de tecnologias e métodos inovadores com a atualização de competências e habilidades profissionais, através de formação continuada com oficinas, workshops e cursos que assegurem o processo de inovação tecnológica, com técnicas de design, transformação digital, visando a incorporação de ferramentas e a implementação de soluções para sustentação de novos serviços.

10.1.5 Site Institucional

A FAP dispõe de uma página na internet, sob o domínio www.fapeduca.com e subdomínios com informações e gerenciamento de conteúdos oficiais, disponibilizando a estrutura e a identidade visual da Instituição, Cursos de Graduação e Pós-Graduação, Políticas Acadêmico-Administrativas e Financeiras, garantindo a navegabilidade, responsividade, acessibilidade e visibilidade da organização acadêmico-administrativa, demonstrada a seguir.

- Portal do Professor/Aluno;
- Biblioteca Virtual;
- FAP Academic Research;
- FAP INFORMA;
- Documentos Oficiais da Instituição;
- Informativos;
- Webmail;
- Ouvidoria.

10.1.6 Políticas de Tecnologia da Educação

A governança digital na FAP é conduzida pelas tecnologias digitais de educação, integrando o conhecimento entre alunos e como suporte às atividades acadêmicas, possibilitando acessibilidade e permanência nos estudos e a formação de professores e técnico-administrativos no desenvolvimento do processo de ensino

e aprendizagem com autonomia, em diferentes níveis e formatos.

A inclusão digital, através das tecnologias educacionais contemporâneas e desta dimensão de inclusão e diversidade, pauta-se em experiências acadêmicas de boas práticas interdisciplinares, com proposições de novas práticas na construção de conhecimento a partir do ensino, da iniciação à pesquisa e extensão. Nos últimos três anos, os órgãos e colegiados superiores da FAP reuniram esforços em diálogos e escutas com proposições e investimentos em políticas acadêmicas na área de TDIC.

Tais políticas de suportes tecnológicos são entendidas como essenciais para o acesso, equidade, mobilidade e conexão nos processos de ensino e aprendizagens, produção e compartilhamento de saberes, e na formação integrada entre diferentes aprendizes, interfaces, alcances e seus significados no uso das tecnologias educacionais e das tecnologias digitais associadas às redes e linguagens de informação, comunicação e construção de conhecimento, articuladas ao potencial investigativo e criativo dos sujeitos envolvidos no ato educativo. Para tanto considera-se como fundamental:

- ✓ O alinhamento com o PPI.
- ✓ A relação com a tecnologia na composição das atividades acadêmicas no cotidiano da instituição.
- ✓ Infraestrutura adequada para a integração das tecnologias aos processos educacionais.
- ✓ Condições para interconectividade, mobilidade, acessibilidade e inclusão digital.
- ✓ Condições para implementação de educação na modalidade à distância.
- ✓ Estruturação das tecnologias educacionais e suas plataformas atentas às particularidades, peculiaridades, equidade e diversidade.
- ✓ Formação continuada para professores e técnicos-administrativos com metodologias e tecnologias de educação interativas.
- ✓ Suporte à integração por meio de espaços de aprendizagem, recursos, materiais e mídias didático-pedagógicas para formação de rede.

As diretrizes e as políticas acadêmicas de acessibilidade e inclusão digital da FAP, relacionadas à segurança da informação; à identidade institucional e à política de comunicação voltada aos sites e portais web, bem como, as ações decorrentes de outras políticas da instituição, encontram-se alinhadas às tecnologias educacionais, e, às tecnologias digitais de informação e comunicação, sendo disciplinadas pelas normas regulamentadoras tanto para o uso da instituição quanto para a sociedade, pendendo ser acessadas no site www.fapeduca.com/marcosregulatorios.

10.1.7 Plano de expansão e atualização de equipamentos

O plano de expansão e atualização de equipamentos da Faculdade do Baixo Parnaíba, tem como responsável pela sua elaboração, execução e acompanhamento a Comissão de Planejamento Estratégico (COPLAE), sendo aprovado pelos órgãos e colegiados superiores. O referido plano está pautado em metas e objetivos mensuráveis por indicadores de desempenho, garantindo que suas ações estejam atualizadas, adequadas e correspondendo as demandas da Instituição.

Quanto a manutenção e atualização dos equipamentos da estrutura acadêmico-administrativa, utiliza-se mão de obra própria e/ou terceirizada. A instituição faz dotação conforme ordenamento e previsão financeira para aquisição e manutenção de equipamentos e mobiliários, como computadores, datashow, impressoras, mesas, cadeiras, armários, escaninhos, quadro-branco, quando da implantação de novos cursos conforme o cronograma de execução previsto no PDI vigente.

10.1.7.1 Metas e objetivos mensuradas

As políticas de aquisição, atualização e manutenção de equipamentos de tecnologias digitais da informação e comunicação possibilitam a viabilidade das políticas de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, assim como a infraestrutura de tecnologia adequada ao bom funcionamento e ao número previsto de alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.

O planejamento de atualização e modernização dos equipamentos que compõem o parque tecnológico, abrangendo a área de TI da Instituição, é identificado e articulado com as necessidades e oportunidades de melhoria no atendimento dos usuários com as boas práticas, visando:

- Expansão e otimização;
- Múltiplas experiências inovadoras de alunos e colaboradores;
- Segurança da informação;
- Prospecção de novas tecnologias e atendimento as demandas didático-científicas e administrativas.

10.1.7.2 Indicadores de Desempenho

O acompanhamento do desempenho dos equipamentos que compõem o parque tecnológico, computadores, redes e programas de TI, é realizado por meio de avaliação interna pelo NUTIC, que identifica as necessidades da estrutura acadêmica e administrativa e propõe a atualização incluindo a construção de novos ambientes tecnológicos propício ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem em conformidade com a dotação orçamentaria prevista pela mantenedora.

O referido plano de expansão está alinhado as diretrizes, ações e metas constantes no planejamento estratégico de maneira que os recursos orçamentários destinados ao parque tecnológico da FAP, possa garantir:

- Infraestrutura;
- Hardware;
- Softwares acadêmicos;
- Equipamentos de rede;
- Sistemas Operacionais;
- Softwares de comunicação;
- Responsáveis pela gestão de serviços e processos.

Tais ações e metas, são avaliadas continuamente pelos órgãos e colegiados superiores, incluindo a Comissão Própria de Avaliação (CPA) que verificam o desempenho dos equipamentos e constatação ou não de sua otimização, satisfação e operacionalidade.

10.1.8 Plano de contingência para as TDICS

O Plano de Contingência foi desenvolvido para ser acionado quando da ocorrência de cenários que apresentam risco à continuidade dos serviços essenciais. Direciona soluções para otimização do trabalho garantindo o *feedback* favorável para o NUTIC, como também a execução de trabalhos da estrutura acadêmico-administrativa em atendimento as necessidades da Instituição, considerando a redundância de equipamentos e de rede com uso de nuvem, sistema de dados, gerador e nobreaks para operacionalidade e sustentabilidade ininterrupta da Instituição.

10.2 Infraestrutura e espaços físicos da Faculdade

Essa dimensão apresenta uma política da expansão, ampliação, adequação e manutenção do patrimônio e dos espaços físicos para o desenvolvimento de atividades acadêmico-científicas e administrativas, seja dos imóveis próprios, locados e dos recursos de apoio às ações de gestão do imobiliário da FAP, considerando que o espaço acadêmico é o lugar onde acontece a aprendizagem, a investigação de saberes e fazeres, a produção e a socialização do conhecimento e da cultura.

O planejamento da política de reordenamento de uso e ocupação dos espaços físicos e acadêmicos da Instituição é demandado pela necessidade de modernização e aperfeiçoamento das estruturas já existentes e construção de novas edificações, estão alinhados aos princípios da sustentabilidade, confiabilidade e transparência, como forma de garantir a adequação dos espaços individuais e compartilhados e o cuidado com o patrimônio, com o meio ambiente e com os acervos documentais.

Considerando:

- ✓ O planejamento arquitetônico e de urbanização do espaço acadêmico da Faculdade correspondem à natureza e à missão institucional, orientado pelos princípios de mobilidade, acessibilidade e confiabilidade, constantes nas propostas pedagógicas dos cursos, em observância aos componentes curriculares das diferentes matrizes, a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.
- ✓ As instalações físicas necessárias aos cursos de graduação, pós-graduação e programas acadêmicos devem estar disponíveis antes do início do semestre letivo.
- ✓ Os espaços destinados ao ensino, iniciação à pesquisa e extensão são considerados prioritários.
- ✓ Espaços de convivência dos alunos, professores e técnicos-administrativos são áreas academicamente relevantes, sendo sua presença e conservação prevista nos projetos arquitetônicos de cada área.
- ✓ A infraestrutura destinada aos cursos é definida, mapeada e de conhecimento da gestão administrativa da instituição, assim como, pelos órgãos responsáveis pela manutenção e expansão dos espaços físicos.
- ✓ A urbanização e a conservação dos ambientes da FAP são constantemente revisadas e adequados às necessidades.
- ✓ As prioridades no uso dos equipamentos em salas de aula, laboratórios, auditórios e outros decorrem de sua relevância prevista no Projeto Pedagógico Institucional.
- ✓ A funcionalidade dos ambientes de aprendizagem é avaliada de acordo com sua adequação às exigências do componente curricular ofertado no semestre letivo.

Neste sentido, durante a vigência deste PDI, 2024-2028, o planejamento de ocupação, implantação e implementação dos espaços da Faculdade é elaborado a partir de um diagnóstico desenvolvido internamente, com estudos preliminares e propositivos de edificações; de consulta, envolvimento e participação da comunidade acadêmica, da gestão e controle do patrimônio.

As medidas de manutenção dos ambientes acadêmicos e dos imóveis são preventivas, previstas e articuladas à dimensão socioespacial, considerando as informações sobre a infraestrutura predial e as instalações físicas para uso da equipe técnica de infraestrutura e manutenção e para a utilização de ferramentas adequadas na identificação e reconhecimento de área construída e livre, em observância às propostas acadêmicas previstas no Projeto Pedagógico Institucional e nos cursos de graduação.

10.2.1 Infraestrutura física de apoio administrativo e acadêmico

A Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) é constituída por um campus com aproximadamente 3.500 m² de área construída. Possui uma estrutura física com espaços e ambientes individualizados e compartilhados, destinados às ações didático-científicas e pedagógicas, em vinte e um setores, uma Biblioteca Central, uma biblioteca setorial, salas de professores, salas de aula, salas de estudo, salas de atendimento, salas de reunião, laboratórios e ambientes laboratoriais, áreas de convivência, auditórios, brinquedoteca e estacionamento, em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR) quanto à iluminação, ventilação, climatização, acústica, mobiliário, acessibilidade e ergonomia, parâmetros necessárias para o desenvolvimento das atividades acadêmico-científica, tecnológica e de gestão didático-pedagógica.

A instituição conta com uma equipe técnica de infraestrutura e manutenção, responsável pela manutenção periódica e preventiva dos ambientes físicos e do prédio, com rotina de limpeza e conservação das instalações planejadas e definidas em planos e cronogramas. Mensalmente e em cada semestre letivo, são emitidos relatórios de ocorrências com resultados de manutenções feitas (com pintura, reparos em tetos e reformas na estrutura física e de equipamentos) possibilitando uma análise completa e detalhada da necessidade e indicadores de intervenção e aperfeiçoamento desses processos. Os bens móveis da instituição, em seus aspectos físicos e

contábeis, são inventariados periodicamente, tombados e nomeados através de placa de identificação, registrado em relatórios detalhados como patrimônio

O acesso da comunidade acadêmica interna às instalações administrativas é realizado pelas catracas através de identificação facial, e os funcionários utilizam ainda o crachá institucional para sua movimentação interna. Já os visitantes, somente com apresentação de documento oficial com fotografia, sendo que a sua entrada e saída são liberadas pela recepção, com identificação facial, também pelas catracas. Quanto ao acesso da pessoa com deficiência, a instituição oferece as condições básicas de mobilidade, observando a norma de acessibilidade de livre circulação nos espaços, rampas com corrimãos, plataforma elevatória/elevador, portas e banheiros adaptados, placas em braile, piso tátil, dentre outros recursos.

A faculdade implantou o sistema de câmeras de segurança nos ambientes e áreas internas e externas, com operacionalidade e monitoramento realizado pelo NUTIC, responsável pela guarda e conservação das imagens. Mantém ainda segurança permanente, interna e em seu entorno, desarmados, proporcionando aos alunos, professores e funcionários uma maior sensação de segurança e proteção.

Registra-se que as instalações físicas da FAP destinadas ao desenvolvimento das atividades administrativas, acadêmico-científico e culturais dos cursos de graduação e pós-graduação, nos turnos matutino, vespertino e noturno, atendem aos requisitos de acessibilidade, sinalização e espaços adaptados às demandas, respeitando as normas de segurança predial, com instalação de sistemas de segurança contra incêndio e pânico, como extintores, SPDA, sinalização, iluminação, rotas de fuga e segurança patrimonial com controles de acessos e CFTV. A edificação está preparada com toda a documentação sanitária, estrutural com certificados de aprovações AVCB com plano de fuga, Alvarás e habite-se.

10.2.1.1 Instalações físicas e de gestão administrativa e acadêmica

O dimensionamento dos espaços físicos e de infraestrutura da instituição é planejado adequadamente e de forma equânime para atendimento das demandas acadêmicas dos cursos, considerando ambientes abertos e adaptáveis que promovem relações sociais com troca de ideias, experiências e inovações. Compreende-se que o ambiente acadêmico colaborativo, com salas climatizadas e equipadas com mobiliários confortáveis e adequados às normas de acessibilidade, acesso à rede WiFi

cabeada, banda larga e profissionais qualificados para o desenvolvimento das atividades de gestão administrativa, acadêmico-científica e financeira e os processos de ensino e de aprendizagem dos alunos.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca e demais espaços de convivências são de uso privativo do corpo de professores e tutores, alunos e técnico-administrativo, permitido o acesso do público externa a instituição, por ocasião da realização de atividades acadêmicas ou em casos de expressa autorização da Direção de Ensino.

Assim sendo, todas as instalações da Faculdade destinadas ao funcionamento da Direção Administrativa, Direção de Patrimônio, Direção de Ensino, Direção Acadêmica e os demais setores, dispõem de uma estrutura com ambientes e fluxos socioespaciais estratégicos de trabalho. Tais espaços apresentam especificidades, as quais são descritas a seguir:

a) Espaço de trabalho para professores em tempo integral

Aos professores dos cursos de graduação e pós-graduação com regime de trabalho de 40 horas, a instituição disponibiliza salas individuais com dimensão média de 12m², dotadas de recursos necessários, como equipamentos de informática e mobiliário confortável e ergonômico. Esses espaços são destinados à execução das atividades acadêmicas, proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento das funções docentes, incluindo a guarda de material e objetos pessoais.

b) Sala de Aula

A Faculdade dispõe de 28 salas de aula, com capacidade média para 1.064 alunos, salas/oficinas procedimentais, atitudinais e experienciais de metodologias problematizadoras e ativas. Além disso, conta com um auditório adaptável em sala de aula, com capacidade de 150 alunos. As salas de aula possuem, em média, uma dimensão de 50 m², atendendo às normas de acessibilidade e sendo adequadas ao desenvolvimento de atividades acadêmicas. Esses espaços estão equipadas com cadeira e mesa para professor; carteiras universitárias; quadro branco para uso de pincéis e quadro de avisos; equipamentos de multimídia; computadores conectados à internet e datashow.

Como recurso tecnológico inovador, foi implementado o sistema de QR Code, para que os alunos e professores acessem informações sobre equipamentos, manutenção e localização da sala de forma rápida e eficiente. Registra-se também que todos os alunos possuem carteira de estudantes, garantindo acesso facial através das catracas instaladas nas entradas do prédio, gerenciadas e disciplinadas por normas institucionais já consolidadas.

c) Espaço de trabalho para Coordenadores de cursos de Graduação e Pós-graduação

Os coordenadores dos cursos, dispõem de infraestrutura adequada para executarem suas atividades para administração do curso, com regime de trabalho de 44 horas. A instituição disponibiliza 7 salas individuais, com dimensão média de 12m², especialmente projetadas para atender professores e alunos de maneira segura e privativa.

Além disso, está disponível uma sala de 50m² destinada às reuniões de Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso. Todas as salas são dotadas de recursos necessários, como equipamentos de informática, cadeira no modelo presidente; cadeiras e mesa redonda para atendimentos e reuniões, armário/escaninho para a guarda de material e objetos pessoais, e estações de trabalho com mobiliário confortável e ergonômico para a execução das suas atividades acadêmicas. Todos esses ambientes respeitam e seguem rigorosamente as normas de acessibilidade.

d) Sala de Professores e Tutores

A instituição dispõe de um espaço de interação, de estudos, convivência destinado às atividades socioeducativas de professores e tutores. Trata-se de uma sala com aproximadamente 33m², equipada com cadeiras, mesa de reunião acadêmica, computadores com acesso à internet e banda larga, recursos audiovisuais, armário/escaninho para a guarda de materiais e objetos pessoais, estações de trabalho individualizadas, além de mobiliário confortável e adequado para desenvolvimento de atividades de ordem técnico-administrativa e acadêmica, atendendo às normas de acessibilidade.

e) Espaços para atendimento de aluno

Os espaços de atendimento aos alunos são individualizados, discretos e privativos, podendo, em situações especiais, acolher até cinco alunos. Conta com uma sala e mobiliário adequado e confortável para que o coordenador do curso, professor e outros profissionais atendam os alunos em suas necessidades institucionais.

f) Espaço de trabalho para a Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A CPA possui espaço próprio destinado à realização das atividades de seus membros. A sala atende às necessidades institucionais, oferecendo acesso a recursos tecnológicos que permitem uma gestão inovadora centrada em resultados provenientes da coleta e análise dos dados decorrentes dos processos autoavaliativos. Equipada com uma mesa para reuniões com 12 cadeiras, estações de trabalho, computador, impressora e armários para arquivo.

A CPA utiliza os sistemas SWA JACAD e Google Forms, ferramentas utilizadas para elaboração de instrumentos/questionários destinados à coleta e análise de dados, bem como dos resultados das avaliações aplicadas às comunidades interna e externa. As informações coletadas são consolidadas no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem a finalidade de fomentar a cultura da avaliação e subsidiar processos de melhoria no âmbito da gestão e das ações acadêmico-administrativas.

g) Núcleo de Educação a Distância (NEAD)

O Núcleo de Educação a Distância é um espaço composto por uma área administrativa de 150m², contendo: sala de coordenação para atendimento de professor, tutor, aluno e equipe multidisciplinar, equipada com mesas e cadeira no modelo presidente; equipamentos de informática, cadeiras e mesa redonda para atendimentos e reuniões, armário/escaninho para a guarda de material e objetos pessoais, estações de trabalho com mobiliário confortável e ergonômico. A sala de reunião composta por projetor multimídia, equipamento de som, mesa e espaço para participantes, estações de trabalho, mesa para reunião acadêmica, televisão, sofá e frigobar. O Núcleo conta ainda com um espaço comum de 20m² para cabines de gravação, adequado com disponibilidade de uso como estúdio de gravação.

h) Secretaria do Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SERCA)

A Secretaria do Sistema de Registro e Controle Acadêmico dispõe de uma sala segura e privativa, com aproximadamente 19m², específica para atendimento de alunos e professores, dotada de recursos necessários como equipamentos de informática e balcão para atendimentos, armários para a guarda de documentação e objetos pessoais e estações de trabalho com mobiliário confortável e ergonômico para a execução das suas atividades acadêmicas, observadas as normas de acessibilidade.

A SERCA utiliza o Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SICA) tendo como finalidade o controle, solicitação e emissão de documentos de forma integrada ao sistema acadêmico SWA JACAD, um software institucional que atende à demanda de gerenciamento e consolidação dos dados acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação.

I) Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPPS)

O Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial é vinculado a direção acadêmica e administrativa, dispõe de um espaço destinado ao atendimento de alunos, professores, tutores e técnicos-administrativos da Instituição. A sala possui 14 m² é dotada de equipamentos de informática, com acesso à rede WiFi e cabeada, banda larga, armários para a guarda de documentação e objetos pessoais, assim como mobiliário confortável e ergonômico para a execução das suas atividades, observadas as normas de acessibilidade. O NAPPS é de natureza pedagógica e psicossocial, considerando os relacionamentos intra e interpessoal, regimentado por legislação específica.

i) Auditório Profa. Teresa Pflueger,

O auditório Professora Teresa Pflueger, com capacidade para 1.500 pessoas, destinado às apresentações de eventos acadêmico-científicos, tecnológicos e culturais, como conferências, palestras, seminários, debates, workshops. Este espaço é climatizado, possui iluminação e acústica apropriada, equipado com sistema e mesa de som; projetores de multimídias e computadores interligados em rede WiFi, banda larga e mobiliários confortáveis, adequados às normas de acessibilidade.

O referido auditório dispõe de estrutura física com aproximadamente 689m², uma recepção com 18m² e três salas com metragens de 16m² cada, sendo uma destinada ao controle de som e mídias, e as outras duas para uso operacional. O espaço inclui rampa de acesso ao auditório e ao palco, plano de fuga visível e sinalizado, assim como banheiros adaptados, seguindo padrões de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Os espaços de convivência da FAP compreendem áreas abertas e fechadas para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e culturais. Tais ambientes, são de livre circulação, arejados, sinalizados e de iluminação natural e elétrica, respeitando as normas de segurança predial e de acessibilidade. Além disso, conta com sistemas de segurança, integram a estes espaços de convivência, serviços terceirizados de reprografia e um Bistrô equipado com mobiliários confortáveis, funcionando como lanchonete e restaurante, dispendo de alimentação diversificada e lanches tradicionais, atendendo à demanda da comunidade acadêmica nos três turnos letivos.

10.3 Biblioteca Central

A Biblioteca Prof^a Lusimar Silva Ferreira é a Unidade Central e está ambientada próxima à entrada da instituição, garantindo a acessibilidade para todos. É dividida em: Setor Administrativo, Setor de Tratamento da Informação, Setor de Referência/Circulação, Acervo, Salão de leitura, Salas de estudos em grupo, cabines para professores em tempo integral e Laboratório de informática I. Com a implantação de cursos de graduação a distância e do curso de Medicina, a FAP contará com novas Unidades de Informação referentes à biblioteca setorial para as áreas da saúde, bem como bibliotecas localizadas nas cidades-polos que seguirão o plano de gestão proposto.

Nesse sentido, os serviços e produtos oferecidos são imprescindíveis para o avanço da educação, devido sua importância para a comunidade acadêmica no desenvolvimento do saber científico. Além do crescimento contínuo do acervo e da demanda por acesso, busca-se preservar este no tocante aos aspectos ambientais e antropogênicos. Portanto, a partir de uma avaliação, propõe-se estabelecer prioridades para ações e tomadas de decisão sobre conservação, preservação e expansão do acervo e da estrutura física, assim como no aprimoramento dos serviços

oferecidos.

Conta com um Plano de Gestão de Bibliotecas, que envolve todos os setores das unidades e objetiva descrever as medidas a serem adotadas no gerenciamento, desde a gênese – formação do acervo – até casos emergenciais – ações contingenciais que podem ser causadas por riscos físicos, químicos, biológicos e acidentais que possam comprometer a oferta de produtos e serviços. Para a vigência eficaz do plano é preciso o envolvimento dos setores da instituição, buscando o comprometimento em todos os níveis; atitude proativa dos funcionários das bibliotecas e monitoramento e revisão contínua da aplicação do plano com periodicidade anual.

A biblioteca universitária possui um sistema complexo de gestão, nesse sentido, é necessário que a política de gestão permita o gerenciamento de sua estrutura funcional com excelência. Nesse contexto, a adoção do modelo de gestão atual visa propiciar à Biblioteca Profª Lusimar Silva Ferreira, à biblioteca setorial de saúde e às unidades dos Polos de EaD a definição de seus "modus operandi" direcionando diretrizes para gerenciar seus processos produtivos por meio do uso eficiente e eficaz dos recursos destinados à realização de suas atividades.

Para que isso ocorra, é necessário avaliar e monitorar constantemente os indicadores de geração e processamento de seus serviços. Com o objetivo de oferecer qualidade no atendimento à clientela, o plano de gestão das bibliotecas é, constantemente revisto. Devido à preocupação com o aprimoramento da estrutura e dos serviços oferecidos pela biblioteca central, são periodicamente investidos recursos em instalações físicas, equipamentos e acervo, buscando, em relação a esse último, atender às especificidades de cada curso.

De acordo com o perfil dos usuários, o acervo da Biblioteca é composto por materiais impressos (livros, monografias, dissertações, jornais, catálogos, manuais, guias, revistas, dicionários, enciclopédias e biografias), recursos multimídia (VHS, CD-ROM e DVD) nas diversas áreas do conhecimento. A seguir, serão descritas as instalações para melhor compreensão da infraestrutura.

10.3.1 Instalações e estrutura física da biblioteca

As instalações físicas da biblioteca da FAP encontram-se em boas condições, com conservação e manutenção realizadas periodicamente, seguindo o cronograma estipulado pelo gerenciamento patrimonial. A infraestrutura, referente à área

construída e ao parque patrimonial, está organizada da seguinte forma:

- Ocupa uma área construída destinada à leitura e pesquisa, ordenamento e armazenagem do acervo de livros, periódicos e multimeios, compreendendo o acervo, setor administrativo e tratamento da informação, setor de referência/circulação, salas de estudo em grupo, salão de leitura e sala com cabines para professores em tempo integral;
- Conta com 09 (nove) cabines individuais, 05 (cinco) cabines para docentes em tempo integral, 04 (quatro) salas para estudo em grupo com 04 (quatro) assentos cada. O salão de leitura conta com 18 (dezoito) mesas para trabalhos em grupo com 6 (seis) cadeiras cada uma, totalizando 140 (cento e quarenta) assentos;
- Dispõe de 3 (três) computadores para consulta ao acervo pelos usuários, sendo um acessível para pessoa com deficiência;
- Possui 3 (três) computadores para a gestão da biblioteca: sendo, 2 (dois) para a movimentação do acervo – empréstimo/devolução e 1 (um) para a administração.

O parque tecnológico está distribuído em terminais no setor de Referência/Circulação para atendimento de empréstimo, devolução, renovação e reserva de materiais bibliográficos e uma impressora térmica para cupom não fiscal e uma impressora inkjet.

A manutenção preventiva e corretiva é responsabilidade do NUTIC que possui um cronograma anual determinado no Plano de Expansão e Atualização dos Equipamentos. As medidas de avaliação de riscos, segurança de dados e contingência são determinados no Plano de Contingência.

10.3.2 Horário de atendimento e pessoal técnico-administrativo

O atendimento ao usuário na biblioteca ocorre de segunda a sexta-feira, das 13h30min às 22h, e aos sábados, das 8h às 12h. O corpo técnico-administrativo da biblioteca está formado por 3 (três) profissionais, uma bibliotecária responsável pelos serviços em tempo integral, uma auxiliar de biblioteca e um estagiário.

➤ **Informatização**

O acervo da biblioteca encontra-se todo informatizado. Para tanto, utiliza-se o software JACAD Sistema Educacional, versão 3.1.51, da empresa SWA Sistemas Acadêmicos, com suporte virtual por meio de conexão remota. Esse software possibilita a execução do cadastro dos materiais, empréstimo, devolução, reserva e renovação, além de gerar relatórios sobre os materiais bibliográficos e não

bibliográficos. O programa permite que os usuários pesquisem o material desejado pelo autor, título, editora e assunto, escolhendo o tipo de material, e a pesquisa pode ser realizada diretamente nos terminais na biblioteca e também online.

A biblioteca adota a Classificação Decimal Universal (CDU) como instrumento para organização, recuperação, disseminação, acesso e uso de informações de documentos impressos e eletrônicos. Para catalogação dos materiais, utiliza-se o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) e a Tabela de Cutter.

10.3.3 Serviços e produtos oferecidos.

- Empréstimo local e domiciliar;
- Empréstimo domiciliar de multimídia;
- Reserva local e online;
- Renovação local e on-line;
- Notificação por e-mail de empréstimos, devoluções e reservas;
- Emissão de Declaração de Nada Consta para recebimento de diplomas e entrega de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- Levantamento bibliográfico (para alunos em fase de monografia e professores na elaboração de ementários);
- Elaboração de Ficha Catalográfica (o usuário solicita através do formulário eletrônico disponível no site);
- Apoio à elaboração de trabalhos acadêmicos;
- Comutação Bibliográfica (COMUT);
- Consulta a Base de Dados;
- Consulta a Revistas impressas e on-line;
- Visita orientada (no início de cada semestre para alunos iniciante dos cursos de Graduação e Pós-Graduação);
- Atendimento a visitantes (estudo e pesquisa local);
- Treinamento de usuários (como usar as bases de dados, pesquisar o acervo);
- Minicursos de elaboração de monografia com enfoque nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), citações e referências;
- Ambiente para estudo individual (cabines individuais);
- Ambiente para estudo em grupo (sala de estudo em grupo);

- Atividades culturais (Projeto: Um dia de Leitura na FAP; Campanha de preservação do acervo; Usuário Padrão; Compartilhando livros: eu leio, tu lêes, nós lemos).

10.3.4 Acessibilidade na biblioteca

A Biblioteca dispõe de um balcão rebaixado para atendimento, além de um computador para consulta ao acervo online, com fácil acesso para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Adicionalmente, estão instalados os softwares DOSvox para deficientes visuais e o VLibras para deficientes auditivos, nos computadores de consulta do acervo e no Laboratório de Informática.

As estantes foram organizadas considerando a altura e estão afastadas entre si a uma distância de 0,90 cm, conforme estabelecido pela NBR 9050/2020. Essa disposição visa facilitar o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, proporcionando um ambiente mais inclusivo e acessível.

10.3.4.1 Biblioteca Virtual

A Biblioteca Virtual (BV) representa uma alternativa para ampliar as condições de busca, disponibilidade e recuperação de informações de maneira globalizada, qualitativa, pertinente e racional. Essa abordagem alia o acesso local ao acesso remoto, com base nas redes de telecomunicação disponíveis.

Dessa forma, a biblioteca virtual consiste em acervos online nos quais são disponibilizados livros e outros tipos de mídia, como vídeos e áudios, com conteúdo destinado a satisfazer as necessidades informacionais de um determinado nicho, seja a demanda de pessoas que se encaixam no perfil dos estudantes de Ensino a Distância, seja os alunos presenciais que querem comodidade no acesso e optam por fazer suas consultas ao acervo de casa.

Com base nas políticas de avaliação do acervo, a Biblioteca Virtual escolhida pela FAP é a Pearson, com um acervo de livros digitais que disponibiliza mais de 10.000 e-books de livros-texto, com acesso ilimitado e multiusuário. A biblioteca contempla diversas áreas de conhecimento e possui em seu consórcio os selos editoriais da Pearson Education: Prentice Hall, Makron Books e Addison Wesley e as Editoras parceiras: Contexto, Ibpex/Intersaberes, Casa do Psicólogo, Rideel, Papirus, Educ's, Jaypee Brothers, Callis, Lexikon, Summus, Interciência, Autêntica, Vozes, Freitas Bastos, Oficina de Textos, Difusão, EdiPucRs, Brasport, Labrador, Yendis,

Blucher, Atheneu, Boitempo, Global, Ícone, Neurus, Del Rey e Processo.

10.3.5 Acervo físico

A biblioteca da FAP dispõe em seu acervo 5.548 (cinco mil, quinhentos e quarenta e oito) títulos e 16.633 (dezesesseis mil, seiscentos e trinta e três) exemplares físicos, como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 17 - Acervo bibliográfico físico por tipo de material

TIPO DE MATERIAL	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros	4.423	14.730
Enciclopédias	89	126
Dicionário	6	27
Periódicos	341	1.361
DVD/CD	306	436
Monografia/artigo	679	679
Total	5.844	17.359

Fonte: Sistema Jacad (2023).

10.3.6 Repositório Institucional

Repositório Institucional (RI) é um serviço oferecido pela Biblioteca Central, que consiste na reunião, organização e disseminação de informações digitais geradas pela IES para garantir seu uso gratuito pelas comunidades. Dessa forma, visa reunir, disseminar e preservar, a longo prazo, a produção científica produzida pela Faculdade do Baixo Parnaíba. Esse serviço possibilita o movimento do acesso aberto e o compartilhamento dos dados de pesquisas que facilita a busca e recuperação da informação com novas ferramentas. Portanto, tem a finalidade de divulgar a produção científica da instituição com acesso livre.

O Repositório Institucional da FAP está fundamentado nos aspectos legais, conforme a Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que instituiu a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Além disso, segue a Portaria MEC/INEP nº 315, 04 de abril de 2018, que trata de Acervos Acadêmicos, abrangendo a guarda para Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC) de Graduação e Pós-Graduação, e a Lei Federal n. 9.610, de 19 de

fevereiro de 1998, que dispõe sobre os direitos autorais.

O Repositório Institucional da FAP é constituído por comunidade, subcomunidade e coleções, distribuídas conforme Quadro 17:

Quadro 18 - Distribuição das comunidades, subcomunidade e coleções

Comunidade	Subcomunidade	Coleções
Trabalho de Conclusão de Curso da FAP	<ul style="list-style-type: none">• Curso de Graduação;• Curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i>.	Linhas de Pesquisa dos Cursos

Fonte: Autores (2023).

A gestão do Repositório Institucional da FAP está sob a responsabilidade da Biblioteca Central que faz a análise, seleção, submissão dos arquivos/documentos nos repositórios, conforme os critérios da política, e do Setor de Tecnologia de Informação, responsável pela alimentação e armazenamento dos dados. A arquitetura do Repositório Institucional segue a organização da informação, que está estruturada em comunidades, subcomunidades e coleções.

As comunidades representam o nível hierárquico mais alto de organização da informação, abrangendo áreas como graduação, pós-graduação e memória institucional. As subcomunidades correspondem a categorias mais específicas, como cursos, enquanto as coleções são os locais onde os itens são efetivamente armazenados no sistema, abrangendo categorias como Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), projetos ou artigos. Essa estrutura permite uma organização eficiente e categorização adequada dos materiais presentes no Repositório Institucional da FAP.

10.4 Laboratórios

A Faculdade do Baixo Parnaíba reúne em seus espaços físicos os ambientes laboratoriais compostos por 10 (dez) laboratórios didáticos de formação básica, 10 (dez) laboratórios multidisciplinares e 4 (quatro) laboratórios multifuncionais de formação especializada. Possuem, em média, áreas entre 40m² e 155m², destinadas às atividades de práticas interdisciplinares, componentes transversais que integram a matriz curricular dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e Pós-graduação. Tais ambientes laboratoriais são compartilhados e objetivam desenvolver competências e habilidades por meio de procedimentos e ferramentas tecnológicas de simulação no processo de formação profissional dos egressos.

10.4.1 Laboratórios didáticos de formação básica

Os laboratórios didáticos de formação básica, são partes integrantes do **eixo de conteúdos de base comum**, abrangendo os componentes curriculares dos cursos de graduação. São climatizados; equipados com projetores de multimídias; mobiliários confortáveis e adequados às atividades acadêmicas; computadores interligados em rede WiFi, banda larga/link dedicado, com acesso a softwares licenciados, considerando as normas de segurança, ergonomia e de acessibilidade. Estão denominados e compreendidos da seguinte forma:

- **Laboratório de Informática I**, está localizado na área anexa à Biblioteca, é um espaço bem iluminado, climatizado, equipado com 40 (quarenta) computadores, sendo que um computador é destinado a pessoa com deficiência, interligados a softwares VLibras e Dosvox e teclado adaptado em Braille e fone de ouvido. E outro computador é o servidor responsável para o compartilhamento de arquivos, programas e redes para uso do professor.
- **Laboratório de Informática II**, equipado com 24 (vinte e quatro) computadores interligado ao sistema/software Fortes, programa utilizado para a execução e gestão das rotinas do setor fiscal de escritórios e empresas, proporcionando agilidade e segurança nos processos, parte integrante do Escritório Modelo de Práticas de Administração e Contabilidade (EMPAC) e da Escola de Negócios (EN).
- **Laboratório de Informática III**, equipado com 25 (vinte e cinco) computadores, é um laboratório móvel, interdisciplinar e multidisciplinar, se constitui em um instrumento de atendimento das especificidades e as demandas dos cursos da área de saúde.
- **Laboratório de Práticas Jurídicas**, conta com uma estrutura ampla, arejada, mobiliada adequadamente, equipado com 5 (cinco) computadores, se constitui em um instrumento de atendimento das especificidades e as demandas do curso de Direito, Se constitui no laboratório de Práticas Jurídicas, atividades de práticas interdisciplinares simuladas e reais, espaço de desenvolvimento de práticas de escritório e de assistência jurídica, considerando as práticas de negociação, de mediação e suas modalidades dentre outras ações. O Núcleo de Prática Jurídica (NUPJ) é o ambiente laboratorial didático-acadêmico, responsável pelo desenvolvimento dos componentes curriculares de Práticas Jurídicas V, VI e VII.
- **Laboratório de Práticas Didático-Pedagógicas**, é o Colégio Nossa Senhora de Fátima (CONSEF), escola que atende alunos de educação básica, funciona como escola de aplicação, laboratório dos cursos de licenciaturas e de administração da FAP. A proposta pedagógica da escola está alinhada ao Programa de Vivências Pedagógicas (**PROVIP**) com ações articuladas ao Núcleo Práticas Educativas e Núcleo de Leitura e Produção Textual, responsáveis pelo desenvolvimentos das atividades

práticas de iniciação à docência, gestão escolar e dos processos de ensino e aprendizagens dos alunos da educação básica. Articula-se às demais premissas básicas em atendimento à formação inicial de professores, objetivando assegurar aos seus egressos saberes e fazeres que lhes permitam realizar um ensino de qualidade nas escolas de educação básica públicas e privadas.

- **Creche Tia Madá** é um espaço móvel, funciona em espaços contratados pela instituição para desenvolvimento das atividades de práticas interdisciplinares e estágio supervisionados curricular em Educação Infantil do curso de Pedagogia conta com uma creche organizada em uma comunidade específica, escolhida pelos alunos e professores, por tempo limitado, obedecendo aos padrões estabelecidos para Educação Infantil pela BNCC.
- **Brinquedoteca** possui uma área física aproximada de 55m², destinada às atividades didático-pedagógicas para os cursos de licenciatura da FAP. Dispõe de brinquedos, livros de literatura infantil e infanto-juvenil, com equipamentos e mobiliários confortáveis e adequados a faixa etária das crianças e a proposta pedagógica curricular do CONSEF, e aos planos de ensino dos componentes curriculares correspondente as matrizes curriculares dos cursos.

Nota-se que a FAP dispõe de ambientes organizados, interligados por meio de sistema funcional, operacional, automatizado e seguros, considerando a unidade didática nas atividades de gestão acadêmica, seleção, armazenagem, recuperação e disseminação de informações para apoio aos programas de ensino, iniciação à pesquisa e extensão ofertados na instituição. Tais ambientes objetivam a promoção de competências e habilidades por meio de práticas e procedimentos laboratoriais, bem como o uso de tecnologias de simulação para a formação de seus egressos.

10.4.2 Laboratório Multidisciplinares e Multifuncionais de Formação Especializada

Os laboratórios multidisciplinares e multifuncionais de formação especializadas, são partes integrantes do **eixo de conteúdos específicos e práticos**, compreendem os estudos interdisciplinares de formação técnica, abrangendo os componentes curriculares dos cursos da área de saúde. São climatizados; equipados com projetores de multimídias; mobiliários confortáveis e adequados às atividades acadêmicas; computadores interligados em rede WiFi, banda larga/link dedicado, com acesso a softwares licenciados, considerando as normas de segurança, ergonomia e de acessibilidade. Estão adequadamente aparelhados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletivo, monitorados e instruídos quanto ao seu uso obrigatório pelos usuários, sejam alunos, professores e técnicos de laboratório.

Neste sentido, os ambientes laboratoriais das atividades práticas correspondentes aos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e de Medicina (proposição) estão organizados de acordo com as configurações a seguir:

- **Laboratório Multidisciplinar I**, possui uma área física aproximada de 107m², destinada às atividades de práticas do primeiro ao oitavo período conforme matriz curricular dos cursos de saúde. Tem capacidade para atender em média 30 alunos. A estrutura física conta com duas bancadas centrais para a realização das aulas práticas e duas bancadas fixadas na lateral com duas pias para lavagem de mãos e materiais. O espaço é bem iluminado, arejado, e dotados e equipamentos laboratoriais, vidrarias e materiais diversos.
- **Laboratório Multidisciplinar II**, possui uma área física aproximada de 109m², destinada às atividades de práticas do primeiro ao oitavo período conforme matriz curricular dos cursos de saúde. Tem capacidade para atender em média 30 alunos. A estrutura física conta com duas bancadas centrais para a realização das aulas práticas e duas bancadas fixadas na lateral com duas pias para lavagem de mãos e materiais. O espaço é bem iluminado, arejado, e dotados e equipamentos laboratoriais, vidrarias e materiais diversos.
- **Laboratório Multidisciplinar III**, possui uma área física aproximada de 113m², destinada às atividades de práticas do primeiro ao oitavo período conforme matriz curricular dos cursos de saúde. Tem capacidade para atender em média 30 alunos. A estrutura física conta com duas bancadas centrais para a realização das aulas práticas e duas bancadas fixadas na lateral com duas pias para lavagem de mãos e materiais. O espaço é bem iluminado, arejado, e dotados e equipamentos laboratoriais, vidrarias e materiais diversos.
- **Laboratório Multidisciplinar IV**, se constitui o ambiente laboratorial de Habilidades e Simulação Realística Avançada, com uma dimensão física de aproximadamente de 155m² de área construída com 4 salas de simulação; 4 salas de controle; 4 salas de “debriefing”; 2 salas de habilidades gerais; sala de assepsia; sala técnica; sala de coordenação; sala de preparo de insumos e depósito; área de atendimento com recepção e um jogo de banheiros. O referido laboratório é dotado de simuladores avançados do tipo: suporte avançado de vida em cardiologia (ACLS); simulador de ausculta; simuladores para suporte básico de vida (BLS); suporte avançado de vida em pediatria (PALS); simuladores para habilidades – treinamento de exame físico do abdômen. Tais equipamentos, são recursos destinados especificamente para o desenvolvimento das atividades de práticas de habilidades e simulação realística no processo formativo dos alunos e de treinamento de médicos dos programas de residência, qualificação de professores e de profissionais da rede de saúde do município.
- **Laboratório Multidisciplinar V**, é destinado a experimentos, com utilização de animais para o desenvolvimento de estudos de iniciação científica e pesquisas relacionadas a áreas de saúde. O Biotério de Experimentação é um projeto de ambientação laboratorial a ser construído, conforme as

normas regulamentadoras próprias e específicas de funcionamento da instituição, disciplinadas pela Resolução Normativa do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA nº 57 de 06.12.2022.

- **Laboratório Multifuncional I**, possui uma área física de aproximadamente de 100m². Destinado à realização de atividades práticas relativas aos componentes curriculares Traumatologia e Ortopedia e Reumatologia, Fisioterapia em Traumatologia e Ortopedia e Reumatologia, Fisioterapia em Ginecologia e Obstetrícia, Fisioterapia Dermatofuncional, Fisioterapia em Geriatria e Gerontologia, Recursos Terapêuticos Manuais e Mecanoterapia e Recursos Físicos Terapêuticos dentre outras, em conformidade com os planos de ensino. Tem capacidade para atender em média 30 alunos. O espaço é bem iluminado, arejado, dotado e equipamentos laboratoriais e materiais diversos.
- **Laboratório Multifuncional II**, possui uma área física de aproximadamente de 100m². Destinado à realização de atividades práticas relativas aos componentes curriculares, Recursos Terapêuticos Manuais e Mecanoterapia, Fisioterapia Aquática, Cinesioterapia e Biomecânica Funcional, Métodos e Técnicas em Avaliação Fisioterapêutica, Cinesioterapia I, Cinesioterapia II, Traumatologia e Ortopedia e Reumatologia e Fisioterapia em Traumatologia e Ortopedia e Reumatologia, em conformidade com os planos de ensino. Tem capacidade para atender em média 30 alunos. O espaço é bem iluminado, arejado, dotado e equipamentos laboratoriais e materiais diversos.
- **Laboratório Multifuncional III**, possui uma área física de aproximadamente de 80m². Destinado à realização de atividades práticas relativas aos componentes curriculares, Fisioterapia em Neurologia, Desenvolvimento Humano e Controle Motor e Fisioterapia em Neonatologia e Pediatria, em conformidade com os planos de ensino. Tem capacidade para atender em média 30 alunos. O espaço é bem iluminado, arejado, dotado e equipamentos laboratoriais e materiais diversos.
- **Laboratório Multifuncional IV**, possui uma área física de aproximadamente de 150m². Destinado à realização de atividades práticas relativas aos componentes curriculares, Fisiologia do Exercício, Métodos e Técnicas em Avaliação Fisioterapêutica, Cardiologia e Angiologia, Pneumologia, Fisioterapia Cardiorrespiratória I, Fisioterapia em Cardiorrespiratória II e Fisioterapia Esportiva, em conformidade com os planos de ensino. Tem capacidade para atender em média 30 alunos. O espaço é bem iluminado, arejado, dotado e equipamentos laboratoriais e materiais diversos.

Os ambientes laboratoriais são amplos, limpos, bem conservados, climatizados e arejados, com iluminação e acústica apropriadas. São dotados de equipamentos e softwares adequados ao número de usuários, às atividades didáticas que neles se realizam e ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem. Possuem sinalização de segurança com placas indicativas da necessidade de utilização de equipamentos de proteção individual (EPI); manuais com normas de funcionamento;

extintores de incêndios e um plano de manutenção com rotinas diárias de limpeza e conservação das instalações.

Todas as instalações, equipamentos e mobiliários existentes passam por um processo contínuo de atualização tecnológica e guardam uma estreita ligação com as propostas pedagógicas dos cursos. Cada laboratório conta com apoio técnico especializado e manutenção preventiva da estrutura física e dos equipamentos. Há normas de segurança devidamente implementadas, incluindo Normas de Conduta, Biossegurança e Manual para Descarte dos Resíduos Químicos e Biológicos.

10.5 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado as pessoas com deficiências

A educação inclusiva se constitui atualmente um desafio do sistema educacional, pois não está somente associada ao acesso à educação, mas, sobretudo, à permanência do deficiente na Instituição, sem qualquer tipo de discriminação. A inclusão exige o atendimento, em igualdade de condições independente das características físicas, desvantagens ou dificuldades que essas pessoas possam apresentar.

A FAP, com a finalidade de se constituir uma Instituição inclusiva que respeita as diferenças e atende às necessidades especiais da comunidade, se compromete a manter um ambiente que permita a igualdade de oportunidades, possibilitando a participação total e irrestrita dos deficientes em todas as atividades e serviços disponibilizados pela IES.

Nesse sentido, para os alunos com deficiência física, a Instituição apresenta as seguintes condições de acessibilidade: livre circulação dos alunos nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas); cadeiras de roda disponibilizadas nas dependências internas da Instituição; vagas reservadas no estacionamento; rampas com corrimãos facilitando a circulação de cadeiras de roda; elevador; portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso a cadeiras de roda; barras de apoio nas paredes dos banheiros; toaletes, lavabo e bebedouros com altura acessível aos cadeirantes, balcões adaptados na biblioteca e professor habilitado para Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Em relação aos deficientes visuais e auditivos, a FAP está comprometida, caso seja solicitada, a disponibilizar meios que possibilitem o acesso e permanência desde o início até a conclusão do curso. A Instituição disponibiliza às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, sempre que necessário, ajuda de técnicos que permitam o acesso, em igualdade de condições, às atividades acadêmicas e administrativas.

Além disso, proporciona programas internos de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado das pessoas com deficiência; cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas; e, cursos para atendimento em linguagem de sinais.

A FAP dispõe de normas internas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos e funcionários com deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação. Para a comunidade externa, se propõe a realizar campanha de sensibilização destinada a eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentem contra o direito de igualdade das pessoas, permitindo, desta forma, o respeito e a convivência com as pessoas com deficiência.

Os cursos de licenciatura da FAP terão, como componente obrigatório em seus currículos, a disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e os de bacharelado e de tecnologia contarão com a disciplina como componente optativo.

Desta forma, registra-se o compromisso da Faculdade com a acessibilidade e atendimento prioritário e diferenciado a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

10.6 Cronograma de expansão da infraestrutura

Refere-se a aquisição, manutenção e ampliação dos recursos de infraestrutura da FAP, sejam recursos, dispositivos, equipamentos ou itens relacionados a parte física da estrutura da Instituição, como também guiar a aquisição, atualização e expansão do ambiente virtual da IES, (softwares, programas e links de internet).

As projeções da FAP para o quinquênio 2024 a 2028, no que se refere à Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação, preveem a implementação de infraestrutura tecnológica, dos sistemas integrados de gestão e acesso à informação, sobretudo no que se refere à expansão da gestão de processos operacionais que envolvem o

campo administrativo, acadêmico e pedagógico.

O aprimoramento dos processos administrativos promove e garante a excelência no processo de ensino e aprendizagem, bem como na gestão dos cursos. O Centro Regional de Ensino Superior (CRESU), mantenedora da FAP, tem como meta, a implementação do Núcleo de Tecnologias da Informação e da Comunicação (NUTIC), sendo o responsável pelo controle e supervisão de todo o Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A Instituição tem incorporado em seu quadro funcional equipe multiprofissional qualificada para atuar nas áreas de desenvolvimento de sistemas e páginas na web, análise de suporte de sistemas, administração de redes e sistemas, suporte ao usuário, multimídia e eletrônica, além de prestação de serviços de empresas terceirizadas, caso necessário.

Em toda a FAP, estão distribuídos, de forma estratégica, diversos pontos de acesso à rede cabeada, respeitando normas técnicas e padrões vigentes de mercado e sem fio, que proporcionam para toda a comunidade acadêmica o acesso aos diversos sistemas institucionais e à internet, utilizando atualmente a rede de fibra óptica com link dedicado para a maior velocidade de transmissão de dados e dessa forma permitindo que todos os usuários façam uso das tecnologias. A segurança da informação é uma atividade constante, sendo assim, a Instituição investe em treinamentos, antivírus, firewalls e outros componentes que ajudam a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, além de catracas com reconhecimento facial para controle de acesso/identificação e câmeras de monitoramento. Para realizar a manutenção dos equipamentos e manter o pleno funcionamento dos setores, a IES dispõe de materiais e suporte preventivo e corretivo para corresponder a demanda diária.

Na FAP, todos os setores institucionais estão integrados por meio de telefonia fixa, além disso, a Instituição ampliou os ramais telefônicos para atendimento e transmissão de informações devido a criação de novos setores.

Na Instituição, foi construído o piso elevado para anfiteatro, espaço para o enriquecimento cultural. A IES possui também, instalado, um gerador de energia elétrica, gerenciado pela equipe de controle e supervisão, com capacidade suficiente para suprir todas as instalações da FAP em eventuais falhas de energia. Toda a base tecnológica da Instituição está configurada para garantir plenas condições de funcionamento, de modo ininterrupto.

A Instituição possui também, instalado, um gerador de energia elétrica, gerenciado pela equipe de controle e supervisão, com capacidade suficiente para suprir todas as instalações da FAP em eventuais falhas de energia. Toda a base tecnológica da Instituição está configurada para garantir plenas condições de funcionamento, de modo ininterrupto.

11 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), conforme a legislação vigente. Cabe à FAP a articulação e mobilização junto aos órgãos internos e externos competentes para potencializar, junto com a CPA, o processo de autoavaliação da Instituição.

Desse modo, o processo de avaliação da FAP tem caráter formativo, com a finalidade de promover a melhoria da qualidade do ensino, iniciação à pesquisa, extensão e ampliar a função social da Instituição. É constituído pela avaliação externa, autoavaliação, avaliação dos cursos de graduação presencial e a distância e pelo Exame Nacional de Desempenho dos Alunos (ENADE), conforme a legislação vigente.

As ações relacionadas à autoavaliação, a estrutura organizacional da Instituição e sua sustentabilidade são de responsabilidade da comunidade acadêmica e da Comissão Própria de Avaliação (CPA). A CPA, organizada através de sua Coordenação de Avaliação Institucional, tem autonomia irrestrita para promover continuamente ações avaliativas internas e externas da FAP e dos cursos de graduação presencial e a distância. Isso garante o acompanhamento do processo de formação, coleta e tratamento de informações, além de orientar a gestão em seus objetivos e monitorar os indicadores de qualidade, no âmbito do desempenho do aluno (permanência, evasão, retenção), das políticas de acompanhamento dos egressos e do desempenho institucional, bem como das políticas acadêmicas para o desenvolvimento do ensino, iniciação à pesquisa e extensão.

11.1 Autoavaliação Institucional na FAP

A autoavaliação institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), é realizada em consonância com a legislação vigente, Regimento Interno,

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e normas regulamentadoras internas, próprias da Faculdade. Envolve todos os sujeitos partícipes da Instituição, utilizando os resultados das avaliações externas e das informações coletadas e organizadas a partir dos documentos oficiais. Esse processo é consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem a finalidade de fomentar a cultura da avaliação e subsidiar processos de melhoria no âmbito da gestão e das ações acadêmico-administrativas.

O Relatório de Autoavaliação é analítico, abrangendo os resultados da consulta à comunidade acadêmica, avaliações externas, plano de melhorias para o ano em curso e resultados das melhorias implementadas no ano anterior, considerando sugestões e recomendações propostas pela CPA. Destaca-se que, em 2022, todas as propostas do plano de melhorias foram atendidas, demonstrando o compromisso da Instituição, a apropriação e divulgação dos resultados da autoavaliação por todos os segmentos da comunidade acadêmica. A autoavaliação institucional tem corroborado, significativamente, para as mudanças e inovações da Faculdade.

A Direção de Ensino (DIREN) da FAP apoia irrestritamente a CPA, fornecendo recursos administrativos necessários à promoção e continuidade dos processos avaliativos e o desenvolvimento dos objetivos e metas estabelecidos no Projeto e Plano Estratégico de autoavaliação, desde a coleta e tratamento das informações ao acompanhamento dos indicadores de qualidade propostos.

Ressalta-se que as ações propostas no PDI 2019-2023 foram realizadas com destaque ao acompanhamento de egressos, por meio de elaboração e aprovação de pesquisa sobre os egressos dos cursos de graduação da FAP. A página da CPA, localizada no site institucional www.fapeduca.com, foi instituída com a finalidade de fortalecer a CPA e dar visibilidade às suas ações, além de facilitar a comunicação e o acesso aos materiais de avaliação e resultados produzidos.

A implantação do Plano Estratégico de autoavaliação para o período de vigência do PDI 2024 a 2028 tem como objetivos: a) compatibilizar o conteúdo dos eixos do PDI e do Relatório de Autoavaliação; b) definir os procedimentos de coleta de dados e informações; c) estabelecer as questões que devem nortear a construção e análise do Relatório de Autoavaliação; d) estabelecer as questões que devem nortear o estabelecimento das ações de melhorias propostas no Relatório de Autoavaliação; e) propor reflexões e análises sobre os resultados das avaliações

interna e externa junto aos coordenadores de cursos de graduação, potencializando o uso dos resultados para ações contínuas de melhoria da formação dos alunos.

Sendo assim, o padrão de autoavaliação institucional da FAP para 2024 a 2028 contempla ações que objetivam a análise sistemática da qualidade acadêmica e administrativa da Instituição, tendo como base os princípios e diretrizes definidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e PDI, considerando a missão e o planejamento da Instituição como eixo norteador dos processos de avaliação interna e externa da FAP.

A seguir, são apresentadas as ações planejadas com o objetivo de consolidar a política de avaliação institucional no período de desenvolvimento do PDI 2024 a 2028, como a implementação do Projeto de Avaliação Institucional da FAP, que tem a finalidade de promover a reflexão sobre os resultados dos processos de avaliação interna e externa, com a elaboração de planos de melhoria e a realização de acompanhamento das ações.

a) Relatório de Autoavaliação Institucional: o processo de autoavaliação na FAP está organizado em triênios (2017.2 - 2018.1; 2018.2 - 2019.1; 2019.2 - 2020.1, 2020.2-2021.1, 2021.2-2022.1, 2022.2-2023.1), visando contemplar a aproximação do Ciclo Avaliativo do SINAES. Desse modo, ao final dos três anos, o Relatório de Autoavaliação institucional terá duas versões parciais e uma integral. Esta nova estrutura possibilita uma análise das avaliações ocorridas na Instituição, bem como a identificação das melhorias evidenciadas a partir dos processos de avaliação.

O Relatório de Autoavaliação é publicado anualmente conforme o calendário proposto no Ciclo Avaliativo do SINAES e o Projeto de Avaliação Institucional da FAP. O relatório encontra-se disponível a toda a comunidade acadêmica e à sociedade no site institucional www.fapeduca.com, na página da CPA. São disponibilizados folders nos murais e nos canais de comunicação para a comunidade acadêmica sobre sua publicação e principais conclusões, além de divulgação nas assembleias por curso previstas no Calendário Acadêmico da FAP.

b) Avaliação dos componentes curriculares/disciplinas: a avaliação de disciplinas contempla o ensino dos cursos de graduação e é realizada por meio de aplicação de questionários disponibilizados em formato eletrônico, a partir do sistema de matrícula dos alunos no JACAD. Com espaço para emitir opiniões, o questionário é dividido em blocos: políticas institucionais, percepção sobre a estrutura física da

FAP; percepção sobre a gestão acadêmica, autoavaliação do aluno e apoio institucional à disciplina, avaliação da disciplina, percepção sobre o desempenho do professor. Os resultados são enviados aos coordenadores de curso e aos professores que ministraram as respectivas disciplinas. Assim, as avaliações são utilizadas pelos colegiados dos cursos e pela Direção Acadêmica para a tomada de decisão, visando melhorias.

Assim, a CPA avalia a qualidade do instrumento e analisa o desempenho das questões, propondo alterações quando necessário, e estudos dos relatórios pelo NDE e coordenação dos cursos para proposição de melhorias. Essa ação tem acompanhamento semestral e divulgação individual aos docentes, sendo monitorada pela média semestral alcançada na avaliação das disciplinas dos cursos de graduação.

c) Ações de sensibilização quanto à importância da avaliação institucional: para estimular a participação da comunidade acadêmica, a CPA da FAP realiza assembleias abertas por curso. O evento se configura como uma importante ferramenta de sensibilização, coleta de sugestões e feedbacks a respeito das ações de autoavaliação na Instituição. Planejado para ser semestral, conforme calendário acadêmico da FAP, as assembleias abertas são realizadas por curso de graduação estruturadas com palestra e apresentação dos resultados da autoavaliação. Trata-se de um importante meio de divulgação dos resultados da avaliação, ao mesmo tempo em que é um processo de autoavaliação.

d) Página da CPA FAP: a página da CPA, situada no site institucional www.fapeduca.com, constitui importante plataforma de informação acerca da autoavaliação na Instituição para a comunidade acadêmica. Na página, é possível encontrar os relatórios de autoavaliação (instrumentos de avaliação, informações sobre egressos, resultados de avaliação externa de cursos e legislação).

A divulgação dos trabalhos e projetos aproxima a comunidade da CPA, mostrando a importância da avaliação e estimulando-a a conhecer e participar dos momentos avaliativos na Faculdade.

A página é periodicamente atualizada, seguindo diretrizes institucionais. É disponibilizado na página principal, do site institucional, acesso à página da CPA, facilitando a integração com os NDE. A página da CPA pode ser acessada pelo link: www.fapeduca.com/cpa.

e) Pesquisa de Egressos: o acompanhamento de egressos representa, diante das necessidades de conhecimento sobre a Faculdade, uma possibilidade de se ter um feedback acerca da formação ofertada. Esse retorno é fundamental para medir a qualidade dos cursos, a formulação de políticas institucionais e conhecer resultados sobre a empregabilidade e questões correlatas a respeito de nossos egressos.

f) Consulta à comunidade acadêmica: parte importante do processo de autoavaliação é ouvir os alunos, técnicos e professores a respeito de questões essenciais à Faculdade. A partir desse entendimento, a FAP realiza, semestralmente, uma consulta à comunidade acadêmica. Os três segmentos são consultados a respeito de temas como infraestrutura, serviços, imagem da Instituição, comunicação com a sociedade e ações de capacitação. Os resultados da consulta são divulgados à comunidade acadêmica por meio do Relatório de Autoavaliação, nas assembleias abertas por curso e informados aos representantes da comunidade nas reuniões das instâncias colegiadas.

11.1.1 Desempenho da FAP em avaliações externas

No que se refere às avaliações externas dos cursos de graduação, a FAP participa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e, nesse processo, recebe periodicamente comissões de avaliadores externos de cursos de graduação. Os conceitos dos cursos variam de 1 a 5 e são obtidos por meio da média ponderada de três dimensões: Organização Didático-Pedagógica (Dimensão 1); Corpo Docente e Tutorial (Dimensão 2); e Infraestrutura (Dimensão 3). Considerando a avaliação externa realizada, os resultados são objeto de análise e de acompanhamento das metas e propostas de melhoria para os próximos três anos, até que participem do próximo Ciclo Avaliativo do SINAES. Será considerado para fins do cálculo o Conceito de Curso (CC), depois o Conceito preliminar de Curso (CPC) e depois o Enade.

Declara-se que os resultados das avaliações são acompanhados pela CPA. Os resultados são discutidos nas assembleias abertas conforme previsto no plano de trabalho da CPA e no calendário acadêmico.

O Índice Geral de Curso da Instituição (IGC) é uma métrica de avaliação utilizada pelo Inep/MEC que sintetiza em um indicador a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) das instituições de

ensino superior brasileiras. A metodologia de mensuração do índice é instituída em uma escala de cinco pontos (1-5) e sempre faz referência ao último triênio.

Entre os critérios de avaliação, para a graduação, o indicador utiliza o Conceito Preliminar dos Cursos (CPC) no ano do cálculo e nos dois anos anteriores. Também são considerados a qualificação do corpo docente, as instalações físicas, o projeto pedagógico dos cursos e o resultado dos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Os indicadores de qualidade Conceito Institucional (IGC) e dos cursos (ENADE, CPC e Conceito de Curso) subsidiam a distribuição de recursos orçamentários e garantem visibilidade e comunicação com a sociedade. Dada a sua importância, torna-se necessária uma ação efetiva de acompanhamento dos insumos que compõem esses indicadores em articulação com a gestão, visando garantir a melhoria permanente dos resultados.

A FAP atualmente tem o conceito 3 no IGC, ação acompanhada pela CPA com vista à realização de medidas de melhoria da qualidade da coleta das informações, a fim de contribuir para a melhoria dos resultados da FAP frente às demandas da comunidade acadêmica no contexto da atual sociedade.

11.1.2 Sistemas de informação e análise de dados institucionais

O Censo da Educação Superior, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), constitui a base oficial de informações da FAP. Para essa ação, é necessário consolidar e sistematizar dados gerais para dar suporte às necessidades de informações gerenciais da Faculdade, além de realizar a coleta e disponibilizar informações em atendimento a demandas da Gestão Acadêmica e de órgãos externos.

Para tanto, é necessário estruturar o sistema de coleta de informações sobre a gestão acadêmica, tornando-o eficiente e adequado às demandas de pesquisa e dos sistemas de avaliação. As ações até 2028 serão de acompanhamento da melhoria da qualidade das informações.

11.1.3 Elaboração e acompanhamento de indicadores de gestão acadêmica

A gestão orientada por indicadores de desempenho se consolida cada vez mais como uma prática de gestão. Ao se reconhecer uma Instituição de Ensino Superior

(IES) como um mundo repleto de informações, é importante saber escolher aquelas que são mais relevantes. Dessa forma, os indicadores assumem funções básicas: descrever, por meio da geração de informações, o estado real da instituição, bem como analisar as informações e acompanhar o seu desempenho, de forma a realizar proposições valorativas. A proposta de indicadores institucionais como indutores da melhoria da qualidade da gestão acadêmica tem fundamento no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Essa ação é desenvolvida de modo permanente pela CPA com o objetivo de criar informações válidas para a gestão, acompanhando os processos de planejamento, monitoramento e avaliação do PDI, visando mensurar com imparcialidade a importância da avaliação interna e externa.

11.1.4 Análises dos conceitos obtidos nas avaliações externas e de curso

A FAP adota decisões colegiadas, exercendo os princípios da democracia e justiça social. Sua administração central é composta pela Direção de Ensino, Direção Administrativa e de Patrimônio, Direção Acadêmica, Coordenações de Cursos e os órgãos de Apoio Suplementar de atividades acadêmicas.

Atualmente os cursos de graduação, pós-graduação, programas e projetos de natureza didático-acadêmica, são administrados pelos órgãos e colegiados superiores, vinculados à Direção Ensino da Instituição, conforme organograma institucional. Em 2019, a instituição protocolou solicitação de credenciamento e autorização de cursos de graduação, modalidade a Distância (EaD), oportunizando a jovens e adultos de diferentes regiões do país cursar uma graduação.

A comunidade acadêmica da Faculdade do Baixo Parnaíba é constituída por alunos, professores e técnicos-administrativos. A seguir são apresentados os dados referentes ao quadro de alunos, professores e técnicos-administrativos.

Quadro 19 - Resumo do quadro de alunos (2019 – 2023)

ANOS	2019	2020	2021	2022	2023
TOTAL DE ALUNOS	687	636	862	888	930

Fonte: Secretaria Acadêmica (2023).

Quadro 20 - Resumo do quadro de professores e técnicos-administrativos (2019 – 2023)

CARGOS/ANOS	2019	2020	2021	2022	2023
Professores	67	47	55	54	60
Técnicos-administrativos	29	28	33	28	23

Fonte: Departamento de Recursos Humanos (2023).

Com foco no crescimento da instituição e no desenvolvimento regional, a FAP implantou em 2019, uma turma de Mestrado Interinstitucional em Educação (MINTER), em parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), contando com 17 alunos e duração de dois anos, com a perspectiva de implantar em 2020 uma turma de Doutorado Interinstitucional em Educação (DINTER) e uma nova turma de MINTER. Entretanto, em decorrência das dificuldades oriundas da pandemia Covid-19, a instituição reformulou seu projeto de implantação do Doutorado e abertura de uma segunda turma de mestrado, com perspectiva para 2024.

A gestão administrativo-acadêmica e financeira da FAP se realiza no plano de deliberação e execução, tanto no nível dos cursos de graduação e pós-graduação. Em conformidade com os documentos oficiais regulatórios, os órgãos da administração têm autoridade, no âmbito de sua competência, sobre toda a Instituição, sendo descentralizada a execução das atividades acadêmico-científicas, que está integrada à orientação, coordenação, supervisão e do controle exercido pelos órgãos da administração superior, articulados com os demais órgãos e setores.

Na FAP, a pesquisa é compreendida como princípio educativo e se configura na busca permanente de conhecimento, por meio de uma atitude política processual, instrumentalizadora e emancipatória. Está presente em sua intencionalidade educativa o diálogo com a realidade vivenciada por meio da iniciação científica entendida como modalidade norteadora das práticas de Iniciação à Pesquisa desenvolvida na Instituição. Nesse sentido, o trabalho de Iniciação à Pesquisa com a inserção de eixos de pesquisa relacionados às matrizes curriculares, visa ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive, incorporando atividades complementares em relação ao aperfeiçoamento das atividades de ensino e extensão.

A FAP entende a extensão como parte do fazer acadêmico dissociada do ensino e da iniciação científica. Assim, tem como objetivo democratizar a ciência, a cultura e os conhecimentos produzidos ou veiculados na vida acadêmica. Nesta

perspectiva, busca a melhoria e o aperfeiçoamento profissional, a partir dos espaços de formação continuada dos egressos e demais profissionais, que atuam em instituições privadas e públicas.

O Programa de Extensão é desenvolvido, em parceria com instituições governamentais e não governamentais (igrejas, Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Executivo local e estadual, escolas, sindicatos e outras) e empresas privadas. Promove discussões sobre as reformas e inovações educacionais, políticas públicas, direitos subjetivos e sociais pertinentes às organizações dos sistemas de ensino, visando à inserção do estudante nos projetos sociais e culturais da comunidade local e regional.

A FAP é fruto de uma geração de estudantes da Região do Baixo Parnaíba, Alto Munim e em especial, de Chapadinha, que tinha como ideário oportunizar aos filhos da terra, principalmente àqueles que não dispunham de condições financeiras para chegar aos grandes centros, uma formação profissional digna e sustentável. Tem a sua integridade e credibilidade confirmada fundamentalmente pelos sujeitos participantes dessa experiência, verificado no âmbito dos trabalhos desenvolvidos nos espaços onde os egressos se apresentam como profissionais, assim como, pela legitimidade de sua documentação e pelo alcance positivo dos resultados nos processos de avaliação interno e externo.

Constata-se por meio de pesquisas desenvolvidas nos cursos de graduação da FAP, que as mudanças educacionais, econômicas e históricas ocorridas no âmbito da região e em especial, no Município de Chapadinha, têm a presença relevante desses egressos, observada, pela intervenção e atuação da força de trabalho destes profissionais em empresas, nos sistemas municipais e estaduais de ensino, nas universidades públicas e privadas, nas lideranças do setor econômico e financeiro, no empreendedorismo e até mesmo nos intercâmbios internacionais.

É nítida a contribuição da Faculdade do Baixo Parnaíba para o desenvolvimento regional, ao ponto de tornar-se perceptível a mudança de comportamento da comunidade acadêmica interna e externa, no percurso da construção de suas profissões. Um número expressivo de profissionais formados por esta IES constitui-se em um dos principais fatores do crescimento social de Chapadinha e das regiões circunvizinhas. A presença relevante desses profissionais se faz notar pelo excelente índice de aprovação em concursos públicos

e outros processos seletivos, atuação em empresas, em sistemas municipais e estaduais de ensino, em universidades públicas e privadas, em lideranças do setor econômico e financeiro, no empreendedorismo e até nos intercâmbios internacionais. Outro fator que merece destaque é a aprovação de alunos do curso de Ciências Contábeis e Direito em seu respectivo conselho de classe CRC e OAB, respectivamente. O que traduz a qualidade do ensino ofertado pela instituição.

Nesta perspectiva, a FAP vem ampliando o seu campo de atuação e busca, a partir dos cursos de graduação, novos espaços para contribuir na formação de pessoas. Além disso, apresenta pós-graduação nos níveis de especialização e mestrado que responde ao anseio contínuo de qualificação e aprofundamento em saberes que produzam impactos positivos e de grande repercussão nas respectivas áreas de atuação. A identidade profissional do egresso da FAP configura-se em um sujeito atuante que, em sua trajetória, apresenta as marcas históricas do desenvolvimento da sociedade na qual está inserido.

11.1.5 Conceitos obtidos nas avaliações externas e de curso da instituição

Os últimos processos de Avaliação Institucional Externa foram realizados entre 2021 e 2023. Em 2021, a instituição recebeu as visitas para autorização do Curso de Fisioterapia (Bacharelado) presencial, para o Credenciamento Institucional EaD e autorização dos cursos de graduação na modalidade EaD em Administração (Bacharelado), Biblioteconomia (Bacharelado), Ciências Contábeis (Bacharelado), Letras - Português e Inglês (Licenciatura), Serviço Social (Bacharelado) e Sistemas de Informação (Bacharelado).

Em 2022, foram realizadas as visitas para reconhecimento do curso de Direito e em 2023 a FAP recebeu a visita para Recredenciamento da Instituição, até o momento da elaboração deste documento, ainda aguarda a publicação das portarias.

Os processos de avaliações externas têm como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação do MEC e nos relatórios da autoavaliação da FAP. Para as últimas avaliações dos cursos, foram atribuídos conceitos de 3 a 5, em ordem crescente de excelência, a cada uma das dimensões avaliadas. Os respectivos conceitos são apresentados na tabela a seguir:

Quadro 21 - Resumo conceitos obtidos nas avaliações externas de curso da instituição

CURSO	ANO	CC AUTORIZAÇÃO	ANO	CC RECONHECIMENTO
Administração	2007	3	2020	3
Administração EAD	2021	3	-	
Biblioteconomia EAD	2021	4	-	
Ciências Contábeis	2016	3	2020	4
Direito	2018	4	2022	4
Enfermagem	2021	4	-	
Fisioterapia	2022	4	-	
Engenharia de Produção	2017	3	-	-
Gestão Desportiva e de Lazer	2015	3	-	-
Letras	2005	3	2018	3
Pedagogia	2005	3	2018	4
Serviço Social	2015	3	2020	4
Sistemas de Informação EAD	2021	4		

*Os cursos de Engenharia de Produção e Gestão Desportiva e de Lazer não possuem alunos matriculados.

Fonte: Autores (2023).

11.2 Projetos e processos de autoavaliação

O Relato Institucional da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) é relativo ao ano de 2020, foi elaborado sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e baseia-se na Nota Técnica INEP/DAES/ CONAES nº 62 publicada em 09 de outubro de 2014, na qual são apontadas as diretrizes para a elaboração do relato institucional das Instituições de Educação Superior.

No que se referem aos atos regulatórios da Instituição os últimos foram efetivados entre os anos de 2019-2020 objetivando o reconhecimento dos Cursos de Ciências Contábeis, Serviço Social e autorização para o Curso de Enfermagem, respectivamente.

Na FAP os aspectos avaliados no processo de Autoavaliação estão em conformidade com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065 de 9 de outubro de 2014. Nesse sentido, as informações aqui apresentadas visam retratar o processo de autoavaliação institucional.

As atividades efetivadas pela CPA compreendem todas as etapas do processo avaliativo: planejamento, sensibilização e desenvolvimento, (re)elaboração e adequação dos instrumentos e a sensibilização da comunidade acadêmica com vista a subsidiar as ações programadas e realizadas pela Instituição.

12 GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO

A Faculdade do Baixo Parnaíba mantida pelo Centro Regional de Ensino Superior Ltda, organiza, planeja e executa o seu orçamento de acordo com a arrecadação direta e indireta oriunda dos serviços prestados à comunidade acadêmica interna e externa por meio da participação em processos licitatórios a organizações de natureza públicas e privadas. O orçamento da instituição é gerido conforme as políticas e estratégias da gestão acadêmico-administrativa, tendo em vista a disponibilidade dos recursos financeiros e o cumprimento de metas previstas no PDI.

Registra-se que a previsão das receitas e a fixação de despesas para o exercício financeiro anual, podem ser observadas nos demonstrativos financeiros trimestrais e anuais, relatórios de auditorias independentes, planilha de apoio, apresentação de resultados com informações quantitativas e qualitativas sobre todos os investimentos e negociações compreendido do exercício do ano fiscal.

Vale ressaltar que o orçamento é uma ferramenta indispensável para o acompanhamento e monitoramento das finanças da Instituição, elaborado de forma participativa com envolvimento de todos os setores da Instituição, objetivando prover aos seus usuários com demonstrações e análises econômicas, financeiras, físicas e de produtividade detalhadas no balancete e balanço geral e no plano de contas atualizado. É de responsabilidade da gestão executiva da Instituição a gestão orçamentaria e econômico-financeira.

12.1 Sustentabilidade financeira e a relação com o desenvolvimento institucional

O orçamento integra as políticas de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, com responsabilidade social, bem como a ampliação e o fortalecimento das unidades de fomento, captação e alocação de recursos, por meio de estudos comparativos, análises do previsível e realizável, monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, metas e objetivos mensuráveis, considerando os indicadores de desempenho e a identidade da Instituição.

A mantenedora prover a sua mantida de recursos financeiros, receitas e custeio conforme o princípio básico da anualidade e equilíbrio, garantindo as condições de trabalho e a sustentabilidade financeira, considerando a transparência e confiabilidade

na gestão contábil e administrativa, em cumprimento ao desempenho consciente e relevante de sua função social, em conformidade com os padrões e diretrizes nacionais e internacionais de boas práticas.

Destaca-se que a execução dos recursos financeiros é compatível com o orçamento institucional e com a política de expansão e atualização da infraestrutura física e tecnológica, assim como a formação de professores e técnicos-administrativos, o investimento nas atividades meio e fim, dentre outras correlatas constantes no planejamento acadêmico, resultados das avaliações internas e externas. O referido orçamento para a vigência deste PDI, conta com o apoio da direção executiva da Instituição para o desenvolvimento do plano de investimento anual e o cronograma de execução.

A totalidade dos recursos que compõem o orçamento para custeio das ações e metas constantes no plano de investimento plurianual, correspondem as despesas de pessoal e encargos sociais, investimentos em material permanente, equipamentos e mobiliários, e para outras despesas fixas e variáveis, na ordem de 70% da dotação orçamentária, conforme quadro a seguir.

Quadro 22 - Previsão orçamentária

GRUPO DESPESA	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL					
	2024	2025	2026	2027	2028	%
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
1 Custos Operacionais	905.469,24	959.477,00	1.016.706,11	1.077.348,72	1.141.608,42	21,66
2 Despesa financeira	7.971,32	8.446,77	8.950,59	9.484,46	10.050,17	0,19
3 Gastos fixos	2.173.370,59	2.303.003,78	2.440.369,10	2.585.927,73	2.740.168,37	52,0
4 Gastos variáveis	122.764,49	130.086,92	137.846,10	146.068,09	154.780,49	2,94
5 Investimentos	792.996,69	840.295,89	890.416,31	943.526,22	999.803,93	18,97
6 Impostos	1.581.807,69	1.676.156,44	1.776.132,72	1.882.072,21	1.994.330,58	37,84

Fonte: Autores (2023).

12.2 Sustentabilidade financeira e a participação da comunidade interna

A sustentabilidade financeira da Instituição tem autonomia administrativa, pedagógica e didático-científica é disciplinada pelo contrato social e regimento interno, marcos legais, que garantem a efetividade das políticas de gestão estratégicas pautadas no plano de investimento e previstas neste PDI.

Dessa forma, o orçamento anual da instituição é elaborado e aprovado de forma colaborativa e participativa, considerando os relatórios e pareceres da CPA, o plano de investimento, assegurando o planejamento financeiro da gestão do ensino, iniciação à pesquisa e extensão, gerenciado e acompanhado pelos órgãos e colegiados superiores e a controladoria financeira, com amplo controle das despesas correntes de capital e de investimento, visando o cumprimento das metas estabelecidas no PDI.

Assim sendo, a sustentabilidade financeira é assegurada pelas políticas de gestão administrativo-financeira respaldada pelas normas de governança, com rigor no controle das despesas, contas, e nos investimentos necessários a consecução dos objetivos e metas, visando a consolidação de boas práticas e do princípio da autonomia da gestão autossustentável.

12.3 Plano de Investimento

A FAP possui autonomia orçamentária e financeira, portanto as metas, objetivos e cronogramas de desembolso são definidos e aprovados pelo conselho da Mantenedora e pelo CONSENS, que anualmente redimensionam o seu plano de ação mediante a distribuição interna de seu orçamento, o aumento da participação dos recursos próprios no total dos recursos destinados as despesas de capital e custeio da Instituição.

As políticas de atendimento como expansão, implementação na organização acadêmico-administrativas e financeiras são contempladas conforme as demandas e exigências apresentadas e fixadas no PDI, assim como as apontadas pela CPA, que avalia as fragilidades e as necessidades apontadas pela comunidade acadêmica e externa.

Dessa forma, as ações e metas fixadas no PDI da FAP como relevantes consideram os aspectos financeiros e orçamentários relacionados a seguir:

- aumento da participação de recursos próprios no total do orçamento anual da Instituição;
- aumento do percentual dos recursos destinados as atividades-fim;
- proposição e manutenção de um calendário plurianual de apresentação de proposta de orçamento interno e de apreciação da execução orçamentária anual;

- adoção do planejamento estratégico como prática institucional indispensável as atividades operacionais de cada exercício;
- respeito ao Plano de Desenvolvimento Institucional como fundamento determinante na alocação do orçamento interno.

12.3.1 Previsão orçamentária e cronograma de execução

A projeção das despesas para o período de 2024 a 2028 está em conformidade com as ações e metas previstas no PDI da IES.

Quadro 23 - Projeção de Despesas

AÇÕES E METAS/ANOS	2024	2025	2026	2027	2028
Ensino, Iniciação Científica e Extensão	50,12%	50,42%	50,68%	53,15%	53,15%
Outros Gastos de Pessoal	12,88%	12,58%	12,82%	12,75%	12,92%
Acervo Bibliográfico	5%	5%	5%	5%	5%
Infraestrutura	32%	32%	31,5%	29,1%	28,93%

Fonte: Autores (2023).

12.3.2 Cronograma de Execução das ações previstas para os próximos cinco anos

Com vista à redefinição das políticas de ensino, iniciação científica e extensão a Faculdade do Baixo Parnaíba se propõe a implementar as ações implantadas e apresenta o cronograma de execução das atividades previstas neste PDI.

Quadro 24 - Ações a serem implantadas no período de 2024 a 2028

AÇÕES	ANO				
	2024	2025	2026	2027	2028
Ofertar processo seletivo para alunos ingressantes	X	X	X	X	X
Implementar políticas institucionais para facilitar o acesso e a permanência de alunos com diferentes perfis socioeconômicos aos cursos de graduação.	X	X	X	X	X
Promover a reestruturação administrativa e de seus setores visando adequado cumprimento de sua missão e objetivos	X	X	X	X	X
Expandir vagas por meio da oferta de novos cursos	X	X	X	X	X
Implantação e implementação do setor de governança ambiental, social e corporativa	X	X	X	X	X
Reduzir o uso de papéis, plásticos e lixo em atendimento a política de sustentabilidade da Instituição	X	X	X	X	X

Implantar programas e aplicativos que automatizem tarefas viabilizando a comunicação virtual, em atendimento a política de sustentabilidade da Instituição	X	X	X	X	X
Implantar os polos de educação à distância	X	X	X	X	X
Contratar profissionais por meio de processo seletivo próprio	X	X	X	X	X
Adquirir novos equipamentos e insumos básicos	X	X	X	X	X
Ampliação da estrutura física com vistas a melhorias das condições ambientais de trabalho	X	X	X	X	X
Construir novas salas de aula para atendimento à demanda oriunda da implantação de novos cursos	X	X		X	
Manter atualizados o catálogo de cursos oferecidos	X	X	X	X	X
Ampliar e renovar o acervo bibliográfico de acordo com atualização das edições	X	X	X	X	
Reestruturar e atualizar os currículos dos cursos nos termos da legislação vigente	X	X	X	X	X
Reelaborar dos Projetos Pedagógicos dos Cursos vigentes, por meio do NDE em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação	X	X	X	X	X
Acompanhar a implementação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos oferecidos	X	X	X	X	X
Atualizar os Planos de Cargos e Carreira dos Professores e do Corpo Técnico-Administrativo e de Apoio Administrativo	X		X		X
Promover estratégias de marketing intensiva e constante	X	X	X	X	X
Promover o intercâmbio e a cooperação com instituições de ensino dos diversos níveis de ensino, tendo em vista o desenvolvimento da educação, da cultura, das artes, das ciências e da tecnologia	X	X	X	X	X
Atualizar e aprimorar a infraestrutura tecnológica da instituição, garantindo acesso à internet de qualidade e segura, dispositivos e software atualizados	X	X	X	X	X
Ofertar formação continuada, cursos e seminários para professores sobre o uso das novas tecnologias e metodologias.	X	X	X	X	X
Fortalecer os núcleos de prática e investigação técnico-científica e de extensão, buscando incentivar a dedicação de professores e a participação de alunos e garantir a manutenção do espaço físico para o desenvolvimento de tais atividades	X	X	X	X	X

Estimular a realização de projetos de iniciação à pesquisa e iniciação científica	X	X	X	X	X
Estimular a realização de projetos de extensão relacionados direta ou indiretamente aos problemas sociais básicos dos estados do Maranhão e Piauí	X	X	X	X	X
Promover estudos transdisciplinares, que favoreçam a criação e a inovação no ambiente acadêmico	X	X	X	X	X
Estimular ações relativas à educação inclusiva	X	X	X	X	X
Realizar avaliações de acessibilidade nas instalações físicas periodicamente garantindo o cumprimento das normas de acessibilidade.	X	X	X	X	X
Oferecer formação continuada regularmente para professores e técnicos-administrativos sobre práticas inclusivas, diversidade e respeito às diferenças.	X	X	X	X	X
Realizar eventos, seminários e atividades que destaquem a importância da convivência harmoniosa e respeitosa.	X	X	X	X	X
Realizar encontros, fóruns, seminários, ciclos de palestras, exposições e mostras científicas	X	X	X	X	X
Publicar o FAP INFORMA, a FAP Academic Research (Revista Acadêmica da FAP) e o caderno de Resumos da FAP	X	X	X	X	X
Implementar e fortalecer o programa de formação continuada do quadro de professores e quadro técnico-administrativo visando sua melhoria	X	X	X	X	X
Implantar a Clínica Escola de Fisioterapia	X	X	X		
Implantar Laboratórios Multifuncionais	X	X	X		
Implantar Laboratórios Multidisciplinares	X	X	X		
Implantar a Escola de Medicina de Chapadinha.	X	X	X	X	X
Estabelecer parceria com a rede de saúde para promover e incentivar a capacitação contínua de profissionais da área da saúde.	X	X	X	X	X
Reformar e ampliar as Unidades Básicas de Saúde dos bairros Aparecida e Mil Casas		X		X	
Implementar ações preventivas na infraestrutura da rede de saúde.			X	X	X
Estruturar e equipar o Serviço de Atenção Básica e Neonatologia.	X	X	X	X	X
Estruturar a logística das Unidades Básicas de Saúde dos bairros Aparecida e Mil Casas com bens permanentes e insumos.	X	X	X	X	X
Destinar bolsas de Residência Médica em Programas de Medicina da Família e Comunidade através de processo seletivo.		X	X	X	X

Oferecer bolsas de estudo para até 10% dos alunos admitidos anualmente no curso de Medicina, com base em critérios socioeconômicos, étnico-raciais (negros, indígenas, quilombolas) e para pessoas com deficiência.		X	X	X	X
Implantar Residência Médica para profissionais da rede de saúde do município de Chapadinha e áreas circunvizinhas.		X	X	X	X
Implantar programa de formação e desenvolvimento da docência em saúde.		X			
Celebrar convênio com Instituição de Ensino Superior para a realização de curso de pós-graduação "stricto sensu" para o quadro de professores, em nível de mestrado e doutorado	X	X	X	X	X
Implantar mestrado profissional na área da Educação, da Saúde e do Direito.	X	X			
Realizar cursos de extensão, simpósios, mesas redondas e oficinas pedagógicas, considerando os conteúdos programáticos das disciplinas dos cursos oferecidos	X	X	X	X	X
Estimular a participação em experiências acadêmicas de outras Instituições de Ensino Superior, com professores e alunos sendo enviados a Congressos, Seminários, Palestras e outros eventos promovidos em âmbito local, nacional e internacional	X	X	X	X	X
Implementar política de avaliação institucional interna e externa	X	X	X	X	X
Elaborar novos projetos pedagógicos de cursos de graduação em licenciatura, bacharelado e tecnólogo	X	X	X	X	X
Implantar novos cursos de graduação em licenciatura, bacharelado e tecnólogo	X	X			
Recredenciar a Faculdade do Baixo Parnaíba					X
Credenciar à Faculdade para a oferta de Cursos de Graduação na modalidade de Educação à Distância	X				
Transformar a Faculdade em Centro Universitário					X
Avaliar cursos, programas e atividades numa dimensão qualitativa, visando (re)orientar a tomada de decisões	X	X	X	X	X
Profissionalizar o quadro de funcionários nas áreas de atuação	X	X	X	X	X
Promover a qualidade, flexibilidade e prontidão do atendimento às demandas da comunidade interna e externa, como fator de diferenciação e reconhecimento da Instituição	X	X	X	X	X
Discutir e construir indicadores para avaliação da Extensão	X	X	X	X	X

Redimensionamento do acompanhamento pedagógico visando as avaliações externas	X	X	X	X	X
Estimular a integração entre a graduação e a pós-graduação	X	X	X	X	X
Dinamizar os trabalhos nos órgãos colegiados	X	X	X	X	X
Estimular inovação no ensino, iniciação à pesquisa e extensão	X	X	X	X	X
Inserção de atividades interdisciplinares e de iniciação científica como estratégia metodológica e de avaliação	X	X	X	X	X
Acompanhar e analisar as taxas de conclusão dos cursos de graduação e seus determinantes (evasão, transferência, etc.)	X	X	X	X	X
Estimular a elaboração de artigos científicos a partir das avaliações realizadas pela CPA	X	X	X	X	X
Dinamizar a comunicação interna e externa	X	X	X	X	X
Identificar demandas do mercado de trabalho para atualização dos cursos oferecidos	X	X	X	X	X
Discutir as fragilidades e potencialidades demonstradas pelos resultados da autoavaliação	X	X	X	X	X
Acompanhar a trajetória dos egressos	X	X	X	X	X
Propiciar e estimular a participação dos diversos segmentos na construção de novas propostas acadêmicas e pedagógicas, bem como observação e análise das já consolidadas	X	X	X	X	X
Garantir e acompanhar o cumprimento dos objetivos, ações e metas do PDI e dos documentos oficiais	X	X	X	X	X
Manter o acompanhamento dos processos regulatórios	X	X	X	X	X
Assegurar os procedimentos de gestão de maneira participativa, sobretudo nos aspectos relativos ao ensino, a iniciação científica, à extensão, administrativos e acadêmicos e à sustentabilidade financeira	X	X	X	X	X
Estimular a participação dos alunos nos colegiados e reuniões de lideranças/representações estudantis	X	X	X	X	X
Acompanhar a implementação das metas definidas no Planejamento Estratégico	X	X	X	X	X
Garantir a continuidade do processo de qualificação, aperfeiçoamento e atualização dos recursos humanos	X	X	X	X	X

Fortalecer as ações de valorização dos profissionais da Instituição, como diretriz fundamental para a consecução dos objetivos institucionais	X	X	X	X	X
Propiciar e integrar a coerência entre as gestões acadêmico-administrativa, órgãos colegiados comunidade acadêmica e com os objetivos institucionais	X	X	X	X	X
Incentivar em toda a Instituição ações de responsabilidade social	X	X	X	X	X
Vincular a política orçamentária-financeira aos objetivos da área acadêmica	X	X	X	X	X
Promover a avaliação institucional sensibilizando a comunidade interna e externa sobre sua importância	X	X	X	X	X
Implementar as ações de acompanhamento ao aluno	X	X	X	X	X
Estimular a participação da comunidade acadêmica na gestão estimulando a descentralização nas decisões	X	X	X	X	X
Utilizar feedbacks de alunos, professores e técnicos-administrativos para adequar e aprimorar continuamente as ações adotadas	X	X	X	X	X
Elaborar projetos de novos cursos de pós-graduação lato sensu	X	X	X	X	X
Ajustar as metas e celebração de conquistas	X	X			
Revisar o planejamento financeiro da IES a partir da análise deste PDI	X	X	X	X	X

Fonte: Autores (2023).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL/MEC. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 de março de 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023.

_____. **Parecer CNE/CES Nº 67/2003**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

_____. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2021.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Línguas, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

_____. **Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2021.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 de setembro. 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

_____. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. Brasília: Inep, 2009.

_____. **Secretaria de Educação Superior. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura**, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.cne>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da**

União. Brasília, DF, 27 dez. 2012. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 17 mar. 2021.

_____. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065 de 9 de outubro de 2014.**

_____. **Resolução CNE/CP Nº 2, DE 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

_____. Resolução CNE/CES Nº 1/2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. **Portaria Nº 1.383 de 31 de outubro de 2017.** Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. Brasília: Inep, 2017.

_____. **Portaria Normativa Nº 21, de 21 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

_____. **Resolução CNE/CES Nº 1, de 6 de abril de 2018.** Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

_____. **Portaria Normativa Nº 840, de 24 de agosto de 2018.** Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

_____. **Portaria Ministerial Normativa Nº 1.428 de 28 de dezembro de 2018.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne>. Acesso em: 24 abr. 2021.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Senado Federal, 2019.

FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA (FAP). **Plano de Carreira Docente da Faculdade do Baixo Parnaíba.** Chapadinha, 2010.

_____. **Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade do Baixo Parnaíba.** Chapadinha, 2016.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Institucional.** Chapadinha, 2019.

_____. **Regimento Interno.** Chapadinha, 2019.

_____. **Relatório de Auto Avaliação da Faculdade do Baixo Parnaíba.** Chapadinha, 2018.

_____. **Resolução CEPEX/FAP Nº 058/2009.** Chapadinha, 2009. Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de graduação da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) e dá outras providências.

_____. **Resolução FAP/CEPEX Nº 009/2019.** Aprova a atualização das Normas Regulamentadoras da Secretaria do Sistema de Registro e Controle Acadêmico (SERCA) dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) e dá outras providências. Chapadinha, 2019.

_____. **Resolução FAP/CEPEX Nº 022/2019.** Aprova a atualização das Normas Regulamentadoras do Estágio Curricular Supervisionado, obrigatório e não obrigatório dos Cursos de Graduação da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) junto às Instituições Concedentes. Chapadinha, 2019.

_____. **Resolução FAP/CEPEX Nº 028/2019.** Aprova a atualização das Normas Regulamentadoras do Programa de Monitoria dos Alunos dos Cursos de Graduação da Faculdade do Baixo Parnaíba Chapadinha, 2019.

_____. **Resolução FAP/CEPEX Nº 021/2019.** Aprova a atualização das Normas Regulamentadoras do Processo de Avaliação de Desempenho Acadêmico de Alunos dos Cursos de Graduação da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). Chapadinha, 2019.

_____. **Resolução FAP/CEPEX Nº 023/2019.** Aprova a atualização das Normas Regulamentadoras do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP) e dá outras providências Chapadinha, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística.** Brasília, DF: 2016.

VEIGA, Ilma Passos A.. Re-significação do projeto político pedagógico no projeto cidade. **Gestão em ação.** Volume. 8, n. 1, p. 7-16, 2005, UFBA, 2008.

IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão: proposta avançada. São Luís: IMESC, 2020.

Aprovado pela Portaria SESu Nº 366, D.O.U. de 30/04/2007, Seção I, página 268.

Aprovado pela Resolução Nº 002/2007 – CONSENS/FAP de 05/05/2007.

Aprovado pela Resolução CONSENS/FAP Nº 002/2015 de 04/12/2015.

Aprovado pela Portaria Ministerial Nº 874/2016, D.O.U. Nº156/2016.

Aprovado pela Resolução do CONSENS Nº 009 de 20 de setembro de 2016.

Aprovado pela Resolução FAP/CONSENS Nº 032 de 25 de março de 2019.

Aprovado pela RESOLUÇÃO FAP/CONSENS Nº 160/2021 de 30 de abril de 2021.

Atualizado pela RESOLUÇÃO FAP/CONSENS Nº 002/2023 de 20 de janeiro de 2022.

Atualizado pela Resolução FAP/CONSENS Nº 381/2023 de 02 de outubro de 2023